



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



000641-11.00/06-7

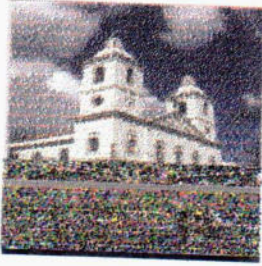
DATA: 20.03.06

REQUERENT

SPI 641-1100/06-7
ORIGEM : SEDAC
NOME : INST. DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTIS
TICO DO ESTADO
ASSUNTO : 0237 - SOLICITACAO
TOMBAMENTO - TOMBAMENTO
IGREJA MATRIZ N. SRA. DO ROSARIO
Rio Pardo

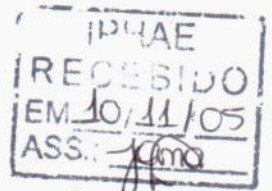
LOCALIDADE: _____

ASSUNTO: _____



Proc: 0641-11.00/06-7

Fl: 02



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Telefone (051) 3731-1317 – Caixa Postal nº 72
Travessa Padre Broggi, nº 66
RIO PARDO - RS

Rio Pardo, 10 de novembro de 2005.

Senhora Diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado/RS

Ao cumprimentá-la cordialmente vimos à presença de V S^a, para expor e solicitar o que segue:

- 1) A cidade de Rio Pardo, RS, possui entre o seu acervo arquitetônico de alto valor histórico e artístico, o prédio da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário que como é de conhecimento de V S^a, tem suas origens no século XVIII;
- 2) A Prefeitura Municipal de Rio Pardo, em reconhecimento ao valor deste Patrimônio Histórico, com base na Lei Municipal N° 09 de 26 de maio de 1980, procedeu o tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, concretizando desta forma, por parte do Poder Público, a proteção deste Patrimônio Cultural;
- 3) A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, sediada na Matriz em questão, com o apoio da Comunidade local, providenciou para que fosse executado minucioso cadastro Arquitetônico e Histórico do prédio, levantamento fotográfico e um Estudo das Patologias realizado em parceria do Município, Universidade de Santa Cruz do Sul e Coordenação da Paróquia;
- 4) A intervenção proposta tem como objetivo principal a restauração do prédio em questão, visto a grande relevância que o mesmo demonstra para o Município pela sua história, mas principalmente para o Estado do Rio Grande do Sul, pois revendo o passado (1809) percebemos o quanto a Igreja Nossa Senhora do Rosário participou nas atividades sociais, econômicas e políticas do Estado enriquecendo de forma definitiva para o surgimento do mesmo;
- 5) As questões supra mencionadas já são do conhecimento do Secretário Estadual de Cultura, Roque Jacoby, o qual demonstrou todo o apoio e carinho para com a história que envolve o Município, deixando à disposição a pasta da

Secretaria que ora dirige para qualquer questão envolvendo a restauração e tombamento do prédio da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário;

6) Buscando servir de subsídio e atendendo os requisitos da normatização vigente para fins de tombamento junto ao IPHAE, anexamos os seguintes documentos:

- a) Histórico da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário;
- b) Plantas da Igreja Matriz;
- c) Cópia do Livro Tombo do Município de Rio Pardo;
- d) Cópia da Lei Municipal Nº 09 de 26 de maio de 1980;
- e) Patologias do prédio da Igreja Matriz realizado pela UNISC;
- f)

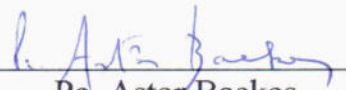
Com base no descritivo acima e certos de que o objetivo da presente proposição é o de servir de perpetuador da história das próprias comunidades, fator de elevação da auto-estima das pessoas, buscar alavancar ações de desenvolvimento econômico e o desenvolvimento na área de turismo, solicitamos a V S^a que formalize o tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário para que o Rio Grande do Sul tenha mais um prédio cujo alto valor histórico e artístico é inegável, para que também seja protegido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Na certeza de conseguirmos o apoio desta valorosa instituição, renovamos nossa estima e consideração.

Atenciosamente



Rui Mendes
Coordenador da Paróquia N S Rosário



Pe. Astor Backes
Pároco



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Telefone (051) 3731-1317 – Caixa Postal nº 72
Travessa Padre Broggi nº 66
RIO PARDO – RS

1. Identificação

a) Do Imóvel

Igreja Nossa Senhora do Rosário

Templo situado a rua Júlio de Castilhos, frente para a praça Dr. Protásio Alves, na extensão de 24,50m, fundos com o imóvel de propriedade de Rui Lima, na extensão de 22,30; lado direito com a Travessa Padre Broggi, na extensão de 80,60m e lado esquerdo na extensão de 80,80m com a Travessa do Rosário.

Fonte: Escritura feita no Registro de Imóveis – Livro nº 03 – AL, folhas 29, nº 24.007, de 14/9/1966.

b) Do interessado

- Mitra Diocesana de Santa Cruz do Sul – Paróquia Nossa Sra. do Rosário
Travessa Pe. Broggi, 66 – Rio Pardo
- Representante legal: Pe. Astor Backes
- Responsável técnico: Vera Maria Becher



PAROQUIA NOSSA SENHORA DO ROSARIO
Telefone (051) 3731-1317 – Caixa Postal nº 72
Travessa Padre Broggi nº 66
RIO PARDO – RS

FL: 05

IGREJA MATRIZ

Não concordam os historiadores, quanto a data do começo da construção da primitiva Matriz, que segundo uns como Alcides Lima, iniciou-se em 1750 e na opinião de outros em 1762, com a Capela Curada, criada em 8 de maio de 1769, parece possível admitir-se esse último ano, conforme afirma Araujo e Silva Pizarro, para assinalar-se o começo das obras do templo antigo. Os fieis cumpriam as suas devoções na Ermida da Sagrada Família, que existia desde 1753 no alto da Fortaleza, conforme tradição em Rio Pardo que fala da Ermida junto do templo de Jesus, Maria José, na zona do mesmo nome.

A Matriz foi inaugurada em 1779. Os ofícios religiosos dos primeiros vinte e tantos anos de Rio Pardo, realizaram-se então primeiro na ermida e depois em 1759 na igreja de Santo Angelo, construída no centro da futura cidade, pelos seus primeiros habitantes.

O culto a Santo Angelo teve grande importância na cidade lá da fronteira do Jacuí, pois a principal rua de Rio Pardo, a atual Andrade Neves, denominou-se por longos anos de Santo Angelo.

A 15 de dezembro de 1762 o templo passou a ser Capela Curada e a Capela de Santo Angelo foi grande paróquia até 1779, quando se rezou na Matriz a primeira missa.

Em 1843 e 1844 já se faziam os reparos necessários na Igreja. Em 1848 foi adquirida a imagem do Senhor Morto. Em 1849 foram iniciadas as obras das Torres. Em 1855 foram recebidas "contas de ouro" para a imagem de N.S. do Rosário e nesse ano, também, comprados 2 sinos. 1864 edificação da Capela Mor, e em 1867 Pellegrino Castilhon é encarregado da pintura da Matriz.

A Paróquia de Vila foi ereta no mesmo lugar onde existia a outra e no ano de 1801 época exarada na verga da porta principal e no livro do tomo.

A 3 de outubro de 1779 o Governador da Capitania José Marcelino de Figueiredo veio a Rio Pardo assistir a inauguração da Matriz, feita com solene procissão, da transladação das imagens da Capela de Santo Angelo para o novo templo; 12 anos depois, a nave estava em ruínas e cogitou-se em seguida da construção de um templo novo maior e mais importante, e após 10 anos, em 1801 já se oficiava na Matriz embora em obras.

O projeto arquitetônico da matriz em suas primeiras linhas é de autoria do governo Francisco João Roscio que esteve no exercício do seu cargo na Capitania do Rio Grande de 8 de janeiro de 1801 a 20 de janeiro de 1803.

Foram demoradas as obras da construção da Matriz, como são todas as obras desse gênero.

Os altares existentes no princípio da segunda metade do século XIX, eram os do Espírito Santo, N. S. do Rosário, das Pretas e S. Francisco de Paula.

Em 1885 os arquitetos italianos Vicente Prato e Conso Serafim concluíram a Matriz, erguendo uma das torres que ainda faltava decorar a igreja.

Barão Homem de Melo que esteve em Rio Pardo no ano de 1867 disse: "No longo da Matriz, logo a entrada da cidade, avulta à direita a Igreja paroquial, templo elegante e construído em grandes proporções só inferior na Província a Igreja de Viamão."

Ao terminar o Império, a Matriz tinha nos seus sete altares: Nossa Senhora do Rosário, a padroeira, N.S. das Dores, Santa Bárbara, S. Benedito da Irmandade dos Homens, Espírito Santo, N.S. da Conceição, Santa Maria, S. Francisco de Paula, S. Miguel e Santo Antonio.

Atualmente existe um projeto restauração da Igreja, a cargo do Instituto Arquitetônico e Cultural do Rio Grande do Sul, que está dando as providências iniciais.

V - HISTÓRIA CRONOLÓGICA DE RIO PARDO

A história de um povo, de uma organização religiosa em paróquia está intimamente ligada a datas que nos dão uma certa referência. Apresentarei, como capítulo conclusivo, algumas datas de maior importância referente ao meu trabalho, com o objetivo de fornecer uma visão geral e ampla da história de Rio Pardo, (particularmente da Paróquia.

As datas mais significativas são as seguintes:

- 1633 - Fundação, pelo Pe. Pedro Mola, da redução "Jesus Maria", no sopé do último contra-forte da Serra do Botucaraí, à margem direita do Yequi (Rio Pardo) cerca de 20 Km acima da foz do Yequijii (rio Pardinho).
- 1633 - O Pe. Juan Suarez, à margem direita do rio Pardo em suas pontas na Serra do Botucaraí, funda a redução de "São Joaquim".
- 1634 - À margem direita do rio Pardo, abaixo da foz do rio Pardinho, à meia distância dessa foz ao Jacuí, ao S.E. da atual Cruz Alta de Rio Pardo, o Pe. Contreiras funda S. Cristóvão.
- 1750 - Início da Construção da primitiva matriz.
- 1751 - Criada a Capela de São Nicoláu.
- 1751 - João Gomes de Melo, engenheiro de Dragões, dá início à construção do forte Jesus, Maria, José.
- 1753 - Construída, no Alto da Fortaleza, uma capela consagrada à Sagrada Família.
- 1754 - Casais de açorianos são arranchados por Gomes Freire no Rio Pardo.
- 1755 - Os casais açorianos destinados por Gomes Freire às "Missões" estacionam no Rio Pardo onde, por assim dizer, ficarão.
- 1755 - Frei Faustino de Santo Alberto, capelão dos casais dell

rei da colônia do Sacramento, vem para o Rio Pardo, onde fica até 1762, como se lê dos livros de batismos da Capela Jesus, Maria, José do Quartel do Rio Pardo.

- 1755 - Criação da Capela de São Francisco.
- 1757 - Bobadella substitui jesuítas espanhóis por jesuítas portugueses para administrar religião aos índios do Rio Grande do Sul.
- 1758 - Gomes Freire de Andrade autoriza ao Jesuíta Francisco Fernandes fazer os batismos e mais obrigações religiosas dos Índios que em Rio Pardo se refugiaram das Missões Orientais do Uruguai.
- 1759 - Construída nova Capela, dedicada a Santo Ângelo.
- 1762 - Pe. Thomaz Clarke, 1º vigário da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, atende o Quartel do Rio Pardo, cuja vara também, então, pertence-lhe.
- 1762 - Criação da Capela Curada.
- 1763 - José Marcelino de Figueiredo funda S. Nicoláu, no R. P.
- 1769 - É criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, -a 4ª do Rio Grande.
- 1774 - A Irmandade dos negros - Nª Sra do Rosário dos Pretos - inicia o assentamento de sua regras e reuniões.
- 1779 - José Marcelino de Figueiredo, governador da Capitania, instala, em Rio Pardo, com grande pompa, a freguesia.
- 1785 - Construção da Igreja de São Francisco.
- 1787 - Concordata das irmandades das Dores, Passos e Ordem 3ª.
- 1788 - Nasce o Pe. Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa, deputado provincial e deputado farroupilha, além de Vigário Apostólico da Igreja Católica da República de Piratini.
- 1791 - Ameaça ruir a nave da matriz.
- 1794 - Os Confrades do Senhor dos Passos iniciam o movimento para construção de uma capela.
- 1797 - "Os irmãos confrades do Senhor dos Passos" pleiteiam a construção de uma igreja.
- 1801 - início das obras da matriz.
- 1805 - Concedida licença para rezar missa nas casas da Irmandade dos Passos.
- 1812 - Visitador Geral das Igrejas do Continente do Sul, Pe.

23/07/1787

Proc: 0641-11.00/06-7

FL: 088

Agostinho dos Reis chega a Rio Pardo.

- 1812 - Iniciado outro movimento em prol da construção da atual igreja dos Passos.
- 1814 - Regras da Irmandade dos Passos.
- 1814 - D. Diogo de Souza manda novamente medir, demarcar as terras e reembolsar os índios de S. Nicoláu.
- 1815 - Recomeçam as obras da atual igreja dos Passos.
- 1815 - D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro com jurisdição no Rio Grande do Sul, visita Rio Pardo.
- 1815 - Inauguração das obras da igreja e cemitério do Senhor dos Passos.
- 1815 - D. João VI sana as irregularidades da irmandade dos Passos.
- 1824 - Último ano que os índios de S. Nicoláu tem um "cura" (somente para eles).
- 1833 - Extingue-se a aldeia de S. Nicoláu que fica transformada em Capela.
- 1837 - Vereança renovando a obrigatoriedade do comparecimento das autoridades à procissão de Corpus Christi.
- 1842 - Manoel Joaquim de Souza é investido nas funções de administrador das obras da Matriz.
- 1844 - D^a Maria, mãe de Sebastião Pinto do Rêgo, cônego vigário da Matriz, oferece a N^a Sra do Rosário um anel de ouro com "origólitos".
- 1845 - *Dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo visita Recife.*
- 1846 - Extração de loteria concedida pela Assembléia Provincial para as obras da matriz.
- 1846 - A Irmandade dos Passos pede ao governo da Província urgente auxílio para obras da igreja.
- 1846 - Nomeia-se nova comissão para zelar pelas obras da capela de S. Nicoláu.
- 1846 - Te-Deum da Ordem 3^a do Seráfico S. Francisco da Penitência a D. Pedro II e D^a Teresa Cristina que estavam de passagem pelo Rio Pardo.
- 1847 - José Francisco da Silva e João Barbosa do Prado Lima são encarregados das obras e reparos da matriz.
- 1848 - Câmara Municipal volta legislar sobre a obrigatoriedade de acompanhar-se a qualquer procissão e a proibição

- do comércio conservar portas abertas no momento do cortejo.
- 1848 - João Sacarelo, como protetor e procurador da Capela de S. Nicoláu, toma a iniciativa em obras de reparo da dita capela.
 - 1848 - Adquirida, para a Matriz, a imagem do Senhor Morto.
 - 1848 - O Tenente-coronel Belchior da Costa Rabelo oferece cem reses para ajudar o custo das solenidades da Semana Santa.
 - 1848 - Lançamento da pedra fundamental do edifício da "Casa de Caridade", hoje Colégio das Freiras.
 - 1849 - Reiniciam-se as obras das torres da Matriz.
 - 1849 - Aprovadas as novas "regras" das Irmandades Conjuntas do S.S. Sacramento e N^a Sra do Rosário, "em virtude de se haver perdido o que existia".
 - 1853 - D^a Brígida Thomázia de Andrade Siqueira dá a imagem de N^a Sra do Rosário um colar com contas e cruz de ouro e um par de brincos de filigrama de ouro.
 - 1853 - Incêndio na igreja de S. Francisco.
 - 1855 - Adquirem-se dois sinos para a Matriz.
 - 1857 - Chega de Rio de Janeiro o relógio da torre da Matriz.
 - 1860 - Falece João Pereira Monteiro, benemérito provedor da Irmandade dos Passos e quem lançou a pedra fundamental do hospital, atual colégio.
 - 1862 - Criação do cemitério da cidade no Potreiro de N. Sra.
 - 1864 - Obras da Capela-mor da Matriz.
 - 1867 - O governo entregou um dos inúmeros auxílios em dinheiro às Irmandades conjuntas do Santíssimo e Rosário, no R.P.
 - 1885 - Os arquitetos italianos Vicente Prato e Corso Serafim concluem as obras da Matriz.
 - 1888 - A extinção da escravatura é festejada grandemente no Rio Pardo.

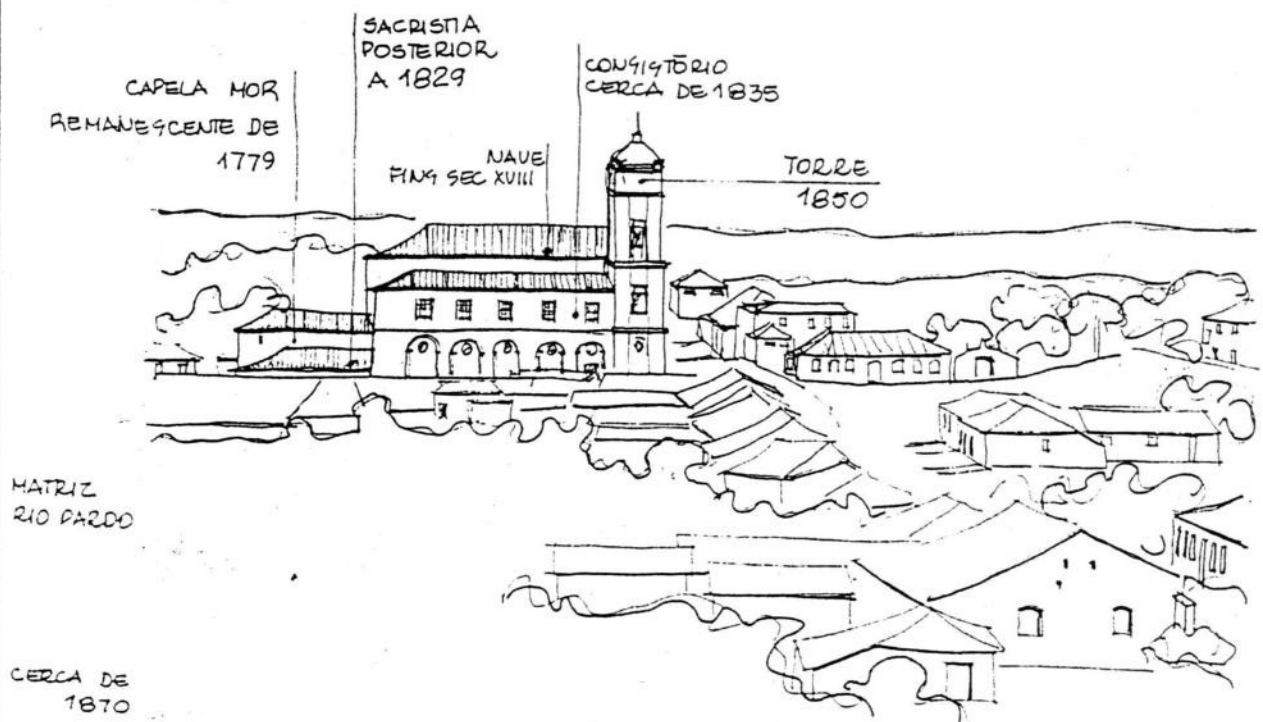
Esta cronologia pretende ser uma pequena síntese da história desta cidade histórica, com mais de dois séculos. São apenas as datas mais importantes e significantes para o nosso trabalho.

PROC: 0641-11.00/06-7

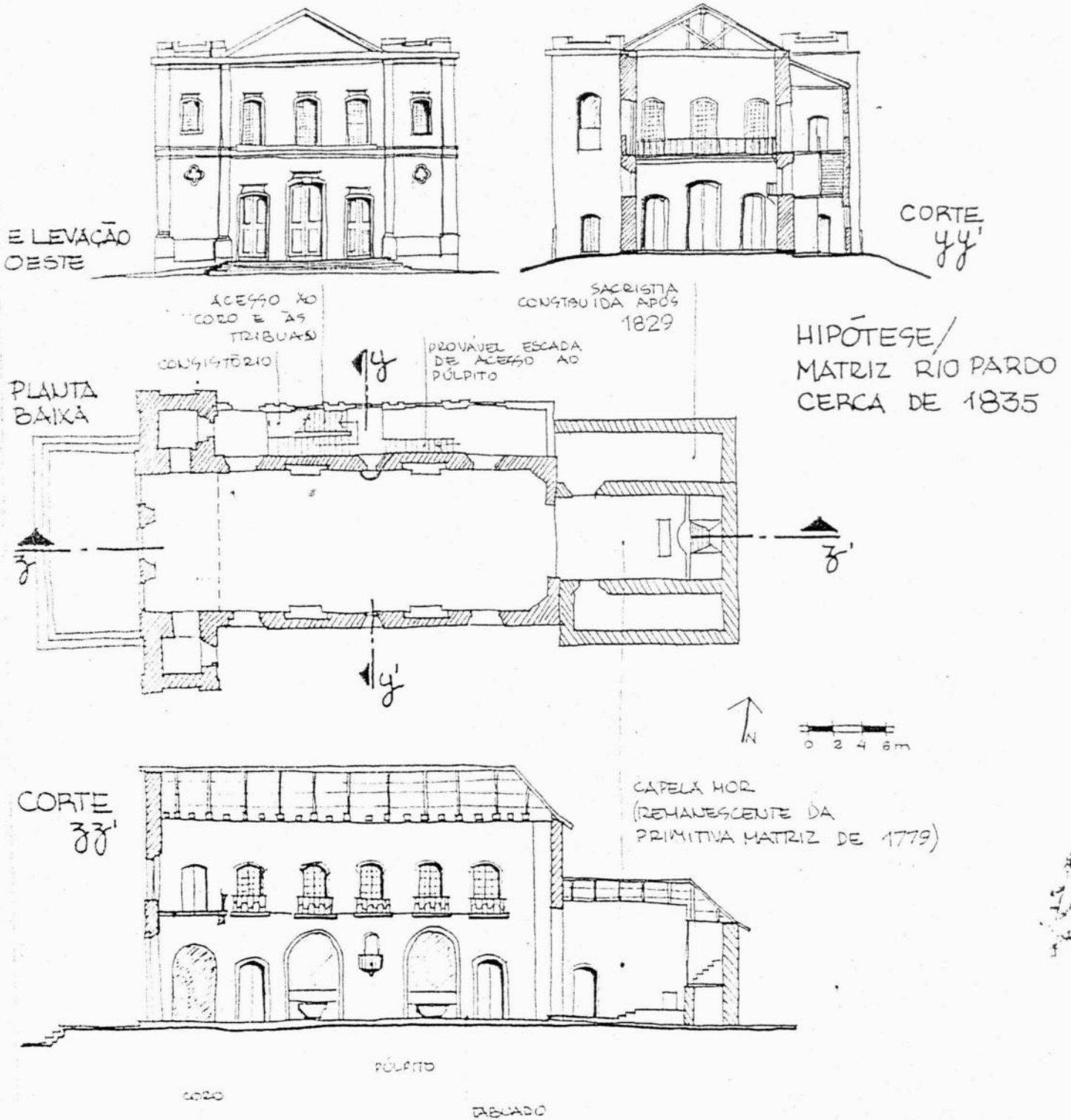
arg. Vera Maria Becker

FL:

10f



analisados os documentos e concluída por a
nova feição da matriz no início do século XIX, podemos
observar que muito pouco avançaram as obras, tendo a re-
solução, provavelmente iniciado quando a matriz tinha a
proximadamente a seguinte feição:



Proc: 0641-11.00/06-7

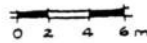
arg. Vera Maria Becker

No início do séc XX a matriz tem o aspecto externo que hoje apresenta.

FL: 12 f

MATRIZ RIO PARDO
INÍCIO DO SEC. XX

ELEVAÇÃO
OESTE

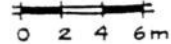


PARAVENTO
(GUARDA RESPE-
TO) DÉCADA DE
10

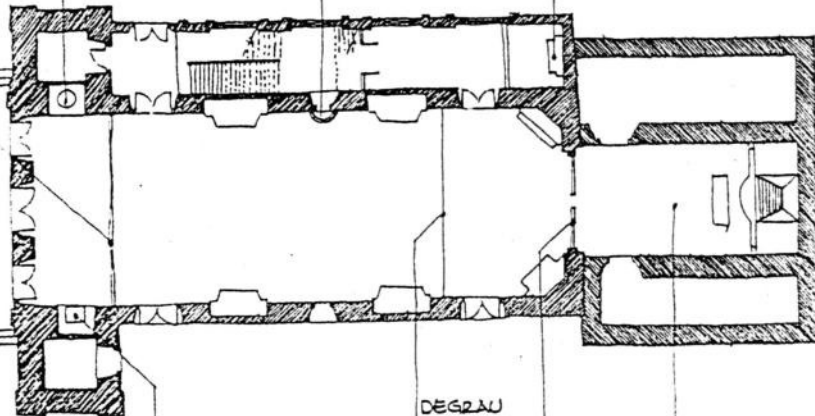
PIA BATISMAL

PÚLPITO

CAPELA DA
SOLEDADE



PLANTA
BAIXA



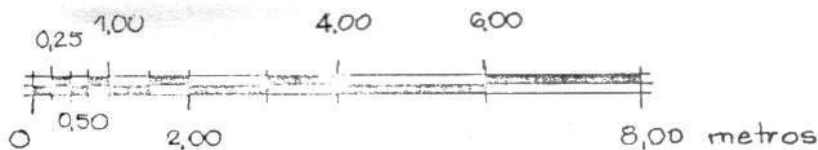
MAUSOLEO DE
AURORA LUVES

DEGRAU

BAUO
DA COMU
NHAO

CAPELA MOR
(REMANESCENTE DA
PRIMITIVA MATRIZ DE 1779)

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

PROJETO DE RESTAURAÇÃO
DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Planta Baixa - Terrea -	NÚMERO 16
-------------------------	--------------

ESCALA

1:100

Diretriz geral da intervenção

DATA

PRIMAVERA/85

PROJETO E DESENHO

ARQ. VERA LÚCIA SCHULTZE
ARQ. VERA MARIA BECKER

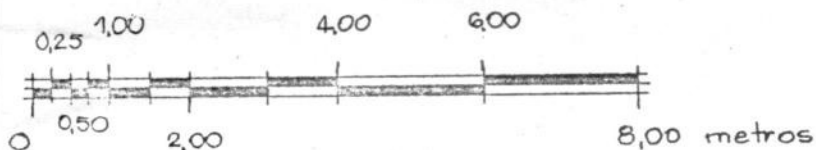
RESPONSÁVEL

ARQ. VERA MARIA BECKER — CRUA/RIO 9187/13
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 — P. ALLEGRE

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 14 

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS
PROJETO DE RESTAURAÇÃO
DA IGREJA MATAIZ DE RIO PARDO

Planta Baixa - Superior -

NÚMERO

18

ESCALA

1:100

Diretriz geral da intervenção

DATA

PRIMAVERA/85

PROJETO E DESENHO

ARQ. VERA LÚCIA SCHULTZE
ARQ. VERA MARIA BECKER

RESPONSÁVEL

ARQ. VERA MARIA BECKER - CREA/RS 9187/D
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - P. ALEGRE

Termo de Tombamento

Número: 01

Data: 07 de outubro de 1980

Proprietária: Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre, sucedida pela Diocese de Santa Cruz do Sul.

Caráter do tombamento: ex-offício

Objeto: Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, instalações e respectivo terreno.

Templo situado a rua Dr. Julio de Castilhos, frente para a praça Dr. Protásio Alves, Cidades Marechal Floriano, com suas instalações e respectivo terreno que apresenta as seguintes confrontações e dimensões: frente, com a pré citada rua Dr. Julio de Castilhos, na extensão de 24,50m; fundos, com a mural de propriedade do Rui Lima, na extensão de 22,30m; lado direito com a travessa Padre Braggi, na extensão de 80,60m e lado esquerdo na extensão de 80,80m ou a Travessa do Rosário.

Procedência: Registro de Imóveis desta Comarca, Livro n.º 03-AL, folhas 29, nº 24007, de 14 de setembro de 1966.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Registro de Imóveis

Estado do Rio Grande do Sul
COMARCA DE RIO PARDO
JACI M. DA ROCHA - OFICIAL

CERTIFICADO, que à fôlha 29 do livro nr. "3-AL", foi feita hoje sob nr. 24007 a transcrição do usucapião sobre o imóvel seguinte: DOIS TERRENOS, sendo um à rua Dr. Julio de Castilhos, frente para a Praça Marechal Floriano (Matriz) com as seguintes confrontações e dimensões: Rua Dr. Júlio de Castilhos, com 24,50 metros; fundos, com propriedade de Ruy Lima, com 27,30 metros, lado direito, Travessa da Matriz, com 80,80 metros e, lado esquerdo, com Travessa do Rosário, com 80,60 metros. terreno sobre o qual está construída a Igreja Matriz desta cidade; e o outro, a Travessa do Rosário nesta cidade, o qual faz frente, com 17 metros por 30 metros de frente a lado, confrontando pelos lados com terrenos do Instituto Nossa Senhora Mãe de Deus.

Adquirente: MITRA DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE. - *

Transmitente: sentença de usucapião. -

valor: Não foi declarado. -

Forma do título: mandado de transcrição de 8 de setembro de 1.966 do exm. sr. dr. Elido Sampaio Moreira, Juiz de Direito da Comarca, subscrito por Delmar Pelegrini, escrivão do civil desta cidade. -

Título: usucapião julgada por sentença de 29 de setembro de 1.960, que passou em julgado do exm. sr. dr. Sebastião Adroaldo Pereira, Juiz de Direito da Comarca. -

nr. de ordem: 35815 à página 145 do protocolo nr. 1 G. -

O Referido é verdade e dou fé. -

Rio Pardo, quatorze de setembro de 1.966

O Oficial.

Custas nihil
nelos cr\$50.

* SUCEDIDA PELA DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL, RS

PROC: 0641-11.00 / 06-7

Fl: 17

TERMO DE ABERTURA

A Diretoria Municipal de Educação, atendendo ao que determina o artigo 3º da Lei Municipal nº 09 de 26 de maio de 1980, fará a inscrição neste livro das imóveis relacionadas na Lei Municipal nº 08 de 27 de abril de 1979, ou outros diplomas legais que vierem a relacionar novos bens, visando a sua preservação como Patrimônio Histórico e Cultural deste Município.

Rio Pardo, 07 de outubro de 1980.

Elisabeth Medeiros

Diretora Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO

Proc: 0641-11.00/06-7

FL: 18

DIRETORIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃOMANDADO DE NOTIFICAÇÃO Nº 01

FERNANDO WUNDERLICH, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO PARDO, NO USO DAS PRERROGATIVAS QUE LHE FACULTAM AS LEIS Nº 08, DE 27 DE ABRIL DE 1979 E Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 1980, E COM O DESIDERATO DE PRESERVAR O CONJUNTO DE BENS QUE CONSTITUEM O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO, PELO PRESENTE DETERMINA A NOTIFICAÇÃO DA DIOCESE DE SANTA CRUZ DO SUL, NA PESSOA DE SUA EXCIA. REVMO. DON ALBERTO ETGES, BISPO DIOCESANO, DE QUE O PRÉDIO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, INSTALAÇÕES E RESPECTIVO TERRENO, SITUADO À RUA JÚLIO DE CASTILHOS, / NESTA CIDADE, FORAM OBJETO DE TOMBAMENTO, SEGUNDO TERMO, CUJA CÓPIA ACOMPANHA O PRESENTE MANDADO.

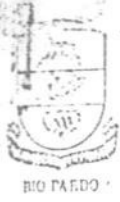
AS LIMITAÇÕES, OBRIGAÇÕES E DIREITOS QUE DECORREREM DO TOMBAMENTO ESTÃO INSERIDAS NAS DISPOSIÇÕES DA PRECITADA LEI Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 1980 CUJA CÓPIA AUTÊNTICA É PARTE INTEGRANTE DESTES INSTRUMENTO.

NÃO HAVENDO IMPUGNAÇÃO DO TOMBAMENTO, NO PRAZO DE // QUINZE (15) DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO, O ATO TORNAR-SE-Á DEFINITIVO.

RIO PARDO, 07 DE OUTUBRO DE 1980

Fernando Wunderlich
FERNANDO WUNDERLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Elisabeth Maria do Nascimento Furtado
ELISABETH MARIA DO NASCIMENTO FURTADO
DIRETORA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



LEI Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 1.980

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO WUNDERLICH, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO PARDO;
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PREFEITO/
DE RIO PARDO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO

ARTIGO 1º) - CONSTITUI O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO O CONJUNTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS EXISTENTES EM SEU TERRITÓRIO E QUE, POR SUA VINCULAÇÃO A FATOS PRETÉRITOS MEMORÁVEIS/ E A FATOS ATUAIS SIGNIFICATIVOS, OU POR SEU VALOR CULTURAL, SEJA DE INTERESSE PÚBLICO CONSERVAR E PROTEGER CONTRA A AÇÃO DESTRUIDORA DE CORRENTE DA ATIVIDADE HUMANA E DO PERPASSAR DO TEMPO.

PARÁGRAFO ÚNICO - OS BENS A QUE SE REFERE O PRESENTE ARTIGO PASSARÃO A INTEGRAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL MEDIANTE SUA INSCRIÇÃO, ISOLADA OU AGRUPADA, NO LIVRO DO TOMBO.

ARTIGO 2º) - A PRESENTE LEI SE APLICA, NO QUE COUBER, ÀS COISAS PERTENCENTES ÀS PESSOAS NATURAIS OU JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO OU DE DIREITO PÚBLICO INTERNO.

PARÁGRAFO ÚNICO - EXCETUAM-SE AS OBRAS DE ORIGEM ESTRANGEIRA QUE:

I - PERTENÇAM ÀS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS OU CONSULARES ACREDITADAS NO PAÍS;

II - SE INCLUAM ENTRE OS BENS REFERIDOS NO ART. 10 DA LEI DE INTRODUÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E QUE CONTINUAM SUJEITAS À LEI PESSOAL PROPRIETÁRIA;

III - PERTENÇAM ÀS OBRAS DE ORIGEM ESTRANGEIRA DO COMÉRCIO DE OBJETOS HISTÓRICOS// OU ARTÍSTICOS;

IV - TENHAM SIDO TRAZIDAS PARA EXPOSIÇÕES COMEMORATIVAS E COMERCIAIS;

V - TENHAM SIDO IMPORTADAS POR EMPRESAS ESTRANGEIRAS EXPRESSAMENTE PARA ADORNO DE SEUS RESPECTIVOS ESTABELECIMENTOS;

VI - SEJAM AS PARTES INTEGRANTES DE ACERVO COMERCIALIZADO EM FEIRAS PÚBLICAS, RECONHECIDAS PELO MUNICÍPIO.

CAPÍTULO II

DO TOMBAMENTO

ARTIGO 3º) - COMPETE À DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ABASTECIMENTO PROCEDER AO TOMBAMENTO DOS BENS A QUE SE REFERE O ARTIGO 1º DESTA LEI, MEDIANTE SUA INSCRIÇÃO NO RESPECTIVO LIVRO.

ARTIGO 4º) - PARA A VALIDADE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO É INDISPENSÁVEL A NOTIFICAÇÃO DA PESSOA A QUEM PERTENCER, OU EM CUJA POSSE ESTIVER O BEM.

ARTIGO 5º) - ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO POR MANDADO, O PRO-

.....
 ATOS E TERMOS DO PROCESSO.

- I - PESSOALMENTE, QUANDO DOMICILIADO NO MUNICÍPIO;
- II - POR CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEPÇÃO, QUANDO DOMICILIADO FORA DO MUNICÍPIO;
- III - POR EDITAL:
 - A) QUANDO DESCONHECIDO OU INCERTO;
 - B) QUANDO IGNORADO, INCERTO OU INACESSÍVEL O LUGAR EM QUE SE ENCONTRAR;
 - C) QUANDO A NOTIFICAÇÃO FOR PARA CONHECIMENTO DO PÚBLICO EM GERAL, OU SEMPRE QUE A PUBLICIDADE SEJA ESSENCIAL À FINALIDADE DO MANDATO;
 - D) QUANDO A DEMORA DA NOTIFICAÇÃO PESSOAL PUDER PREJUDICAR SEUS EFEITOS;
 - E) NOS CASOS EXPRESSOS EM LEI.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO SERÃO// NOTIFICADAS NA PESSOA DO TITULAR DO ÓRGÃO A QUEM PERTENCER OU SOB CUA GUARDA ESTIVER O BEM.

ARTIGO 6º) - O MANDADO DE NOTIFICAÇÃO DO TOMBAMENTO DEVERÁ CONTER:

- I - OS NOMES DO ÓRGÃO DE PROMANA O ATO, DO PROPRIETÁRIO, POSSUIDOR OU DETENTOR DO BEM A REQUERER TÍTULO, ASSIM COMO OS// RESPECTIVOS ENDEREÇOS;
- II - OS FUNDAMENTOS DE FATO DE DIREITO QUE JUSTIFICAM E AUTORIZAM O TOMBAMENTO;
- III - A DESCRIÇÃO DO BEM QUANTO AO:
 - A) GÊNERO, ESPÉCIE, QUALIDADE, QUANTIDADE, ESTADO DE CONSERVAÇÃO;
 - B) LUGAR EM QUE SE ENCONTRE;
 - C) VALOR.
- IV - AS LIMITAÇÕES, OBRIGAÇÕES OU DIREITOS QUE DECORRAM DO TOMBAMENTO E AS COMINAÇÕES;
- V - A ADVERTÊNCIA DE QUE O BEM SERÁ DEFINITIVAMENTE TOMBADO E INTEGRADO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO SE O NOTIFICADO ANUIR TÁCITA OU EXPRESSAMENTE AO ATO, NO PRAZO DE QUINZE (15) DIAS, CONTADOS, DO RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO;
- VI - A DATA E A ASSINATURA DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL.

PARÁGRAFO ÚNICO - TRATANDO-SE DE BEM IMÓVEL, A DESCRIÇÃO// DEVERÁ SER FEITA COM A INDICAÇÃO DE SUAS BENFEITORIAS, CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES, LOCALIZAÇÃO, LOGRADOURO, NÚMERO, DENOMINAÇÃO SE HOUVER, NOME DOS CONFRONTANTES. EM SE TRATANDO SÓ DE TERRENO, SE ESTÁ SITUADO NO LADO PAR OU ÍMPAR DO LOGRADOURO, EM QUE QUADRA E QUE// DISTÂNCIA MÉTRICA O SEPARA DA EDIFICAÇÃO OU DA ESQUINA MAIS PRÓXIMA.

ARTIGO 7º) - PROCEDER-SE-Á TAMBÉM AO TOMBAMENTO DOS BENS MENCIONADOS NO ART. 1º SEMPRE QUE O PROPRIETÁRIO O REQUERER E, A JULGAMENTO DA DIRETORIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ABASTECIMENTO, OS// MESMOS SE REVESTIREM DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA INTEGRAR O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PEDIDO DEVERÁ SER INSTRUIDO COM OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS, DEVENDO CONSTAR AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONTIDAS NO INCISO III DO ART. 6º E A CONSIGNAÇÃO DO REQUERENTE DE//

LEI Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 1.980

- 3 -

COMINAÇÕES OU APONTAR OS MOTIVOS QUE O IMPOSSIBILITEM PARA TAL.

ARTIGO 8º) - NO PRAZO DO ART. 6º, V, O PROPRIETÁRIO, POS-
SUIDOR OU DETENTOR DO BEM PODERÁ OPOR-SE AO TOMBAMENTO DEFINITIVO/
ATRAVÉS DE IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA POR PETIÇÃO QUE SERÁ AUTUADA EM A-
PENSO AO PROCESSO PRINCIPAL.

ARTIGO 9º) - A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ CONTER:

I - A QUALIFICAÇÃO E A TITULARIDADE DO IMPUGNANTE EM RE-
LAÇÃO AO BEM;

II - A DESCRIÇÃO E A CARACTERIZAÇÃO DO BEM, NA FORMA PRES-
CRITA PELO ART. 6º, III;

III - OS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO PELOS QUAIS SE O-
PÕE AO TOMBAMENTO E QUE NECESSARIAMENTE DEVERÃO VERSAR SOBRE:

- A) A INEXISTÊNCIA OU NULIDADE DA NOTIFICAÇÃO;
- B) A EXCLUSÃO DO BEM DENTRE OS MENCIONADOS NO ART. 1º;
- C) A PERDA OU PERECIMENTO DO BEM;
- D) OCORRÊNCIA DE ERRO SUBSTANCIAL CONTIDO NA DESCRI-
ÇÃO DO BEM.

IV - AS PROVAS QUE DEMONSTRAM A VERACIDADE DOS FATOS ALE-
GADOS.

ARTIGO 10) - SERÁ LIMINARMENTE REJEITADA A IMPUGNAÇÃO //
QUANDO:

I - INTEMPESTIVA;

II - NÃO SE FUNDAR EM QUALQUER DOS FATOS MENCIONADOS NO IN-
CÍSO III DO ARTIGO ANTERIOR;

III - HOVER MANIFESTA ILEGITIMIDADE DO IMPUGNANTE OU CA-
RÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL.

ARTIGO 11) - RECEBIDA A IMPUGNAÇÃO, SERÁ DETERMINADA:

I - A EXPEDIÇÃO OU A RENOVAÇÃO DO MANDADO DE NOTIFICAÇÃO/
DO TOMBAMENTO, NO CASO DA LETRA "A" DO INCISO III, DO ART. 9º;

II - A REMESSA DOS AUTOS, NOS DE MAIS CASOS, À SECRETARIA //
MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E ABASTECIMENTO PARA, NO PRAZO DE QUIN-
ZE (15) DIAS, EMITIR PRONUNCIAMENTO FUNDAMENTADO SOBRE A MATÉRIA DE
FATO E DE DIREITO ARGÜIDA NA IMPUGNAÇÃO, PODENDO RATIFICAR, RETIFI-
CAR OU SUPRIR O QUE FOR NECESSÁRIO PARA A EFETIVAÇÃO DO TOMBAMENTO/
E À REGULARIDADE DO PROCESSO.

ARTIGO 12) - FINDO O PRAZO DO ARTIGO PRECEDENTE, OS AUTOS
SERÃO LEVADOS À CONCLUSÃO DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, NÃO SENDO //
ADMISSÍVEL QUALQUER RECURSO DE SUA DECISÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PRAZO PARA A DECISÃO FINAL SERÁ DE 15
(QUINZE) DIAS E INTERROMPER-SE-Á SEMPRE QUE OS AUTOS ESTIVEREM BAI-
XADOS EM DILIGÊNCIA.

ARTIGO 13) - DECORRIDO O PRAZO DO ART. 6º, V, SEM QUE HA-
JA SIDO OFERECIDA A IMPUGNAÇÃO AO TOMBAMENTO, O ÓRGÃO PRÓPRIO, ATRÁ-
VÉS DE SIMPLES DESPACHO, DECLARARÁ DEFINITIVAMENTE TOMBADO O BEM E
MANDARÁ QUE SE PROCEDA A SUA INSCRIÇÃO NO RESPECTIVO LIVRO.

PARÁGRAFO ÚNICO - EM SE TRATANDO DE BEM IMÓVEL, PROMOVER-
SE-Á A AVERBAÇÃO DO TOMBAMENTO NO REGISTRO DE IMÓVEIS, À MARGEM DA



.....
QUAL PROVIDÊNCIA SERÁ TOMADA EM RELAÇÃO AOS IMÓVEIS VIZINHOS DO PRÉDIO TOMBADO.

CAPÍTULO III

EFEITOS DO TOMBAMENTO

ARTIGO 14) - OS BENS TOMBADOS DEVERÃO SER CONSERVADOS E EM NENHUMA HIPÓTESE PODERÃO SER DEMOLIDOS, DESTRUIDOS OU MUTILADOS.

PARÁGRAFO ÚNICO - AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO SÓ PODERÃO SER INICIADAS MEDIANTE PRÉVIA COMUNICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE.

ARTIGO 15) - NO CASO DE PERDA, EXTRAVIO, FURTO OU PERECIMENTO DO BEM, DEVERÁ O PROPRIETÁRIO, POSSUIDOR OU DETENTOR DO MESMO COMUNICAR O FATO NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.

ARTIGO 16) - VERIFICADA A URGÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS PARA CONSERVAÇÃO OU RESTAURAÇÃO EM QUALQUER BEM TOMBADO, PODERÁ O ÓRGÃO PÚBLICO TOMAR A INICIATIVA DE PROJETÁ-LAS E EXECUTÁ-LAS, INDEPENDENTE DA COMUNICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO.

ARTIGO 17) - SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO, NÃO PODERÁ SER EXECUTADA QUALQUER OBRA NAS VIZINHANÇAS DO IMÓVEL TOMBADO QUE LHE POSSA IMPEDIR OU REDUZIR A VISIBILIDADE OU AINDA QUE, A JUÍZO DO ÓRGÃO CONSULTIVO, NÃO SE HARMONIZE COM O ASPECTO ESTÉTICO OU PAISAGÍSTICO DO BEM TOMBADO.

§ 1º - A VEDAÇÃO CONTIDA NO PRESENTE ARTIGO ESTENDE-SE À COLOCAÇÃO DE PAINÉIS DE PROPAGANDA, TAPUMES OU QUALQUER OUTRO OBJETO.

§ 2º - PARA QUE SE PRODUZAM OS EFEITOS DESTES ARTIGOS, A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ABASTECIMENTO DEVERÁ DEFINIR OS IMÓVEIS DA VIZINHANÇA QUE SEJAM AFETADOS PELO TOMBAMENTO, DEVENDO SER NOTIFICADOS SEUS PROPRIETÁRIOS QUER DO TOMBAMENTO, QUER DAS RESTRIÇÕES A QUE SE DEVERÃO SUJEITAR. DECORRIDO O PRAZO DO ART. 6º, V, SEM IMPUGNAÇÃO, PROCEDER-SE-Á A AVERBAÇÃO A QUE ALUDE O ART. 13, PARÁGRAFO ÚNICO.

ARTIGO 18) - O BEM MÓVEL TOMBADO NÃO PODERÁ SER RETIRADO DO MUNICÍPIO, SALVO POR CURTO PRAZO E COM A FINALIDADE DE INTERCÂMBIO CULTURAL, A JUÍZO DO ÓRGÃO COMPETENTE.

ARTIGO 19) - OS IMÓVEIS TOMBADOS GOZARÃO DE ISENÇÃO DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - DENTRO DAS SUAS POSSIBILIDADES O MUNICÍPIO COOPERARÁ NOS CUSTOS DECORRENTES DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DOS IMÓVEIS TOMBADOS.

ARTIGO 20) - PARA EFEITO DE IMPOSIÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NOS ARTS. 165 E 166 DO CÓDIGO PENAL E SUA EXTENSÃO A TODO AQUELE QUE DESTRUIR, INUTILIZAR OU ALTERAR OS BENS TOMBADOS, O ÓRGÃO // COMPETENTE COMUNICARÁ O FATO AO MINISTÉRIO PÚBLICO, SEM PREJUÍZO DA MULTA APLICÁVEL NOS CASOS DE REPARAÇÃO, PINTURA OU RESTAURAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PODER PÚBLICO.

ARTIGO 21) - CANCELAR-SE-Á O TOMBAMENTO:

- LEI Nº 09, DE 26 DE MAIO DE 1.980 -

- 5 -

II - A PEDIDO DO PROPRIETÁRIO E COMPROVADO O DESINTERESSE PÚBLICO NA CONSERVAÇÃO DO BEM;

III - POR DECISÃO DO PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGANDO RESOLUÇÃO PROPOSTA PELA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ABASTECIMENTO.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 22) - O PODER EXECUTIVO PROVIDENCIARÁ A REALIZAÇÃO DE CONVENIOS COM A UNIÃO E O ESTADO, BEM COMO DE ACORDOS COM PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, VISANDO À PLENA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DA PRESENTE LEI.

ARTIGO 23) - A LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL SERÁ APLICADA SUBSIDIARIAMENTE PELO MUNICÍPIO.

ARTIGO 24) - FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A REGULAMENTAR A PRESENTE LEI NO QUE SE FIZER NECESSÁRIO, FAZENDO CONSTAR DO RESPECTIVO DECRETO AS MEDIDAS PUNITIVAS A SEREM IMPOSTAS AOS INFRACTORES. É FIXADO EM 120 (CENTO E VINTE) DIAS O PRAZO PARA REGULAMENTAÇÃO.

ARTIGO 25) - ESTA LEI ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.

ARTIGO 26) - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIO PARDO, EM 26 DE MAIO DE 1.980.

Fernando Wunderlich
FERNANDO WUNDERLICH
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EGAS CARVALHO HENES
EGAS CARVALHO HENES

DIRETOR ADMINISTRATIVO.


Prefeitura Municipal de Rio Pardo - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - LISTA DE ENDEREÇO

- PRS 99.0051.00001 - Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário
End.: Rua Júlio de Castilhos
- PRS 99.0051.00002 - Sobrado do Visconde de São Gabriel
End.: Travessa Pe. Broggi
- PRS 00.0051.00003 - Sobrado Braun
End.: Rua Júlio de Castilhos
Proprietário: Júlio Afonso Braun
- PRS 00.0051.00004 - Prédio Mertem
End.: Rua Júlio de Castilhos, 81 1178442
Proprietário: Arlindo Mertem
- PRS 00.0051.00005 - Prédio Freitas
End.: Rua Júlio de Castilhos, 640 1178405
- PRS 00.0051.00006 - Residência Wunderlich
End.: Rua Cel. Franco Ferreira, 120 3005472
Proprietário: José Ernesto Wunderlich
- PRS 00.0051.00008 - Residência Lima
End.: Rua Ernesto Alves, 531, 525 1178445
Proprietário: Rui Lima
- PRS 00.0051.00009 - Prédio Gomes
End. Rua Moinhos de Vento
Proprietário: Genival Gonsalo Gomes
- PRS 00.0051.00010 - Prédio Júlio Rodrigues Cardoso
End.: Rua Moinhos de Vento, 389
Proprietário: Júlio Rodrigues Cardoso
- PRS 00.0051.00011 - Residência da Família Santos
End.: Rua Ernesto Alves, 151 1178422
Proprietário: Alci Pinheiro dos Santos
- PRS 99.0051.00012 - Casa de Ernesto Alves, 135 1178419
Proprietário: Frigorífico 3C Ltda.
- PRS 99.0051.00013 - Sobrado das Águias
End: Rua Andrade Neves, 14 1177531
Proprietário: Magdala Raupp
- PRS 99.0051.00014 - Casa Juiz Abílio M. de Castro
End.: Rua Andrade Neves esq. Júlio de Castilhos
Proprietário: Família Panatieri
- PRS 00.0051.00015 - Sobrado Camargo
End.: Rua Júlio de Castilhos, 225 1178867
Proprietário: José Francisco Camargo
- PRS 00.0051.00016 - Casa Família Fanfa Onófrio
End.: Rua Júlio de Castilhos, 235 1178369
Proprietário: Mônica e Regina Fanfa Onófrio
- PRS 99.0051.00017 - Casa do Turista
End.: Rua Júlio de Castilhos, 371
Proprietário: Silvia Regina V. Bittencourt Lima
- PRS 00.0051.00018 - Residência Soares
End.: Rua Júlio de Castilhos
Proprietário: Ermínio Baraci Soares

- Município de Rio Pardo -

PROC: 0641-11.00/06-7

Fl: 25 

POPULAÇÃO

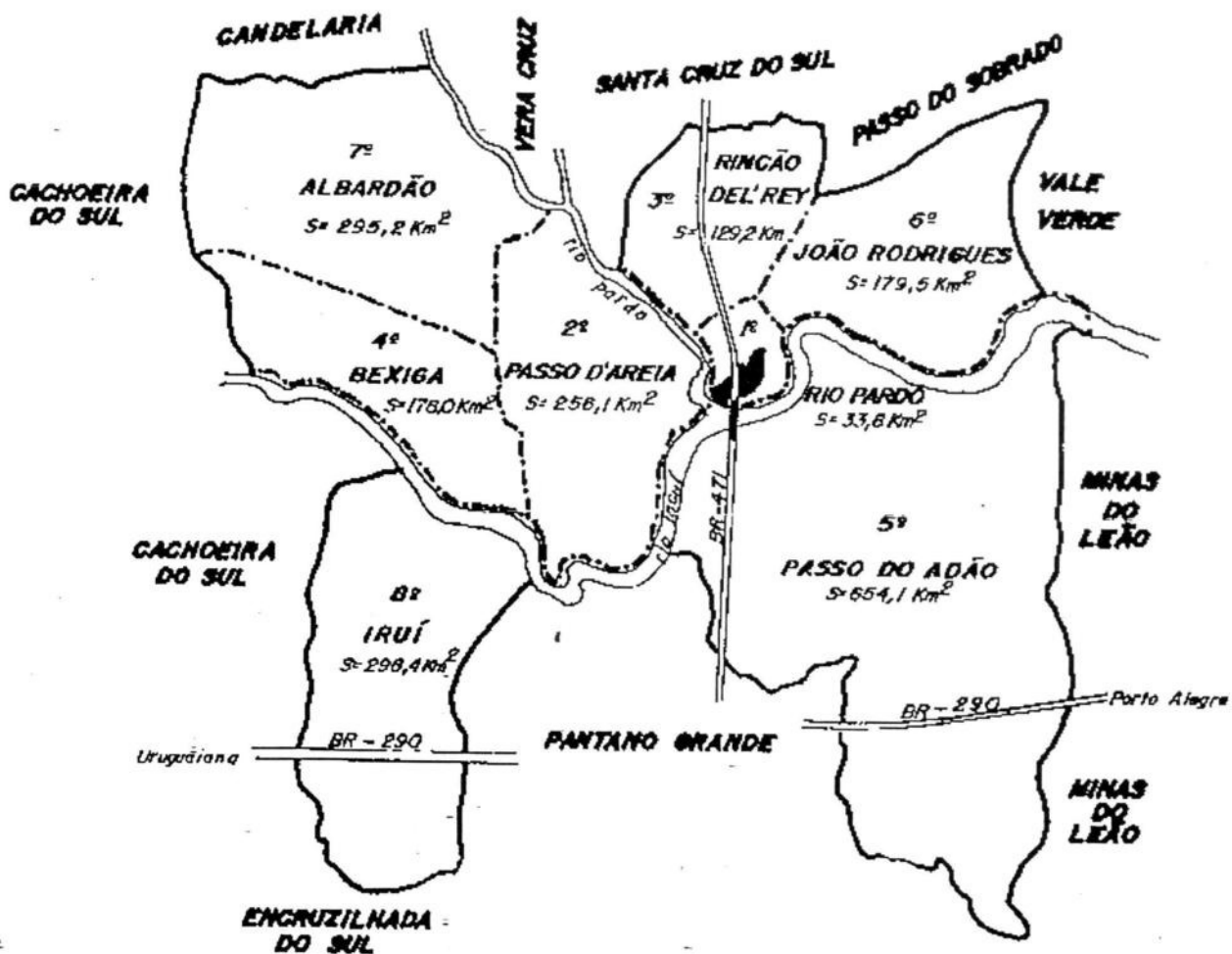
Urbana	21.603 habitantes
Rural	16.119 habitantes
Homens	18.444 habitantes
Mulheres	19.278 habitantes
Total	37.722 habitantes

ÁREA

O Município de Rio Pardo possui uma área de 2.024 Km².

DISTRITOS

O Município está subdividido nos seguintes distritos: Albardão, Bexiga, Irui, João Rodrigues, Passo do Adão, Passo da Areia, Rincão Del Rei.



[Handwritten signature]



- BAIRROS**
- 1..... CENTRO
 - 2..... SAO JOAO
 - 3..... BOM FIM
 - 4..... GUERINO
 - 5..... BOA VISTA
 - 6..... RAMIZ GALVAO
 - 7..... AUXILIADORA
 - 8..... SAO JORGE
 - 9..... FORTALEZA
 - 10..... JARDIM BOA VISTA
 - 11..... ROSARIO

RIO PARDO

Capa



Prédio começou a ser construído em 1762

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário é um templo doente. Estranho? Pois saiba que prédios também podem ter patologias. Nesses casos, porém, o diagnóstico é feito por arquitetos e não por médicos. E é exatamente isso que o Curso de Arquitetura e Urbanismo e o Núcleo de Planejamento Urbano (NPU) da Unisc estão fazendo na bicentenária Matriz de Rio Pardo. O Levantamento das Patologias da Igreja Matriz está avaliando os problemas da edificação e suas conclusões vão ser fundamentais para um futuro projeto de restauro.

Para substituir uma igreja de barro, taipa, em ruínas, o atual prédio da Matriz começou a ser erguido em 1762. Na época, o templo de estrutura colonial ocupava uma região privilegiada, uma das primeiras áreas ocupadas pelo núcleo urbano do município. Mesmo se tratando da Matriz, a obra, entretanto, levou tempo. Foi feita em etapas, que podem ser notadas a partir da análise dos diferentes tipos de técnicas de construção usadas. A edificação acabou sendo inaugurada apenas em 1779. A Matriz foi abrigo para muitas ordens religiosas que com o tempo seguiam para fundar seus próprios templos.

Conforme os coordenadores do

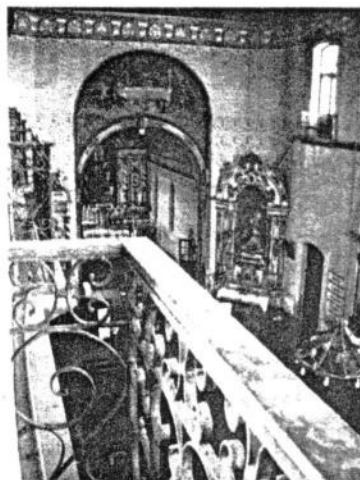
As colunas que ilustram as margens destas páginas são detalhes da pintura que toma todo o teto da Matriz de Rio Pardo

Igreja Matriz está doente

Curso de Arquitetura e do NPU, Heleniza Ávila Campos e Luiz Carlos Schneider, respectivamente, toda essa história está encravada no prédio. "A Igreja tem reminiscências do colonial até o eclético por causa das transformações que sofreu. Isso mostra as mudanças que fazem parte da evolução da sociedade", diz Schneider. Na cobertura, há uma tora de canela de quase 200 anos, e se tu tirares uma lasca, vai sentir o cheiro da canela", completa ele, observando que esse tipo de matéria-prima não existe mais. "Uma árvore como essa nenhum de nós viu."

Para Heleniza e Schneider a possibilidade de trabalhar na Matriz é uma oportunidade de produzir conhecimento. "Estamos aprendendo sobre uma série de técnicas que eram utilizadas há 100 ou 200 anos. É importante pesquisar, registrar e socializar esse conhecimento", diz Heleniza, lembrando que os alunos do curso também são beneficiados, pois atuam como bolsistas no projeto.

O diagnóstico das patologias começou em outubro e deve estar concluído em março do próximo ano. A primeira fase, que conta com professores do curso, três bolsistas e uma equipe da Prefeitura de Rio Pardo, foi de levantamento de documentos a respeito da Igre-



Levantamento vai diagnosticar as patologias

ja. Agora, eles estão terminando a análise da cobertura, da nave principal, do consistório, e das duas torres. "A parte de ripas e caibros está comprometida, mas a estrutura principal, as tesouras, está em bom estado", diz Schneider.

Auto-estima

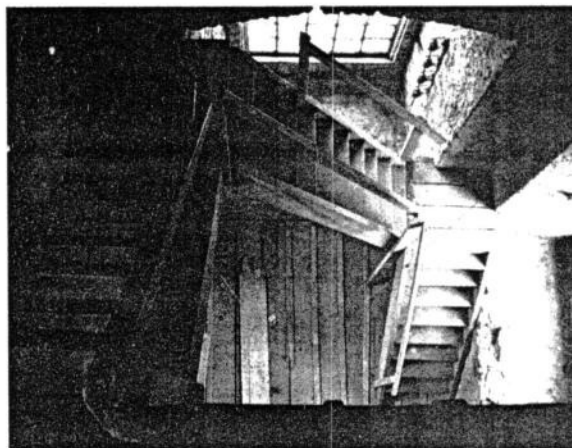
Até ser concluído, o levantamento vai analisar ainda as condições da alvenaria, fundações e dos revestimentos pictóricos. "Assim, vamos poder saber as técnicas que devem ser usadas numa restauração e seus custos", relatam eles. A investigação vai permitir que o restauro recue ao máximo no tempo a memória física da Matriz. As pinturas recentes, que não tenham um valor artístico reconhecido, por exemplo, poderão ser retiradas caso o que esteja atrás dela seja recuperável.

Para os professores, esse processo vai influenciar a comunidade rio-pardense. "Na medida em que a população vai se redescobrendo através dos registros históricos, ela vai valorizando outros elementos, outros monumentos, a forma de viver, de construir a cidade. É um resgate de auto-estima que é fundamental para qualquer plano de revitalização de espaços", diz Heleniza. Rio Pardo, pelo jeito, está no caminho certo. (L.F.)

Cuidado: ácaros, fungos e bactérias à espreita

Trabalhar com papel velho pode ser perigoso? Por mais incrível que pareça, a resposta é positiva. Sem tomar as medidas de segurança adequadas, o pesquisador de documentos antigos pode sofrer um ataque de ácaros, fungos ou bactérias, abrigados confortavelmente e muito bem alimentados por muitos anos nas pilhas de papel.

Um descuido pode resultar em doenças respiratórias, micoses e dermatite de contato (inflamação e irritação da pele). Então, todo cuidado é pouco: o profissional deve usar jaleco, luvas, máscara e óculos de proteção. Esses equipamentos, além disso, preservam os documentos do contato direto com a temperatura e a umidade natural do corpo humano.



Visão interna de uma das duas torres. Igreja foi construída em etapas



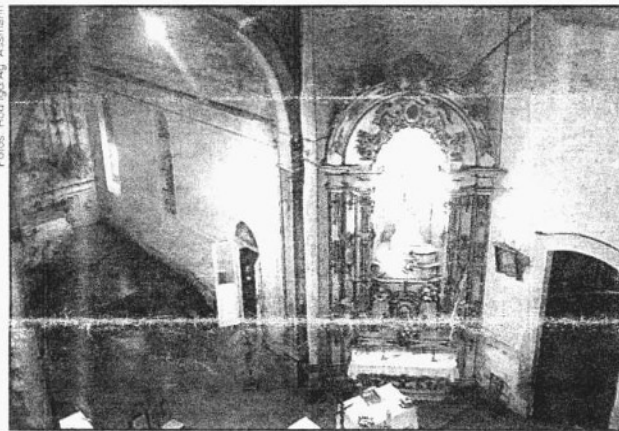
Rio Pardo tenta preservar a igreja-mãe

Comunidade iniciou esta semana campanha para obter recursos com o objetivo de restaurar a parte interna da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, o mais antigo templo existente na cidade, inaugurado em 1779

■ OTTO TESCHE

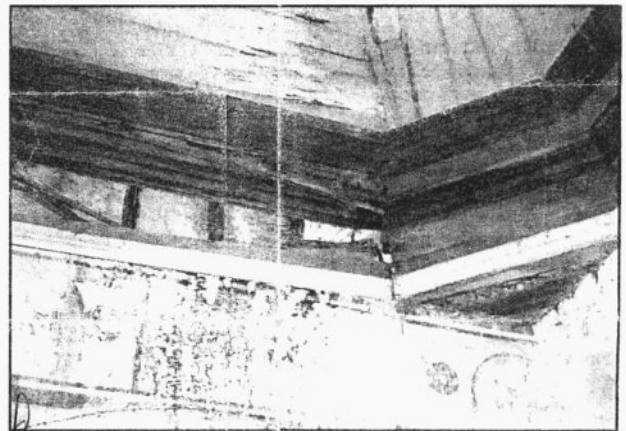
Um grupo de voluntários de Rio Pardo começou esta semana uma mobilização na comunidade para salvar um dos principais patrimônios históricos do município. O ataque de cupins e a infiltração de água em vários pontos está deteriorando a parte interna da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, cuja obra original foi inaugurada em 1779 e é considerada a igreja-mãe de todo o acervo de templos existente na cidade. A construção teve o trabalho das forças militares constituídas na época, o que explica a sua localização, afastada do centro, pois foi erguida dentro da área militar. A obra foi reformada em 1791, quando foi praticamente reconstruída, sendo a atual configuração inaugurada em 1801. Em 1927 houve a instalação da nova capela-mor.

A igreja é o único pré-



Problemas no interior do templo se acentuaram nos últimos anos

Proc: 0641-11.00/06-7



Nave central da igreja apresenta infiltração de água e ataque de cupins

dio tombado pela lei municipal de preservação do patrimônio, criada no início da década de 1980. O município de Rio Pardo é considerado pioneiro no Estado na instituição da legislação, apesar de jamais ter conseguido colocá-la em prática de forma a garantir a manutenção do acervo histórico. Os principais problemas no templo e que

necessitam de ações com urgência se localizam na cobertura da capela-mor e na nave central.

A restauração da igreja possui projeto há quase duas décadas. A elaboração foi coordenada pela arquiteta Vera Becker, de Porto Alegre. O estudo, conforme a arquiteta Vera Schultze, que participou do trabalho como co-autora, começou

em 1981 com o levantamento físico do templo, sendo a proposta concluída em 1983. Três anos depois foram realizados os primeiros serviços de reforma com o retelhamento, amarração de telhas e substituição dos caibros danificados.

No ano de 1987 ocorreu a restauração do interior das duas torres e substituição

das esquadrias externas do lado das epístolas do lado sul, além da recuperação do vão das janelas. No ano seguinte houve a recuperação do reboco externo, parte das obras que consumiu até agora maior soma de recursos. Em 1996 foi realizada a pintura externa do templo e desde então não houve mais nenhuma obra prevista no projeto.

Vera Schultze explica que as obras executadas até agora representam em torno de 60% do que estava previsto no projeto. Os trabalhos foram todos executados com recursos de campanhas comunitárias, com exceção da troca de janelas, que teve o apoio do Ministério da Educação e Cultura por meio da Secretaria do Patrimônio Histórico.

Obra depende da participação comunitária

A arquiteta Vera Schultze explica que a nova campanha vai buscar recursos para a limpeza geral do templo e a aplicação de um produto contra os cupins no interior da Igreja do Rosário. O grupo de trabalho ainda possui menos de dez pessoas e a idéia é constituir uma associação com o objetivo de viabilizar a obtenção de recursos por meio das leis federais e estaduais de incentivo fiscal. Conforme a arquiteta, a intenção é contratar empresas especializadas para o trabalho de des-

cupinização. Mas também deverá ser realizada a revisão da rede elétrica, recuperação da madeira dos altares e da pintura interna.

Vera Schultze explica que o grupo está partindo do zero em termos de recursos para iniciar as obras na parte interna da igreja. "Mas temos muita esperança, pois a comunidade sempre atendeu aos apelos quando necessário, sendo a prova os trabalhos realizados em outros templos da cidade", destaca. A arquiteta explica que uma equipe técnica pre-

cisa sentar diante do projeto e atualizar o valor dos recursos previstos. Por isso, não há previsão do custo total. Mas o passo inicial será remotivar a comunidade para que colabore com a campanha. Vera destaca que o grupo está aberto à adesão de voluntários interessados em colaborar na captação de recursos. Para viabilizar a ajuda por meio da lei de incentivos fiscais, a arquiteta explica que a associação, que ainda deverá ser criada, deverá reapresentar o projeto ao Ministé-

rio de Educação e Cultura para aprovação no Conselho de Cultura.

Vários trabalhos de restauração da igreja exigem a contratação de especialistas. Além da pintura das paredes e do teto, os retábulos são considerados o maior patrimônio do templo, com características barrocas. Os dois mais significativos e que fazem parte dos registros do acervo brasileiro são o das Dores, pertencente à primeira fase, e o mor, da terceira fase, ambos criados no século 18. A igreja também possui em seu interior diversas imagens de madeira com importância do ponto de vista artístico, como a da padroeira Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora das Dores, do Cristo articulado e de São Francisco.

A arquiteta Vera Schultze explica que os retábulos sofreram intervenção com uma restauração na década de 30. Os detalhes em ouro foram pintados na época com dourado e a cor original praticamente desapareceu. As pinturas no teto, conforme a arquiteta, também deverão ser alvo de estudo, pois não se sabe a idade correta, o autor e se são criações para a igreja ou apenas cópias.



Retábulos fazem parte do acervo barroco brasileiro



Pinturas necessitam da intervenção de especialistas



Padre Décio Weber e a arquiteta Vera Schultze: trabalho exige apoio de voluntários

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

Departamento de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias
Núcleo de Planejamento Urbano e Regional

Projeto de Pesquisa

**Diagnóstico de patologias na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de
Rio Pardo (RS)**

Santa Cruz do Sul, junho de 2003.

1. Dados de Identificação do coordenador e equipe:

1.1 Dos Coordenadores

a. Nome: Dra. Heleniza Ávila Campos

Formação: Arquitetura e Urbanismo

Unidade Acadêmica: Departamento de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias

Regime de Trabalho: 40 horas (integral)

Número de Horas Semanais de Dedicação ao Projeto: 4 horas

b. Nome: Ms. Luiz Carlos Schneider

Formação: Arquitetura e Urbanismo

Unidade Acadêmica: Núcleo de Planejamento Urbano e Gestão Municipal / Departamento de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias

Regime de Trabalho: funcionário 30 horas (parcial) / professor horista

Número de Horas Semanais de Dedicação ao Projeto: 4 horas

1.2 Dos Integrantes:

a. Ms. Ana Suely Zerbini

Formação: Arquitetura e Urbanismo

Unidade Acadêmica: Departamento de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias

Regime de Trabalho: horista

Número de Horas Semanais de Dedicação ao Projeto: voluntária

b. Ms. Maria da Graça Sebben

Formação: Arquitetura e Urbanismo

Unidade Acadêmica: Departamento de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias

Regime de Trabalho: horista

Número de Horas Semanais de Dedicação ao Projeto: voluntária

c. Vera Schultz

Formação: Arquitetura e Urbanismo

Número de Horas Semanais de Dedicação ao Projeto: voluntária

d. Miguel Ângelo Silva da Costa

Formação: História

Titulação: Graduado

Coordenador Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo

e. Viviane Iserhard

Formação: Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – UNISC

Enquadramento institucional: estagiária da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Rio Pardo

1.3. Dos candidatos a bolsistas:

a. Nome: Rafael Martin

Curso: Arquitetura e Urbanismo – UNISC

Bolsa PIBIC - CNPq, 20 horas

Período: 08 de agosto de 2003 a 30 de julho de 2004

b. Nome: Joceline Hepp

Curso: Arquitetura e Urbanismo – UNISC

Bolsa PIBIC - CNPq, 20 horas

Período: 08 de agosto de 2003 a 30 de julho de 2004

1.3. Do Projeto:

- a. Título: Diagnóstico de patologias na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (RS)
- b. Período de vigência do projeto: 12 meses
- c. Área do conhecimento (UNISC): 6.04.02.00-8 - Projeto de Arquitetura e Urbanismo
- d. Linha de Pesquisa: História: cultura e sociedade
- e. Período de execução: início - agosto de 2003; término – julho de 2004;
- f. Local de execução: Rio Pardo (Secretaria de Turismo e Cultura) e UNISC

2. Introdução

Este projeto de pesquisa apresenta uma atualização do cadastro pré-realizado da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (RS), bem como identificação das patologias da edificação, no sentido de subsidiar projeto de restauro da obra. A pesquisa resulta de parceria entre a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, através do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Núcleo de Planejamento Urbano e Gestão Municipal e a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, através da Secretaria de Turismo e Cultura e do Arquivo Histórico Municipal. O Município localiza-se na região central do Rio Grande do Sul, constituindo-se em importante centro histórico no que concerne à formação do estado (ver planta do centro histórico do município em anexo, com destaque para localização da referida Igreja). A igreja Matriz, portanto, representa não apenas parte da história da região em que se insere, mas revela uma tipologia arquitetônica de valor bastante significativo para o patrimônio histórico gaúcho (ver figuras da edificação em anexo).

3. Justificativa

A origem da cidade de Rio Pardo, situada no Rio Grande do Sul, remonta ao início do século XVIII em um período marcado pelas constantes disputas territoriais entre as coroas ibéricas. Por volta dos anos 1752 e sob ordem de Gomes Freire de Andrade foi edificada uma fortificação com o nome de Jesus Maria e José. Esta fortificação, situada na confluência dos Rios Pardo e Jacuí na região central do Estado, teve um importante papel no processo de demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri, assinado por Portugal e Espanha em 1750. Foi a partir da construção desta fortaleza que se formou um sistema de resistência militar portuguesa às constantes invasões espanholas que se constituíam em sérias ameaças para consolidação do território

gaúcho. Ao lado das ações militares que determinaram a origem do núcleo urbano cresceram também as ações civis e Rio Pardo, gradativamente, tornou-se um importante entreposto comercial, sede de governo e centro de propagação da cultura lusitana para toda região.

Neste contexto geral de desenvolvimento e de prosperidade surgem as primeiras edificações religiosas do núcleo urbano, entre as quais destacamos a *Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo*, tema deste projeto de pesquisa. Ao falar-se em Rio Pardo, associa-se de imediato a imagem da cidade com a existência e o significado do seu rico patrimônio arquitetônico, em especial a arquitetura religiosa. Na verdade, esta associação é feita não somente pelos rio-pardenses, mas de forma geral, abrange toda a região e o estado, através do conteúdo da história e dos diversos valores culturais, artísticos e afetivos ligados às edificações. São valores que se refletem especialmente na Igreja Matriz, pois se constitui em um monumento de referência ligado profundamente a própria história do Rio Grande do Sul.

Apesar do reconhecimento da importância de preservação do patrimônio arquitetônico urbano de Rio Pardo ter sido uma questão já levantada desde o primeiro quartel do século XX, pode-se dizer que a primeira medida efetiva aconteceu somente com o tombamento da Rua da Ladeira em nível nacional, e constante do Processo nº 521 - T de 16 de março de 1955. Com o declínio econômico da cidade a partir da segunda metade do século XIX, a maior parcela do patrimônio ficou sujeita à precariedade dos poucos recursos privados existentes para sua preservação. A cidade continua enfrentando sérios problemas econômicos que, por sua vez, refletem-se cada vez mais na deterioração do patrimônio histórico e arquitetônico. Ainda assim, diferentes ações têm sido realizadas para procurar-se reverter este processo. Em 1985, a Prefeitura Municipal iniciou a organização de um levantamento geral do patrimônio arquitetônico localizando as principais edificações urbanas e registrando as tipologias arquitetônicas pelos desenhos dos perfis das ruas da área central. E é na área central, espaço de localização da *Igreja Matriz*, que se mantém ainda hoje a dinâmica do centro comercial e social urbano, coexistindo com um rico patrimônio pertencente a épocas distintas. Houve também o tombamento do "Colégio Militar", protegido pela portaria nº 12/86, de 12 de novembro de 1986 e que atualmente está sendo restaurado pelo Instituto de Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Histórico do Estado do Rio Grande do Sul - IPHAE/RS para sediar futuramente um centro cultural regional.

Nestes esforços conjuntos para o reconhecimento do importante acervo arquitetônico da cidade deve ser citada ainda a organização de um levantamento global do patrimônio histórico arquitetônico realizado nos anos de 1999 e 2000 (IPHAE e Prefeitura Municipal) bem como a elaboração do primeiro Plano Diretor Urbano, aprovado em início de 2000 (Fundação de Planejamento Regional e Metropolitano - METROPLAN e Prefeitura Municipal). O Plano Diretor relacionou alguns dos principais imóveis e obras de valor arquitetônico, histórico e cultural, procurando incentivar a preservação dos prédios mais significativos.

Neste contexto de diferentes ações visando conhecimento e regulamentação de medidas de proteção ou valorização do patrimônio arquitetônico a Igreja Matriz destaca-se enquanto monumento urbano, constituinte da paisagem e da memória de todos habitantes. A *Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário* ou simplesmente *Igreja Matriz* está localizada na rua Júlio de Castilhos, ou antiga rua da Ladeira ocupando uma posição de destaque na malha urbana. A Matriz é a maior igreja do município e segundo Laytano (1946) foi inaugurada em 1779, quando se rezou a primeira missa no local. Na paisagem urbana constitui-se em um marco onde suas torres de 18 metros de altura são vistas desde as margens do rio Jacuí.

A construção da Igreja foi iniciada no século XVIII pelo engenheiro militar Francisco João Róscio e é pertencente ainda a arquitetura colonial brasileira, mas não foi completada neste período o que ocasionou a sobreposição de linguagens distintas ao longo de sua construção. A planta apresenta uma configuração retangular, com espessas paredes de pedra em suas laterais, onde estão localizados diversos nichos para composição dos oratórios. A utilização de uma escada em nível intermediário entre Igreja e praça segue uma idéia de contextualização típica do barroco. Este espaço de transição intermediário entre a Matriz e a praça tem o sentido da busca dos fiéis, e ali estão ainda localizados os frades, ou seja, os marcos de pedra utilizados para amarração dos cavalos. Internamente a igreja apresenta diversas sacadas ou balcões que eram utilizados pela antiga elite da comunidade como a nobreza, negociantes ricos e clero. Em seu interior existem também sete altares, além do coro, sacristia e batistério. Logo no acesso da Igreja, à esquerda, está localizado o túmulo do Barão do Triunfo, herói da Guerra do Paraguai.

A Igreja Matriz passou por inúmeras restaurações e reformas ao longo de sua existência, sendo que a penúltima, executada em 1930, descaracterizou os altares internos. É importante frisar que a Matriz guarda também uma série de objetos e imagens de inestimável valor artístico e histórico. Entre eles a estátua do Cristo, articulada e em tamanho natural, também conhecida como a imagem do Senhor Morto. Esta imagem, adquirida em 1848, destaca-se pelo seu realismo e faz parte de uma tradição durante a semana Santa em Rio Pardo, quando os cravos da cruz de Cristo são retirados e a estátua é levada em procissão pelo povo através das ruas da cidade.

A Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, através do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Núcleo de Planejamento Urbano e Gestão Municipal, em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Pardo através do Arquivo Histórico do município, está engajada para que as ações de preservação do patrimônio cultural possam servir de contraponto frente às profundas mudanças que tem marcado a sociedade e as transformações do espaço construído no século XX. Em tempos de globalização, mas também de descoberta e valorização das forças do lugar e do local, a futura restauração e preservação da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo é parte essencial no reconhecimento da memória e da valorização de uma identidade cultural ligada a um território. Desta forma que, entende-se que este projeto de "Identificação das patologias da Igreja Matriz de Rio Pardo" está inserido em conjunto com atividades que visam incentivar o desenvolvimento econômico local, através de ações como o turismo bem como reintegrar de forma plena o patrimônio na vida do cidadão e da comunidade.

4. Fundamentação teórica (revisão da literatura)

4.1 Breves considerações sobre o Patrimônio Arquitetônico e seus valores constitutivos

A substância e a expressão decorrente de todas as manifestações humanas correspondem a uma primeira aproximação do que constitui o patrimônio cultural de diferentes sociedades. Neste sentido, para a definição mais clara do que se entende por Patrimônio Cultural, pode-se dizer que:

"se configura como a herança cultural que recebemos de nossos antepassados, que não é transmitida biologicamente e que está na base da configuração e dos padrões da cultura que produzimos e vivenciamos hoje. Esta idéia poderia nos levar a ver o Patrimônio

Cultural como a inteligência histórica cristalizada, e transmitida culturalmente. Uma definição mais restrita para a palavra patrimônio, que nos concerne mais diretamente, é a que se refere às evidências materiais da cultura, das manifestações e dos processos culturais que expressam a forma e o conteúdo dessa herança. Teremos assim uma definição de Patrimônio Cultural como o produto dessa inteligência histórica, cristalizada nos bens e nos comportamentos culturais." (Horta, Anais do 1º Congresso Latino Americano sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística, 1991, p. 66)

Portanto, sob a denominação de patrimônio cultural, são englobados um conjunto de bens de natureza material e imaterial resultantes da produção cultural, estendendo-se, respectivamente, tanto às formas corpóreas quanto às incorpóreas, tais como os modos de expressão, de fazer e de viver da sociedade. Neste amplo espectro de abrangência das manifestações culturais, a produção arquitetônica caracteriza o foco de interesse específico desta pesquisa e para tanto, é necessário considerarem-se alguns conceitos e definições básicas.

O patrimônio arquitetônico e urbanístico é uma parte integrante da ação "cristalizada" em determinado espaço e tempo, constituindo-se em uma evidência material, a partir do espaço construído pelo homem, que dá suporte a todas as suas atividades e a sua existência.

Em relação à arquitetura, é possível perceber que esta representa um aspecto de uma realidade muito mais complexo. Mas, ao mesmo tempo, segundo Rossi (1995), é o último dado verificável dessa mesma realidade, porque trata-se de uma materialização edificada no espaço e no tempo.

A evolução destes conceitos, da própria cidade como um artefato, implica, atualmente, em cogitar o fenômeno da urbanização como uma manifestação cultural de preciso interesse social. O enfoque preservador de uma cidade estende-se para as relações das infinitas atividades exercidas através de inúmeros artefatos dispostos no espaço segundo suas funções ou atribuições, e interessam à compreensão do que seja o patrimônio ambiental urbano. Contudo, para Rossi (1995), apesar de podermos estudar a cidade de muitos pontos de vista diferentes, ela sempre emerge de modo autônomo quando a consideramos como espaço construído, como arquitetura.

Monumento, portanto, no seu sentido original, integrava um forte vínculo com o passado, mas em um sentido de perpetuar ou de referenciar as práticas, a memória viva de uma comunidade. A perda da memória nos monumentos é o que leva a troca da sua função de signo pela de sinal.

4.2 Critérios e valores dos ambientes construídos urbanos

De forma genérica as excepcionalidades são reconhecidas como pertencentes à estrutura primária urbana, constituindo-se em elementos que se identificam com os próprios fatos constituintes do espaço urbano, tais como monumentos, atividades fixas que também constituem elementos primários no contexto da cidade, tais como as lojas, edifícios públicos e comerciais, equipamentos urbanos diversos, como escolas, hospitais etc. A ligação da preservação a estes valores, definindo importâncias que podem não estar diretamente vinculados à memória, num primeiro momento.

Num segundo momento, com o reconhecimento da importância da arquitetura menor, as "recorrências", entendidas aqui como linguagens mais homogêneas reconhecíveis pela sua participação na composição do tecido urbano enquanto totalidade

(conjuntos urbanos, tipologias residenciais, etc.), assumem gradativamente um papel de patrimônio reconhecido pela comunidade.

Os elementos primários formam um conjunto de elementos que funcionam como núcleo de agregação, participam da evolução e do desenvolvimento da cidade de forma permanente. No entanto, Rossi (1995) acrescenta que não necessariamente apresentam-se somente como fatos físicos ou materiais, podendo constituírem-se também, por exemplo, de um lugar ou de um acontecimento importante que deu origem a transformações espaciais. Na dinâmica da cidade, os elementos primários têm um papel fundamental dado principalmente "...pela sua insistência num lugar, pelo desenvolvimento de uma ação precisa, pela sua individualidade. A arquitetura é o momento último deste processo e é também, o componente detectável da estrutura complexa." (Rossi, 1995, p.117).

Reconhecendo aos elementos primários este caráter decisivo e permanente na formação da cidade, chegamos ao conceito e ao papel dos monumentos já descritos neste trabalho. Para Rossi (1995), os elementos primários configuram permanências que são detectáveis não somente pelos monumentos mas também pelas persistências do próprio traçado e do plano da cidade.

"...inclino-me a crer que os fatos urbanos persistentes se identificam com os monumentos, que os monumentos são persistentes na cidade, e persistem efetivamente, inclusive do ponto de vista físico. (salvo, enfim, casos bastante particulares). Essa persistência e permanência é dada por seu valor constitutivo, pela história e pela arte, pelo ser e pela memória." (Rossi, 1995, p. 56)

Contudo, Rossi (1995) entende que o processo dinâmico da cidade tende mais à evolução do que à conservação. Com a diferença de que na evolução os monumentos conservam e podem representar fatos propulsores do próprio desenvolvimento urbano.

Dos conceitos de excepcionalidades e recorrências, elementos primários e áreas residenciais, destacam-se algumas conclusões importantes. Em um primeiro momento, conforme já descrito, são conferidos tratamentos diferenciados quanto à preservação. As excepcionalidades, tomando-se como exemplo os monumentos, têm comumente uma vida longa caracterizada pelo fato de que constituem-se também como elementos primários urbanos. As recorrências, ao contrário, como por exemplo as áreas residenciais, apesar de formarem a maior parte da superfície das cidades têm uma existência transitória marcada essencialmente pela transformação.

Em um segundo momento, começa-se a perceber que recorrências e excepcionalidades estão vinculadas também, segundo Rigatti (1990), a noções de ambiência e de memória.

"Falar em ambiência é falar de forma integrada de espaços e socialidades, constituintes de lugares urbanos. Chamamos de ambiência ao sistema de práticas cotidianas que são desempenhadas em espaços de socialidades de um determinado grupo social." (Rigatti, 1990, p.5)

Neste contexto da ambiência, insere-se a importância da memória social ou coletiva, entendida como um saber que a sociedade tem de si própria e que está vinculada também a uma memória e territorialidade espacial.

As questões básicas para a preservação passam portanto a incluir não mais somente o objeto em si, o que poderia esvaziar o seu conteúdo e a sua verdadeira essência e razão de existir. De forma mais ampla, a preservação deve englobar, na medida do possível, esta noção de ambiência e de memória, das interdependências entre vivências e espaço construído, sejam consideradas excepcionalidades ou recorrências. Os valores inerentes à preservação da arquitetura têm origem no seu contexto de produção histórica, suas qualidades artísticas e sua significância enquanto parte da memória coletiva ou das práticas sociais exercidas no cotidiano.

4.3 Valores constitutivos do Patrimônio

Para discorrer sobre as naturezas implícitas no processo de preservação do patrimônio cultural e arquitetônico, é necessário falar sobre os valores que são atribuídos a um determinado conjunto de objetos e artefatos, lembrando serem estes historicamente marcados. Entender os valores pressupõe sempre o conhecimento de um processo onde diferentes sistemas de ações e de técnicas interagem continuamente com um sistema de objetos, inserido em espaços-tempos específicos. Neste contexto os significados do patrimônio arquitetônico estão associados também a formas distintas de sociabilidade, extremamente variáveis e que conferem sentido às práticas e apropriação dos espaços públicos e privados.

No sentido de estabelecer referências para entender o processo de reconhecimento dos bens culturais, e conseqüentemente do patrimônio arquitetônico, propõe-se seguir a atuação dos órgãos oficiais do patrimônio, baseada fundamentalmente, segundo Menezes (1992), em duas vertentes onde uma tem natureza científica e a outra, política.

A *natureza científica* corresponde a visão que alia o conhecimento científico sobre um determinado sistema de objetos ou artefatos reconhecidos como patrimônio. Reflete, portanto, sobre os sistemas de valores formulados pela sociedade, segundo critérios científicos aceitos em um determinado momento histórico. Neste contexto, por exemplo, procurou-se refletir neste trabalho sobre os conceitos de cultura, patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico e sua leitura no espaço urbano a partir das recorrências e excepcionalidades. A complexidade do tema, em especial da cidade vista como um sistema espacial, inclui áreas diferentes do conhecimento humano, e sendo de natureza interdisciplinar possibilita múltiplos enfoques sobre a valorização de um determinado artefato.

A natureza científica age, portanto, sobre um determinado sistema de valores ligados ao reconhecimento dos objetos pertencentes ao patrimônio cultural. Conforme Menezes (DPH, 1992), destacam-se quatro categorias que são correspondentes aos valores cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos.

São **valores cognitivos** (Menezes, 1992) todos aqueles que ampliam os conhecimentos sobre um artefato, assegurando um domínio da informação transmitido pelo próprio objeto a partir da sua existência. Por exemplo, os inúmeros fatores de ordem social, política e econômica que possibilitaram a sua origem, a sua disposição no espaço, a morfologia e fisiologia, a matéria prima utilizada, as condições ideológicas e simbólicas para sua produção bem como os saberes e conhecimentos exigidos, etc..

Os valores **formais** são entendidos como os capazes da mobilização de certas características ou propriedades físicas dos objetos, com o objetivo de atribuir determinadas funções estéticas. Neste sentido, a função estética está ligada "...à possibilidade de certos atributos formais potencializarem a percepção, num dado contexto sociocultural, permitindo, assim, a construção de um universo de sentido." (Menezes, 1992, p.193).

Como mais duas categorias, encontram-se os valores **afetivos e pragmáticos**. Os primeiros, ligados às relações subjetivas entre objeto e população, remetem aos sentimentos desta, de identificação e de reconhecimento, inserido na memória individual e coletiva. Já os valores pragmáticos caracterizam-se como inerentes ao uso do objeto em si, e de sua utilidade em um determinado tempo/espaço. Este, talvez, seja o valor mais discutido, visto que o processo de transformação contínua do espaço urbano remete à situações de descaracterização dos artefatos pela sua constante necessidade de readequação ou de seu reaproveitamento e utilização. Trata-se aqui da obsolescência e do envelhecimento das edificações ao longo do processo de evolução e desenvolvimento urbano.

Todos estes valores citados criam referências fundamentais para a compreensão dos artefatos considerados como patrimônio cultural e arquitetônico. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que estes estão também inseridos em uma representação social composta pelas aspirações, expectativas, pela ideologia contida no imaginário coletivo.

Nesta segunda natureza da preservação do patrimônio cultural, definida como *política*, apresenta-se a criação e consolidação das diretrizes capazes de orientar e assegurar as condições e as formas de preservação do patrimônio arquitetônico. A natureza política da preservação está intrinsecamente ligada ao processo de reconhecimento e negociação dos valores que são atribuídos aos bens culturais e também às possibilidades oferecidas por um sistema de técnicas gerados pela acumulação dos conhecimentos de natureza científica.

4.4 Comentários acerca do restauro enquanto resgate da história do lugar.

Conforme visto anteriormente, ao longo da História, o conceito de monumento teve inúmeros significados, tais como: marco comemorativo, mausoléu, relíquias relacionadas à eternidade e ao divino, obras da Antigüidade, testemunho, documentos ou signos do passado, recordação comemorativa da glória humana ou divina. Monumento seria portanto, tudo aquilo que pode representar valor para o conhecimento da cultura do passado histórico.

Assim, também o conceito de restauração passou por modificações em seu significado ao longo da História. Podemos identificar três momentos principais nesse sentido: o primeiro, que vai da Antigüidade até o início do Renascimento, o segundo, que abrange desde o florescimento do Humanismo até a Ilustração e o terceiro, a partir do século XIX.

Ao longo de sua trajetória, o conceito de restauração esteve relacionado principalmente com obras de arte e, em sua prática, envolveu a discussão de critérios quanto à autenticidade, estima, retorno ao estado anterior. Passou por etapas que, posteriormente, foram classificadas e identificadas como:

- **Restauração estilística**, que é caracterizada pela conservação dos elementos existentes nos monumentos e pela reprodução do que manifestamente teria existido.
- **Restauração histórica**, caracterizada pela necessidade de documentação histórica para justificar cada intervenção.
- **Restauração científica**, que propugna a conservação do existente, desaconselhando a colocação de novos elementos, considerados descaracterizantes.

Para Roberto di Stefano, a restauração é o conjunto das definições técnicas e científicas aplicadas para assegurar, no âmbito de uma metodologia crítico-estética, a continuidade temporal de uma obra de arte. Já Cesare Brandi afirma que a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua

consistência física e em sua dupla polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro. Para ele, temos dois preceitos a serem seguidos na restauração das obras de arte:

- (...) restaura-se somente a matéria da obra de arte;
- (...) a restauração deve ser voltada ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que seja possível, sem cometer falsificação histórica nem apagar vestígios da trajetória da mesma através do tempo.

Segundo Carlos Chanfón, a restauração se constitui, portanto, na técnica de intervenção profissional adequada aos bens patrimoniais, sendo aplicada com a finalidade de proteger e assegurar a capacidade peculiar de delação que estes possuem, condição fundamental e necessária para o conhecimento da cultura. Deve-se restaurar não somente para proteger as fontes objetivas do conhecimento histórico, mas também para garantir a permanência das evidências, nas quais se fundamenta a consciência da identidade.

Para orientar a prática da preservação foram criados organismos internacionais e estabelecidas diretrizes que ficaram conhecidas como as Cartas de Restauração. Estes documentos estabelecem critérios de intervenção e discutem conceitos como autenticidade ou falsidade. Em síntese, a principal afirmação a esse respeito é a de que a restauração deve parar quando se iniciam as hipóteses" (Custódio, 1979).¹

Desta forma, no que se refere aos critérios de intervenção aplicáveis aos bens culturais, destaca-se como referência a Carta de Veneza, de 1964, de onde salientam-se as seguintes definições:

Artigo 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 3º - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; (...).

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A

¹ CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. *Patrimônio Edificado – Conservação e ética*. In Ciências e Letras.- n.1. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1979.

restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, (...).

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

Artigo 16º - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.²

Considerando tais aspectos mencionados nas citações acima, observa-se que as técnicas de restauro visam ressaltar a importância do patrimônio no contexto urbano em que o monumento se encontra inserido, exigindo cuidados e reflexões sistemáticas sobre a forma de sua implantação. A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, enquanto elemento primário da estrutura urbana, constitui-se num monumento de singular significado histórico e arquitetônico para a comunidade local, para a região e mesmo para o estado do Rio Grande do Sul.

5. Problematização do tema de pesquisa

A igreja Matriz, apesar de sua importância, apresenta graves problemas de conservação que comprometem inclusive a continuidade de seu uso regular pela comunidade local. É imprescindível a realização de um projeto de levantamento, análise e diagnóstico dos principais problemas que afetam a estrutura e a preservação de seus elementos arquitetônicos e artísticos. As condições atuais precárias da edificação – **péssima conservação de forros, revestimentos e esquadrias; rachaduras em paredes; cobertura com problemas de infiltração**, entre outros estão de forma **definitiva**

² Fonte: www.iphan.gov.br - Legislação – Cartas Patrimoniais – Carta de Veneza, 1964.

comprometendo a integridade do monumento. Neste sentido, o projeto de identificação das patologias da obra tem o objetivo de integrar-se as diferentes ações de reconhecimento e preservação do patrimônio urbano, subsidiando informações que possibilitem avaliar precisamente quais os recursos necessários para um futuro projeto de restauração.

6. Objetivos:

Geral:

- a) Realizar diagnóstico sobre as atuais condições físicas e estruturais da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo(RS), com vista a criar subsídios para o desenvolvimento posterior de projeto de restauro.

Específicos:

- a) Atualizar e fazer breve conferência de cadastro realizado em 1985, a partir de material disponibilizado;
- b) identificar as patologias, a partir de trabalhos de campo e elaborando catalogação de danos, utilizando serviços laboratoriais específicos;
- c) Sistematizar informações históricas e arquitetônicas sobre a edificação da Igreja Matriz;
- d) Apresentar propostas de orçamentos gerais com vistas a projetos de restauro.

7. Metodologia

a. Participação nas discussões sobre métodos e técnicas de pesquisas acerca de patologias de construção – montagem de formulários e verificação de experiências similares ou referências;

Responsáveis: Ana Suely Zerbini, Maria da Graça Sebben, Heleniza Ávila Campos, Luiz Carlos Schneider, Vera Schultz, bolsistas

b. Levantamento de dados históricos sobre a edificação e seu entorno espacial;

Miguel Ângelo Silva da Costa, Luiz Carlos Schneider, bolsistas

c. Levantamento de patologias da edificação;

Vera Schultz, Ana Suely Zerbini, Maria da Graça Sebben, Luiz Carlos Schneider, Heleniza Ávila Campos, bolsistas

d. Graficação da edificação em AUTOCAD – digitalização das plantas e das localização das patologias, identificando graus de intensidade;

Ana Suely Zerbini, Maria da Graça Sebben, bolsistas

e. Apresentação final de diagnóstico / resultados;

9. Orçamento

Recursos Humanos

Integrantes	Formação / Titulação	Condição de participação
Heleniza Á. Campos	Arquiteto / Doutor	Coord.
Luiz C. Schneider	Arquiteto / Mestre	Coord. / Professor voluntário
Maria da Graça Sebben	Arquiteta / Mestre	Professora voluntária
Ana Suely Zerbini	Arquiteta / Mestranda	Professora voluntária
Vera Schultz	Arquiteta	Arquiteta voluntária
Miguel Á. S. da Costa	Historiador	Coord. Arquivo Municipal
Viviane	Graduanda	Estagiária Prefeitura
Rafael Martin	Graduanda	Bolsista / Voluntário
Joceline Hepp	Graduanda	Bolsista / Voluntário

Materiais de consumo

papel manteiga	2 rolos	
Grafite 0,5 mm	3 caixas	
Lapiseiras	5 unid.	
Borracha	5 unid.	
Canetas	2 unid.	
Hidrocores	2 caixas padrão	
CDs	5 unidades	
Disquetes	5 caixas de 10 disquetes	
Filme fotográfico	5 cartuchos	
Cartucho de tinta preto	4	
Cartucho de tinta colorido	2	
Folhas de papel A4	2 pacotes de 500 folhas	
Folhas de papel A3	1 pacote de 500 folhas	
Planilhas	5	

Materiais permanentes

Máquina fotográfica digital	1	
Computador com monitor de 17", com gravador de CD	1	
trenas	3	
lanternas	3	
Capacetes de obras	3	

Transporte / alimentação

Viagens SCS - RP - SCS 70 km (ida e volta) - 3.360 Km	48	
Alimentação	48	

Serviços de terceiros / laboratórios

Cópias xerox comum	500	
Cópias xerox em metro	500	
Revelações de filmes fotográficos - 24 poses	5 filmes	
Revelação de slides 24 poses	5 filmes	
Laboratório de química Análise de fungos		
Laboratório de tecnologia da construção - resistência de materiais construtivos		

10. Referências bibliográfica e bibliografia que será utilizada.

- AGUIAR, Joaquim Castro. "*Direito da cidade*." Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1996.
- ANTUNES, Duminiense Paranhos. "*Rio Pardo: cidade monumento*." Livraria do Globo, Porto Alegre, 1946
- ARANTES, Antônio Augusto. "*Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*." Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- 49 X AVÉ-LALLEMANT, Robert. "*Viagem pela província do Rio Grande do Sul*." Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- BERTUSSI, Paulo Iroquez [et al.] "*A arquitetura no Rio Grande do Sul*." Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel. "*Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul*." In: WEIMER, Guenther. "*Urbanismo no Rio Grande do Sul*." Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.
- CESAR, Guilhermino. "*Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: estudo de fontes primárias da história rio-grandense acompanhado de vários textos*." Porto Alegre: EDURGS, 2ª Edição, 1981.
- CHAUÍ, Marilena. "*Política cultural, cultura política e patrimônio histórico*." In: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). "*O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*." São Paulo: DPH, 1992.
- CHOAY, Françoise. "*A alegoria do patrimônio*." Portugal: Edições 70 Ltda., Lisboa, 1999.
- CRUZ, Glenda Pereira da. "*Espaço construído e a formação econômico-social do Rio Grande do Sul*." Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, Volume I, 1984. 27 (Dissertação, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional);
- CORRÊA, Roberto L. "*Trajetórias Geográficas*." RJ: Bertrand Russel, 1997.
- COSTA E SILVA, Riograndino. "*Notas à margem da história do Rio Grande do Sul*." Livraria Lima, Ed. Globo, Porto Alegre RS, 1968.
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. "*Patrimônio Edificado – Conservação e ética*. In *Ciências e Letras*. - n.1. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 1979.

DECCA, Edgar S. De. "Memória e cidadania." In. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). "O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania." São Paulo: DPH, 1992. p. 129-136.;

3º X DREYS, Nicolau. "Notícia descritiva da província do Rio Grande do Sul, 1781-1843." Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

○ FILHO SOUZA, Carlos Frederico Marés de. "Bens culturais e proteção jurídica." 2ª Edição, Porto Alegre, EU/Porto Alegre. 1999.

FENELON, Déa Ribeiro. "Políticas culturais e patrimônio histórico." In. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). "O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania." São Paulo: DPH, 1992.

FLORES, Moacyr. "História do Rio Grande do Sul." Porto Alegre, Nova Dimensão, 1990.

FORTES, Gen. João Borges. "Os casais açorianos: presença lusa na formação Sul Rio-Grandense." 2ª Edição, Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1978.

GUTIERREZ, Ramón. "História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído." In. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). "O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania." São Paulo: DPH, 1992. p. 121-128.;

2º X ISABELLE, Arsène. "Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-34." Tradução e notas de Dante de Laytano, 2ª Edição Porto Alegre, Martins Livreiro,

LAYTANO, Dante de. "Almanaque de Rio Pardo." Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Tip. do Centro S.A., 1946.

_____ "Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul." Porto Alegre: Ed. Martins Livreiro, 1983. 311 p.;

LEMOS, Carlos. "História da casa brasileira." São Paulo: Contexto, 1989. 83 p.;

_____ "O que é Patrimônio Histórico." 2ª Edição, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1992.

LESSA, Luís Carlos Barbosa. "Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo." Rio de Janeiro: Globo, 1984.

MACEDO, Francisco Rio Pardense. "Arquitetura Luso Brasileira." In: Bertussi (et al.), Paulo Iroquez. "A Arquitetura no Rio Grande do Sul." Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

"Arquitetura no Brasil e Araújo Porto Alegre." Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1984.;

"Porto Alegre: origem e crescimento." Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968.

MEDEIROS, Laudelino. " *Formação da sociedade Rio-Grandense.*" Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 1975.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. " *O patrimônio cultural entre o público e o privado.*" In. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). " *O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.*" São Paulo: DPH, 1992.

MÜLLER, Doris maria. "Crescimento Urbano, um instrumento de análise aplicada ao Vale do Taquari." Porto Alegre:UFRGS,

PAOLI, Maria Célia. " *Memória, história e cidadania: o direito ao passado.*" In. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). " *O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.*" São Paulo: DPH, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. " *História do Rio Grande do Sul.*" 4ª Edição, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

QUEVEDO, Júlio. TAMANQUEVIS, José C. " *Rio Grande do Sul: aspectos da história.*", Martins Livreiro, Porto Alegre,

RANDLE, Patrício H. " *Evolucion Urbanística.*" Eudeba Editorial Universitária de Buenos Aires, Buenos Aires, 1972.

REIS FILHO, Nestor Goulart. " *Quadro da Arquitetura no Brasil.*" São Paulo: Ed. Perspectiva, São Paulo, 2000.

" *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil.*" São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1968.

" *Espaço e memória: conceitos e critérios de intervenção.*" In. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo/DPH (org.). " *O Direito a Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.*" São Paulo: DPH, 1992.

REZENDE, Marina de Quadros. " *Rio Pardo: história, recordações, lendas.*" 3ª Edição, 1993 [S.L. : s.n.] .

RHODEN, Luiz Fernando. " *Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução.*" Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. " *Desenho urbano, cabeça, campo e prancheta.*" São Paulo, Projeto, 1986.

→ ROSSI, Aldo. "A arquitetura da cidade." tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 1995.

1? * SAINT HILAIRE, Auguste. "Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820 -1821." Trad. de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SALDANHA, Nelson. "O jardim e a praça." Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1986.

SANTOS, Júlio R. QUEVEDO e SANTOS, José c. Tamanquevis. "Rio Grande do Sul: aspectos da história." 5ª Edição Porto Alegre, Martins Livreiro Ed. 1997.

SINGER, Paul I. "Economia política da urbanização." 5ª Edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.;

SINGER, Paul I. "Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife." São Paulo, Editora Nacional 1ª reimpressão, 1974.;

SOUZA, Célia Ferraz de. "Contrastes regionais e formações urbanas." Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. (Coleção Síntese Rio Grandense; 14);

SOUZA, Célia F., MULLER, Dóris M. "Porto Alegre e sua evolução urbana." Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997.

SOUZA, Sabrina Silva de. "Comerciantes em Rio Pardo - RS: atuações comerciais e relações sociais (1800 - 1835)." Porto Alegre, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PUC/RS, 1998.. (Dissertação, Mestrado em História do Brasil);

TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida. "O Urbanismo Português nos Séculos XIII - XVIII." Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TELLES, Leandro Silva. "Manual do Patrimônio Histórico." Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

WEIMER, Guenther. "Urbanismo no Rio Grande do Sul." Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1994.;

FIGURA 02: -Igreja Nossa Senhora do Rosário 1835

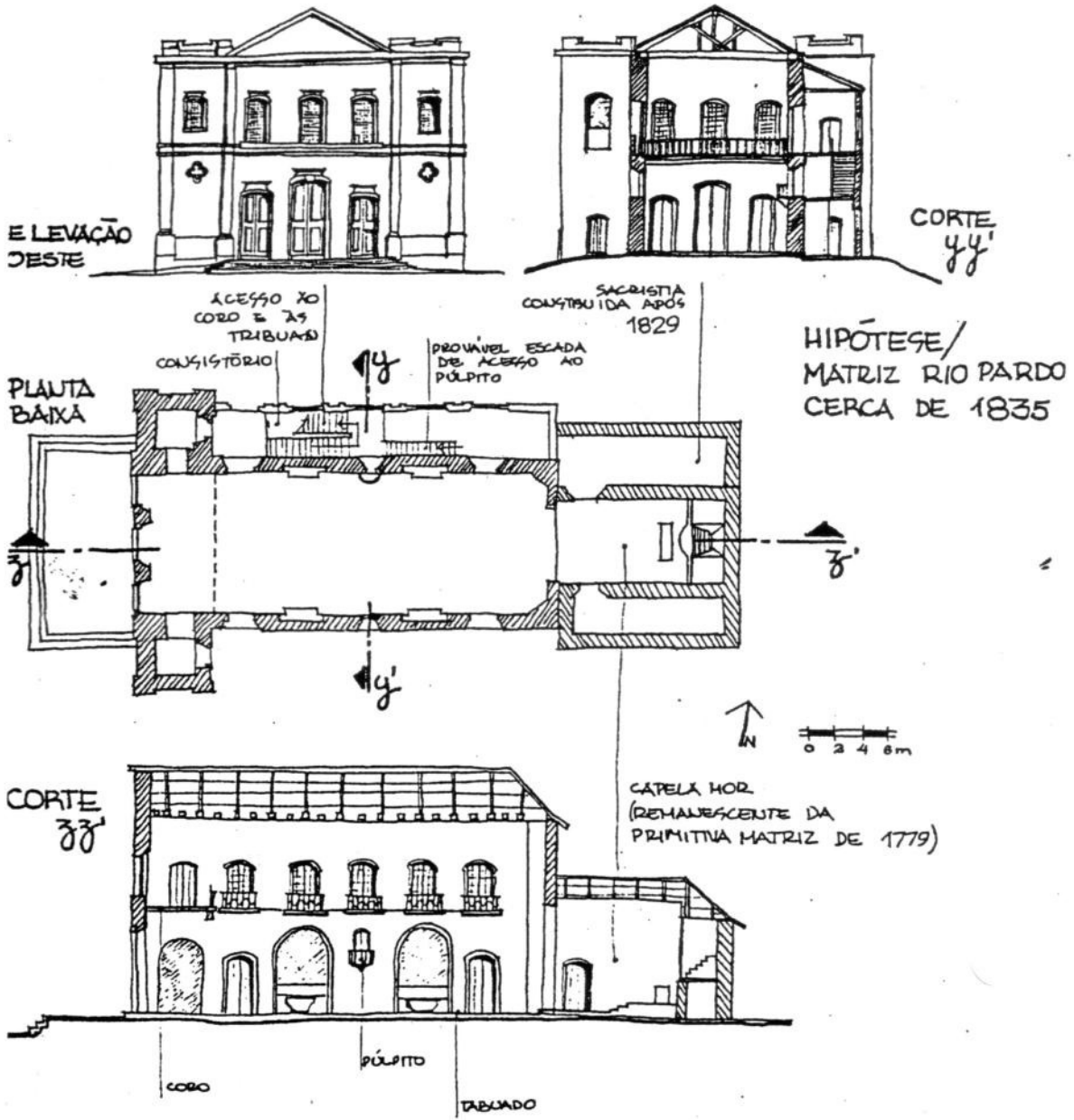


FIGURA 03: Igreja Nossa Senhora do Rosário 1870



MATRIZ RIOPARDO
CERCA DE 1870

FIGURA 04: Planta Baixa Atual - Nível Intermediário

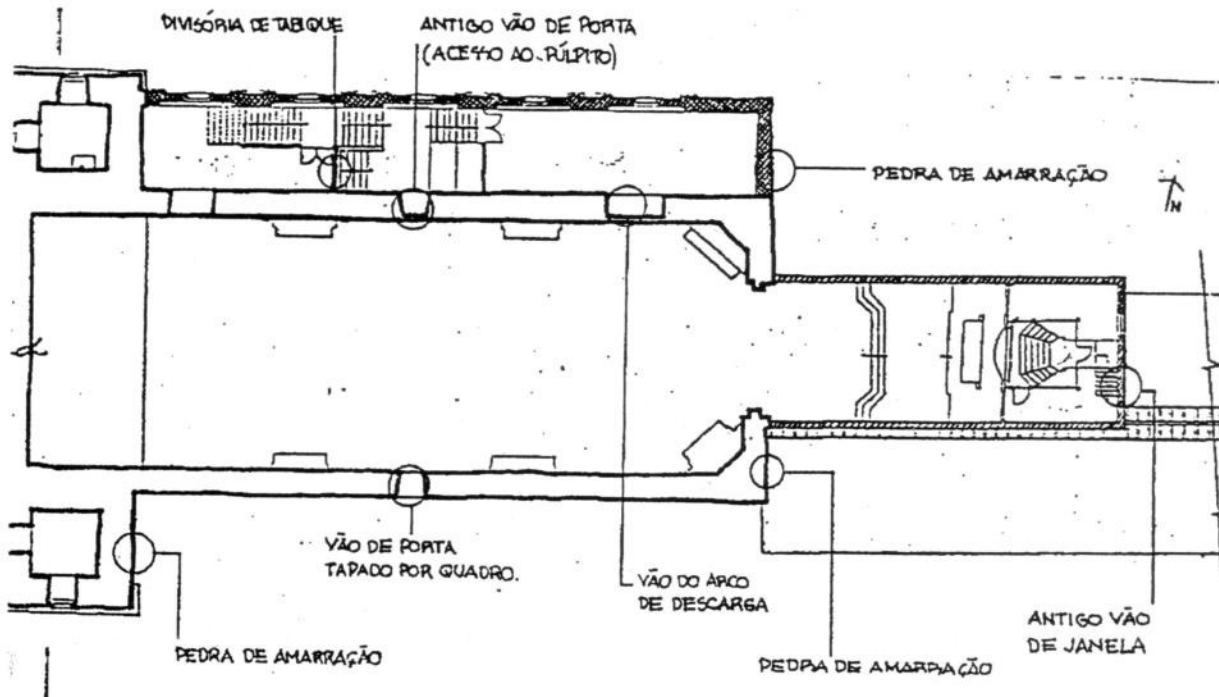


FIGURA 05: Planta Baixa Atual - Nível Superior

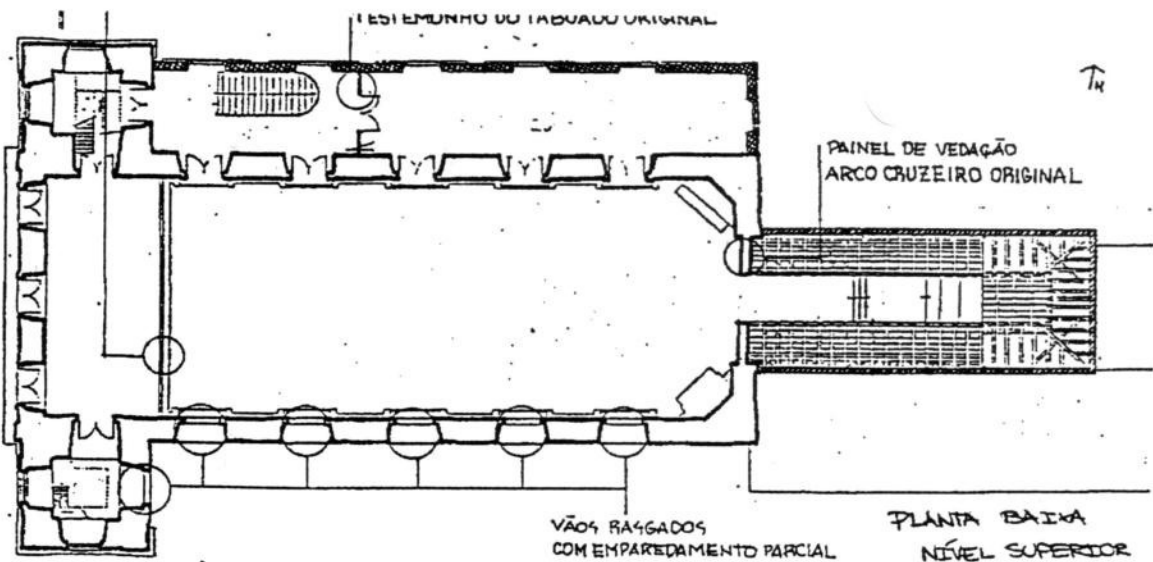


FIGURA 06: Corte Transversal no eixo das torres

CONVENÇÕES:

▬ CONSTRUÍDO NO FINAL DO SEC. XVIII (ALVENARIA DE PEDRA)

▨ CONSTRUÍDO EM MEADOS DO SEC. XIX (ALVENARIA MISTA)

∟ FISSURAS

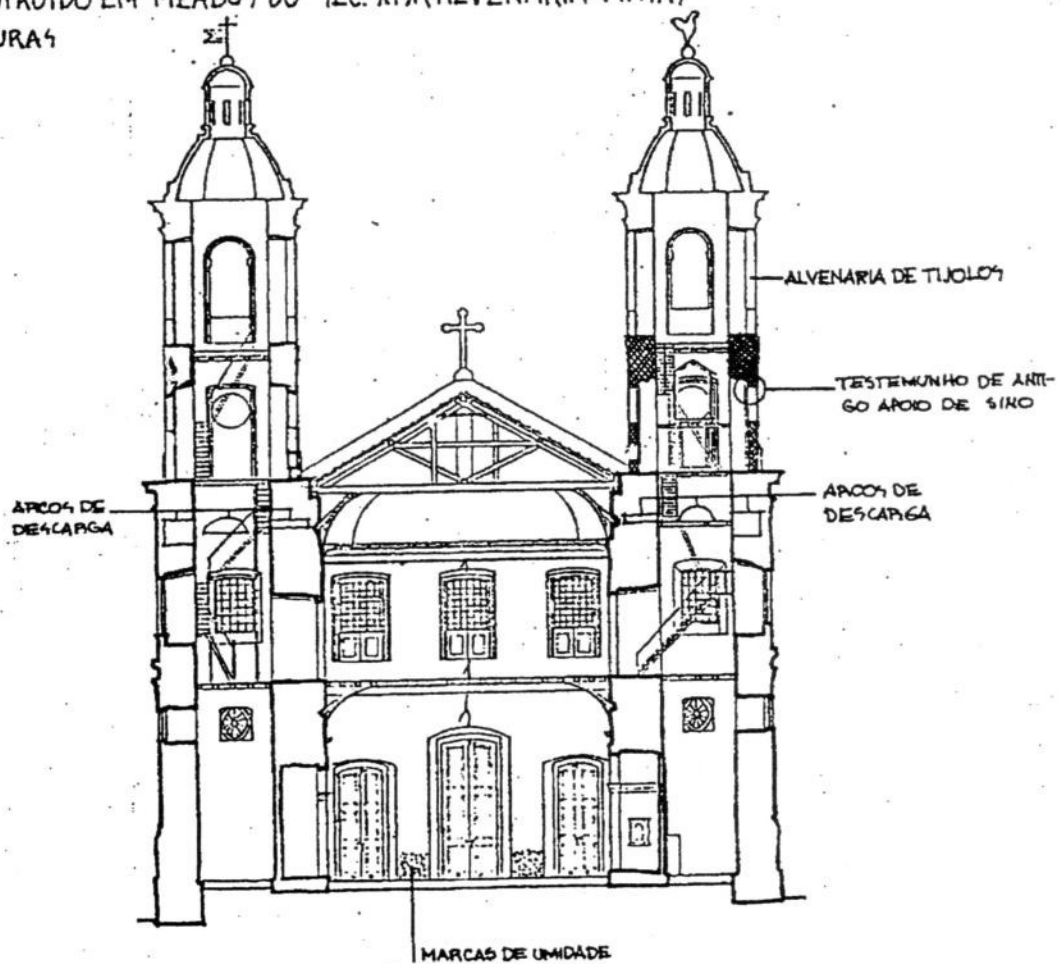


FIGURA 07: Elevação Leste

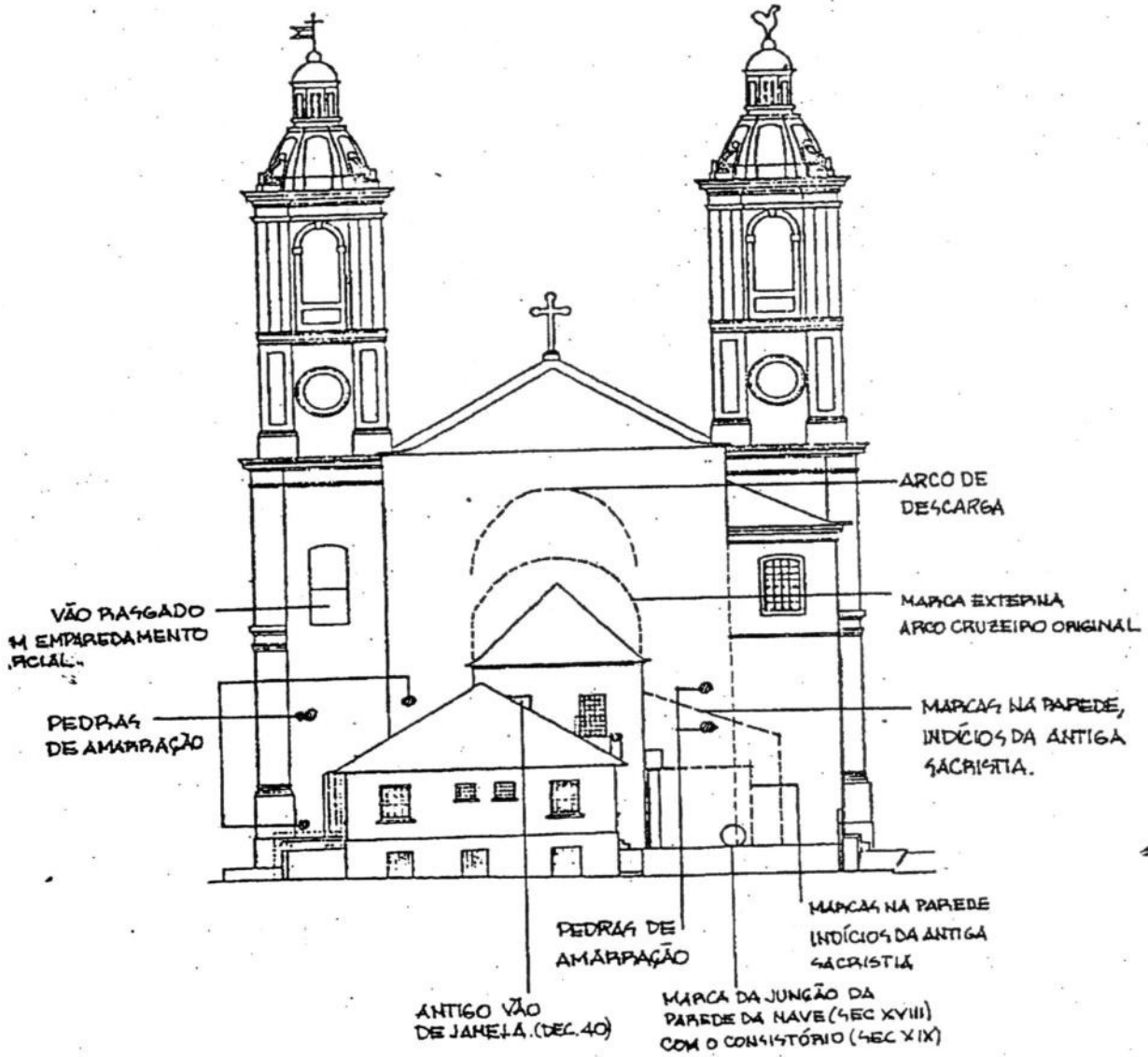


FIGURA 08: Elevação Norte

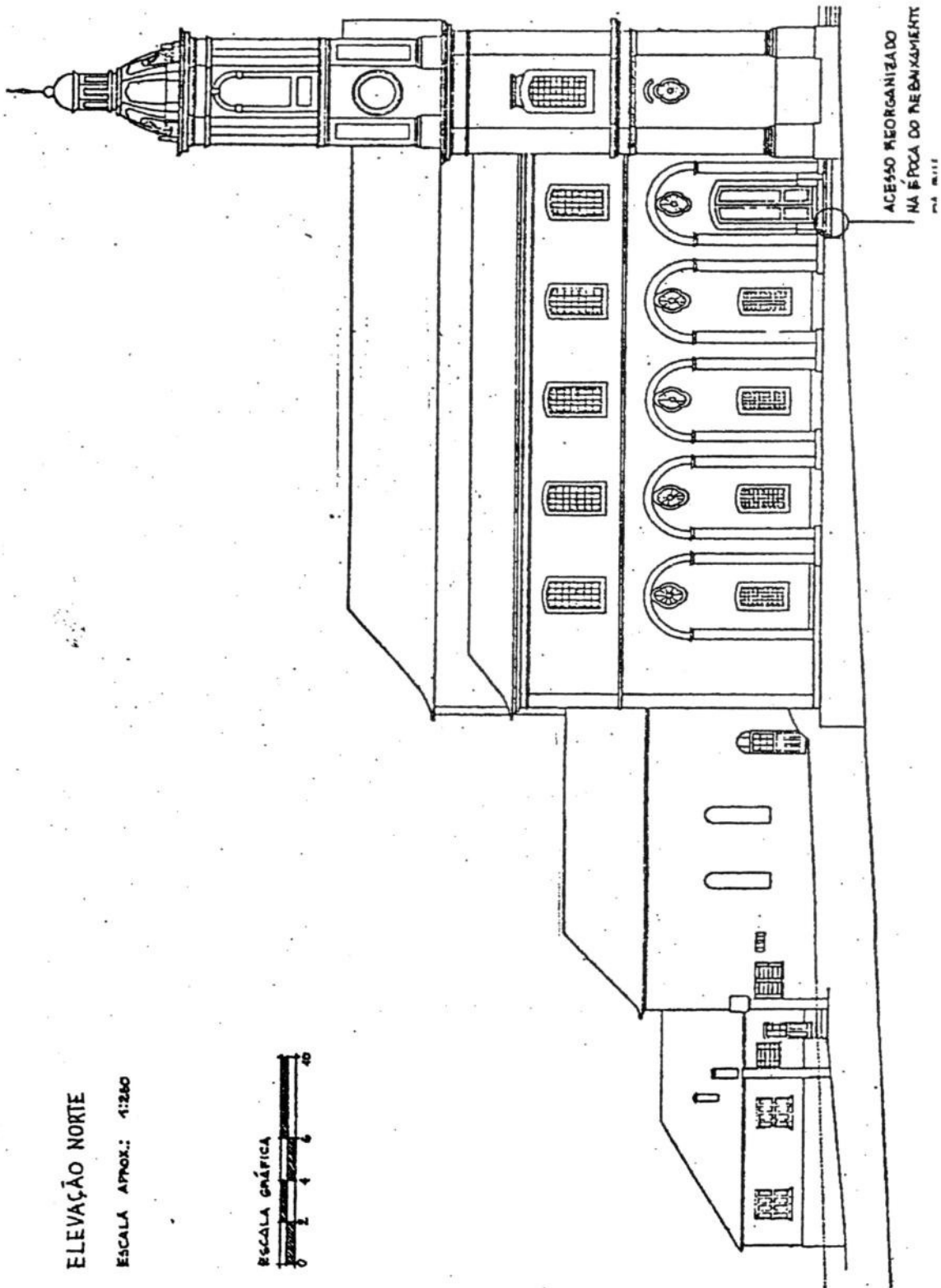
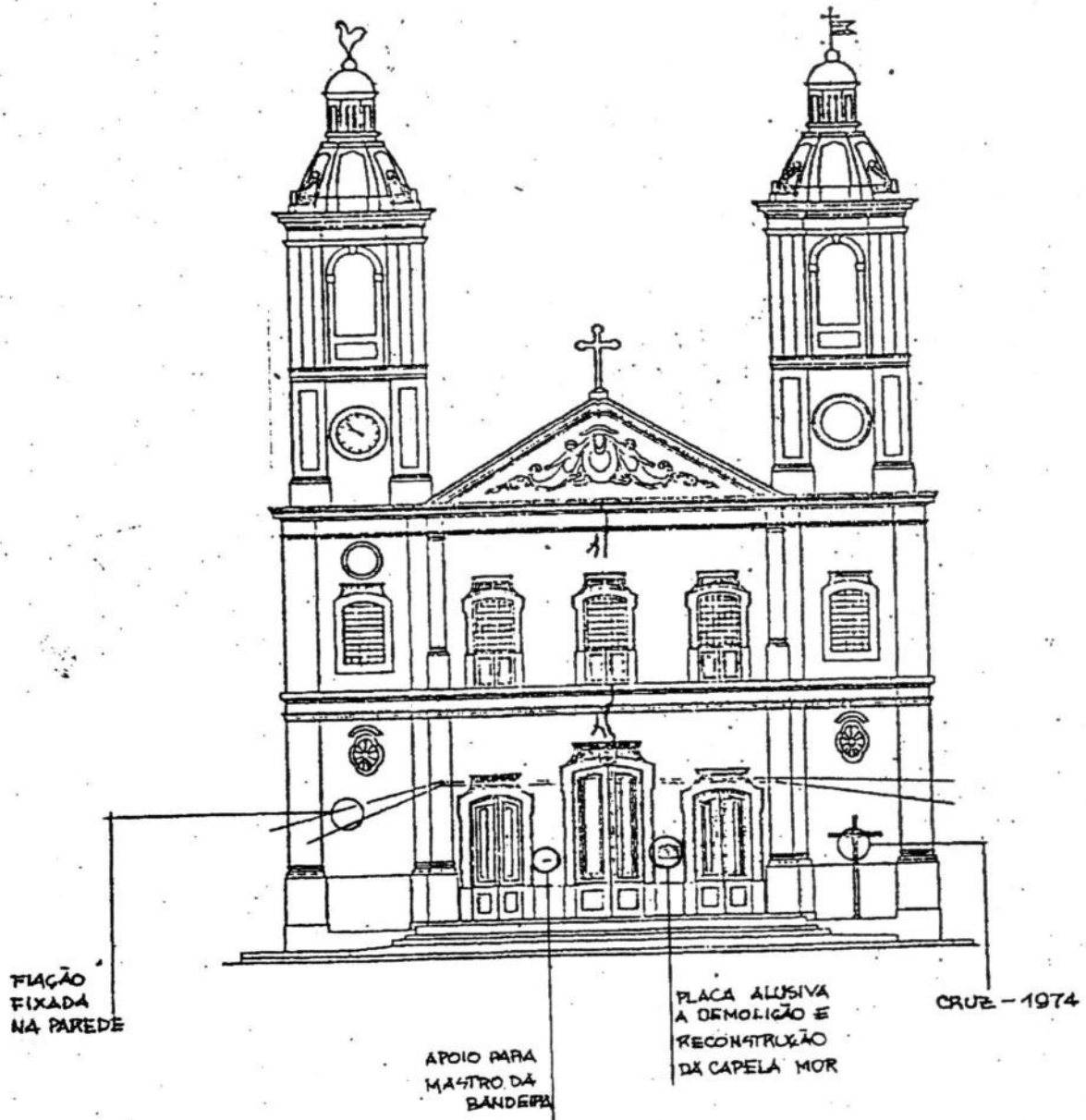


FIGURA 09: Elevação Oeste



Fachada Norte / Fachada Sul

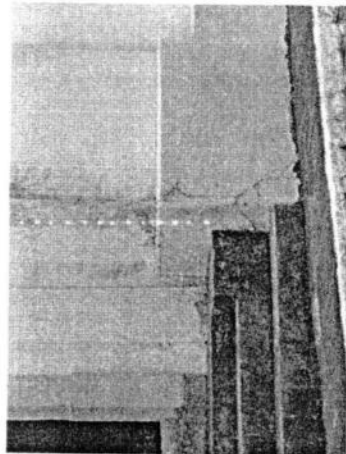


FOTO 01

Fissura e umidade ascendente ao lado da porta, na fachada norte

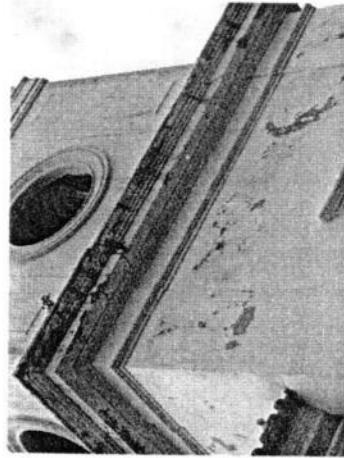


FOTO 02

Fissuras e desgaste da pintura da torre, na fachada norte

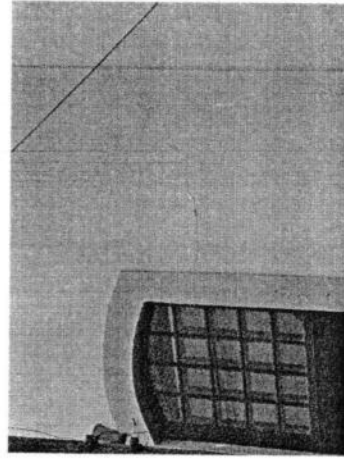


FOTO 03

Fissura no reboco ao lado da janela, na fachada norte

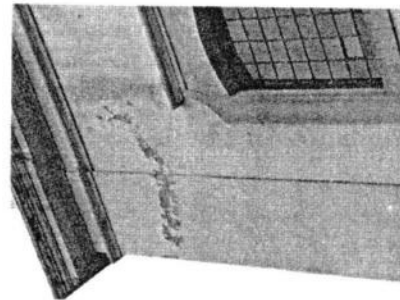


FOTO 04

Fissuras e desgaste da pintura da torre, na fachada sul

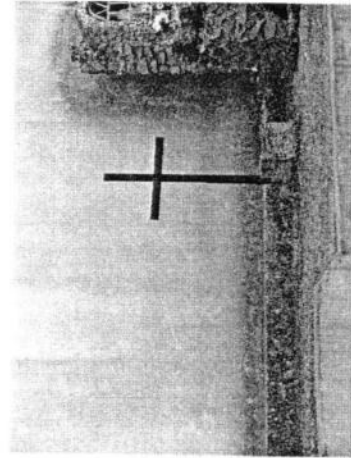


FOTO 05

Umidade ascendente ao lado do oratório, na fachada sul

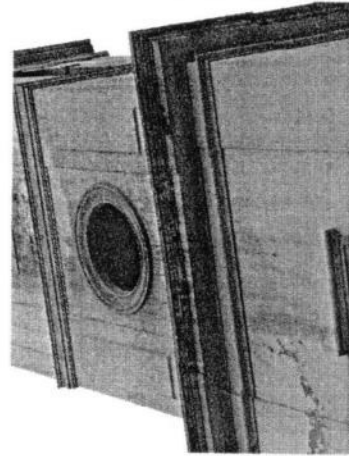


FOTO 06

Descascamento da pintura, umidade e líquens na torre - fachada sul

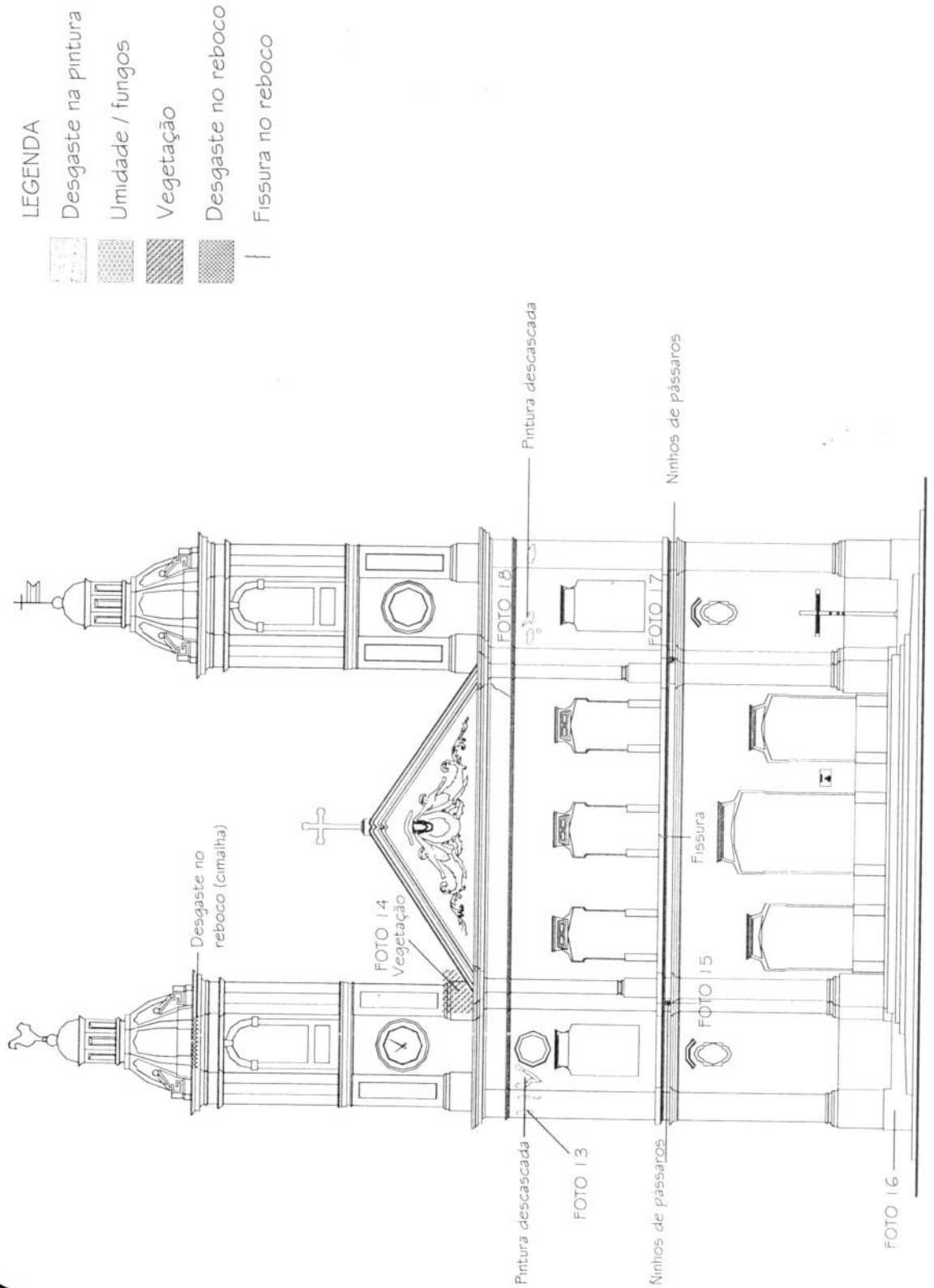
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

3.1.4

ALVENARIA EXTERNA - Fachada Oeste

PROC: 0641-11.00/06-7

Fl: 56




IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO






3.1.3

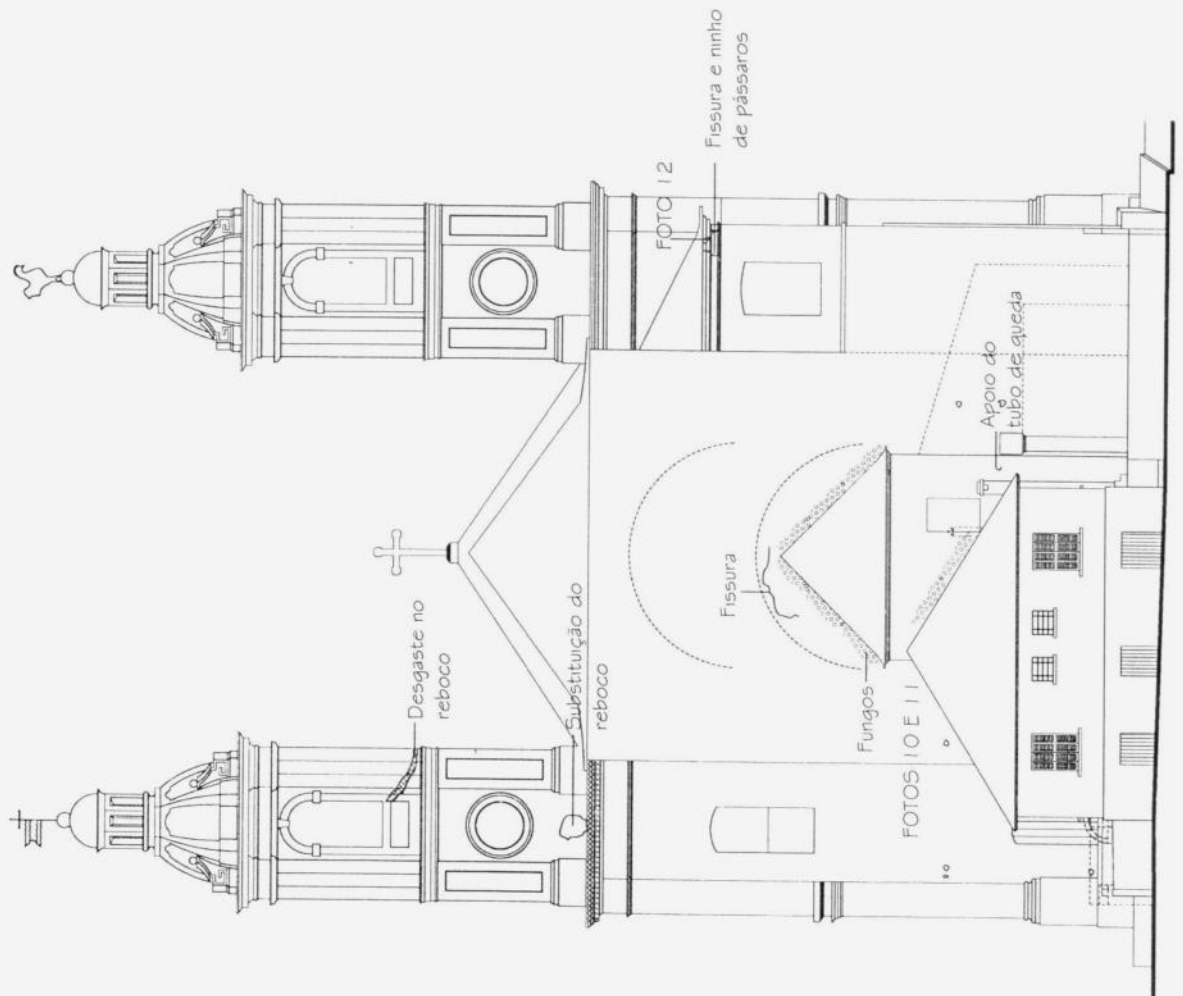
ALVENARIA EXTERNA - Fachada Leste

Proc: 0641-11.00/06-7

Fl: 57 

LEGENDA

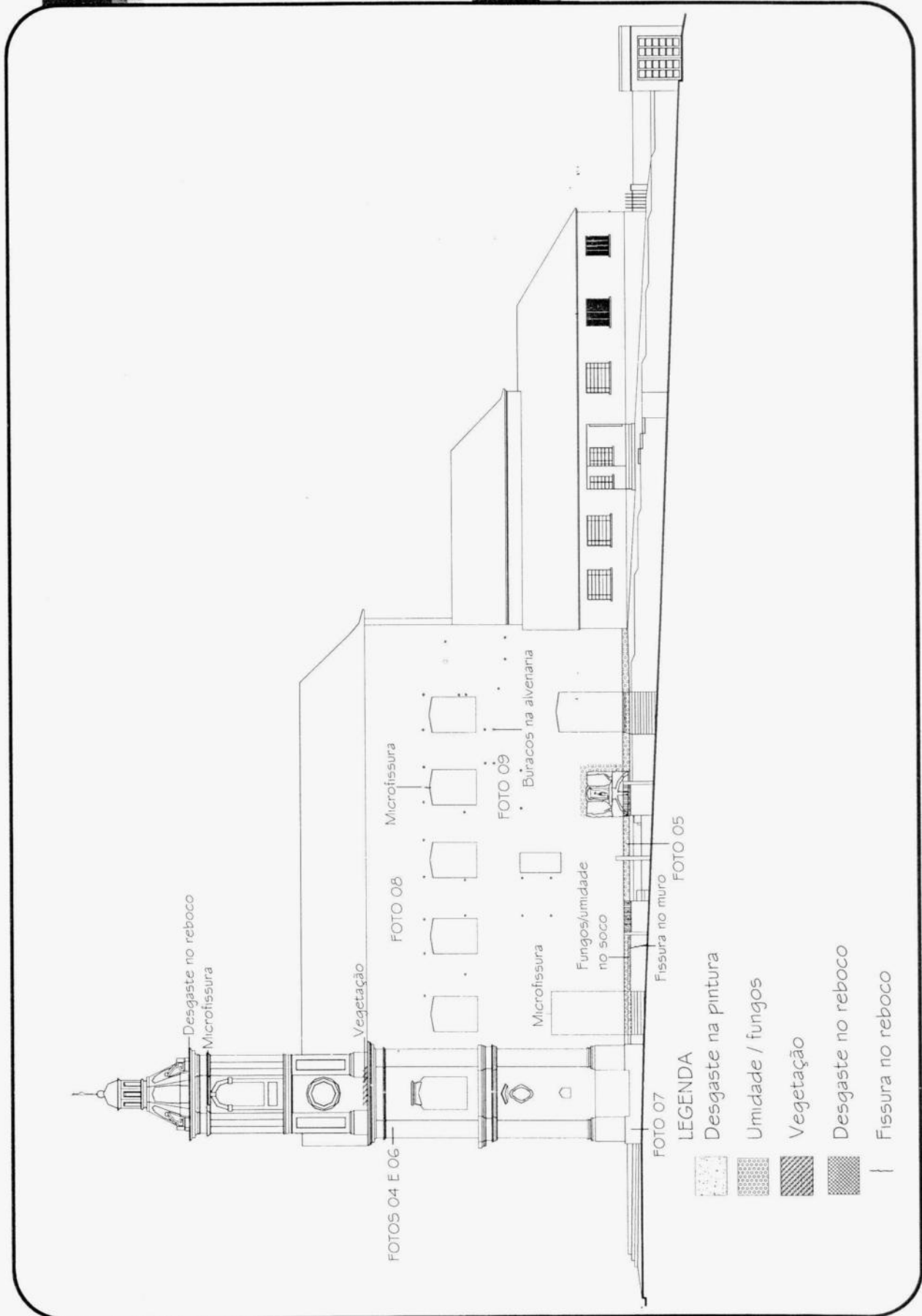
	Desgaste na pintura
	Umidade / fungos
	Vegetação
	Desgaste no reboco
	Fissura no reboco



3.1.2

ALVENARIA EXTERNA - Fachada Sul

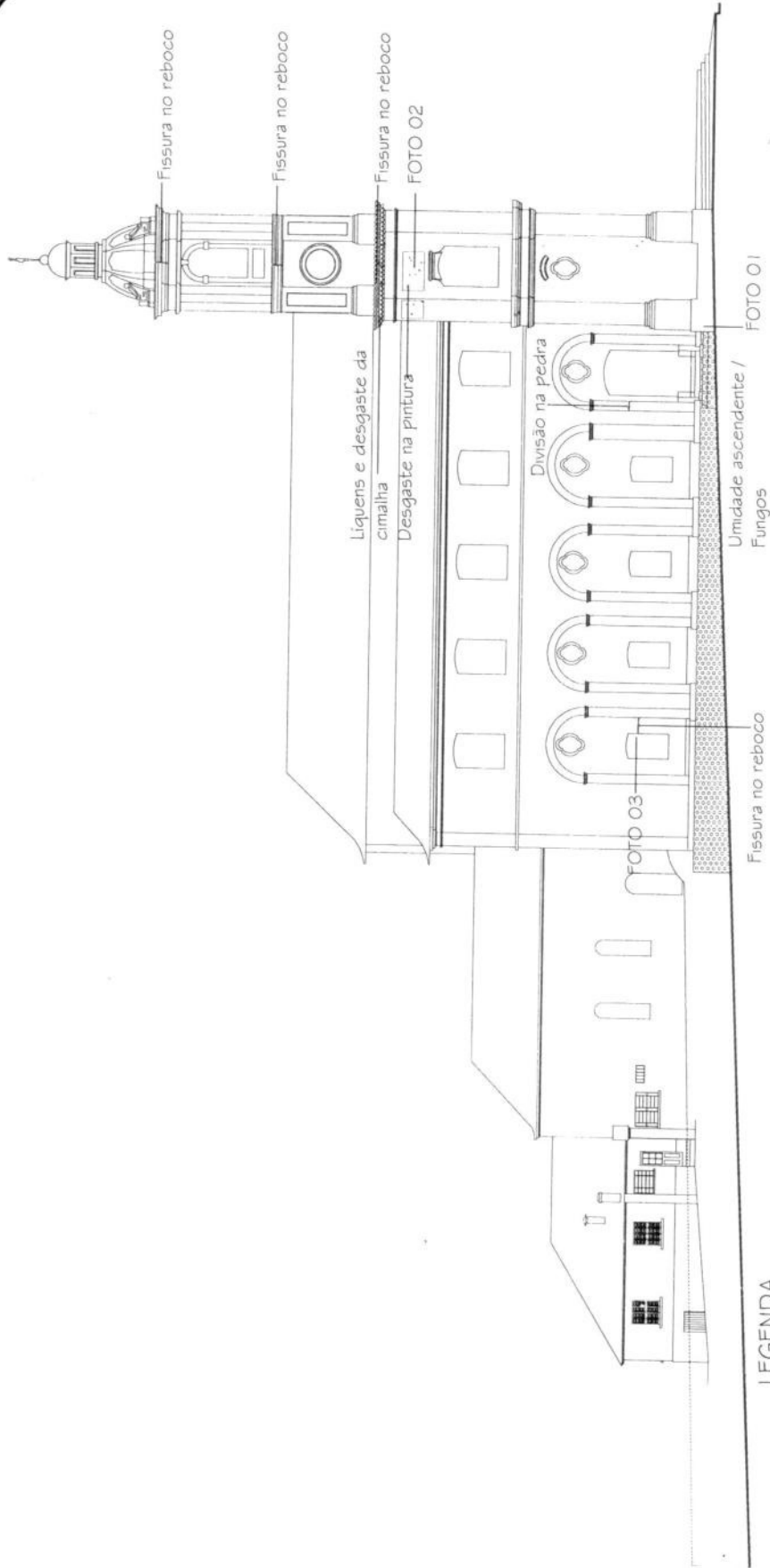
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

3.1.1

ALVENARIA EXTERNA - Fachada Norte



LEGENDA

-  Desgaste na pintura
-  Umidade / fungos
-  Vegetação
-  Desgaste no reboco
-  Fissura no reboco

3.1

IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

ALVENARIA EXTERNA

LEVANTAMENTOS REALIZADOS

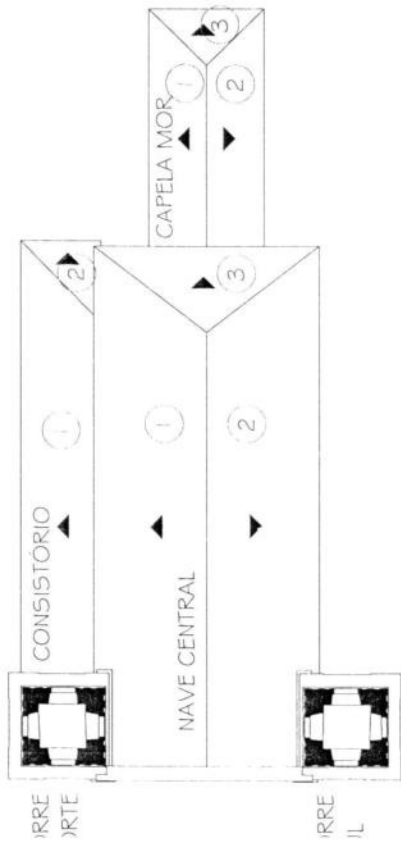
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

2.1

PROJ: 0641-11.00/06-7

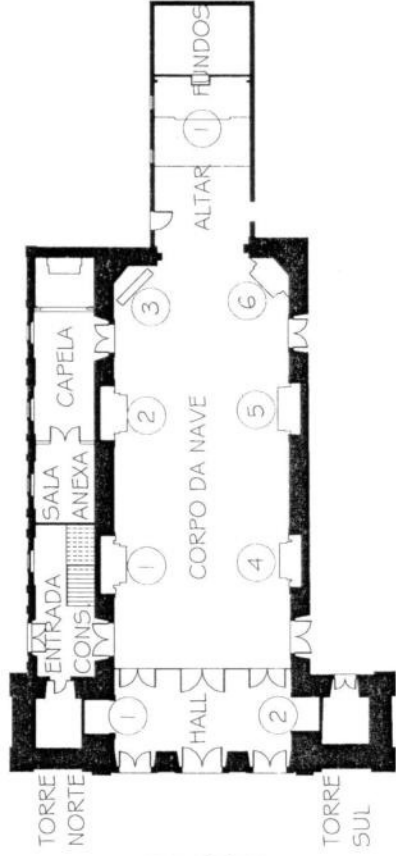
FL: 29

PLANTAS ESQUEMÁTICAS

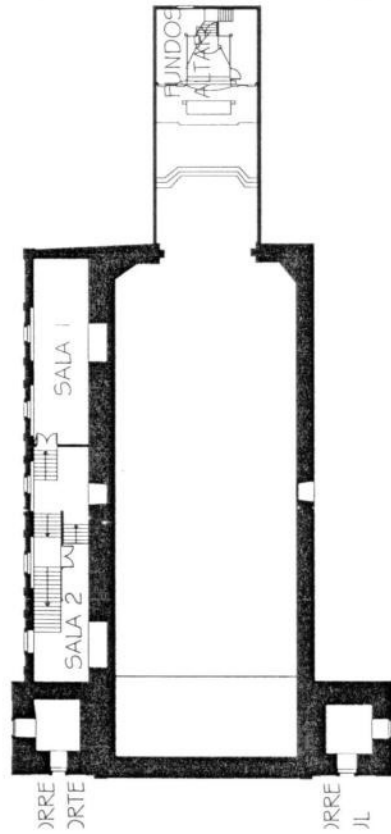


PLANTA BAIXA COBERTURA

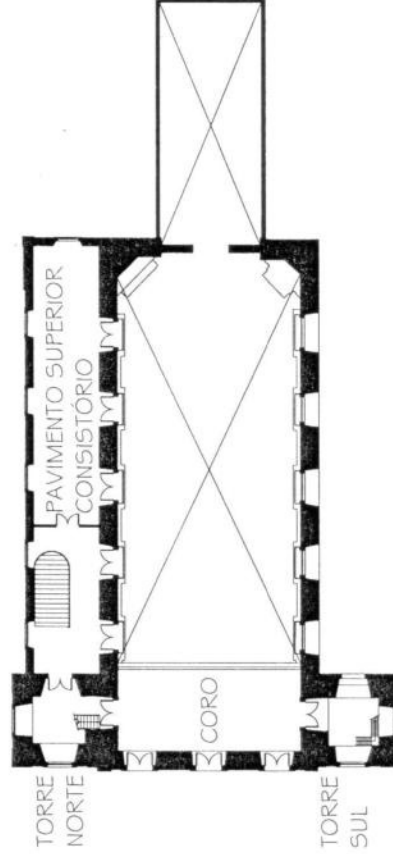
Volumes e Telhados



PLANTA BAIXA TÉRREO



PLANTA BAIXA INTERMEDIÁRIO



PLANTA BAIXA SUPERIOR

PLANTAS ESQUEMÁTICAS

- Casos Bauer, patologias de revestimento. Revista Construção nº2274, P35-6, setembro, 1991.
- SABBATINI, Fernando H. Patologia das Argamassas de Revestimentos Aspectos Químicos. III Simpósio Nacional de Tecnologia da Construção, São Paulo, 1986. Patologia das Edificações: anais São Paulo, EPUSP, 1986. Patologias das Edificações anais São Paulo, EPUSP, 1986, P77-85.
- VERÇOSA, José Ênio. Patologias das Edificações, Editora Sagra, Porto Alegre, 1991.
- UEMOTO, KAY L. Patologia: Danos causados por eflorescência. Tecnologia de Edificações, São Paulo. PINI, IPT Intituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, Coletânea de Trabalhos da Div. De Edificações do IPT. 1988.
- FULGÊNCIO, Paula et al... Materiais de Construção, Edições Engenharia, 1978.
- Fundamentos de Avaliações Patrimoniais e Perícias de Engenharia, editora PINI LTDA , 1ª edição 2001, São Paulo.
- SARKIS, Paulo Jorge. Notas de aula versão preliminar, Patologias das Estruturas de Concreto Armado. Santa Maria, 1995.
- OBREGON, Paulo Carmo. Apostila, Patologias das Construções. Programa de Atualização Profissional, Santa.

as tábuas corridas apresentam defeitos que podem estar relacionados com a qualidade do assentamento, por causa muitas vezes da grande variação das dimensões das juntas, do empeno das tábuas de forma a soltar dos apoios, do desprendimento de farpas e de outros resíduos, causando incômodo físico e estético. Além disso, deve-se ter em relação a este tipo de material uma especial atenção aos cuidados referentes à forma de secagem das tábuas e o perfeito controle de sua umidade porque esses fatores contribuem para a otimização e qualidade do material. É importante destacar que dentre outros aspectos que merecem consideração destacasse, também o apodrecimento a forma mais comum de detectar

essa manifestação é através de sua decomposição pela ação de fungos que chamamos de mofo ou bolor conforme foi visto no item relacionado às patologias das obras de madeira. Dentre os aspectos técnicos as madeiras destinadas a pisos de tacos ou tábuas corridas devem ser convenientemente secas, por exposição demorada ao ar ou por processo acelerado em estufa adequada e que apresentem teores de umidade, situados entre 6% e 12%.

Patologias em aberturas

Dentre as principais patologias das aberturas destacam-se os problemas relacionados com a pintura que em termos gerais pode-se considerar de difícil diagnóstico porque é enorme a

variedade de tintas e materiais de pintura, de materiais que são pintados, de ambientes e meios onde ficam esses elementos e, por tudo, de possibilidades e fenômenos químicos, meteorológicos, etc. Outro aspecto que deve-se considerar em relação as aberturas é a oxidação em metais por esse motivo procura-se evitar com tintas anticorrosivas porque impedem a reação eletrolítica com o metal

Referências Bibliográficas

BAUER, Roberto José Falcão. Falhas em Revestimentos, suas causas e sua prevenção. Centro Tecnológico Falcão Bauer, 1996.

BAUER, Roberto José Falcão.

bens e o pior a umidade é a causa ou o meio necessário para a grande maioria das patologias em construções. Ela é indispensável para o aparecimento de mofo, eflorescências, ferrugem, perda de pinturas, de rebocos e até causa de acidentes estruturais.

É importante enfatizar que as conseqüências verificadas através desse tipo de patologia são: alteração estética de tetos e paredes. Tendo como causa básica: umidade ascendente por capilaridade, umidade de infiltração por fachada ou telhado, umidade acidental (vazamento de águas potáveis e servidas), umidade relativa do ar em torno de 80%, ou superior a esse valor e umidade de condensação de vapores em ambientes fechados.

Vazamentos e goteiras nos telhados

[VERÇOSA, 1991] os telhados também podem apresentar vazamentos na área coberta pelas telhas, que deveriam ser absolutamente estanques. Há tipos de vazamentos que aparecem com quaisquer modelos de telhas e tipos de vazamentos que são característicos de determinados modelos. Para o autor um tipo de defeito que pode acontecer com qualquer telha é o cimento inadequado. Cada tipo de telha tem ângulos limites, fora dos quais os vazamentos são prováveis. Esse ângulo depende do sistema de fixação das telhas, dos sistemas de encaixes longitudinais e laterais, da impermeabilidade das telhas, etc.

Também pode acontecer que as telhas sejam de má qualidade, como por exemplo, telhas finas demais, ou telhas porosas, ou telhas tortas.

Nas telhas de barro é comum que as telhas com garras para fixação em ripas se soltem das mesmas, p o d e a c o n t e c e r esporadicamente. Mas se isso se torna freqüente ou o caimento está errado ou as garras são mal desenhadas. Neste tipo de telhado também são comuns as goteiras devidas as telhas quebradas. Aliás, este tipo de patologia é mais comum nas telhas canal.

Patologias em pisos de madeira

Os pisos de madeira em especial

ocorrência, os problemas patológicos estão associados a: deficiências ou descuidos em projetos e também a deficiência na execução, em relação à origem as patologias podem se classificar quanto à aderência insuficiente, endurecimento precoce da argamassa de assentamento e deficiência quanto à resistência mecânica. Já para [SABBATINI, 1997] as principais formas de manifestação se caracterizam pela perda de aderência ou desagregação, fissuras e manchas. Por outro lado, [BAUER, 1997], classifica a perda de aderência das patologias dos revestimentos de fachadas em descolamentos com pulverulência causadas pela desagregação e esfaleamento da argamassa ao ser pressionada pelas mãos; a

película de tinta destaca-se juntamente com a argamassa, que se desagraja com facilidade e, onde as causas mais prováveis podem ser; pintura executada antes de ocorrer a carbonatação da cal da argamassa; emprego de adições substitutas da cal hidratada, sem propriedades de aglomerante; hidratação inadequada da fração cimento da argamassa; argamassa mal proporcionada (pobre em aglomerantes) entre outros.

Patologia dos revestimentos de azulejos

[VERÇOSA, 1991] define um tipo frequente de defeito nas construções é o deslocamento de azulejos ou de cerâmicas em pisos. É um defeito quase sempre

devido à diferença de dilatação térmica entre materiais diferentes; mas algumas vezes pode ser devido à falta de colatividade.

Problemas causados pela umidade

[VERÇOSA, 1991] afirma que entre os defeitos mais comuns das construções encontra-se a penetração de água ou a formação de manchas de umidade. Uma consequência imediata é de origem psicológica. É irritante ter uma goteira ou mancha de umidade na edificação. Outra consequência é os estragos causados pela umidade nos bens protegidos pela construção. Uma infiltração mínima de um telhado pode inutilizar toneladas de equipamentos ou

resultado da exposição a intempéries, tendo como fatores de causa: teor de sais solúveis dos materiais, presença de água e pressão hidrostática para permitir que a solução atinja a superfície.

Para [VERÇOSA, 1991] os descolamentos de reboco podem ter muitas causas, ou seja:

- Formação de um bolsão localizado sob o reboco. Esse descolamento se acentua com o tempo ocasionado a queda do reboco sendo que esse tipo de defeito pode ser causado por infiltração de umidade pela outra face da parede, que produz pressão.

- Também pode ser causado por magnésio na cal, mas neste caso os bolsões aparecem em lugares variados.

- Também pode ser causado

por magnésio na cal, mas neste caso os bolsões aparecem em lugares variados.

- Depósitos de eflorescências entre o tijolo e o reboco, ou pela presença de mica na areia. A mica é expansiva: o reboco expandirá e descolará.

- Formação de vazios em grandes áreas, em diversos locais. Depois o reboco descola, caindo em placas. Esse tipo pode ter muitas causas; argamassa pobre demais ou rica demais, falta de chapisco, reboco grosso demais, tijolo sem porosidade, etc.

- Argamassas pobres demais (com pouco aglomerante) não tem adesividade aos tijolos pois a ancoragem de uma argamassa é feita exclusivamente pelo aglomerante.

- Se a argamassa é muito rica também pode haver descolamento, porque terá muita retração na secagem.

- Outra causa é o reboco muito grosso, pois quando um reboco é muito grosso a força de aderência não é bastante para suportar o peso do revestimento, que se desloca.

- Falta de aderência também pode ser causada por efeito da superfície dos tijolos. Se ela é muito fechada e lisa, sem poros, não haverá ancoragem suficiente. A aderência fica muito difícil.

- A colocação de reboco sem molhagem da parede também pode causar o mesmo defeito. Ou seja, a água vai sugar o aglomerante para dentro dos poros, gerando a ancoragem.

Para [MENDONÇA, ET. AL, 2001] que destacam as patologias em revestimentos de fachadas e classificam que quanto à

manifestação é através de sua decomposição pela ação de fungos que chamamos de mofo ou bolor, sendo que, a madeira atacada por fungos pode tomar diversos aspectos, que variam também com o tempo um dos sintomas mais comuns é o enegrecimento da superfície ou há casos em que a cor pode ser outra qualquer, em outro estágio a madeira atacada pelos fungos pode esfarelar, ou ficar oca, ou ficar porosa, ou formar rachaduras com formas diversas. Outra característica menos evidente é o cheiro. É a partir dessa fase que se diz que a madeira está podre.

Patologias dos rebocos

Nos rebocos os defeitos mais comuns são manchas, o bolor, os descolamentos entre outros como fissuras. Em virtude de ocorrer uma série de verificações patológicas oriundas

de descolamentos iremos nos deter na análise dessas manifestações, ou seja, o descolamento acontece quando o reboco se solta da parede e, pode ocorrer também, entre camadas do reboco: entre o chapisco e o reboco, ou entre o emboço e o guarnecimento. Além disso, reconhece-se um descolamento através do som cava ao se bater no reboco. Em relação às manchas de reboco [SKIRAKAMA et. al. 1995] classificam essas patologias em dois tipos: bolor e eflorescências, sendo que, o bolor ou mofo apresenta as seguintes consequências: alteração estética de tetos e paredes onde as prováveis causas podem estar relacionadas com a umidade ascendente por capilaridade,

umidade de infiltração por fachada ou telhado, umidade acidental (vazamento de águas potáveis e servidas), umidade relativa do ar em torno de 80%, ou superior a esse valor e umidade de condensação de vapores em ambientes fechados. Além disso, [SKIRAKAMA et. al. 1995] destacam que a umidade presente nas fachadas das edificações podem apresentar as seguintes causas: projeto do edifício, condições climáticas do local de implantação da obra, presença de defeitos superficiais, constituição dos materiais utilizados e forma geométrica dos componentes da parede.

Em relação a eflorescência [UEMOTO, 1988] destaca que é a formação de depósito salino na superfície de alvenarias, como

extremamente sensível à ação da umidade relativa do ar, variando suas dimensões em função desse fator higroscópico, ou seja, peças de madeira com umidade excessiva (acima de 12%) tendem, em períodos muitos secos, a sofrer retração por causa de pequena umidade relativa do ar, conseqüentemente, diminuindo suas dimensões.

Já [VERÇOSA, 1991] classifica os defeitos das madeiras de duas formas: defeitos das peças e defeitos das estruturas. Sendo que, dentre os defeitos das peças apresentadas pelo autor, podemos destacar os causados por animais xilófagos e apodrecimento. Animais xilófagos são animais que comem a madeira, por esse motivo, eles a perfuram e enfraquecem podendo chegar a destruição parcial e total. Os

cupins e o caruncho são os exemplos de animais xilófagos encontrados pelo grupo de pesquisadores que atuam no local, sendo que, o cupim é um inseto parecido com a formiga que também vive em colônia como as formigas e se caracteriza por perfurar a madeira em busca de alimentos e para depositar ovos, formando galerias estreitas de mais ou menos 1 mm de diâmetro. Dessas galerias cai um pó semelhante à borra de café. A rainha vive fora do local das perfurações e, por isso, geralmente escapa da ação dos inseticidas, continuando a reproduzir ainda que a colônia seja dizimada. Só morre por inanção se a destruição da colônia é total. A colônia permanece inativa se a temperatura é muito alta ou muito baixa. Já o caruncho é o nome dado a diversas espécies de larvas de coleópteros (especialmente cerambicidi), borboletas e outros insetos, que atacam a madeira. Como são

larvas, com o tempo se transformam em ninfas, criam asas e, finalmente, se transformam em besouros, borboletas, cascudos e etc. Mas a forma larval pode durar, em alguns casos, muitos anos, durante os quais o inseto vive e se alimenta da madeira causando estragos enormes. Habitualmente preferem madeira macia, como a situada mais próxima à casca ou a madeira úmida e a de árvores novas. Por isso raramente atacam a madeira já industrializada, morta. O autor destaca que deve-se ter cuidados com as formigas que não se alimentam da madeira, mas a utilizam para fazer ninhos e formigueiros, assim como vespas, manibondos que podem causar estragos, e pássaros como pica pau que perfuram a madeira para retirar insetos e outros que fazem ocos para retirarem farpas para fazer seus ninhos.

Apodrecimento a forma mais comum de detectar essa

APONTAMENTOS TEÓRICO- CONCEITUAIS ACERCA DAS PATOLOGIAS EM EDIFICAÇÕES.

Cristiano Corrêa Ferreira

INTRODUÇÃO

Esta parte do trabalho visa apresentar alguns apontamentos teórico-conceituais que fundamentaram o desenvolvimento das etapas de campo e de análise dos elementos, bem como das patologias identificadas na Igreja Matriz do Rosário de Rio Pardo. As considerações aqui postas não têm intenção de esgotar o assunto, mas apenas servir como subsídio para a pesquisa e para uma melhor compreensão por parte dos leitores deste documento. Neste sentido, concentramos nossa atenção nos seguintes itens: um breve conceito sobre patologia de edificações, seguido de uma

síntese das principais patologias encontradas na Igreja Matriz de Rio Pardo, tais como: das obras de madeiras; dos rebocos; dos revestimentos de azulejos; patologias causadas pela umidade; vazamentos e goteiras nos telhados; pisos; e aberturas.

CONCEITO DE PATOLOGIA DE EDIFICAÇÕES

Assim como a patologia médica, a patologia das edificações procura estudar de forma sistemática os principais problemas e defeitos que ocorrem nas construções em razão das diversas interferências internas e externas ao longo do tempo, considerando, entre outros aspectos, as ações climáticas e meteorológicas, as formas de uso, bem como a obsolescência, as intervenções de alteração dos espaços, etc. Tais fatores através da identificação das causas podem

indicar para eventuais correções ou formas de minimização de efeitos. É importante destacar, que quando conhecemos as patologias de uma construção é provável que se preveja, em caso de restauro ou recuperação de ambientes, controles de processos degenerativos, representando em contrapartida quase sempre uma economia mais sustentável na vida útil de uma construção. A seguir apresentaremos algumas das principais patologias encontradas.

Patologias das obras de madeira

São em geral defeitos de um tipo especial, pois normalmente os defeitos nas madeiras são irreversíveis.

[FULGÊNCIO E PAULA, 1978]
destacam que esse material é

consistência física e em sua dupla polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro. Para ele, temos dois preceitos a serem seguidos na restauração das obras de arte:

- (...) restaura-se somente a matéria da obra de arte;
- (...) a restauração deve ser voltada ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sempre que seja possível, sem cometer falsificação histórica nem apagar vestígios da trajetória da mesma através do tempo.

Segundo Carlos Chanfón, a restauração se constitui, portanto, na técnica de intervenção profissional adequada aos bens patrimoniais, sendo aplicada com a finalidade de proteger e assegurar a capacidade peculiar de delação que estes possuem, condição fundamental e necessária para o conhecimento da cultura. Deve-se restaurar não somente para proteger as fontes objetivas do

conhecimento histórico, mas também para garantir a permanência das evidências, nas quais se fundamenta a consciência da identidade.

Para orientar a prática da preservação foram criados organismos internacionais e estabelecidas diretrizes que ficaram conhecidas como as Cartas de Restauração. Estes documentos estabelecem critérios de intervenção e discutem conceitos como autenticidade ou falsidade. Em síntese, a principal afirmação a esse respeito é a de que a restauração deve parar quando se iniciam as hipóteses."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Patrimônio Edificado - Conservação e ética. In Ciências e Letras.- n.1. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de

Educação, Ciências e Letras, 1979.

Fonte: www.iphan.gov.br
<<http://www.iphan.gov.br/>> -
Legislação - Cartas Patrimoniais -
Carta de Veneza.

1. CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: ALGUMAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS BÁSICAS

Ana Suely Zerbini

Ao longo da História, o conceito de monumento teve inúmeros significados, tais como: marco comemorativo, mausoléu, relíquias relacionadas à eternidade e ao divino, obras da Antiguidade, testêmunho, documentos ou signos do passado, recordação comemorativa da glória humana ou divina".

Atualmente transformou-se numa referência de conhecimento sobre a produção do homem em qualquer momento do passado. Pode-se afirmar que este conceito se coloca entre duas posições decorrentes de duas visões: a tradicionalista e a antropológica da cultura, que, por sua vez, se dispõem que nem somente o extraordinário é monumento e nem tudo é monumento.

Monumento seria portanto, tudo aquilo que pode representar valor para o conhecimento da cultura do passado histórico.

Também o conceito de restauração passou por modificações em seu significado ao longo da História. Podemos identificar três momentos principais nesse sentido: o primeiro, que vai da Antiguidade até o início do Renascimento, o segundo, que abrange desde o florescimento do Humanismo até a Ilustração e o terceiro, a partir do século XIX.

Ao longo de sua trajetória, o conceito de restauração esteve relacionado principalmente com obras de arte e, em sua prática, envolveu a discussão de critérios quanto à autenticidade, estima, retorno ao estado anterior. Passou por etapas que, posteriormente, foram classificadas e identificadas como:

- Restauração estilística, que é caracterizada pela conservação dos elementos existentes nos monumentos e pela reprodução do que manifestamente tenha existido.

- Restauração histórica, caracterizada pela necessidade de documentação histórica para justificar cada intervenção.

- Restauração científica, que propugna a conservação do existente, desaconselhando a colocação de novos elementos, c o n s i d e r a d o s descaracterizantes.

Para Roberto di Stefano, a restauração é o conjunto das definições técnicas e científicas aplicadas para assegurar, no âmbito de uma metodologia crítico-estética, a continuidade temporal de uma obra de arte.

Cesare Brandi afirma que a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, em sua

auxílios da sua divina graça; que outrossim para memória do tempo futuro se fizesse uma descrição que fica fechada na pedra fundamental. E sendo por todas ouvida esta fala, foi respondido que muito lhe aprazia aquela justa determinação para o que uniformemente sujeitaram suas vontades como fiéis cristãos, e que também lhes parecia ficaria na pedra fundamental a descrição deste ato ad perpetuam memoniam.

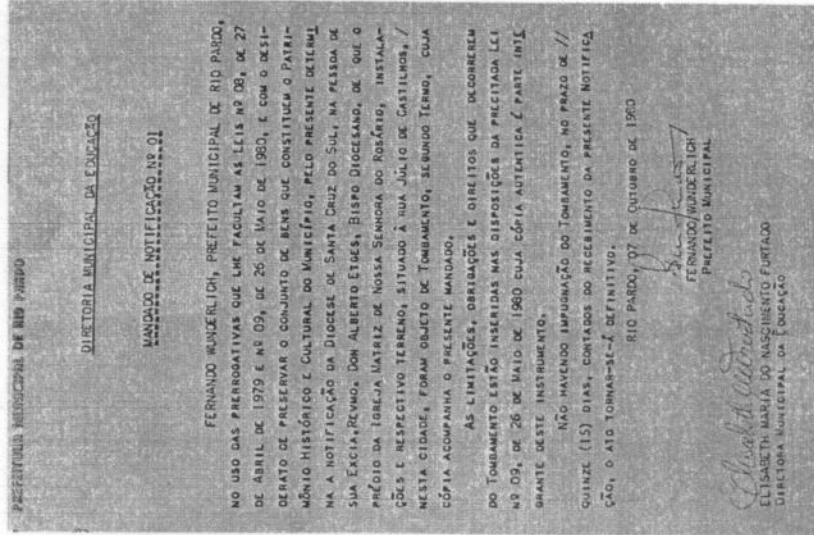
Preparados os Reverendos Sacerdotes Vigário da Vara e Igreja à José Antônio de Mesquita e Fr. Valério do Sacramento Pároco da Igreja de São Nicolau que também se achava presente, em forma prociSSIONAL, formadas as irmandades em seus lugares competentes, tomando em um andar a Imagem Puríssima Virgem Maria Nossa Senhora do Rosário Padroeira desta Freguesia, com todo o mais povo que acompanhava, seguiram diretamente da Matriz que existe

ao lugar determinado para a nova, e aí solenemente benzeu a primeira pedra fundamental, e todos os mais fundamentos da obra com tobas as cerimônias, que marca a Santa Madre Igreja; e para memória do futuro, se mandou fechar na mesma pedra fundamental esta descrição onde fica, e onde também por memória se lançaram algumas moedas comum no tempo presente, de ouro, prata e cobre. E por vontade e firmeza de tudo ou Fernando Pereira Vieira escrivão da Irmandade do SS. Sacramento escrevi este; e assino com todos os abaixo assinados em o dito dia era súpra declarada.

E não se continha mais no dito termo de ereção, que bem e fielmente foi trasladado aos vinte e nove de junho de mil setecentos e setenta e oito anos. Somente por mim assinado em dito dia súpra. O Vigário José Antônio de Mesquita. (Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Apud Becker (1983).

ANEXO 2:

Homologação do Tombamento da Igreja Matriz, conforme lei municipal nº 8, de 27 de abril de 1979



(Programa da Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Mestrado e Doutorado) Universidade de Santa Cruz do Sul. 2001.

SOUZA, Sabrina Silva de. Comerciantes de Rio Pardo RS: Atuações Comerciais e Relações (1800-1835). Porto Alegre, 1998. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Mestrado em História do Brasil Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

BECKER, Vera Mana (et al). Levantamento cadastral da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Mimeo, 1983.

ANEXOS:

ANEXO I: ATADO LIVRO TOMBO

Ata Fl. 25 do livro 1º do Tombo: "Ano do nascimento de N. S.

Jesus de mil setecentos e setenta e oito, aos vinte e nove dias do mês de junho do dito ano, imperando a, Sereníssima Senhora D. Mana primeira, Duquesa de Bragança deste reino de Portugal e suas conquistas, sendo Bispo deste Bispado do Rio de Janeiro o Senhor D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, sendo Vice-Rei do Estado e Senhor Marques do Lavradio; Governador das Armas desta Província o Senhor José Marcellino de Figueiredo, comandante desta Fronteira o Senhor Brigadeiro José Casimiro Roncalli; neste lugar de rio Pardo, Freguezia de N. S. do Rosário, e sendo aí no Consistório da Irmandade do SS Sacramento, onde se acharam presente o Reverendo Vigário da Vara desta Comarca e Freguezia José Antônio de Mesquita, o Brigadeiro José Casimiro Roncalli; como Provedor da dita Irmandade, Escrivão Capitão Fernando Pereira Vieira, Tesoureiro Francisco José

Martins, Procurador Alferes Luiz Severino José de Carvalho com os mais irmãos de Mesa, juizes e Officiais da Irmandade de N.S. O Rosário, São Miguel e almas, N.S. Das Dores e N.S. Do Rosário dos pretos e mais povo que acompanhava o presente ato. E logo pelo Reverendo vigário da Vara e Brigadeiro José Casimiro Roncalli foi exposto a todos com bem entendidas quanto convinha ao serviço de Deus e bem das almas a criação de um novo Templo, que servisse de Igreja Matriz de N.S. do Rosário desta Freguesia, aqui já haviam dado princípio; mas para se continuar era preciso abrirem-se os seus fundamentos e lançar-se a primeira pedra fundamental da obra com quela bênção e solenidade que manda o Ritual Romano, pelo qual Deus Nosso Senhor fosse servido continuar o fim daquela obra para o seu divino louvor, e que por tão justa ação o mesmo Senhor aumentaria à todos as felicidades espirituais e temporais os eficazes

simbólicos significativo referentes à Igreja que ainda operam no imaginário social da comunidade. Procissões, cerimônias etc.

R E F E R E N C I A S
BIBLIOGRÁFICAS:

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CEZAR, Guilhermino. Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1981.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A poligenia étnica na formação Social do Espaço Fonteinço de Rio Pardo: (1750-1850). In: VOGT, Olgário Paulo. SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a

região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

LAYTANO, Dante de. Almanaque de Rio Pardo. Porto Alegre: Globo, 1946.

DREYS, Nicolau. Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

FORTE, J. Borges. História Administrativa, judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1963.

ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983

MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura Luso-Brasileira. In: WEIMER, Günter (org). A arquitetura No Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

—. Rio Pardo: a arquitetura fala da história. Porto Alegre: Sulina, 1972.

MAXWELL, K. Marques de Pombal. Paradoxo do Iluminismo. Trad. Antônio de Pádua Danesi. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa. In: Revista Brasileira da História. São Paulo, v.20, nº 39, 2000.

SACARELO, Pedro Castelo. Histórico de Rio Pardo. Arquivo Histórico de Rio Pardo, s/d.

SCHENIDER, Luiz Carlos. Patrimônio Arquitetônico e Evolução Urbana: um estudo da área central urbana do Município de Rio Pardo (RS). Santa Cruz do Sul, 2001. Dissertação

Metropolitana de Porto Alegre e de Rio Pardo.

A partir da leitura destes trabalhos e de algumas impressões obtidas através do manuseio da documentação até o momento encontrada, chegou-se a conclusão de que para obter-se um universo maior de dados, os quais contribuirão para o projeto de restauro propriamente dito, devem ser observadas as seguintes considerações:

a) Levantamento bibliográfico

Realização de um levantamento bibliográfico preliminar as intervenções de restauro da produção historiográfica sobre Rio Pardo (RS), focado no período de existência da Igreja Matriz, bem como sobre edificações religiosas construídas no Rio Grande do Sul durante o período;

b) Orçamento para levantamento de informações em arquivos, acervos e museus

Pesquisa documental de informações sobre a referida edificação. Recomenda-se que seja realizada em arquivos, acervos e museus, entre estes: Arquivo Histórico do Estado Rio Grande do Sul, Arquivo Histórico do Estado de Santa Catarina e do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, Arquivo Histórico Municipal de Rio Pardo e Museu Histórico Barão de Santo Ângelo em Rio Pardo.

Entre a documentação a ser coletada deve-se observar os seguintes tipos: documentação administrativa; relatórios de presidente de província, livros de orçamentos (receitas e despesas), fotografias, plantas entre outras.

d) Relatório técnico seguido de um guia sumário de fontes

A elaboração de um relatório técnico seguido de um guia sumário de fontes com as principais informações coletadas referentes à refenda edificação possibilitará uma melhor compreensão do processo histórico de edificação do templo da mesma forma que poderá revelar aspectos fundamentais para a obra de restauro. Neste relatório deverão constar informações referentes a materiais empregados na construção, a pinturas realizadas em diferentes momentos, as imagens, as peças decorativas entre outros.

e) História Oral

O emprego da história oral contribuirá para coleta de informações mais recentes sobre o templo, da mesma forma servirá para percepção de elementos

de acordo com Becker (1983), em 1927 é iniciada uma significativa intervenção na Igreja Matriz e em 1930 é inaugurada placa alusiva junto a porta principal.

Becker (1983) apresenta uma cronologia das intervenções realizadas já no Novecentos, além da que ocorreu em finais da década de 20:

A Capela Mor é Sacristia, remanescentes do séc. XVIII são demolidas e nova Capela Mor é edificada, com dimensões semelhantes a antiga. A Sacristia é reconstruída somente no lado sul. Internamente é alterada a pintura, que de lisa passa a ter decorações abstratas. Pintada a ceia acima do arco cruzeiro e decorado o forro. É retirado o púlpito de parede, substituído o banco da comunhão, em madeira, por outro em

mármore. É trocado o tabuado de piso da nave e substituído o tabuado por ladrilho hidráulico no guarda respeito. O telhado é substituído, madeira e telhas.

Em 1948 é inaugurada a casa canônica, que envolve a capela mor pelo lado sul e leste. Desde então sucessivas e pequenas alterações têm sido feitas como a ligação da sacristia com a casa canônica, a retirada do banco da comunhão, alterações nos degraus da nave e capela mor, troca de púlpito e posterior supressão do mesmo, alterações nas portas da sacristia.

A área externa da Matriz pouca alteração sofreu. No lado sul, junto a gruta de pedra lá existente foi construído nos anos 60 um espelho d'água com a área de estar criando ambiência para colocar os restos mortais do Pe. Thomaz Broggi, por

muitos anos vigário da paróquia. A caixa, contendo os restos do vigário não permaneceu no local previsto, sendo colocada em nicho junto a pia batismal, embaixo da torre norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve relato histórico da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, procurou-se realizar algumas considerações de caráter histórico, as quais podem contribuir para uma melhor compreensão da edificação no cenário urbano-histórico de Rio Pardo. Para tanto, realizou-se uma revisão de trabalhos pioneiros que entre outros aspectos versaram sobre a edificação, entre estes, destaque para o trabalho da arquiteta Vera Maria Becker, realizado em 1983. Também foram realizadas algumas visitas ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, da Cúria

FOTO 5: Placa Existente Face Sul com o nome de Corso Serafim



Fonte: Acervo Fotográfico Miguel A. S. da Costa

A cidade de Rio Pardo, no início do Novecentos, não mais figurava no cenário gaúcho da mesma forma com que figurou em tempos passados. O início do processo de estagnação da cidade remonta à segunda metade do Oitocentos, quando, por exemplo, o médico alemão Robert Avé-Lallemant, homem de apreciável cultura literária, em 1858 relata ser Rio Pardo:

talvez a cidade mais velha

da Província e já em tempos anteriores se desenvolveu com felicidade. (...) o desenvolvimento da navegação momentaneamente trouxe grande prejuízo a esse comércio de intermediários. Os proprietários de terras e habitantes de lugares, que antes não podiam pensar em visitar a capital da Província, podiam agora descer o rio com facilidade e rapidez. Deixavam de lado Rio Pardo e iam a Porto Alegre, para fazerem lá suas compras; seguiram-nos os negociantes, que estabeleceram o seu comércio em Porto Alegre, concorrendo para o desenvolvimento da cidade, enquanto Rio Pardo era abandonada. Vêem-se em toda parte os vestígios desse abandono. Enquanto uma ou outra das ruas

principais apresenta quarteirões inteiros de casas e até de magníficas residências, várias travessas são formadas de fileiras muito interrompidas de edifícios de muitas janelas, bastante compridos, e vazios. Não mais funcionam as casas comerciais de andar térreo, aparte superior esta desabitada; com as casas em ruínas, perde-se um bom capital. (Avé-Lallemant, 1980: 166-167)

Com o advento da República (1889), a Igreja Católica é desvinculada do Estado e, a partir de então, as verbas que não eram de grande soma para obras e melhorias em templos religiosos acabam. As irmandades, que tiveram papel importante na edificação dos templos religiosos, não mais figuram com a mesma importância de outrora. No entanto, mesmo a cidade de Rio Pardo sem recurso,

Epístola; servindo a antiga Capela Mor, cujo elegante e majestoso trono é omado de muitas obras de talha e dourados, e também a velha sacristia muito espaçosa.

Do altar mor a porta principal tem esta Igreja 205 palmos de comprimento e 50 de largura. A Capela Mor tem de comprimento 51 palmos e 29 de largura; da porta do arco tem o corpo 154 palmos.

Há três portas na frente e um espaçoso adro lageado; grande coro com três janelas; duas bonitas torres de 164 palmos de altura; dez tribunas com suas grades de ferro; seis altares laterais com primorosos ornatos, dourados, e belas imagens; um vasto consistório ao lado do Evangelho; e neste mesmo lado uma linda e bem ornada Capelinha dedicada a N. S. da Soledade, debaixo de cujo altar se venera uma

grande e perfeitíssima imagem do Senhor morto, mandado vir da Bahia por Antônio José Coelho de Leal no valor de 115 \$000 a expensas da Irmandade de N. S. da Dores, e no centro pende uma lâmpada de prata pertencente a Irmandade do Ss. Sacramento.

Esta Capelinha foi reformada e omada por várias Senhoras, Em baixo da Torre a direita está a Pia Batismal, e a esquerda o belo túmulo onde repousam os restos mortais do mais bravo dos bravos = Barão do Triunfo = mandado construir por sua filha.

No centro da Capela Mor pende uma grande e linda lâmpada de prata pertencente a Irmandade de N. S. das Dores deixada em verba testamenteira por José Antônio Rodrigues Cardoso, e no centro do corpo da Igreja havia

um grande lustre de cristal para 48 luzes, o qual depois de 13 anos caiu no dia 14 de março de 1887 por se ter partido a corda que o sustinha.

Este lustre fora obtido do Teatro de Porto Alegre pelo Provedor da Irmandade do Ss. Sacramento Coronel João Luiz Gomes, a cuja administração é também devida uma bonita Pia de mármore branco, e guarda-respeito, e outros muitos objetos.

Laytano (1946:28-29) informa que em 1885 dois arquitetos italianos, Vicente Prato e Corso Serafim, concluíram a Igreja Matriz, ergueram uma das torres que ainda faltava e a decoraram. Becker (1983) acrescenta ainda que a decoração da fachada ficou aos critérios de Serafim. Em uma placa existente na face Sul do templo isso pode ser percebido.

em atenção ao solicitado pelo vigário.

A Guerra Farroupilha acaba e as obras no templo são reiniciadas. As primeiras notícias são de reparos gerais e de transferência de um Cemitério existente nos fundos da Matriz. Em 1848, foi enviado de Porto Alegre "um ofício acompanhado da Faxada da Igreja Matriz" (AHRGS, Assuntos Religiosos, Lata: 350). Embora o documento não tenha sido encontrado, provavelmente constassem na mencionada fachada as torres do templo. Conforme foi lembrado por Laytano (1946), em 1849 foram iniciadas as obras nas torres. Ao que tudo indica, em 1854 uma delas encontrava-se concluída, uma vez que nesta foram colocados dois sinos:

O Procurador e mais oficiais, e Mezanos das Irmandades unidas do S.S. e Nossa Senhora do Rozano,

padroeira da Cidade, tem a honra de levar as mãos de V.Exa.o documento incluso com o qual prova a despeza que se fez com a Compra dos dous Sinos grandes se acham collocados na Torre d'esta Igreja Matriz para o que recebeu se dos Cofres Provinciais em 20 de janeiro de 1850, a quantia de hum conto oitenta e quatro mil e ceceenta rei (...). (AHRGS, Assuntos Religiosos, Lata: 350). (Grifo Meu).

Dante de Laytano (1946:28-29) ao se referir aos altares da Igreja, afirma que "os altares existentes, no principio da segunda metade do século XIX (...), eram os do Espírito Santo, Parto, Dores, São Miguel, Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Francisco de Paula". Acrescenta ainda Laytano que:

(...) ao terminar o

império, a Matriz no seus sete altares: Nossa Senhora do Rosário, a padroeira; Nossa Senhora das Dores, Santa Bárbara; Nossa Senhora do Rosário, Lampadosa e São Benedito, da Irmandade dos Homens Pretos; Espírito Santo; Nossa Senhora da Conceição; Santa Mana; São Francisco de Paula; São Miguel e Santo Antônio.

Em 1867, Barão Homem de Melo, citado por Laytano (1946:28), relata que o templo é "elegante e construído em grandes proporções, só inferior na Província a de Viamão". A partir das observações de Vicente Zeferino Dias Lopes citado por Becker (1983), tem-se um quadro descritivo da Igreja Matriz de finais do Oitocentos:

À esta bela Matriz falta a Capela Mor, sacristia e Consistório ao lado da

décadas iniciais do Oitocentos, ao que tudo indica, durante o período da Guerra Farroupilha (1835-1845) a situação se agravou. Conforme João Maria Belém (1956), citado por Becker (1983), os anos da Guerra Farroupilha foram de grandes estragos, não só espirituais como materiais, com a ruína da maior parte dos templos que ficaram abandonados à mercê das intempéries.

No cadastro produzido por Vera Becker (1983) consta a possível feição do templo no período referente ao início da Guerra Farroupilha. Conforme a arquiteta, "não se detecta nenhum avanço na construção da Matriz nos dez anos de luta. Sua feição não se altera, a não ser pelos estragos e quase arruinamento que parecer atingido".

Dante de Laytano (1946) enumera algumas aquisições que incrementaram o templo e também apresenta a cronologia de

algumas intervenções realizadas após o fim da contenda:

em 1848, adquirem a imagem do Senhor Morto, em 1849 atacam as obras das Torres; em 1853 recebem um rosário de contas de ouro para a imagem de Nossa Senhora do Rosário; em 1855 ocorre a compra de dois sinos; em 1857 chega o relógio adquirido no Rio de Janeiro; em 1864, edificação da Capela Mór e, em 1867 Pelegrino Castilhone é encarregado da pintura da Matriz (Laytano, 1946:28).

Becker (1983) de certa forma complementa as informações de Laytano (1946). Segundo a arquiteta, em documentação consultada junto ao AHRGS, em 18 de julho de 1824 uma correspondência da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do

Rosário, ao presidente da província, esclarecia que "(...) dos 8 sinos solicitados, 4 encontravam-se na Matriz, 2 nos Passos e 2 na Ordem 3ª de São Francisco" (A HRGS- Assuntos Religiosos- Lata 350).

Antes do término da Guerra Farroupilha, em correspondência emitida em 9 de maio de 1842 pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, foi exposta a necessidade de reparos urgentes no Campanário, sob pena inclusive de ser necessário sua "custosa reedificação". Conforme Becker (1983), o Campanário seria, sem dúvida, uma edificação independente do corpo da igreja. Acrescenta Becker:

Simples, talvez em madeira e perfeitamente dispensado quando da edificação das torres, teve sua manutenção atendida por verba de "sobras provinciais" ali aplicadas pelo presidente da província,

cimoesteja collocado o signal da redenção, e indique ser allí o Sanctuário do Autor do dia: existe até hoje a mesma capella mor, que havia do primeiro templo, ella acha-se quase que toda arrounada, e he muy pequena em proporção do corpo, que parece acéphalo. Foi este o estado em que achei o Templo, quando delle tomei posse, e ainda que hoje já tenha portas novas, púlpitos, couro Sacráno Magnífico e assoalho reparado, todas as imagens encarnadas de novo, e envidraçadas, e outros arranjos; contudo não se poderá conseguir seu ultimatum; do que esta muy longe, e por haverem muitas dificuldades a superar: por exemplo, alçando eu do Ex. Presidente Galvão Rodrigues cento e vinte mil para as obras da Igreja, empreguei quase que com igual quantia do

meu bolso em taboádo para as tribunas, porém não havendo mais dinheiro nem, quem offerença, como conseguise-há sua ultimação, não havendo meio de pagar a mão d'obra. Todavia, se eu alcançar algum adjutório pecuniário da Presidencia da Provincia e os devotos concorrerem com suas esmolaz e concluir-se o douramento dos altares do Espínto Sancto, Parto e Dores, este templo, cujas primeiras linhas forão traçadas pelo Erudito Gov. Rossio occupará o primeiro lugar entre os melhores da Provincia. Hia ovuldando-me do melhor, e he quase só a poderosa mão do Governador facultará o dezejado fim, que o templo exige: alem dos trez altares refendos tem mais a Matnz o Mor, o de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos; o

de São Miguel e o de São Francisco de Paula, que são dourados e muy decentes. Na matnz e nos dous templos hão algumas alfayazs preciosas e os competentes ornamento. (Arquivo Particular da Família Biaggio Tarantino Rio Pardo. Apud Becker (1 9 8 3) .

Embora não fosse mais Sebastião Pinto do Rego o vigário da Matnz, dois meses após suas observações, parte de suas solicitações foram atendidas. Em officio de 7 de março de 1835 aparece o recebimento de 500\$000, os quais foram empregados nas já mencionadas tribunas (AHRGS, Assuntos Religiosos, Lata 351). Nesta data encontrava-se, de maneira interina, o Reverendo José Alexandre de Borba.

Se as finanças provinciais não conseguiam dar conta das obras da Igreja Matnz nas

confusão, praticando-se até mesmo desacatos. Verdade he que segundo a lei do orçamento que estabeleceu Sua excelencia 120\$000 para reparos que já estão destinados para satisfação do taboado com que se deve preparar as tribunas, não ficando até com que se pagar a mão d'obra e mais despesas inherentes. Eis o deplorável estado da nossa Matriz por cuja razão requer este município não qualquer contingente que possa indifferentemente pertencer-lhe para aquile objeto, mas sem a graça de ser aquinhoado com a maior cota em razão a outras para concluir a dita Matriz, cuja despeza total tem por orçamento 40,000\$000. (Arquivo particular da Família Biaggio Tarantino Rio Pardo. Apud Becker (1983).

No mesmo ano, o vigário da Matriz Sebastião Pinto do Rego, também dinge ao presidente da Província requerimento solicitando auxílios para o término das tribunas:

Eh da mais firme esperança de merecer a generosa attensão e proteção de V.Exa dinjo o seguinte:
Eh bem evidente e ta:ez não sera desconhecido a V.Exa o estado atual da Matriz desta Villa, cuja forma extenor indica ser ella a sede, não do Altissimo, mas sim de uma qualquer pessoa(...) Não referrei a precisão de uma capela mor, que substitua a prezente assas arruinada e pequena em proporção do templo, mas de outros objetos que necessitam de reparo, por conhecer que peço a mesma soma 4:800, estremada pelo conselho Administrativo no ano pretérito para

concertos na Matriz poderia de uma vez facultar a melhonia desejada (...) (AHRGS, Assuntos Religiosos: Lata 351 Apud Becker (1983).

Passaram-se dois anos e os recursos não vieram, ficando o templo na mesma situação. Em janeiro de 1835, ano em que se deflagra a contenda entre farroupilhas e imperiais, o mesmo vigário, em relatório de cunho estatístico, se refere à Matriz relatando que:

Sua construção progredia com passos gigantescos e grande fervor; todavia o gênio do mal appareceu entre a ceara do senhor e influindo nos corações dos operários do Dono do Altissimo fez paralizallo, ficando somente o corpo levantado, lugares para tribunas, sem torres front'espicio, em cujo

(Souza: 1904) citado por Becker (1983).

A partir de algumas inferências de cunho histórico bem como através de considerações de caráter técnico-constructivo realizadas por Vera Becker e equipe em 1983, pode-se apresentar possíveis feições do templo religioso em princípios do Oitocentos:

HIPÓTESE SEGUNDO VERA BECKER (1983) DAS FEIÇÕES DO TEMPLO EM PRINCÍPIOS DO OITOCENTOS

FIGURA 1

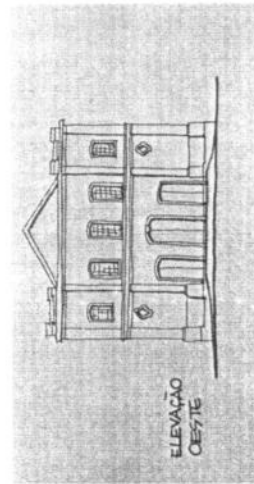
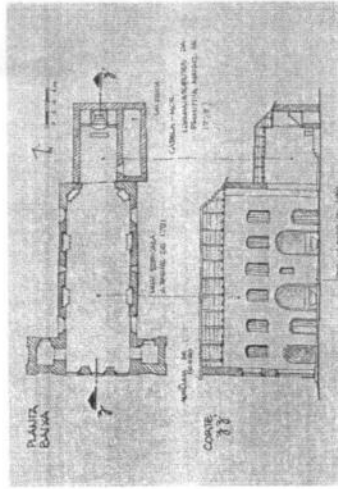


FIGURA 2



Desenhos de Vera Becker (1983).

De acordo com o bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho, capelão-mor do Rio de Janeiro, que em visita à Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, em 1815: "O corpo da Igreja é magnífico, mas não tem as torres acábadas; a capela-mor é acachapada e fica mais baixa porque é ainda a mesma da Igreja velha" (apud, Becker, 1983).

Johann Martin Buff, em 1833, integra uma comissão a qual apresenta em 24 de setembro do mesmo ano ao Senado Municipal um relatório que

versa sobre as obras necessárias na Vila de Rio Pardo. Entre estas, o engenheiro alemão destaca a situação da Igreja Matriz:

Evidente he o estado de imperfeitabilidade da Matriz deste Municipio (...) Sem torres, e frontispício em cujo cimo esteja collocado o signalda nossa redenção mui pouco vislumbre apresenta de hum templo que deve ser dos mais magestozos onde se celebrão tão altíssimos misténos. Longe de nós comparar o nosso templo com os templos dos Protestantes (...), por falta de socorros em pouco dê menos fixou, e algumas de suas partes ameação ruína, tal eh por exemplo a Capela Mor. Esta mesma eh mui pequena e por isso não chega todo o recinto para da igreja para acomodar os fiéis que alli concorrem nos dias festivos, saindo muito pelo aperto e

Suas dioturnas agoas, e insuportável, regelo famílias inteiras não podem hir a Matriz, por cuja Cauza p.ª librar a sie suas famílias pessoas e n f e r m a s , empobilitadas e pobres de ficar sem missa nos dias Santos e Domingos do Ano como acontece de ordinario pellas r a z o e n s a s i m a ponderadas dezejam que haja missa nas ditas Cazas de Snr dos Passos, para sua Consolação espiritual a exemplo da Missa Concedida em varias Cazas particulares como filhos da Igreja ellas de todos os fiéis, aos quais não nega o abrigo, facilita os meios da salvação, recorrendo a V. M.ª como Ministro dam. ma Igreja para que attenda ao bem espiritual dos Sup.es e no resp.te, veneração devida a Imagem Do Snr dos Passos, Portanto P.P.p.r fpº de hum/ anno dentro

do qual recorrerá a S. Ex.ª R.ma Rº Pardo, 31 de janº de 1805. (Arquivo particular da Família Biaggio Tarantino Rio Pardo. Apud Becker (1983)

Tanto Laytano (1946) quanto Macedo (1972), destacaram que muito cedo começam as referências sobre o arruinamento da Matriz e que por volta de 1790 membros da comunidade e autoridades decidem por nova edificação. Conforme Becker (1983) a reconstrução da Matriz se inicia no período de 1791. Embora não tenham sido encontrados documentos com dados precisos a respeito do início destas obras, sejam elas de construção ou de reconstrução do templo, o certo é que a partir de um livro utilizado para lançamento das receitas e das despesas municipais constam gastos efetuados entre 1791 e 1792 com materiais e mão-de-obra empregados em obras na

Igreja. Mesmo sem ter documento comprobatório que refira a autonomia da planta que originou o novo templo, é verossímil o nome do coronel Francisco João Roscio como autor da referida planta. Roscio, além de ter sido responsável pela planta da Matriz de Rio Pardo, também foi o responsável pela planta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da C a c h o e i r a (Macedo:1987:74).

A maioria das plantas de edificações civis ou públicas no Brasil colonial foram produzidas por engenheiros militares, estes que não contavam em grande número. Em 1776, o Vice-rei Conde de Lavradio revelava que no Rio Grande de São Pedro somente um engenheiro estava disponível: o capitão Alexandre José Montanhas, militar "que mesmo tendo trabalhado como um mouro, não basta para acudir só ao que alli há que fazer"

não dispunham de recursos suficientes para a edificação de seus templos, assim unindo-se. Comenta Laytano (1946:31):

As esmolas seriam recolhidas a fundo comum (...), o culto seria em separado e, tanto os irmãos do Senhor dos Passos, como os Seráfico Pai São Francisco, tinham não só altares especiais, como cada uma das irmandades ficava na Capela, com sua sacristia, tribuna particular e casa de capitulo.

Na verdade, as irmandades tinham como propósito edificarem mais um templo em Rio Pardo, para nele serem realizados os atos religiosos de ambas. No entanto, a Irmandade do Senhor dos Passos, adquiriu a capela para si, os confrades da ordem 3ª procuraram manter o acordo - tentativa infrutífera - e no período que vai de 1802 a 1812, teve

início à execução do templo da Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco (Macedo, 1972:41-42).

Assim, a partir de trabalhos pioneiros, como o de Dante de Laytano (1946), Francisco Riopardense de Macedo (1972) e Vera Becker (1983), pode-se inferir que já nos primeiros anos do Oitocentos, as irmandades do Senhor dos Passos e da Ordem 3ª não mais coabitavam na Igreja Matriz.

O templo da Matriz, edificado primeiramente de taipa de barro, ao que tudo indica, no início do Oitocentos encontrava-se em obras. Isso pode ser percebido através de um requerimento de 1805, assinado pelo Capitão Manoel da Silva Paranhos, confrade da Irmandade do Senhor dos Passos, que em nome dela solicitava ao Reverendo da paróquia a remoção de uma imagem do Senhor dos Passos:

Rdo Snr
Dis o Capitam Manoel da Sª Paranhos e mais devotos do Senhor dos Passos desta Fregª do Rº pardo que tendo obetido de S. Exª R.ma facultades para edificar humas Cazas, e recolher nellas a Imagem do Senhor dos Passos, a qual estara depositada embaixo da torre da Matris, etendo elles supe.es levantado as ditas Cazas ormando da necessária decência prezentem.te querem fazer selear nas Missas, s.to Sacrificio da Missa, porque Chegando a quatro mil Almas o numero dos paroqueanos, enão avendo outro templo senão a Matris, e esta mesma tendo sido demolida para ser novam.te reidificada, padecemos Sup.es com Suas familias graves encomodos nos dias de aperto na rigorosa estação do Inverno Com

Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor Para a factura de hum prédio urbano a q se propoem sopp.^{ta}, não necessitão de licença nossa. E p.^o se mudar p.^o elle a Imagem de q se trata, depois de concluída a Caza e se poder conhecer a decencia e comodo que houver nella p.^o o fim dezejado, nos informará o R. Par.^o com o seo parecer, e sobre o estado em q se achava a obra da Matris, e o lugar destinado nesta p.^o assento da Capella da Imagem dos Passos. Re 4 de Novembro de 1797.

Dizem os Irmãos Confrades do Snr dos Passos da Freguezia de NS. Do Rozão de Rio Pardo, que elles alcançarão de V. Ex.^a. R.^{ma}. em vista das premissas constantes do requerimento junto facult.^o. para mudarem a Imagem do mesmo Divino Snr. para huma

caza que he da mesma Confrana durante a Obra da sua Matriz, onde o d.^e Snr estava collocada e porque a caza mencionada presentemente se acha indecente para na d.^e serco-lher a S.^{ma} Imagem, sepropozêro os Irmãos Confrades de NS. das dores, que são os mesmos Confrades do S. dos Passos, por ser huma, e outra Confrana inseparaveis, e anexas entre si: pois quem se alista por Confrade daquelle Divino Senhor ohé também da mesma S.^{ma}. Senhora, apedirem hum terreno na rua chamada de St.^o Angelo por se achar tantos annos devoluto, servindo depasto aos Animaes onde na premitiva daquelle Povo tinha sido aprim.^{ta} Matriz ao Ex.^{mo} Senhor Governador, o qual com effeito lhes concedeu, como semostra do Docum.^{to}.

que offerecem, e como os Sup.^{os} querem ahi construir elevantar huma Caza para na mesma recolherem o Divino Snr, e duvidão fazella sem nova licença de V. Ex.^a com razão de ser a primeira facultada arespeito de outro lugar, este omotivo p.^o quell seja servido conceder-lhes a graça já facultado vistas as circunsâncias que vem de dizer, ep.^o. Esta esmolla rogarão ao mesmo Snr. e a sua May a Snr.^a das Dores p.^o a conservação da precioza Vida e Saúde de V. Ex.^a (Arquivo particular da Família Biaggio Tarantino Rio Pardo. Apud Becker (1983)

A ordem 3.^a de São Francisco, criada em 1785, segue o caminho da Irmandade dos Passos e decide pela edificação de um templo próprio. No entanto, ambas as irmandades

se fez ainda mais solene a função de Igreja, recitando nela uma muita eloqüente Oração o Reverendo Duarte Mendes de Sampaio: de tarde se cantou o Te Deum, e por fim houve uma bem asseada e religiosa Procissão. No mesmo dia, para maior solenidade, deu o sobredito Comandante um magnífico jantar, sendo a primeira saúde, feita a S.S. A.A. R. R., aplaudida com 21 tiros de canhão. No quarto dia, querendo continuar-se a mesma função, concorreram todos a ver um combate de touros; mas por ter sobrevido uma repentina chuva se efetuou aquele divertimento com cães de fila de um modo muito vistoso. No quinto dia se concluiu todo o festejo com uma boa tarde de touros, excelentes danças, asseadas máscaras, e as melhores exhibições que permitia

aquele lugar, deixando a todos por extremo satisfeitos." (César, 1987:179-81).

Apesar de festas, missas e sermões, o estado de ruínas bem cedo foi constatado pelos fiéis, os quais começavam a se organizar em irmandades.

Dante de Laytano (1946:27), ao se referir às irmandades, chama a atenção para a do Santíssimo Sacramento, que mais tarde se organizou de maneira conjunta com a de Nossa Senhora do Rosário coabitando no templo. No entanto, não foram somente estas as irmandades que coabitaram na Matriz. Nos fins do Setecentos, mais duas irmandades dividiram os espaços do templo: os confrades do Senhor dos Passos e de N. S. das Dores e a Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco.

Na Igreja Matriz, foram criados altares especiais para neles serem colocadas as imagens

dos padroeiros das respectivas irmandades. Macedo (1972: 31-32) relata que, "funcionava apenas há seis anos quando recebeu uma imagem de São Francisco das Chagas (...)". Fernando José de Mascarenhas Castelo Branco designou um altar especial na mesma Matriz para que nele fosse colocada referida imagem.

Mesmo em obras, conforme Becker (1983), a Matriz continuava abrigando as imagens e as cerimônias religiosas, talvez por ser, na ocasião, a única Igreja da povoação. No entanto, a Irmandade do Senhor dos Passos em finais da década de 1790 iniciava sua transferência da Igreja Matriz. Conforme ofício de 1797 que, além de tratar da transferência da confrania, apresenta referências a obras no templo:

RELATOS DE UMA HISTÓRIA

Os festejos realizados foram publicados na Gazeta de Lisboa (1794), sendo desta forma descritos:

Querendo o Tenente Coronel Comandante da Fronteira do Rio Pardo do Continente do Sul, Patrício Corrêa da Câmara, dar ao Povo daquele lugar as mais evidentes provas da alegria, que lhes causara o feliz nascimento da Sereníssima Princesa da Beira, se esforçou em fazer por alguns dias uma das mais brilhantes festas, que se podena executar naquele lugar. A 4 de janeiro o dito Comandante, depois de ter feito postar convenientemente toda tropa que ali se achava assim de pé, como de acavalo, se encaminhou com os Reverendos Sacerdotes e cidadãos daquele lugar para a Igreja Matriz, onde assistiu uma solene

função de Missa cantada, estando expostos o santíssimo Sacramento com a maior grandeza: por espaço de três dias tomou à sua conta repetir aquela função o Reverendo Vigário da Vara e Igreja do mesmo lugar, Manuel Marques de Sampaio, dando igualmente mostras do seu júbilo e de um vassalo amante e fiel. Acabada a primeira função da Igreja, voltou o comandante do mesmo acompanhado para a Praça onde estava formada a tropa, e aí se deu uma salva Real de 21 tiros de artilharia e três de descarga de mosqueteria, concorrendo para aumentar a uma excelente Música que se ouvia junto da mesma tropa: concluída aquela agradável ação, se recolheu toda a tropa aos seus respectivos instrumentos, repetindo-se no segundo e terceiro dias

o mesmo que houve no primeiro. Nos primeiros dois dias se apresentaram na mesma Praça, que achava maravilhosamente ornada, alguns sujeitos ricamente vestidos e montados em soberbos cavalos, e continuaram até a noite os seus jogos e divertimentos, havendo nos intervalos diferentes vistas e brincos de mascaras. Na noite do primeiro dia houve um excelente fogo, estando a Praça iluminada pelo modo mais vistoso: e tanto ali, como em toda a povoação continuaram as luminárias por três noites, fazendo uma vista em todos excitava alegria. No segundo dia à noite se encaminhou o sobredito Comandante com o Povo ao Teatro, onde se representaram por quatro noites excelentes Comédias com maravilhosas danças. No terceiro dia

Igreja Matriz a primeira missa".

De acordo com a arquiteta Vera Becker (1983), em documento de 1769 são encontradas notícias sobre a mudança do orago:

José Antônio da Matha Vigano da Vara e Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamom (...) Por faculdade que tenho do Ex.mo e R.mo Sr. D. Fr. Antº do Desterro Bispo do Rio de Janeiro para Rubricar todos os livros das Igrejas da minha Comarca, nas mais que se comprehendem no Continente do Rio Grande. Viamom, e Rio Pardo, numerel, e rubriquei (...) com minha rubrica breve Matha, o qual hade servir para se lansarem nelle os assentos dos casamentos que houverem na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo

que algum dia se intitulos Santo Ângelo, cuja mudança se fez por despacho (...) Ex.mo e R.mo Sr a inztancia dos moradores da ditto Rio Pardo. Viamom & de Mayo de 1769 (Cúnia Metropolitana do Rio de Janeiro, apud Becker (1983). (gnfo meu)

Valendo-se da mesma documentação, Becker (1983) assinala a transferência da Matriz para a rua Júlio de Castilhos rua da Ladeira - preteritamente conhecida como rua Direita:

Não tendo esta Igreja [de Santo Ângelo] capacidade, embora reconstruída e aumentada, engram os moradores outra, em diferente lugar, de conformidade com uma planta fornecida pelo arquiteto João Rodrigues Baía, e a 29 de junho de 1778 foi lançada a pedra

fundamental (...). (gnfo meu).

Francisco Riopardense de Macedo (1972) comenta que com a presença do governador da capitania foi realizada uma solene procissão que trasladou as imagens para o novo templo. Acrescenta ainda Macedo (1972:31), que a Matriz na data de sua inauguração era uma construção bastante rústica, de taipa de barro, que deveria servir a toda a população, como de fato durante muitos anos ainda serviria.

Em 1794, o rústico templo da Igreja Matriz e seu entorno, foram palco de uma grandiosa festa que durou cinco dias. Em meio às festividades, "militares e civis, ouviram missa, sermão e música, puseram mascararas, praticaram equitação e ascenderam fogos e luminárias; representaram comédias e dançaram, assistiram touradas e corridas de cães" (César, 1981:179).

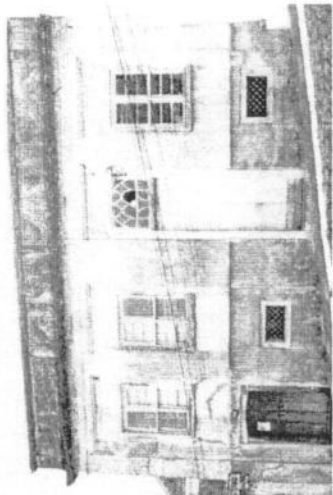
D O S T E M P L O S R E L I G I O S O S : A I G R E J A M A T R I Z D E N O S S A S E N H O R A D O R O S Á R I O D O R I O P A R D O

No que se refere às igrejas, Isabelle destaca a existência de três, construídas no mesmo nível de todas as do Brasil, com muita simplicidade, sendo que a principal, a Igreja Matriz, toda de tijolo, não estava ainda acabada exteriormente.

Através das descrições destes viajantes, bem como de observações in loco, percebe-se que Rio Pardo foi uma cidade composta por suntuosos prédios, sejam eles civis ou religiosos. Os viajantes destacam detalhes destas magníficas construções, que ainda podem ser observados nas poucas edificações que restam no atual cenário urbano-histórico rio-pardense. Tanto Saint-Hilaire quanto Isabelle relatam que as características variadas do conjunto urbano rio-pardense eram agradáveis à vista.

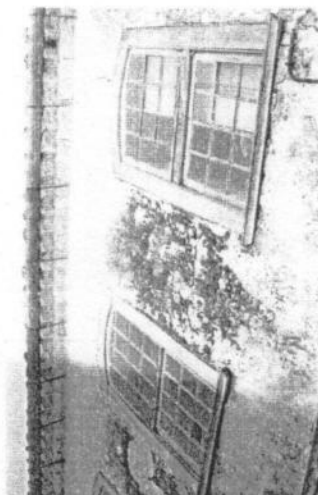
Na parte central do espaço urbano de Rio Pardo, são três os templos religiosos mais antigos: a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, a do Senhor dos Passos e a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Conforme já foi mencionado, os primeiros cultos religiosos realizados em Rio Pardo tiveram como local uma ermida edificada junto ao forte Jesus, Maria e José. Posteriormente, os cultos foram deslocados para a Capela de Santo Ângelo (1759). Conforme Dante de Laytano (1946:27), "a 15 de dezembro de 1762 o templo passou a ser Capela Curada e a Capela de Santo Ângelo foi igreja paroquial até 1779, quando foi rezada na

FOTO 3: Residência localizada na Rua da Ladeira



Fonte: Arquivo Fotográfico Maguel A. S. da Costa

FOTO 4: Detalhe de janelas arqueadas



Fonte: Arquivo Fotográfico Maguel A. S. da Costa

A praça pública, elemento que compõe o entorno da Igreja Matriz, foi uma peça importante no cenário urbano-histórico de Rio Pardo. Além de ser um elemento de referência na produção do traçado urbano, era na praça que o privado tomava-se público, em especial nos dias de celebração de missas.

A praça também foi um local reservado para as práticas de comércio, ou melhor, de feira pública. Os horários, os dias e as formas de realizar tais atividades eram determinados pela Câmara Municipal, através do Código de Posturas.

Acordão que se proibi a compra e venda de generos comestiveis dentre os que virem por terra ou por no por atravessador. De maneira que os donos dos sobreditos generos, esponham a venda pública na Praça do Pelounho, e por 1550 se proibi que até

as nove horas no verão e as dez no inverno, pessoa alguma atravesse os ditos generos, por que até as ditas horas serão expostos a venda pública, e sendo que fora das horas ditas e pelo decurso do dia venham algumas carretas de generos serão obngadas a terem a venda pública três horas depois das quais poderão vender a quem lhe comprar. Havendo o dono do genero que vender ao atravessador antes das horas destinadas a fora da praça assignada em dous mil réis de condenação, e contra o atravessador que comprar os generos incorrendo na pena de seis mil réis, tudo aplicado para o conselho e trinta dias de cadeia." (AHMRP, LP (1811-1824) n.º: 270 : 07, art. 18)

Arsène Isabelle, outro viajante francês que passa por Rio

Pardo durante a década de 1830, em suas observações - diferentemente de Saint-Hilare, que contemplou generalidades - privilegia os detalhes, relatando que as edificações novas eram de um andar, muito altas, quadradas e com muitas janelas. Estas, elegantes e arqueadas, de dois batentes e grandes quadrados diversamente trabalhados. Com portas altas e estreitas, situadas no "rés do chão ocupado por casa de comércio e lojas..., com cômodas calçadas". Já as antigas, "tinham janelas com postigos, guarnecidas com imensas rótulas... e, ocupavam-se do calçamento e alinhamento da rua" (Isabelle, 1983:52).

anos, de Santo Ângelo". Rua esta que "não deixaria certamente de aformosear qualquer das grandes cidades do Brasil: ela forma, por sua disposição particular, como um bairro separado, onde residem os principais negociantes em proporção com a população do país (...)" (Dreys, 1990:70).

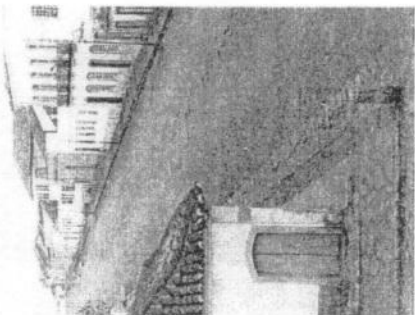
A partir da leitura de alguns relatos de viagem do Oitocentos foi possível perceber alguns aspectos da paisagem urbana-histórica de Rio Pardo. Ao referir-se aos prédios edificadas na Vila durante suas primeiras décadas, Auguste Prouvansal de Saint-Hilaire, viajante francês que chegou ao Brasil em 1816, com a embaixada do Duque de Luxemburgo e que passa por Rio Pardo em abril de 1821, destacou que:

a praça pública é pequena. A igreja paroquial forma um de seus lados e não está ainda acabada, o

mesmo acontecendo a duas outras igrejas existentes na cidade. A casa da Câmara, tendo anexo a cadeia, é um edifício térreo. A rua principal é em parte calçada e as demais não o são. Todas as casas de Rio Pardo são cobertas de telhas; várias grandes e bem construídas. Contam-se em grande número as assoberçadas, de um e mesmo de dois andares e quase todas que anunciam abundância t e m s a c a d a s envidraçadas (Saint-Hilaire, 1974:192).

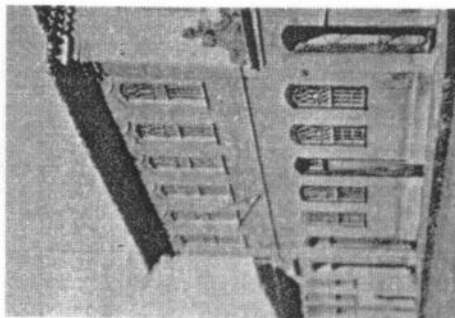
Algumas fotografias de Rio Pardo, embora sejam estas de finais do Oitocentos, corroboram com as observações de Saint-Hilaire:

FOTO 1: Rua Andrade Neves esquina Almirante Alexandrino



Fonte: Arquivo Fotográfico Parahien

FOTO 2: Sobrado Situado ao lado da Igreja Matriz



Fonte: Luytano (1946)

do Setecentos e início do Oitocentos, uma vez que dali partiam expedições militares para todos os pontos do território ameaçado pelos espanhóis, bem como para os de possível conquista lusitana. Também porque de Rio Pardo deslocavam-se 'caravanas' para o abastecimento das estâncias distantes e para realização de atividades comerciais com a fronteira. Após o Tratado de Santo Ildefonso (1777), conforme o arquiteto:

(...) quando cessa a contenda com os espanhóis, a luta mantida para o domínio das Missões afasta novamente o cenário de luta e o ritmo de crescimento das instituições urbanas e das promoções para criá-las toma novo rumo. Entre estas, figura em primeiro plano a organização das ordens religiosas e a

instalação de suas sedes e serviços. (Macedo, 1972:40)

As igrejas tiveram, em momentos da história administrativa do Brasil, um importante papel, sobretudo no que se refere a prestação de serviços de caráter público, entre eles os registros de nascimento, casamento e óbito. Caba também à Igreja fornecer dados estatísticos vinculados à demografia. Estas e outras funções das instituições religiosas justificam as afirmações de Macedo (1972), principalmente no que está relacionado ao processo de instalação das paróquias e das ordens religiosas na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul no período posterior ao Tratado de Santo Ildefonso.

Em 1769, Rio Pardo foi elevada a categoria de "Freguesia" e, em 1809, por decreto real, à Vila, a qual

recebeu a evocação de Nossa Senhora do Rosário, mesma evocação atribuída a Igreja Matriz.

Ao lado das casas de comércio e da praça dos quartéis, foram construídos os primeiros edifícios religiosos. De acordo com Macedo (1972:31), juntamente com o forte Jesus, Mana e José, surge o primeiro templo religioso de Rio Pardo: uma ermida, capela rústica sob a invocação da Sagrada Família, que tena funcionado desde 1753.

Dante de Laytano (1946:27) destaca que "os ofícios religiosos dos primeiros vinte e tantos anos de Rio Pardo realizaram-se, primeiro na ermida e depois, em 1759, na Igreja de Santo Ângelo, construída no centro da futura cidade pelos seus primeiros habitantes". Acrescenta ainda Laytano, que "o culto de Santo Ângelo teve grande importância na cidade da fronteira do Jacuí, pois a principal rua de Rio Pardo, a atual Andrade Neves, denominou-se, por longos

RELATOS DE UMA
HISTÓRIA: A IGREJA
MATRIZ DE NOSSA
SENHORA DO ROSÁRIO DE
RIO PARDO

Miguel Ângelo Silva da
Costa

A história da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário está imbricada com a origem de Rio Pardo, a qual remete ao início da segunda metade do Setecentos, período em que as terras que hoje fazem parte do Rio Grande do Sul foram palco de inúmeras disputas entre as coroas Ibéricas. Na época, Pombal, primeiro ministro de D. José I, propunha como estratégia de alargamento do espaço ocupado pelos lusitanos no Brasil Mendional a urbanização de áreas fronteiriças. Assim, no início da segunda metade do Setecentos com o Tratado de Madri (1750) e

sob ordem de Pombal, Gomes Freire de Andrade erigiu um posto militar avançado que acabou dando origem a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

O fluxo migratório de militares e civis, bem como o incremento das atividades comerciais, contribuiu para o desenvolvimento urbano de Rio Pardo e para que se formasse uma sociedade composta por diferentes grupos sociais e étnicos. Neste sentido, pode-se destacar que a população da Vila de Rio Pardo formou-se por reinóis, por comerciantes, grupo que de acordo com Helen Osório (2000:108), na sua maioria tinha como origem a região do Minho, em Portugal, por escravos de diferentes regiões da África, por algumas levas de casais açorianos e por nativos, que após a tomada das Missões em 1801 foram aldeados em Rio Pardo, mais precisamente na Aldeia de São Nicolau.

Em dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, o arquiteto Luís Carlos Schneider se propôs a investigar a evolução urbana de Rio Pardo. Ao analisar a fase inicial do processo de urbanização da cidade, Schneider (2001) salienta que "(...) da Fortaleza Jesus, Maria e José, originaram-se diversas vias, consideradas em um primeiro momento somente como linhas de comunicação aos pontos de maior interesse" (Schneider, 2001:119). Quanto a este aspecto, cabe salientar que as linhas formavam entre si um ângulo reto, os quais foram considerados pelo arquiteto como sendo as geradoras do traçado urbano da cidade.

Segundo Francisco Riopardense de Macedo (1972:35), Rio Pardo foi o núcleo urbano mais importante do Rio Grande do Sul entre o fim

IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

RELATOS DE UMA HISTÓRIA

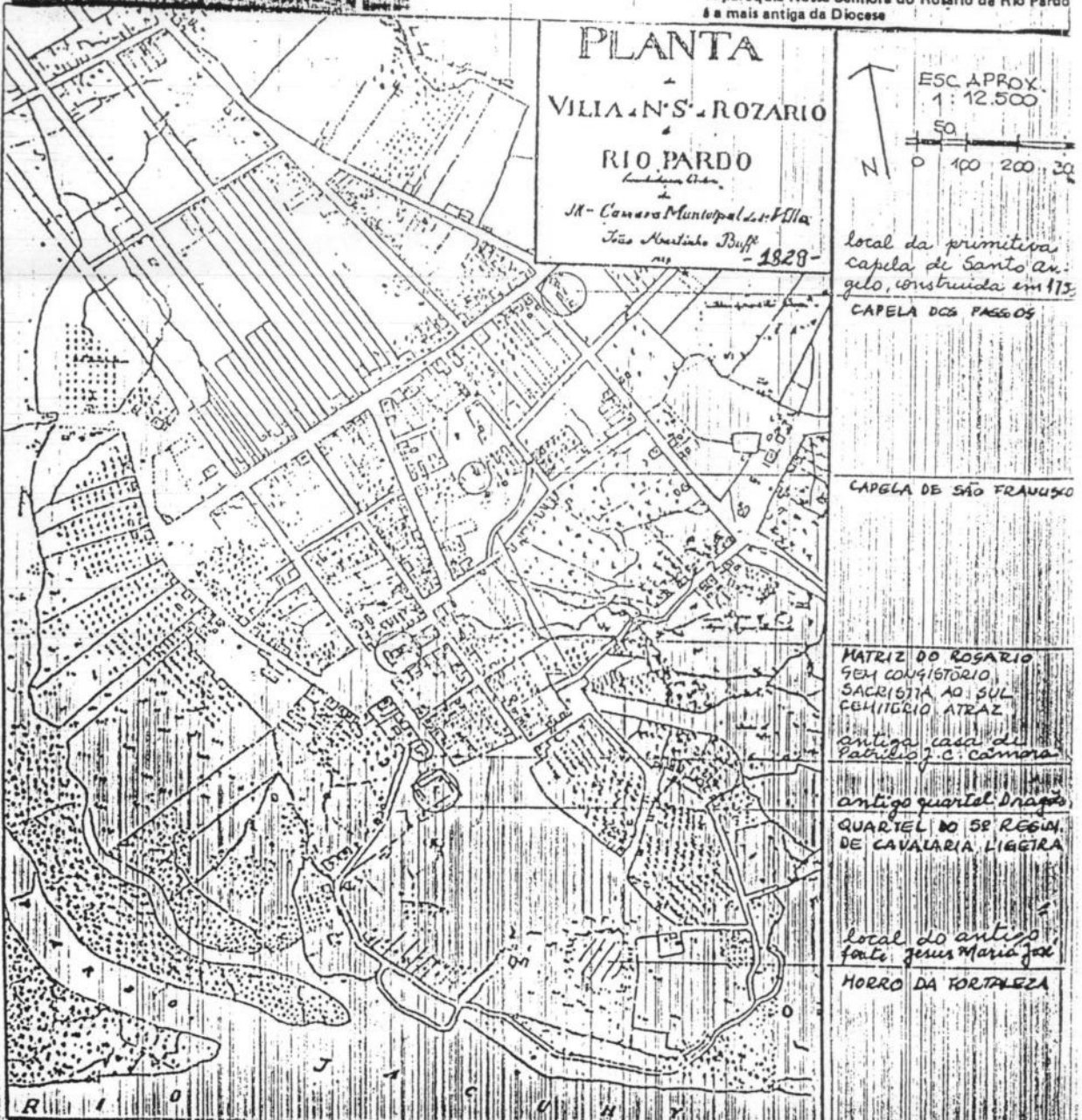
— A P R E S E N T A Ç Ã O —



IGREJA MATRIZ
Paróquia N. Sra.
do Rosário
Rio Pardo
XXX XXX
Diocese de Santa
Cruz do Sul.



A paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo é a mais antiga da Diocese



Planta extraída da "Enciclopédia Riograndense" - vol. 1
Ed. Regional, Ltda - 1956

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

I - RIO PARDO - Origem e Povoamento.....	07
1.1 - A origem de Rio Pardo.....	07
1.2 - Povoamento.....	08
1.3.- Os povos que povoaram Rio Pardo.....	10
1.4 - O grupo étnico luso-açoriano.....	10
1.5 - Limites de Rio Pardo.....	12
II - ORIGEM E INSTALAÇÃO DA PARÓQUIA DE RIO PARDO	13
2.1 - Origem da Paróquia.....	13
2.2 - Construção da nova e 2ª Matriz Paroquial.....	15
2.2.1 - Descrição da Igreja Matriz.....	16
2.3 - Uma Paróquia, dois Cruzeiros.....	18
2.4 - Irmandade do SS. Sacramento solicita um terreno.....	19
2.5 - Vigários Colados e Encomendados.....	20
Anexo: ATA 1	21
ATA 2	23
ATA 3	25
NOTAS	27
NOTAS REFERENCIAIS	28
III - PARÓQUIA N. Sra DO ROSÁRIO - DO PASSADO AO PRESENTE ..	29
3.1 - Localização Geográfico-elesiástica.....	29
3.2 - Sacerdotes na Paróquia.....	29
3.3 - Comunidades Religiosas.....	30
3.4 - Comunidades e Capelas.....	30
3.5 - Organização Paroquial.....	31
3.6 - Momentos fortes nos últimos anos.....	33
3.7 - Aspectos que dificultaram o trabalho pastoral.....	34

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 100

R

NOTAS REFERENCIAIS	35
IV - SACERDOTES DA PARÓQUIA DE RIO PARDO	39
Uma palavra sobre alguns padres da Paróquia N. Sra do Rosário.	41
V - HISTÓRIA CRONOLÓGICA DE RIO PARDO	44
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	49

I - RIO PARDO : ORIGEM E POVCAMENTO

Rio Pardo é um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul, situado à margem esquerda do Rio Jacuí, junto à foz do Rio Pardo, que desenvolveu um importante papel na própria História do Brasil e sua origem está profundamente ligada e marcada por fatos militares.

1.1 - A Origem de Rio Pardo

A cidade de Rio Pardo teve sua origem no Tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha, em 1750, fixando os novos limites entre as terras portuguesas e espanholas, no sul da América.

O capitão-general Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, que chefiava a comissão demarcadora por parte de Portugal, iniciou os trabalhos de demarcação das fronteiras, mandando construir um depósito de provisões para seus soldados no local hoje chamado Alto da Fortaleza, à margem esquerda do Jacuí, próximo à foz do rio Pardo. Esse depósito ficou sob a responsabilidade da guarda portuguesa ali existente.

Neste mesmo local foi iniciada a construção da fortaleza Jesus Maria José, pelo engenheiro militar João Gomes de Melo, por ordem de Gomes Freire, no ano de 1752.

Teve começo a demarcação dos limites, mas a comissão demarcadora precisou interromper seu trabalho por causa da forte oposição encontrada da parte dos indígenas, chefiados pelo cacique Sapé Tiaraçu, lendário chefe indígena que dirigiu a ação contra os demarcadores.

A construção da Fortaleza continuava e já havia maior segurança para os povoadores e para o trânsito de tropas e pessoas.

I N T R O D U Ç Ã O

Uma história de mais de dois séculos. Esta é a realidade do presente trabalho. E a partir deste fator não se faz mister tanto esforço para inteirarmo-nos na importância que representa este "relato histórico". Nem menor esforço para compreendermos a limitação humana, no sentido científico-histórico percebida ao longo do trabalho.

Diante do objetivo proposto, essa limitação se torna aspecto secundário em vista do significado, sentido e valor que esta pesquisa irá proporcionar. Não se torna objetivo primeiro meu apresentar uma matéria de ordem científica e de fundamentação histórica exclusivamente. Isto exigiria muita pesquisa, muita disponibilidade de tempo e uma relativa ligação com a realidade estudada. Mediante esta impossibilidade, proponho-me primeiramente conhecer, entender e compreender a expressão religiosa do povo de Rio Pardo, constituído paróquia, à luz de seu passado histórico, propriamente a sua origem, sua cultura, sua mentalidade, suas expressões, etc.

O início de Rio Pardo reponta aos anos de 1750, com profunda influência política. Rio Pardo, que é conhecida em todo o país pelas ruas estreitas e históricas, com construções em estilo antigo. foi, em tempos longínquos, uma base militar de suma importância para nossa pátria.

Sob a ótica do passado, compreende-se a realidade do presente. A paróquia de Rio Pardo foi criada pela Diocese do Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1762 na forma de Capela-Curada de Santo Ângelo e elevada a Freguesia de Santo Ângelo no Rio Pardo a 8 de março de 1764. Posteriormente a pedido da população, no ano de 1769, o bispo trocou o orago, constando desde então com a denominação atual. Em nível de freguesia são anteriores no Rio Gran

de do Sul as paróquias de Rio Grande, Viamão e Senhor Bom Jesus do Triunfo, da qual a atual paróquia Nossa Senhora do Rosário se desmembrou.

E por tratar-se da paróquia mais antiga da Diocese de Santa Cruz do Sul, N. Sra. do Rosário tem uma longa história a nos contar. E será preocupação central no terceiro capítulo do presente trabalho a abordagem de alguns aspectos da realidade paróquial após dois séculos de história. Procurar situá-la geograficamente no município e na diocese; destacar a organização paroquial: padres, comunidades, atendimento, setores, equipes, e dificuldades mais presentes.

De uma forma global e sintética, apresentarei a relação dos padres vigários (hoje denominados párocos) que atuaram junto a essa paróquia. E por fim, de forma conclusiva julgo de grande importância apresentar uma visão sintética da história desenvolvida pelo presente trabalho, enumerando nomes e datas significativas para a história religiosa desse povo e dessa paróquia de Rio Pardo.

PROC: 0641-11.00/06-7

Fl: 104 R

Enquanto os portugueses aprontavam suas forças para enfrentar os indígenas, esses atacaram de surpresa o Forte, que foi defendido com muita bravura, sendo repelidos os assaltantes.

Previendo novo ataque, o tenente Francisco Pinto Bandeira pediu ajuda a seus superiores. Diante disto, o General Gomes Freire de Andrade, para reforçar as defesas da nascente fortificação, enviou de Rio Grande um contingente do Regimento de Dragões, comandado pelo tenente-coronel Tomaz Luiz Osório, em março de 1754.

Porém não tardou e o forte foi novamente atacado pelos indígenas, sob o comandante Sepé Tiaraju.

Vencedores na luta travada, os portugueses fizeram numerosos prisioneiros e entre eles o chefe Sepé. Este, usando toda a sua habilidade e astúcia, conseguiu enganar os portugueses. Ofereceu-se para ir buscar, acompanhado de uma escolta, os animais vacuns e cavalares tomados por suas tropas, deixando, no quartel, os indígenas que haviam sido aprisionados. Quando saíam por um terreno propício, à beira da mata, Sepé apeou-se rápido e embrenhou-se no matagal, escapando ileso dos tiros que foram desfechados em sua direção.

A construção da Fortaleza Jesus Maria José e o aquartelamento, aí, do Regimento de Dragões foi o início da histórica cidade de Rio Pardo. Pode-se afirmar que seu fundador foi o general Gomes Freire de Andrade, sendo sua fundação essencialmente militar.

1.2 - Povoamento

Primitivamente o terreno rio-pardense foi habitado por índios tapes que eram de boa índole e se dedicavam à agricultura. Foram facilmente aldeados.

Os padres jesuítas, ao penetrarem no território do Rio Grande do Sul, em 1626, fundaram numerosas reduções à margem esquerda do rio Uruguai. Mais tarde, prosseguindo para leste, chegaram à margem direita do rio Pardo, onde fundaram três reduções, fixando índios tapes.

A primeira redução recebeu o nome de Jesus Maria - 1632, e se localizava no atual município de Candelária. A segunda, denominada São Joaquim - 1633, ficava ao norte de Santa Cruz do Sul, já em Soledade ou Barros Cassal. A terceira, a de São Cristóvão, foi fundada a 19 de fevereiro de 1634, pelo padre Agostinho Contreras.

PROC: 0641-11.00/06-7

#L: 105 R

Estava situada dentro do atual território do município de Rio Pardo, nas proximidades onde hoje situa-se Santa Cruz, ou melhor Cruz Alta. Essa redução prosperou bastante, chegando a ter dois mil e trezentos índios aldeados.

O trabalho civilizador dos jesuítas prosseguia com bastante sucesso, quando uma bandeira, chefiada pelo famoso bandeirante Antônio Raposo Tavares e formada por cento e vinte paulistas e mil índios tupis, veio atacar as reduções da margem direita do rio Pardo, no ano de 1636. Depois de renhida luta elas foram tomadas e saqueadas, sendo aprisionados os numerosos indígenas que não conseguiram fugir, destruindo-se assim tudo o que os jesuítas lograram realizar. Os fugitivos internaram-se nas matas, voltando ao primitivo estado selvagem.

Ficaram, então, estas terras, pelo espaço de quase um século, fora do contato da civilização.


Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor da vila de Laguna, em 1715, segundo estudos existentes, teria vindo ao Sul a procura de jazidas de pedras e metais preciosos, e também com o objetivo de encontrar locais seguros que servissem para futuras povoações. Subindo o rio Jacuí, até o Passo de São Lourenço, teria encontrado, na volta, um lugar favorável, com campos e matas, circundado por dois rios, de fácil defesa contra os inimigos, tendo uma forte elevação de onde se podia ver até muito longe, na direção do sul.

O rio descoberto, que tem sua foz no Jacuí, recebeu o nome de Pardo, em vista da cor escura de suas águas. O lugar encontrado era muito próprio para concentração de forças militares e recebeu algum tempo depois, o nome de Rincão D'El-Rei.

Não se sabe ao certo a data em que se estabeleceu em Rio Pardo o seu primeiro morador branco. Conhece-se, entretanto, o seu nome. Foi o lagunense Cosme da Silveira Ávila, um dos companheiros de expedição de João de Magalhães, que veio se instalar, com sua família, no local denominado Rua Velha, nas proximidades do atual Porto das Mesas, fundando a fazenda agropecuária Nossa Senhora da Boa Esperança, depois do ano de 1725.

Também se fixaram no interior, ao sul do rio Jacuí, os primeiros estancioneiros portugueses, quase todos vindos de Laguna, formando várias estâncias de gado.

Proc: 0641 - 11.00/06-7

FL: 106 

Desde janeiro de 1751, já existia, em um passo sobre o rio Pardo, pouco acima de sua foz no rio Jacuí, uma guarda portuguesa, formada por sessenta aventureiros paulistas, sob o comando do tenente de Dragões, Francisco Pinto Bandeira, e que se destinava à defesa dos colonizadores portugueses que habitavam nessa região.

Rio Pardo foi fronteira do Brasil no século XVIII e ponto estratégico para defesa dos domínios ao sul.

1.3 - Os povos que povoaram Rio Pardo

O primeiro núcleo populacional de Rio Pardo foi formado por militares e suas famílias, agregando-se a ele, pouco depois, os primeiros colonos açorianos e outros elementos que se dedicaram ao comércio.

Havia, ainda, a população flutuante, constituída por numerosas pessoas que por aí (Rio Pardo) passavam: tropeiros, comerciantes etc.


Vários colonos açorianos, que se destinavam às Missões, fixaram-se em Rua Velha, entre os arroios do Couto e Diogo Trilha, próximo a um destacamento dos Dragões, sediado no lugar do atual arrabalde de Rumiz Galvão, antigo Couto com a finalidade de defender o Forte da aproximação do inimigo por terra.

1.4 - O grupo étnico luso-açoriano

Em Portugal, por centenas de anos, a migração ao Brasil era livre e de ordem privada. Pelo fim da década de 1740, estabeleceu o governo português a migração oficial, conhecida historicamente por Casais Açorianos. Casais jovens, a mulher até 30 anos e o marido até 40 anos, e outrossim pessoas solteiras que casassem dentro de um ano (1749) e dentro de cinco anos (1752) depois de aqui estabelecidos, eram incentivados e estimulados a transferir-se ao sul do Brasil. Receberiam do poder público transporte, terra, sementes, instrumentos agrícolas e assistência religiosa.

O arquipélago dos Açores encontrava-se superpovoado. Esta parcela do território português situa-se no Oceano Atlântico, distante cerca de 1.300 Km de Portugal, e compõe-se de ilhas dispostas em grupo, sendo as mais importantes Santa Maria, São

Proc: 0641-11.00/06-7

FL: 107 

Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, além de outras menores.

O povoamento do arquipélago iniciou-se com gente da Estremadura, do alto Alentejo e do Algarve. A ilha Terceira foi colonizada pelo flamengo Jacob de Bruges e as do Faial e do Pico foram doadas a flamengos ou holandeses e por eles povoadas. A esta população de mistura luso-flamenga devem somar-se elementos mouros e judeus. O clima nas ilhas é suave e úmido. Sua produção dominante são cereais, frutos cítricos, chá, bananas, abacaxis, criação de bovinos e indústria textil.

No Brasil, em decorrência do Tratado de Madri (1750), a Colônia do Sacramento (república do Uruguai) passaria aos espanhóis e a região missioneira dos Sete Povos integraria o Rio Grande do Sul, devendo a população missioneira retirar-se para além do rio Uruguai. A "guerra guaranítica" ou a destruição dos Sete Povos processou-se de 1753-1756, porém, as resoluções do Tratado de Madri só se concretizariam em 1801.

Os primeiros 106 casais migrantes açorianos, seguidos logo mais por outras 75 famílias, segundo as fontes mais seguras, chegaram ao Rio Grande do Sul em 1752, nos fins de março e nos começos de abril. Haviam chegado ao Estado, até 26 de agosto de 1752, um total de 181 canoas, comando 833 pessoas. Impedidos de chegarem à destinação oficial prevista - a região missioneira continuava em poder dos espanhóis - receberam muito lentamente campos às margens dos rios Guaíba e Jacuí.

Dentro do clima de guerra, reinante no tempo da chegada das primeiras lavas de casais açorianos migrantes, Rio Pardo tornou-se o maior centro estratégico-militar no Estado.

Os ancestrais do grupo ético luso-açoriano trouxeram da Europa bom espírito religioso, apurado senso familiar, capacidade de trabalho ao par de afetiva solidariedade humana e cristã. A alma luso-açoriana afeiçoada à pequena propriedade e à produção rural em nível familiar no arquipélago, sofreu sério impacto na vastidão do Rio Grande do Sul, praticamente despovoado.

Os longos anos de guerra e luta contra os vizinhos espanhóis, as grandes propriedades, as vastas paróquias então totalmente centralizadas na matriz; além da total ausência de escola, comércio e indústria; e ainda o posterior trabalho es-

Proc: 064-11.00/06-7

FL: 108 R

cravo e revoluções internas, marcaram indelevelmente o grupo étnico luso-açoriano e seus descendentes. A única indústria, como fonte de renda para prover a família de roupas e outras necessidades inadiáveis, era o xarque, vendaval somente fora do Estado, devendo procurar Florianópolis, Rio de Janeiro ou Salvador da Bahia. Quem precisasse de sacerdote devia recorrer à sede paróquial, sem temer distâncias. No final da Revolução Farroupilha existem doze ^(?) paróquias no Estado mas, seis ^(?) estavam sem padre, (No território diocesano, a primeira casa de saúde foi inaugurada, em 10.11.1907, o Hospital Santa Cruz.) *gratias agimus!*

Inúmeras foram as dificuldades enfrentadas pelos luso-açorianos em relação à educação dos filhos, ao atendimento médico, ao trabalho na propriedade. Mas apesar de todos esses obstáculos, a população de descendência luso açoriana, ao longo de dois séculos, conservou sua índole étnica humana e religiosa - naturalmente afetiva, bondosa, pacífica e paciente.

1.5 - Limites de Rio Pardo

O autor Otávio Augusto de Faria, em sua obra "História da Divisão Administrativa do Rio Grande do Sul" apresenta como limites do município de Rio Pardo os seguintes: Pelo norte, o rio Uruguai ou Pelotas, desde a barra do rio Ligeiro até encontrar a barra do Peper-Guassu. A oeste, a República Argentina, pelo Uruguai desde a barra do Peperi-guassu até receber as águas do Rio Arepeí. Ao sul a Província Cisplatina, pelo Arapeí, acima até sua nascente na Coxilha de Santana a daí a encontrar o arroio Poncho Verde e por ele até o rio de Santa Maria, e pelo arroio Piraí pela coxilha que divide as águas a Icamaquã, por este rio (já divisas com o município de Rio Grande), até receber as águas do arroio Sutil. A leste, o município de Porto Alegre pelo arroio Sutil acima até suas nascentes na serra do Herval e daí rumo direito a encontrar a barra do arroio do Conde, no Guaíba, e por este até receber o Taquari pelo que sobe até receber o arroio Santa Cruz, pelo que sobe até sua nascente na serra Geral e por esta até encontrar o Mato Português (já limites com o município de Santo Antônio da Patrulha) e daí pelo rio Ligeiro até sua foz no rio Uruguai de Pelotas.

II - ORIGEM E INSTALAÇÃO DA PARÓQUIA DE RIO PARDO

2.1 - Origem da Paróquia


O começo de Rio Pardo remonta ao ano de 1750, quando o Capitão General Gomes Freire de Andrade ordenou o estabelecimento de armazens e depósitos de guerra na confluência do rio Pardo com o Jacuí, ponto estratégico de resistência às tropas castelhanas. Para guardar estes depósitos, edificou-se uma trincheira ou Forte chamada de Jesus, Maria e José, hoje conhecido pelo nome Alto da Fortaleza.

Logo após a construção desta "Forte", em 1753 edificou-se uma Capelinha coberta de palha, à qual se deu a mesma invocação e do qual foi mais tarde capelão Frei Faustino Santo Alberto, religioso carmelita, natural de Portugal.

Em pouco tempo formou-se uma população composta de famílias brancas. À estas famílias agregou-se depois uma porção de índios extraviados de alguns dos 7 povos jesuíticos. Neste povoado erigiram os moradores, no ano de 1759, uma capela própria dedicada a Santo Ângelo, pertencente à freguesia de Senhor Bom Jesus do Triunfo, situada no ponto da hodierna capela do Senhor dos Passos. Porém, oferecendo esta igreja pouco espaço para a população que vinha crescendo, por Provisão de D. Frei Antônio do Desterro, passou a mesma, em 1762, a Capela Curada (cf. Ata em anexo), e na mesma data foi nomeado Capelão - Cura o Pe. Matheus Pereira da Silva, que já exercia o cargo de simples capelão.

Estendida sobre 5 colinas de agradável e pitoresco aspecto desenvolveu-se, prosperou e aumentou esta povoação. Diante das necessidades e exigências de ordem espiritual, por portaria do mencionado Prelado de 15 de dezembro de 1762 foi elevada a categoria de Paróquia, constituída Matriz a Capela de Santo Ân-

Proc: 0641-11.00/06-7

FL: 110 

gelo e nomeado Vigário encomendado o mesmo cura (cf. Ata nº 2 , em anexo).

Não tendo esta Igreja capacidade, embora reconstruída e aumentada, erigiram os moradores outra em diferente lugar de conformidade com uma planta fornecida pelo arquiteto João Rodrigues Bahia, e a 29 de junho de 1778 foi lançada a pedra fundamental, como consta em ata que se acha à folha 25 do livro 1º do Tombo:

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de 1768, aos vinte e nove dias do mês de junho do dito ano, imperando a Sereníssima Senhora D. Maria 1ª, Duquesa de Bragança deste reino de Portugal, e suas conquistas, sendo Bispo deste Bispado do Rio de Janeiro o Senhor D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello Branco, sendo Vice-Rei do Estado o Senhor Marques de Larradio; Governador das Armas desta Província o Senhor José Marcelino de Figueiredo, Comandante desta Fronteira o Senhor Brigadeiro José Casimiro Roncalli; neste lugar de Rio Pardo, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, e sendo aí no Consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, onde se achavam presentes o Reverendo Vigário da Vara desta Comarca e Freguesia José Antônio de Mesquita, o Brigadeiro José Casimiro Roncalli; como Provedor da dita Irmandade, Escrivão Capitão Fernando Pereira Vieira, Tesoureiro Francisco José Martins, Procurador Alferes Luiz Severino Losé de Carvalho com os mais irmãos de Mesa, Juizes e Oficiais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, São Miguel e Almas, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário dos pretos e mais o povo que acompanhava o presente ato; logo pelo Reverendo Vigário da Vara e Brigadeiro José Casimiro Roncalli foi exposto a todos _____ (termo ilegível) bem entendidas quanto convinha ao serviço de Deus e bem das almas a criação de um novo Templo, que servisse de Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário desta Freguesia, a que já haviam dado princípio; mas para se continuar era preciso abençoarem-se os seus fundamentos e lançar-se a primeira pedra fundamental da obra com aquela bênção e solenidade como manda o Ritual Romano, para que Deus Nosso Senhor fosse servido continuar aquela obra para o seu divino louvor, e que por tão justa ação o mesmo Senhor aumentaria a todos

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 111 R

as felicidades espirituais e temporais com os eficazes auxílios da sua divina graça; que outrossim para memória do tempo futuro se fizesse uma descrição que ficasse fechada na pedra fundamental. E sendo por todos ouvida esta fala, foi respondido que muito lhes aprazia aquela justa determinação para o que uniformemente sujeitaram suas vontades como fiéis cristãos, e que também lhes parecia bom ficasse na pedra fundamental a descrição deste ato ad perpetuam memoriam (fonte)

'Preparados os Reverendos Sacerdotes Vigário da Vara e Igreja a José Antônio de Mesquita e Frei Valério de Sacramento Pároco da Igreja de São Nicolau que também se achava presente, em forma procissional, formadas as Irmandades em seus lugares competentes, tomando em um andor a Imagem Puríssima Virgem Maria Nossa Senhora do Rosário Padroeira desta Freguesia, com todo o mais povo que acompanhava, seguiram diretamente da Matriz que existe ao lugar determinado para a nova, e aí o vigário solenemente benzeu a primeira pedra fundamental, e todos os mais fundamentos da obra e com todas as cerimônias que marca a Santa Madre Igreja; e para memória do futuro, se mandou fechar na mesma pedra fundamental esta descrição onde ficará, e onde também por memória se lançaram algumas moedas comuns no tempo presente, de ouro, prata e cobre.

'E por verdade e firmeza de tudo eu, Fernando Pereira Vieira, escrivão da Irmandade Santíssimo Sacramento escrevi este; termo que assino com todos os abaixo assinados em o dito dia da era supra declarada.

'E não se continha mais no dito termo de junho de 1768 anos. Somente por mim assinado em dito dia supra. O vigário José Antônio de Mesquita". (fonte!)

Esta Matriz fora assim inaugurada a 4 de outubro de 1779 com a festa de Nossa Senhora do Rosário, celebrada pelo referido Vigário com assistência do Governador José Marcelino de Figueiredo, tendo sido transladas as imagens no dia anterior.

2.2 - Construção da nova e 2ª Matriz Paroquial

Diante da ameaça de ruína do corpo desta anterior igreja matriz, o povo resolveu construir uma nova em um terreno ofereci

FL: 112 f

do por seu proprietário Antônio Borges Coelho, em lugar mais alto, sólido, e apropriado por ficar bem no cento da povoação, local onde posteriormente fundou-se a Capela de São Francisco. No entanto, fazendo grande oposição o Comandante Militar Tenente General Patrício Corrêa da Câmara, Cirurgião-Mór Viçente Wenceslau, Pe. João de Almeida Pereira, José Alves Ferreira, João José de Faria, Manoel Antônio da Costa e outros que eram mesários da Irmandade do Santíssimo Sacramento, com o fim de conservarem a Matriz perto de suas casas, não se efetuou a mudança.

Mediante esta situação, resolveu-se edificar no mesmo lugar e sobre a outra (igreja) um grande e magnífico Templo, segundo a planta levantada pelo Brigadeiro Francisco João Bocio, a qual fora infelizmente alterada na execução, diminuindo-se 10 palmos no comprimento e largura.

Não se sabe precisamente quando foi lançada a pedra fundamental por ter desaparecido o arquivo da irmandade do SS. Sacramento; mas a obra devia ter começado em 1791 em vista de um antigo livro de receita e despesa, que existe, onde constam as primeiras despesas feitas em 1791 a 1792 com compras de materiais e pagamento aos obreiros.

Sabe-se porém que a obra foi concluída em 1801, não só porque o certificaram pessoas antigas e fidedignas, como porque esta data está gravada na verga da pedra da porta principal, sendo mais tarde colocado o forro e assentados as tribunas.

2.2.1 - Descrição da Igreja-Matriz

Constata-se que à esta bela Matriz falta a Capela Mór, sacristia, e Consistório ao lado da Epístola, servindo a antiga Capela Mór, cujo elegante e magestoso trono é ornado de muitas obras de talha e dourados, e também a velha sacristia muito espaçosa.

Do altar mór à porta principal tem esta Igreja 205 palmos de corpo e 50 palmos de largura. A Capela Mór tem de comprimento 51 palmos e 29 palmos de largura; da porta ao arco tem o corpo 154 palmos*1a.

Há 3 portas na frente e um espaçoso adro lageado; grande côro com 3 janelas, 2 bonitas torres de 164 palmos de altura; 10 tribunas com suas grades de ferro; 6 altares laterais com

Fh: 113 R

primorosos ornatos dourados, e belas imagens; um vasto consistório ao lado do Evangelho; e neste mesmo lado uma linda e bem ornada Capelinha dedicada a Nossa Senhora da Soledade, debaixo de cujo altar se venera uma grande e perfeitíssima imagem do Senhor Morto, mandado vir da Bahia por Antônio José Coelho Leal no valor de 115\$000 a expensas da irmandade de Nossa Senhora das Dores, e no centro pende uma lâmpada de prata pertencente a irmandade do SS. Sacramento.

Esta Capelinha foi reformada e ornada por vários Senhores que generosamente se prestaram ao pedido do Arcebispo Vicente Zifferino Dias Lopes que exercia o ofício paroquial.

Em baixo da torre, à direita, está a Pia Batismal, e à esquerda, o belo túmulo onde repousam os restos mortais do mais bravo dos bravos - Barão do Triunfo *2 - mandado construir por sua filha.

No centro da Capela Mór pende uma grande e linda lâmpada de prata, pertencente à irmandade de Nossa Senhora das Dores, deixada em verba testamentária por José A. Rodrigues Cardoso; e no centro do corpo da igreja havia um grande lustre de cristal para 48 luzes, o qual depois de 13 anos caiu, mais precisamente no dia 14 de março de 1887, por se ter partido a corda que o sustinha. Este lustre fora obtido do Teatro de Porto Alegre pelo Provedor da irmandade do SS. Sacramento Coronel João Luiz Gomes, a cuja administração é também devida uma bonita Pia de mármore branco, o guarda respeito e outros muitos objetos.

Em 1843 mandou a irmandade do SS. Sacramento fazer o Consistório ao lado do Evangelho e levantar as Torres por uma planta dada pelo Engenheiro João Martinho Buff. Tendo-se concluída a do lado esquerdo foi nela colocado um relógio vindo do Rio de Janeiro por intermédio de Francisco José Gomes Braga, no valor de 684\$764, para cuja compra legou em verba testamentária o Pe. Antônio Coelho Leal uma esmola pecuniária. Mais tarde desejou o estancieiro Mathias José Velho levantar a outra Torre e tendo dado princípio, não viu-se concluída. Em 1883 a irmandade SS. Sacramento mandou reconstruir a torre que era de feia arquitetura e baixa, bem como levantar esta outra e revestir a fachada do frontispício, de conformidade com uma planta feita por Serafim Corro, que foi o encarregado desta construção, tendo-a

concluída em agosto de 1885. (fonte)

FL: 114

Na frente da Igreja entre belos ornatos se lê esta epígrafe: Venite Adoremus Dominum - tem também um para-raio colocado em 1885.

2.3 - Uma paróquia, dois oragos

Sabemos, já pelo trabalho desenvolvido até o presente, que foi orago desta Paróquia inicialmente e por muitos anos Santo Ângelo; mais tarde porém, a pedido do povo, como consta do seguinte termo de abertura do 1º livro do Tombo, passou a denominar-se de Nossa Senhora do Rosário: "José Antônio da Matta, Vigário da Vara e Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Por faculdade que tenho do Exmo. e Rvdmo Senhor D. Frei Antônio do Desterro, Bispo do Rio de Janeiro, para rubricar todos os livros de minha comarca, e as mais que se compreendem nas Igrejas de todo o Continente do Rio Grande, Viamão e Rio Pardo, numerei este com a minha rubrica = Matta=, o qual há de servir de Tombo para se lançar nela todos os bens de Fábrica; e outros sim para também se copiarem todas as Ordens de Sua Exma Rvdma, que se remeterem à Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, que algum tempo se intitulava Santo Ângelo, cuja mudança fez por Despacho que vi do Exmo e Rvdmo Sr., a instância dos moradores do dito Rio Pardo. - Viamão, 8 de maio de 1769. José Antônio da Matta". (fonte)

Na Capela de Jesus, Maria e José foi celebrado o 1º batismo a 24 de abril de 1755 pelo capelão Frei Faustino De Santo Alberto, o qual por Delegação de D. Frei Antônio do Desterro, de 1756, abriu, numerou, rubricou e encerrou o livro em que já tinha feito assentos antes desta formalidade.

Embora se venerasse já na Matriz uma pequena imagem de Nossa Senhora do Rosário que existia na (capela) de Santo Ângelo, como consta na mencionada ata, é certo que em 31 de maio de 1769 começou ela a usar exclusivamente do título do novo Orago, por ter sido nesse dia colocado no alto do trono uma grandiosa imagem de Nossa Senhora do Rosário mandada vir da Bahia por Antônio Martins e por intermédio de Custódio José Teixeira, no valor de 65\$000 a expensas da Irmandade Do SS. Sacramento; e por que o primeiro ano de batismo do 2º livro também celebrado desse

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 115 R

dia, começa por estas palavras: "Nesta Matriz de Nossa Senhora do Rosário", e o último do 1º livro por estas: "Nesta Matriz de Santo Ângelo..."

Até 1769 portanto o, em razão de sua origem, denominou-se esta Matriz de Santo Ângelo = Nova Igreja de Santo Ângelo, Nossa Senhora do Rosário * do Quartel de Rio Pardo, Nossa Senhora do Rosário, Capela de Santo Ângelo, como consta dos assentos de batismos, casamentos, óbitos e de outros atos paroquiais.

A antiga imagem de Nossa Senhora do Rosário, que se conservava na Matriz, foi em 1884 colocada pelo Vigário Vicente Zeferino Dias Lopes num nicho, na sacristia, por não haver lugar em nenhum dos altares.

2.4 - Irmandade do SS. Sacramento solicita um Terreno.

No ato da fundação da Matriz, a Irmandade do SS. Sacramento pediu ao Brigadeiro Comandante desta fronteira um legítimo título de campo encostado ao Rio Pardo, de 400 braças de frente e um pouco menor de fundo, já fechado por um valo, para dentro conservar uma Olaria pertencente a mesma Irmandade, além de bois e carros para o serviço da obra da Igreja; e tirar um pequeno rendimento das pessoas que ali tinham cavalos. Queriam este rincão por equidade para a mesma obra e para no tempo futuro conservarem juntamente à Irmandade o Santíssimo.

Esta exposição por Ordem do Governador de 26 de maio de 1779 foi a informar a Câmara e ao Provedor da Fazenda Real, e sendo favorável a informação dada a 10 e a 12 de julho, o Governador José Marcelino de Figueiredo aos 14 de mesmo mês e ano deu o seguinte despacho: "Concedo aos superiores o pequeno rincão de campo devoluto que pedem por data, sem prejuízo de terceiro, e com a condição de se conservar na Confraria a mencionada, aplicando-se seu rendimento somente para as precisas obras e alfaias de sua Igreja Matriz, isto enquanto Sua Majestade não mandar o contrário, e na forma de suas obras; e se registre para sempre constar"(*3).

Este terreno, hoje cortado pela ferrovia, a irmandade conserva arrendado.

Com autorização da Irmandade, de 4 de agosto de 1862, mandou a Câmara Municipal nele fundar um grande Cemitério cercado de madeira, o qual foi bento pelo Vigário João Batista de Matta Velo

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 116 f

so, autorizado pelo Diocesano, a 3 de outubro de 1862.

Em 1876 estava este cemitério todo murado, e com seu grande portão de ferro. No centro está levantada uma linda Capela, bem paramentada, e com seu altar de talha todo dourado, a qual foi ben^uto no dia 2 de novembro de 1883 pelo Arcebispo Vicente Zeferino Dias Lopes com licença de Sua Exma Rvdma, de 29 de outubro de 1883.

Esta Capela onde se venera a Imagem do Senhor do Bom Fim, vinda do Rio de Janeiro, assim como todos os mais objetos, foi feita a expensas da Câmara Municipal por intermédio de seu Presidente o Coronel Ananias de Siqueira Leitão, e inaugurada no referido dia de sua bênção.

2.5 - Vigários Colados e Encomendados

Esta paróquia tem tido 5 vigários colados, dentro os quais o primeiro foi o Pe. Fernando José de Mascarenhas Castello Branco, apresentado por Carta Régia,

no dia 27 de fevereiro de 1800, e confirmado por Provisão de D. José Joaquim Justiniano Castello Branco, de 4 de setembro de 1801, sendo empossado a 6 de junho de 1802, depois de canonicamente instituído pelo Vigário da Vara de Cachoeira Pe. Ignácio Francisco Xavier por Delegação do Diocesano;

Teve também, além dos Vigários Colados, 29 vigários encomendados, contando-se entre estes o Pe. Manuel de Souza Mello Falcão, provido pelo intitulado Vigário Apostólico por Provisão de 5 de dezembro de 1838, e que suicidou-se a 11 de fevereiro de 1839 em um domingo depois da celebração da Missa Conventual, em sua residência.

É sabido ainda que esta paróquia também teve um total de 26 Coadjuutores, não somando-se ainda a esses o atual vigário paroquial Pe. Gílio Felício, do qual falaremos no próximo capítulo.

FL: 117 R

fo ou a Capela dita de Santo Ângelo confiada ao Revdo Pe. Tomás Clarque Vigário da Vara e da Igreja do Senhor Bom Jesus do Triunfo e prestará nesta parte fielmente o que lhe cometemos por essa Nossa Portaria lhe damos comissão para que de comum consentimento com o dito Pe. Matheus Pereira da Silva tomando primeiro informação das distâncias dos lugares faça divisas da sua Freguesia com essa Capela Curada determinando os limites a uma e outra a quem não de recorrer pela administração dos Sacramentos e será assim a divisão. Mandamos a ~~todos~~ e a cada um dos moradores a ficarem no território e compreender essa Capela Curada de Santo Ângelo; reconheçam ao dito Revdo Pe. Matheus P. da Silva por seu legítimo Pároco e como tal o obedeçam em tudo quanto são obrigados, recorrendo a ele inteiramente pela administração dos Sacramentos: e na dita ocupação de Capelão Curado haverá o dito Pe. Matheus P. da Silva todas as benesses, prós e percalços que diretamente lhe pertencem na forma que praticam os demais párocos desses lugares e ficarão reconhecendo ao Revdo Pe. Tomás Clarque por seu Vigário da Vara e pertencendo esse distrito à sua Comarca. E para que essa inteiramente se observe a publicação no primeiro dia de preceito da dita Igreja de Santo Ângelo e será registrada na Nossa Câmara Eclesiástica no Cartório da Comarca do Senhor Bom Jesus do Triunfo e no Livro do Tombo da mesma Igreja de Santo Ângelo. Dado neste Nosso Palácio Episcopal e sob Sinal e Selo aos 15 de dezembro de 1762.

Com a rubrica de Sua Excia Revma que diz Bispo. Lugar do Selo. De mandado de Sua Excia Revma José de Souza Marmelo Secretário. Portaria porquanto é Vossa Excia Revma etc. E eu Cônego Agostinho Pinto Cardoso Escrivão da Câmara Eclesiástica a subscrevi e assinei. Agostinho Pinto Cardoso(*4).

Fl: 118 R

Proc: 0641-11.00/06-7

essa Capela Curada de Santo Ângelo; reconheçam ao dito Revdo Pe. Matheus P. da Silva por seu legítimo Pároco e como tal o obedecem em tudo quanto são obrigados, recorrendo a ele inteiramente pela administração dos Sacramentos; e na dita ocupação de Capelão Curado haverá o dito Pe. Matheus P. da Silva todas as benesses, prós e percalços que diretamente lhe pertencem na forma que praticam os demais párocos desses lugares e ficarão reconhecendo ao Revdo Pe. Tomás Clarque por seu Vigário da Vara e pertencendo a esse distrito à sua Comarca. E para que essa inteiramente se observe, a publicação nã primeiro dia de preceito da dita Igreja de Santo Ângelo e será registrado na Nossa Câmara Eclesiástica no Cartório da Comarca do Senhor Bom Jesus do Triunfo e no livro do Tombo da mesma Igreja de Santo Ângelo. Dada nesse Palácio Episcopal e sob o Sinal e Selo aos 15 de dezembro de 1762.

Com a rubrica de Sua Excia Reverendíssima que diz Bispo. Lugar do Selo. De mandado de Sua Excia Reverendíssima José de Souza Marmelo Secretário. Portaria porquanto é Vossa Excia Reverendíssima, etc. E eu Cônego Agostinho Pinto Cardoso Escrivão da Comarca Eclesiástica a subscrevi e assinei. Agostinho Pinto Cardoso. "(45).

PROC: 0641-11.00/06-7

Fl: 119 R

'de se casarem, possa dispensar de um e outro foro no impedimento de consanguinidade, de afinidade, de cópula lícita em 2º grau, contanto porém que este de nenhum modo seja misto com o 1º, e no impedimento de 1º e 2º grau de afinidade de cópula ilícita, tanto para se contrair Matrimônio, como para se revalidar seja contraído, para que os contraídos ptestem novo consenso 'coram Parocho et testibus', sendo o caso público e privadamente sendo o caso oculto; tudo sendo os tais Índios, Pardos ou Pessoas tais verdadeiramente pobres e miseráveis, as quais vivam do próprio trabalho e indústria. Também concedemos faculdade ao dito Revdo Pe. Matheus P. da Silva e aos que lhe sucederem na referida ocupação de Vigário encomendado da dita nova Freguesia para que possam dispensar 'ad petendum debitum' no foro interno, e de absolver de pecados reservados deste Bispado, e de todos aqueles, de que, por virtude da Bula da Santa Cruzada, poderia absolver, como também escolher confessor para si e qualquer simples sacerdote na falta de aprovado, e para seus fregueses na ocasião da desobrigação da quaresma ou de concurso de Confissões, aos sacerdotes que tendo sido aprovados neste Bispado, mas não estejam reprovados ou privados de confessar por qualquer razão ou motivo; e fazer os exorcismos de que usa a Igreja, tudo quanto servirem essa obrigação: o declaramos, que em 4 anos da concessão atrás dita, correrão do dia, em que esta chegar à mão do dito Revdo P. e Matheus P. da Silva. Dada nesta Cidade do Rio de Janeiro, sob o Nosso Sinal. Concedido aos 8 de março de 1764. Rubrica de Sua Excia Revma José de Souza Marmelo, Secretário. E não se continha mais em a dita Portaria, Bem e fielmente aqui fiz registrar da que supra, a que me reporta. Rubricada aos 8 de março de 1764. E eu Cônego Agostinho Pinto Cardoso, Escrivão da Câmara Eclesiástica a subcrevi e assinei. Agostinho Pinto Cardoso"(+6).

ATA 1

A Portaria abaixo transcrita constitui o instrumento de instituição canônica da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo na forma e grau de Capela Curada com Capelão Cura privativo, denominando-se primitivamente ' Capela Curada de Santo Ângelo do Continente de Rio Pardo.

"Portaria (em) que Sua Excelência Reverendíssima é servido prover em a ocupação de Capelão Curado com Jurisdição Paroquial na Igreja de Santo Ângelo do Continente do Rio Pardo ao Revdo Padre Matheus Pereira da Silva na forma do Bispado.

Dom Frei Antônio do Desterro por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Rio de Janeiro (e) do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima.

Porquanto somos informados de que no Continente do Rio Pardo se acha um grande número de moradores os quais por lhes ficar o seu Pároco da Freguesia da Senhor Bom Jesus do Triunfo em grande distância padecem graves faltas na administração do Pasto Espiritual e que em atenção a isso se faz preciso no dito lugar um sacerdote com jurisdição paroquial o qual tenha ao seu cuidado a boa direção de tantas almas e administração dos Sacramentos aos ditos moradores com toda a prontidão e maior comodidade sua e delas; pela boa informação que temos do Pe. Matheus Pereira da Silva, presbítero do hábito de São Pedro: havemos por bem o prover, como pela presente Nossa Portaria o provemos por tempo de 2 anos se antes não mandarmos o contrário em a ocupação de Capelão Curado da Capela e Igreja de Santo Ângelo sita no dito lugar de Rio Pardo independente de qualquer pároco: a qual ocupação servirá como convém ao serviço de Deus e bem das almas dos ditos moradores cumprindo em tudo inteiramente a sua obrigação. E porque toda a Nossa tensão nessa providência é facilitar aos Párocos a administração dos Sacramentos e aos fregueses a recepção deles e não menos cabal contentamento dos moradores ou menores distâncias que há dos moradores do dito lugar respeitando a Igreja do Senhor Bom Jesus do Triun-

ATA 2

"Portaria (em) que Sua Excelência Reverendíssima é servido prover em a ocupação de Capelão Curado com jurisdição Paroquial na Igreja de Santo Ângelo do Continente do Rio Pardo ao Revdo Pe. Matheus Pereira da Silva na forma de Bispado.

"Dom Frei Antônio do Desterro por mercê de Deus e da Santa Sé Apontólica Bispo do Rio de Janeiro (e) do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima.

Porquanto fomos informados de que no Continente do Rio Pardo se acha um grande número de moradores os quais por lhes ficar o seu Pároco da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo em grande distância padecem graves faltas na administração do Pasto Espiritual e que em atenção a isso se faz preciso no dito lugar um sacerdote com jurisdição paroquial o qual tenha ao seu cuidado a boa direção de tantas almas e (a) administração dos Sacramentos aos ditos moradores com toda a prontidão e maior comodidade sua e delas: pela boa informação que temos do Pe. Matheus P. da Silva, presbítero do hábito de São Pedro: havemos por bem de o prover, como pelo presente Nossa Portaria o provemos por tempo de 2 anos se antes não mandarmos o contrário em a ocupação de Capelão Curado da Capela de Santo Ângelo dita no dito lugar de Rio Pardo independente de qualquer Pároco: a qual ocupação servirá como convém ao serviço de Deus e bem das almas dos ditos moradores cumprindo em tudo inteiramente a sua obrigação. E porque toda a Nossa tensão nessa providência é facilitar aos Párcos a administração dos Sacramentos e aos fregueses a recepção deles e não menos cabal contentamento dos moradores ou menores distâncias que há dos moradores do dito lugar respeitando a Igreja de Senhor Bom Jesus do Triunfo ou a Capela dita de Santo Ângelo confiada ao Revdo Pe. Tomás Clarque Vigário da Vara e da Igreja do Senhor Bom Jesus do Triunfo e prestará nesta parte fielmente o que de comum consentimento com o dito Pe. Matheus P. da Silva tomando primeiro informação das distâncias dos lugares faça divisão da sua Freguesia com essa Capela Curada determinando os limites a uma e a outra a que não de recorrer pela administração dos Sacramentos e será assim a divisão. Mandamos a todos e a cada um dos moradores a ficarem no território a compreender

ATA 3

Portaria concedendo faculdade ao Vigário encomendado e - em formulação indireta - elevando a Capela Curado de Santo Ângelo do Continente do Rio Pardo à freguesia de Santo Ângelo de Rio Pardo.

"Portaria de faculdades que Sua Excia Reverendíssima foi servido conceder ao Revdo Pe. Matheus Pereira da Silva Vigário da Freguesia nova de Santo Ângelo a-aos seus sucessores enquanto porém servirem a dita ocupação de Vigário da dita Nova Freguesia de Santo Ângelo de Rio Pardo.

Dom Frei Antônio do Desterro por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica Bispo do Rio de Janeiro e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima etc. Porquanto o Revdo Pe. Matheus P. da Silva, Vigário da Nova Freguesia de Santo Ângelo do Rio Pardo desta Nosso Bispado nos há representado que na dita Freguesia se achavam muitos Índios, que tem descida das Missões, os quais pela sua pobreza, e dificuldade de recurso ao Revdo Vigário da Vara se deixaram viver em ocasião de ruína espiritual, sem procurarem o meio do Santo Matrimônio para se tirarem desta ocasião, para darmos a isto providência havemos por bem das faculdades ao dito Revdo Pe. Matheus P. da Silva, e a todos os que lhe sucederem nessa ocupação de pároco para que possam receber em Matrimônio a todos os Índios, que se acharem na sua Freguesia; tendo descido das Missões ou vindo de outras partes, donde seja pressumível, que não tem impedimento algum, tomandô-lhes ele mesmo os depoimentos, e não achando, nem lhe constando que há impedimento, corridos os banhos de sua Freguesia e aos que tiverem vindo de outras Freguesias remotas, donde se não possa averiguar se tem ou não impedimento apresentando-lhe também banhos dessas Freguesias e de uns e outros constando-lhes que são batizados e que tem a idade requisita para o Matrimônio cuja faculdade queremos que se estenda a data no caso de se casarem os ditos Índios com Pardos ou com outras pessoas naturais da terra que sejam semelhantes a eles na pobreza. E outrossim lhe concedemos faculdade por tempo de 4 anos para que com estes ou com aqueles para o dito efeito

NOTAS

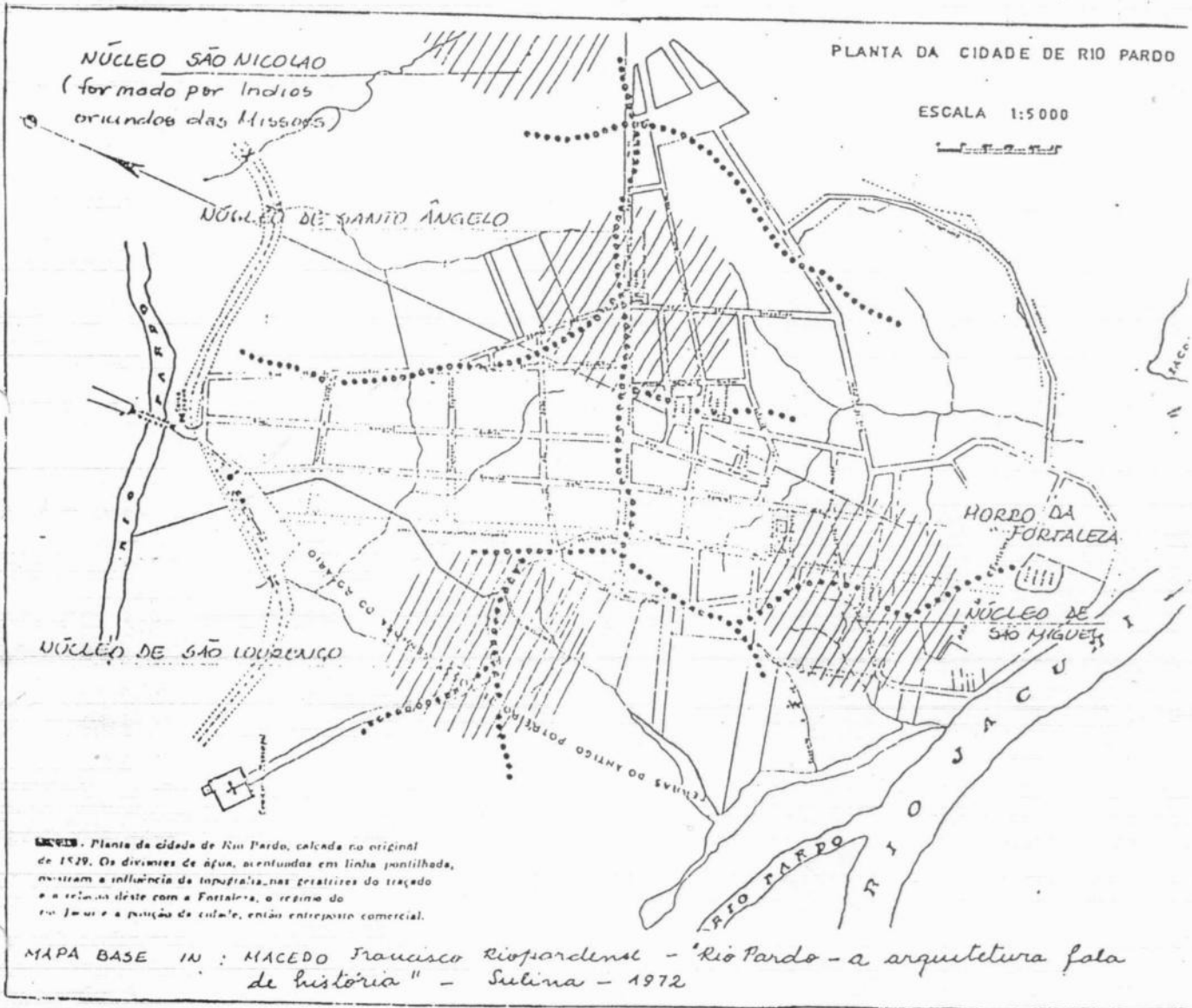
- *1a: cada palmo corresponde a 22 a 24 cm.
- *2: Barão do Triunfo -(1807-1869). Seu nome é José Joaquim de Andrade Neves. Foi militar, tendo chegado ao posto de General; combateu os farrapos, lutou em diversas campanhas. Teve destacada atuação na Guerra contra Lopes.
- *3: página 163 do Livro 4º de Registros de 1771 a 1780, que se acha no Arquivo da Tesouraria Geral da Fazenda em Porto Alegre.
- *4: ata de Portaria copiada do texto colhido em xerox na Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, com ortografia de algum modo atualizada, feita pelo Secretário Auxiliar responsável pela documentação histórica da diocese de Santa Cruz do Sul.
- *5: ata de Portaria copiada do texto colhido em xerox na Cúria Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro (livro de Portarias, folha 31) feita pelo responsável do Arquivo Histórico da Diocese de Santa Cruz do Sul, Pe. Walter Giel, com ortografia atualizada.
- *6: Portaria de 8 de março de 1764, conforme a Livro de Portarias folha 48v. Portaria essa igualmente copiada do xerox colhido na Cúria Metropolitana São Sebastião do Rio de Janeiro, com atualização ortográfica pelo pelo Pe. Walter Giel (Sec. Aux. Doc. Hist.) - Santa Cruz do Sul.

PROC: 0641-11.00/06-7

Fl: 1248

NOTAS REFERENCIAIS

* 1 - Os povoados indígenas formaram 4 pequenos aldeamentos, con
forme o mapa abaixo.



III - PARÓQUIA Nª Srª do ROSÁRIO: DO PASSADO AO PRESENTE

O passado é contado pela história. Um passado repleto de fatos históricos. E para falarmos da Paróquia Nª Srª do Rosário hoje é mister que tenham presentes todos esses fatores históricos, culturais e religiosos. É um presente marcado pelo passado. E torna-se esse o objetivo primeiro e primordial deste 3º capítulo do presente trabalho: à luz do passado interpretar o presente a partir de dados e estatísticas atuais. Trata-se aqui essencialmente dos últimos 15 anos, mediante uma visão global da realidade da paróquia.

3.1 - Localização geográfico-eclesiástica

A paróquia Nª Srª do Rosário de Rio Pardo é uma das três paróquias da Diocese de Santa Cruz do Sul criada pela Diocese de Rio de Janeiro. Trata-se da paróquia mais antiga da Diocese e a 4ª do estado do Rio Grande do Sul. Ela encontra-se localizada no município de Rio Pardo (*1); relacionada na Comarca Eclesiástica que abrange as 5 paróquias do referido município(*2); situada ao sul da Diocese de Santa Cruz do Sul(*3).

3.2 - Sacerdotes na Paróquia

Atualmente trabalham na paróquia dois padres diocesanos; um pároco e um vigário paroquial.

No exercício das funções de pároco está o Pe. Orlando Francisco Pretto, ordenado a 8 de julho de 1962. Tendo passado anteriormente pelas paróquias Nª Srª da Conceição de Santa Cruz (2 anos) e São João Batista - Catedral, nas funções de auxiliar, durante o período de 2 anos. Sendo que nesse período ficou como sendo o responsável pela Comunidade São José - Santa Cruz. Também foi o responsável nas funções de assistente diocesano da JOC e JIC (*4) durante esses 4 anos.

Na qualidade de vigário paroquial está o Pe. Gílio Felício, desde o dia 3 de fevereiro de 1981. Pe. Gílio ficou ordenado padre no dia 11 de novembro de 1979, tendo trabalhado durante 1 ano como assistente do Seminário São João Batista de Linha Santa Cruz, sendo posteriormente transferido para a paróquia N.S.do Rosário de Rio Pardo.

3.3 - Comunidades Religiosas

Existem atualmente 4 comunidades (Congregações) religiosas radicadas na paróquia:

- a). Irmãs do Imaculado Coração de Maria (ICM). Em número de 28; administrando um Colégio e uma creche.
- b). Irmãs de Nossa Senhora. Em número de 6; trabalham no Hospital Bom Jesus Senhor dos Passos. Também chamadas de Irmãs de Notre Dame.
- c). Irmãs Filhas da Caridade (Vicentinas). Em número de seis; atuam no serviço de caridade da paróquia e no asilo.
- d). Irmãs de Maria Auxiliadora (Salesianas). Em número de 4; trabalham com os menores abandonados.

Além destas funções específicas, as Irmãs também atuam na pastoral paroquial, mediante o serviço da catequese, vocações, liturgia, cantos, etc.

3.4 - Comunidades e Capelas

Os paroquianos da Paróquia N. S. do R. de Rio Pardo são atendidos pela Matriz Paroquial e nos 3 bairros urbanos, além dos 20 lugares de atendimento do interior.

a). Perímetro rural 5)

- Comunidades
- 1. Sagrado Coração de Jesus (Cabral) - 38 famílias.
 - 2. N.ª Sr.ª Aparecida (Albardão) - 264 famílias.
 - 3. Sant'Ana (Albardão) - 115 famílias.
 - 4. Comunidade do Arroio das Pedras. É uma comunidade, mas 2 Igrejas e 2 diretorias: Imaculada Conceição (brancos). Bela Cruz (dos Negros). Esta comunidade totaliza 355 famílias.
 - 5. Santo Antônio (Passo da Taquara) - 91 famílias.
 - 6. Santa Teresinha (Passo da Cavalhada) - 61 famílias.
 - 7. N. S. do Rosário (Bexiga) - 125 famílias.

8. São Pedro (Passo da Areia) - 235 famílias.
9. São José (Lima Brandão) - 79 famílias.
10. São Marcos (Barragem) - 126 famílias.

- Comunidades sem capelas construídas, porém com diretorias constituídas e padroeiros definidos:

1. N. S. de Fátima (Rincão dos Linhares) - 72 famílias.
2. Santo Isidoro (Cruz Altinha) - 64 famílias.

- Escolas - com terreno cedido para construção e aprovação do bispo D. Alberto Etges:

1. Esc. André Vidal (Três Vendas) - 78 famílias.
2. Esc. da Várzea do Camargo - 77 famílias.
3. Capão da Cruz - com 49 famílias.
4. Corredor dos Correia - com 60 famílias.
5. Rincão dos Gomes - com 83 famílias.
6. Cruz Alta - com 66 famílias.

- Comunidades sem terreno doado:

1. Comunidade Abelinha - com 75 famílias.
2. Comunidade do Beco do Salso - com 49 famílias.

b), Perímetro urbano (*6).

- Bairros:
1. Vila Guerino - 310 famílias.
 2. Vila Nova - N. S. de Rosário - 410 famílias.
 3. Comunidade da Praia - 161 famílias.

- Setores:
1. Setor Passos - 356 famílias.
 2. Setor Tênis - 182 famílias.
 3. Setor Matriz - 617 famílias. (*7).

3.5 - Organização Paroquial

Existe na Paróquia uma organização a nível de setores e equipes. Dentro dos principais setores destacam-se os seguintes:

a) Ação Social. Movimento Assistencial N. Senhora: trabalhando com famílias no setor de caritas.

Voluntárias das Vilas: trabalho junto aos menores nas Vilas.

Grupos de Presença Fraternal: pastoral da saúde; levam mensagens e cartões quando do nascimento de uma criança; acolhem as famílias que chegam à paróquia e se despedem em nome da paróquia às que saem

*7 - Dados do Censo demográfico de 1974.

FL: 128 f

da paróquia.

Da Visita Domiciliar de N^ª Sr^ª : "Associação das Capelinhas".

Grupo de assistência aos idosos - 40 idosos.

Centro de Menores: trabalho mediante três objetivos básicos: *- Vida fraterna

*- Formação

*- Trabalho, de acordo com tendências de vida da um (artesanatos, pintura, etc).

Clube das auxiliares do lar: são domésticas.

- b). Catequese. Com aproximadamente 45 catequistas. Existe uma equipe coordenadora paroquial de catequese; cursos paroquial e comarcal com formação permanente. A catequese se destina à preparação da Crisma, perseverança e 1^ª Eucaristia.
- c). Liturgia. Existe uma Equipe Paroquial de Liturgia, mais no perímetro urbano. Algumas capelas do interior possuem também já as suas equipes.
- d). Animadores de Comunidades. Formação de animadores mediante escolas paroquiais e comarcais. Sua função se restringe à animação litúrgica e preparação das devoções.
- e). Grupos de Família. Existem grupos que se reúnem e rezam; outros também refletem a bíblia e roteiros próprios elaborados. São aproximadamente 40 os grupos que se encontram permanentemente e periodicamente. Nos momentos fortes, como na ocasião do Natal e na Novena do Divino estes grupos se elevam ao número de mais de 100.
- f). Vocações. Uma equipe paroquial coordenada por 1 Irmã e 2 leigos. Esta equipe organiza também o mês vocacional.
- g). Jovens. Um dos setores que enfrenta as maiores dificuldades, só existindo atualmente um grupo de bairro estruturado. Marcou forte presença e influência o Movimento de Emaús na Pastoral de Juventude Paroquial, e que está passando por uma fase de transição.
- h). Setor das Comunicações. É uma equipe de 7 pessoas diretamente ligada ao jornal e à rádio. Esta equipe alcança o material religioso (mensagens, informações, roteiros...)

Fl: 129 f

aos M.C.S. Este setor existe no entanto não está se reunindo periodicamente.

Por outro lado, além dos setores, existem também algumas equipes paroquiais específicas:

- a). Dos Cursos de Batismo
- b). Dos cursos de Noivos
- c). Dos Coordenadores dos grupos de oração e novena
- d). Equipe Central do Dízimo
- e). Coordenadores dos Setores: dos 16 setores.
- f). Diretoria Administrativa: representantes de todas as comunidades.
- g). Conselho Pastoral Paroquial: composto por 7 elementos.
- h). Conselhão: representantes de todos os setores, exceto do interior.

3.6 - Momentos fortes nos últimos anos.

Vários são os fatores que contribuíram para o fortalecimento da pastoral paroquial. Já em 1972, na "Escuta do Povo" feito no perímetro urbano da paróquia, foram 4340 questionários respondidos individualmente por pessoas com mais de 18 anos. Este questionário era baseado num roteiro do Instituto de Pesquisa Religiosa na Arquidiocese de Paris (± 35 perguntas), sobre os mais diversos aspectos.

Em 1974 a paróquia teve as Missões, pregadas pelos Redentoristas, em resposta ao questionário feito na paróquia. E a grande preocupação das Missões foi a conscientização em torno dos grupos, acentuando a participação.

Também foi marcante para a pastoral paroquial o encaminhamento para a implantação do dízimo, que exigiu uma preparação de longos anos e até uma novena, já que na paróquia existia aquela mentalidade de que as paróquias eram sustentadas pelo governo.

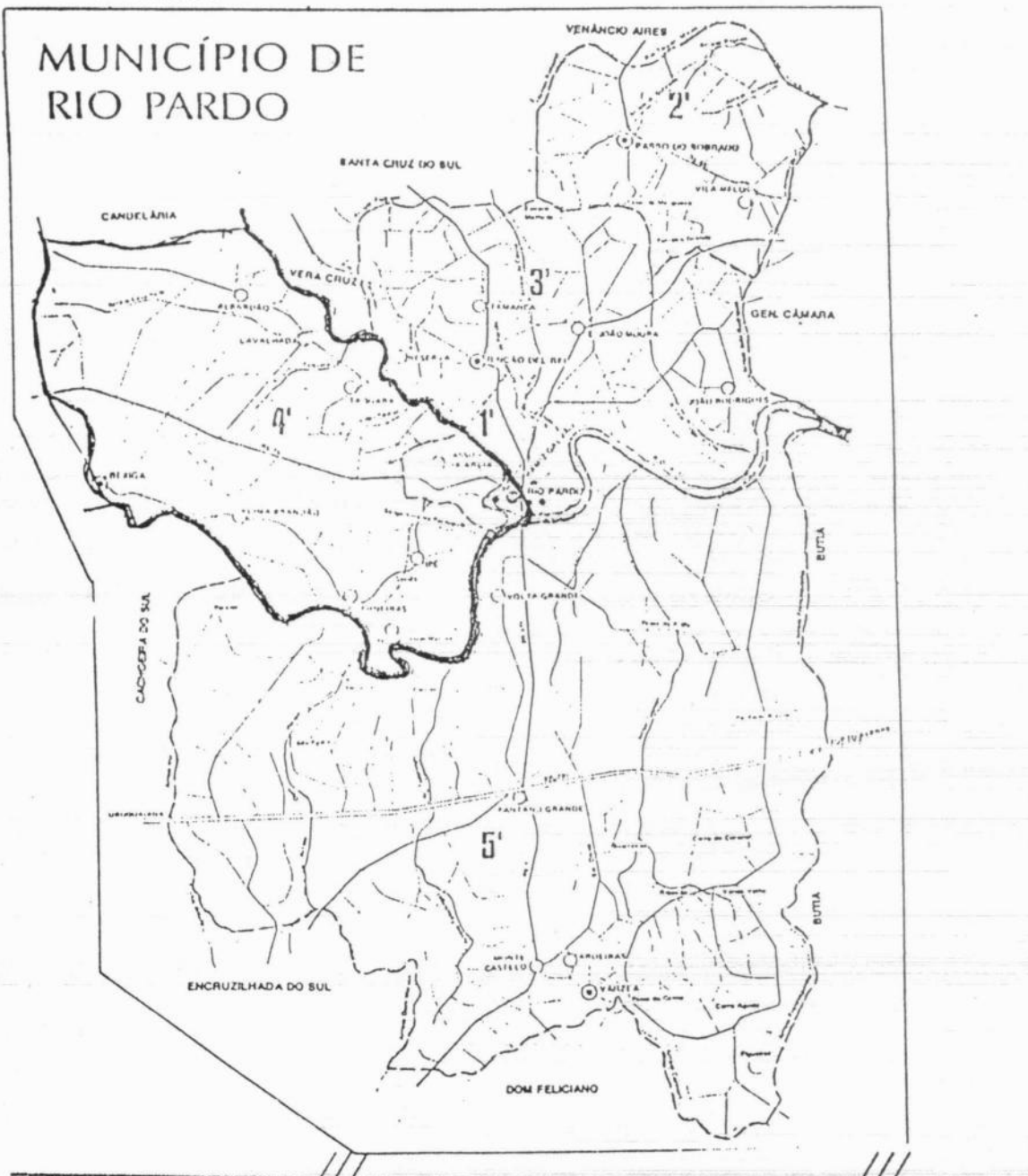
O Mini-Congresso Eucarístico(1980), a ordenação Sacerdotal do Pe. Claudio Furratti e do Pe. Marcelo Rezende Guimarães, e a visita da imagem de N. Sra. do Caravágio, de Farroupilha, foram os acontecimentos religiosos mais relevantes dos últimos anos.

Quanto às devoções, tiveram estas também grande destaque na vida religiosa de Rio Pardo:

- * Precisão do Senhor Morto, na sexta-feira Santa(± 10 mil pessoas)

NOTAS REFERENCIAIS

*1 - Mapa da Paróquia N. Sra. do Rosário localizada no município de Rio Pardo.



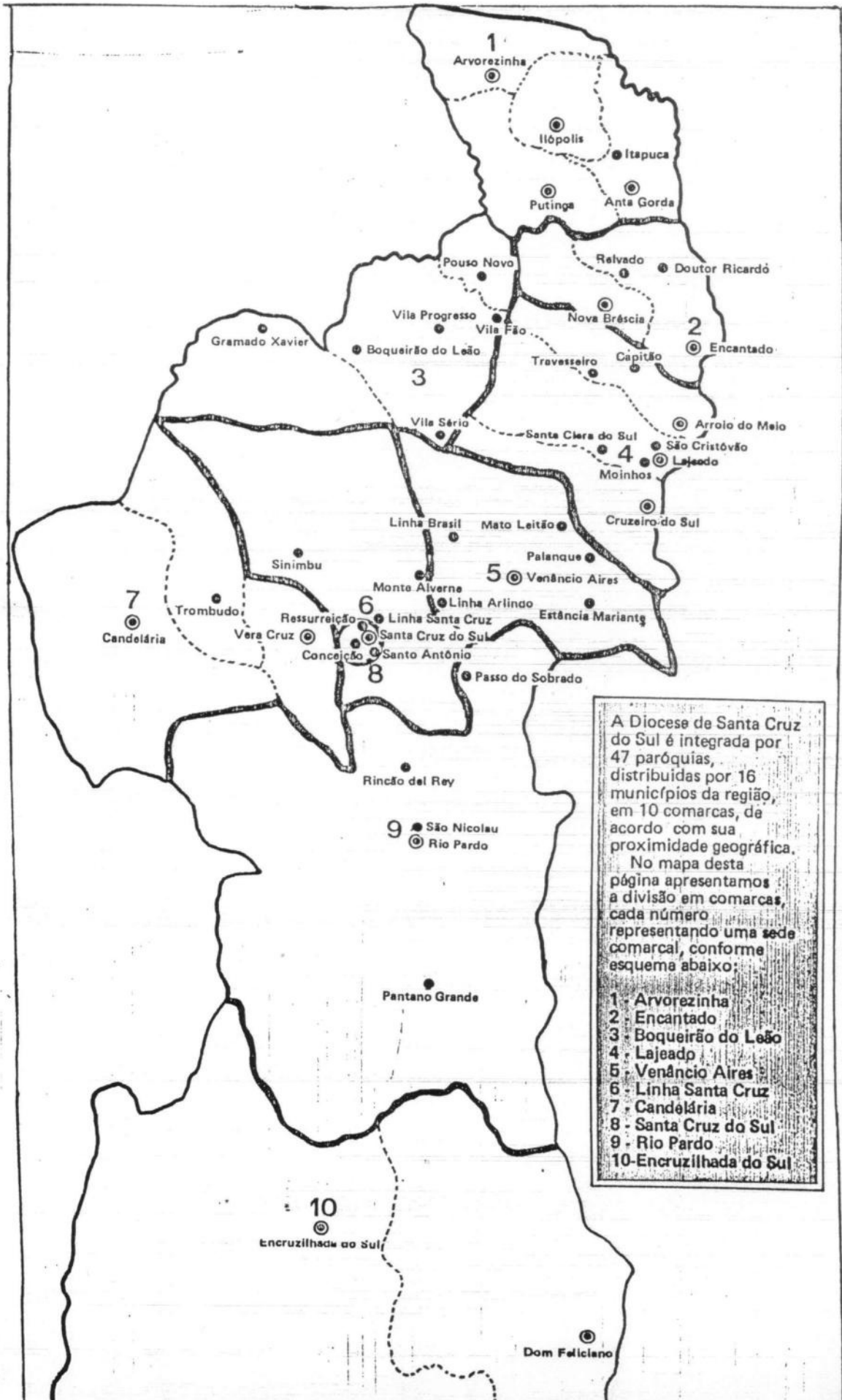
* 2 - A Diocese De Santa Cruz do Sul encontra-se dividida em 10 Comarcas, totalizando as 47 paróquias dos 16 municípios. A Comarca de Rio Pardo compreende todo o seu município, num total de 5 paróquias.

*3 - Neste mapa percebe-se a divisão da Diocese em Comarcas, des

PROC. 0641-11.00/06-7

FL: 131 R

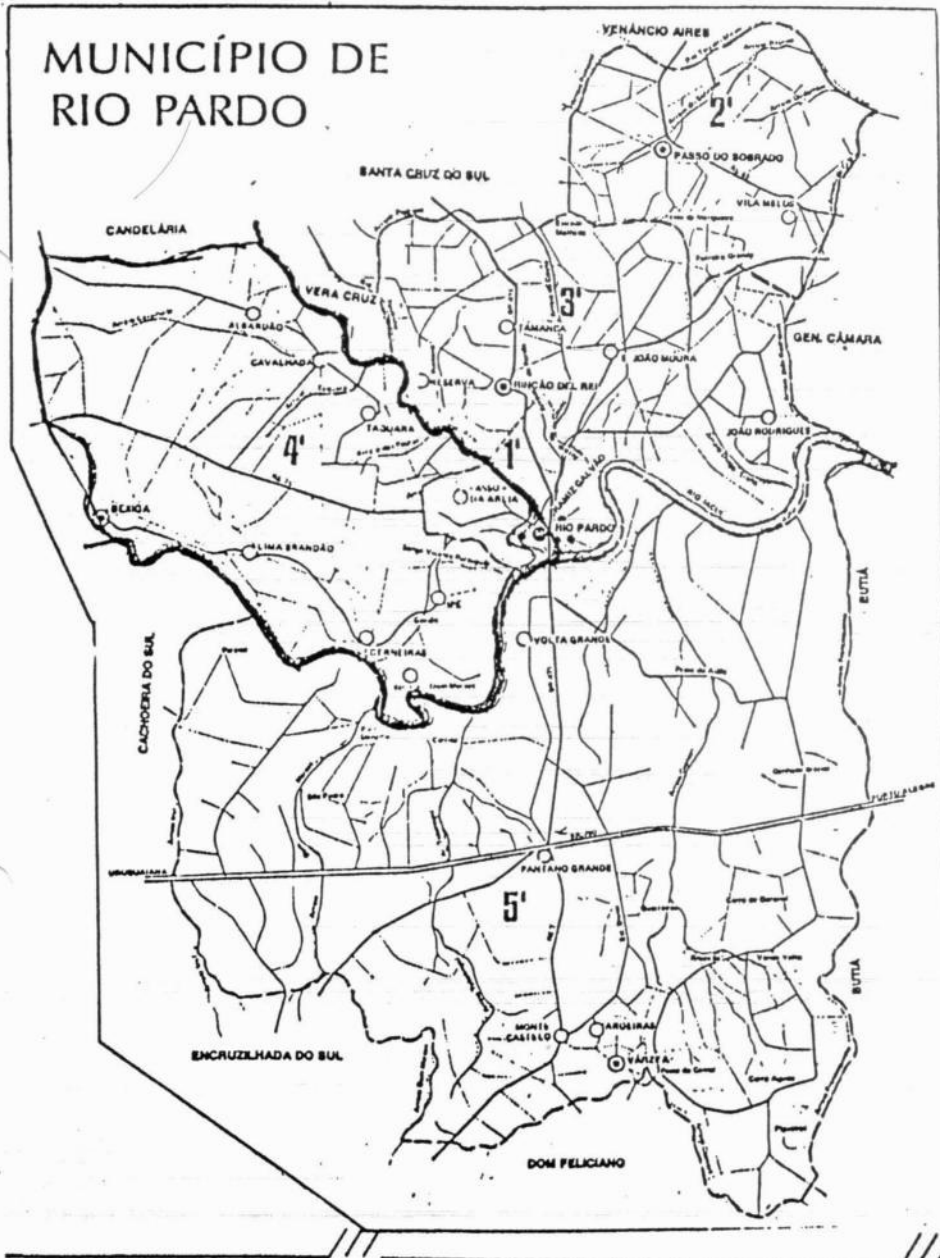
tacando a sede comarcal por meio do referido número.



A Diocese de Santa Cruz do Sul é integrada por 47 paróquias, distribuídas por 16 municípios da região, em 10 comarcas, de acordo com sua proximidade geográfica. No mapa desta página apresentamos a divisão em comarcas, cada número representando uma sede comarcal, conforme esquema abaixo:

- 1 - Arvorezinha
- 2 - Encantado
- 3 - Boqueirão do Leão
- 4 - Lajeado
- 5 - Venâncio Aires
- 6 - Linha Santa Cruz
- 7 - Candelária
- 8 - Santa Cruz do Sul
- 9 - Rio Pardo
- 10 - Encruzilhada do Sul

*1 - Mapa da Paróquia N. Sra. do Rosário localizada no município de Rio Pardo.



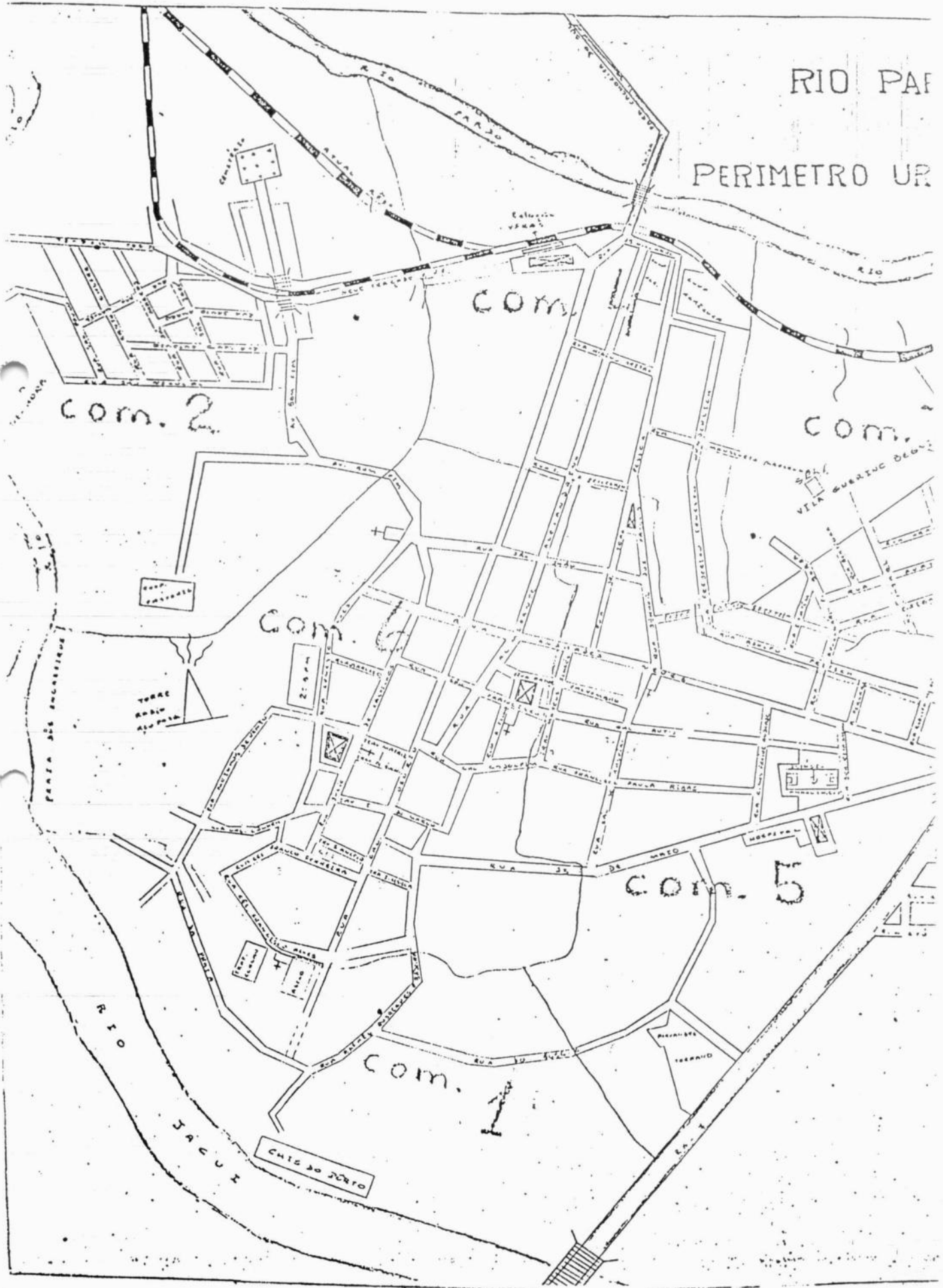
* 2 - A Diocese De Santa Cruz do Sul encontra-se dividida em 10 Comarcas, totalizando as 47 paróquias, dos 16 municípios. A Comarca de Rio Pardo compreende todo o seu município, num total de 5 paróquias.

*3 - Neste mapa percebe-se a divisão da Diocese em Comarcas, des

Proc: 0641-M.00/06-7

Fl: 134 R

*6 - Mapa demonstrativo das Comunidades e Setores no perímetro urbano da paróquia.



IV - SACERDOTES DA PARÓQUIA DE RIO PARDO

Não se torna tarefa fácil apresentar uma relação completa e detalhada de todos os padres que atuaram na paróquia como vigários, curas, párocos ou capelões, seja isto como responsáveis pela freguesia, capelã curada, paróquia Santo Ângelo ou posteriormente, paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

O que me foi possível, a partir de muito esforço de busca à fontes históricas, é apresentar os devidos padres que acompanharam a história religiosa do povo de Rio Pardo, destacando os de maior importância. Me limitarei, portanto, a nomes e alguns aspectos pessoais de um e outro, desconsiderando o período exato de atuação por várias razões. Um primeiro problema a nos depararmos é falta de condições científicas, bibliográficas e históricas para precisarmos os períodos exatos que cada padre atuou junto à paróquia. Outro problema é o fato de não se tratar exclusivamente da história de uma paróquia, mas implica num processo onde atuam padres simultaneamente. E inclusive, os próprios livros de registros (batizados, casamentos) não nos dão uma garantia e precisão, com longos períodos sem documentação.

Em vistas destas razões - não comprometendo fontes históricas inseguras, e uma vez que no trabalho anterior já tivemos condições de localizarmos historicamente os principais sacerdotes, reserva-se este capítulo a enumeração nominal, obedecendo a ordem de atuação entre eles.

Portanto, são os seguintes os padres que atuaram ao longo dos mais de 230 anos de Rio Pardo:

- Frei Faustino Antônio de Santo Alberto e Silva da ordem dos carmelitas, atuando como Capelão Militar.
- Pe. Matheus Pereira da Silva: também Capelão Militar. Foi o 1º e único cura, posteriormente vigário.

Proc: 0641-11.00/06-7

Fh: 136 P

- Pe. Manoel Da Costa Matta
- Pe. José Antônio de Mesquita - que atuou como vigário
- Pe. Luiz de Sousa Correia
- Pe. José Antônio de Mesquita: vigário
- Pe. Bernardo Lopes da Silva
- Pe. Ricardo Ramos de Almeida: vigário
- Pe. José Antônio de Mesquita: vigário, tendo falecido em 1785.
- Pe. Euzébio de Magalhães Rangel e Silva: vigário.
- Pe. João de Almeida Pereira: vigário
- Pe. Manoel Marques de Sampaio: vigário
- Pe. Duarte Mendes de Sampaio: vigário
- Pe. Fernandes José Mascarenhas Castelo Branco: vigário e irmão do bispo de Rio de Janeiro, o Sr. D. José Joaquim Justiniano M. Castelo Branco.
- Pe. João de Almeida Pereira: vigário interino
- Pe. Januário Francisco Fagundes de Souza: vigário
- Pe. Juliano Faria de Lobato: vigário interino
- Pe. José Alexandre de Borba: vigário
- Pe. Fernandes José M. Castelo Branco.
- Pe. Francisco das Chagas Martins Ávila de Souza: vigário interino. Ex-vigário apostólico da República de Piratini, sem jurisdição, sendo esta falta pela própria República.
- Pe. Antônio Alvarez Ferreira
- Pe. Januário Francisco Fagundes de Souza: vigário
- Pe. Sebastião Pinto do Rêgo: vigário colado, não podendo ser transferido a não ser de acordo com o grande clero. ?
- Pe. Alexandre José Coelho da Costa → futuro Bispo de S. Paulo
- Pe. Manoel de Souza Mello Falcão
- Pe. José Alexandre de Borba: vigário
- Pe. José Soares do Patrocínio Mendonça: vigário
- Pe. Felipe Iznarde: vigário
- Pe. Vicente Zeferino Dias Lopes: vigário
- Pe. Joaquim José dos Santos
- Pe. Felipe Iznarde: veio a falecer de doença mental.
- Pe. José Teixeira da Cunha Lousada Sobrinho
- Pe. João Batista de Motta Veloso
- Pe. Vicente Zeferino Dias Lopes
- Pe. Nicolau Knobb

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 137 R

- Pe. Miguel Murno
- Pe. Pedro José Salvá
- Pe. Emílio D'Amore
- Pe. Micente Barbato
- Pe. José Escuret
- Pe. Joaquim José Pimentel
- Pe. Carlos Thomás Broggi
- Pe. José Andre Peter
- Pe. Arno Antônio Klein
- Pe. Arno Flech: missionário da Congregação da Sagrada Família.
- Pe. Jerônimo Fingler: igualmente missionário da Sagrada Família.
- Pe. Orlando Francisco Preto: vigário atual da paróquia Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

Somente alguns meses, durante a Revolução Farroupilha, a paróquia ficou sem vigário.

Uma palavra sobre alguns padres da Paróquia N^o Sra do R.

- 1- Pe. Francisco das Chagas Martins Ávila de Souza: nasceu em 1787. Tave grande importância e destacada atuação na Revolução Farroupilha. Representou Rio Pardo no Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios e foi deputado à Constituinte Republicana dos revolucionários de 1835. Antes tinha sido eleito deputado à Assembléia Provincial. Foi vigário Apostólico da Igreja Católica, na República de Piratini.
- 2- Pe. Carlos Thomás Boggi: vigário da referida paróquia desde 8 de novembro de 1914 até 1955, ocasião em que, por motivo de doença, recolheu-se ao hospital da cidade de Rio Pardo, vindo a falecer após 5 anos internado - a 21 de setembro de 1959, assistido pelo Pe. José Petter e acompanhado de membros da Ação Católica. Seu corpo foi transportado, em seguida, para a igreja Matriz, onde foi velado. Espalhada a notícia na cidade, o povo acorreu ao templo, manifestando sua tristeza e levando sua visita ao querido, zeloso e santo sacerdote. A Prefeitura decretou luto oficial por 3 dias, hasteando bandeira a meio pau, no que foi secundada pelo Forum, repartições públicas e entidades sociais. O comércio, por iniciativa dos diretores da respectiva Associação, encerrou suas portas à tarde. Na Assembléia Legis-

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 138

lativa do Estado, a requerimento de deputado Dr. Adalmiro Moura e com o apoio de todas as bancadas, foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento de padre Broggi. A Câmara de Vereadores teve igual gesto, em sua primeira reunião após o trespasse. O Pe. Boggi era amado por seus paroquianos, gozava de uma estima geral entre os rio-pardenses e de elevado conceito em todo o Estado, como sacerdote dedicado e virtuoso, eficiente em prol de sua comunidade, e como orador fluente.

Os atos fúnebres refletiram, mais uma vez, quanto era querido e amado. Aos rio-pardenses, foi particularmente grato o gesto de Exmo. Sr. Arcebispo D. Vicente Scherer, vindo officiar as exéquias. Na missa de "Réquiem", às 16 hs daquele dia, houve numerosas comunhões, em sufrário da alma do extinto.

Fimada a missa e a encomendação, o féretro foi, de início, conduzido pelos Irmãos da Irmandade dos Passos, caixão aberto enquanto dentro da igreja, para receber os últimos olhares de despedida. E daí em diante, passando pelas principais ruas, o povo fez questão de levá-lo a pulso apesar da chuva que caía, e o acompanhamento a pé reunia uma multidão ainda não vista na cidade.

Marcaram presença nos funerais a Banda de Música Militar de Santa Cruz, além disso pessoas da igreja Metodista de Rio Pardo. As associações religiosas locais davam igualmente testemunho de sua gratidão, pois a maioria deste o tiveram por seu fundador. Ao baixar ao túmulo, fez-se ouvir, sob intensa emoção, o toque de silêncio antecido por dois oradores: o prefeito Dr. Fernando Wunderlich e o Rvmo. Pe. José A. Peter, vigário-auxiliar.

Em 1956 ele recebeu pela Câmara de Vereadores o título de Cidadão Rio-pardense Honorário.

O bispo D. Alberto se pronunciou da seguinte maneira em um telegrama em virtude do falecimento: "Pe. Peter. Rio Pardo. Transmôta paróquia povo Rio Pardo meu sincero pesar falecimento benemérito Pe. Broggi". Dom Vicente Scherer diz: "o clero da arquidiocese perde com seu desaparecimento um dos seus membros mais conhecidos, beneméritos e estimados no interior do Estado". E o bispo D. Antônio, D. Luiz, de Santa Maria, diz: "Pe. José Vigário. Rio Pardo. Queira apresentar ao bom povo de Rio Pardo nosso pesar pelo falecimento caríssimo Pe. Broggi. Bênçãos".

Sem dúvida, pelo visto, trata-se de um grande personagem.

Proc: 0641-11.00/06-7

Fl: 139 *f*

da história e da vida religiosa de Rio Pardo. Era uma pessoa de uma grande estima e consideração pelo povo religioso e pelas entidades públicas. Ainda hoje a história de Rio Pardo traz a imagem deste ilustre personagem, padre.

V - HISTÓRIA CRONOLÓGICA DE RIO PARDO

A história de um povo, de uma organização religiosa em paróquia está intimamente ligada a datas que nos dão uma certa referência. Apresentarei, como capítulo conclusivo, algumas datas de maior importância referente ao meu trabalho, com o objetivo de fornecer uma visão geral e ampla da história de Rio Pardo, (particularmente da Paróquia.

As datas mais significativas são as seguintes:

- 1633 - Fundação, pelo Pe. Pedro Mola, da redução "Jesus Maria", no sopé do último contra-forte da Serra do Botucaraí, à margem direita do Yequi (Rio Pardo) cerca de 20 Km acima da foz do Yequijii (rio Pardinho).
- 1633 - O Pe. Juan Suarez, à margem direita do rio Pardo em suas pontas na Serra do Botucaraí, funda a redução de "São Joaquim".
- 1634 - À margem direita do rio Pardo, abaixo da foz do rio Pardinho, à meia distância dessa foz ao Jacuí, ao S.E. da atual Cruz Alta de Rio Pardo, o Pe. Contreiras funda S. Cristóvão.
- 1750 - Início da Construção da primitiva matriz.
- 1751 - Criada a Capela de São Nicoláu.
- 1751 - João Gomes de Melo, engenheiro de Dragões, dá início à construção do forte Jesus, Maria, José.
- 1753 - Construída, no Alto da Fortaleza, uma capela consagrada à Sagrada Família.
- 1754 - Casais de açorianos são arranchados por Gomes Freire no Rio Pardo.
- 1755 - Os casais açorianos destinados por Gomes Freire às "Missões" estacionam no Rio Pardo onde, por assim dizer, ficarão.
- 1755 - Frei Faustino de Santo Alberto, capelão dos casais dell


PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 141 P

- rei da colônia do Sacramento, vem para o Rio Pardo, onde fica até 1762, como se lê dos livros de batismos da Capela Jesus, Maria, José do Quartel do Rio Pardo.
- 1755 - Criação da Capela de São Francisco.
 - 1757 - Bobadella substitui jesuítas espanhóis por jesuítas portugueses para administrar religião aos índios do Rio Grande do Sul.
 - 1758 - Gomes Freire de Andrade autoriza ao Jesuíta Francisco Fernandes fazer os batismos e mais obrigações religiosas dos Índios que em Rio Pardo se refugiaram das Missões Orientais do Uruguai.
 - 1759 - Construída nova Capela, dedicada a Santo Ângelo.
 - 1762 - Pe. Thomaz Clarke, 1º vigário da Freguesia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, atende o Quartel do Rio Pardo, cuja vara também, então, pertence-lhe.
 - 1762 - Criação da Capela Curada.
 - 1763 - José Marcelino de Figueiredo funda S. Nicoláu, no R. P.
 - 1769 - É criada a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, a 4ª do Rio Grande.
 - 1774 - A Irmandade dos negros - Nª Sra do Rosário dos Pretos - inicia o assentamento de sua regras e reuniões.
 - 1779 - José Marcelino de Figueiredo, governador da Capitania, instala, em Rio Pardo, com grande pompa, a freguesia.
 - 1785 - Construção da Igreja de São Francisco.
 - 1787 - Concordata das irmandades das Dores, Passos e Ordem 3ª.
 - 1788 - Nasce o Pe. Francisco das Chagas Martins Ávila e Sousa, deputado provincial e deputado farroupilha, além de Vigário Apostólico da Igreja Católica da República de Piratini.
 - 1791 - Ameaça ruir a nave da matriz.
 - 1794 - Os Confrades do Senhor dos Passos iniciam o movimento para construção de uma capela.
 - 1797 - "Os irmãos confrades do Senhor dos Passos" pleiteiam a construção de uma igreja.
 - 1801 - início das obras da matriz.
 - 1805 - Concedida licença para rezar missa nas casas da Irmandade dos Passos.
 - 1812 - Visitador Geral das Igrejas do Continente do Sul, Pe.

23/17/1787

PROC: 0641-11.00/06-7

FL: 142 

Agostinho dos Reis chega a Rio Pardo.

- 1812 - Iniciado outro movimento em prol da construção da atual igreja dos Passos.
- 1814 - Regras da Irmandade dos Passos.
- 1814 - D. Diogo de Souza manda novamente medir, demarcar as terras e reembolsar os índios de S. Nicoláu.
- 1815 - Recomeçam as obras da atual igreja dos Passos.
- 1815 - D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro com jurisdição no Rio Grande do Sul, visita Rio Pardo.
- 1815 - Inauguração das obras da igreja e demitério do Senhor dos Passos.
- 1815 - D. João VI sana as irregularidades da irmandade dos Passos.
- 1824 - Último ano que os índios de S. Nicoláu tem um "cura" (somente para eles).
- 1833 - Extingue-se a aldeia de S. Nicoláu que fica transformada em Capela.
- 1837 - Vereança renovando a obrigatoriedade do comparecimento das autoridades à procissão de Corpus Christi.
- 1842 - Manoel Joaquim de Souza é investido nas funções de administrador das obras da Matriz.
- 1844 - D^a Maria, mãe de Sebastião Pinto do Rêgo, cônego vigário da Matriz, oferece a N^a Sra do Rosário um anel de ouro com "crisólitos".
- 1845 - *Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo visita Rio Pardo.*
- 1846 - Extração de loteria concedida pela Assembléia Provincial para as obras da matriz.
- 1846 - A Irmandade dos Passos pede ao governo da Província urgente auxílio para obras da igreja.
- 1846 - Nomeia-se nova comissão para zelar pelas obras da capela de S. Nicoláu.
- 1846 - Te-Deum da Ordem 3^a do Seráfico S. Francisco da Penitência a D. Pedro II e D^a Teresa Cristina que estavam de passagem pelo Rio Pardo.
- 1847 - José Francisco da Silva e João Barbosa do Prado Lima são encarregados das obras e reparos da matriz.
- 1848 - Câmara Municipal volta legislar sobre a obrigatoriedade de acompanhar-se a qualquer procissão e a proibição

C O N C L U S Ã O

Diante do objetivo proposto, visava esse trabalho ser, não tanto um relato, um resgatar histórico, mas muito mais um estudo, uma pesquisa sobre aspectos da história religiosa do povo riopardense. E esse objetivo, embora que parcialmente, creio ter sido alcançado.

O presente trabalho possibilitou-me uma compreensão mais clara sobre a profunda influência que a cultura, a origem, a mentalidade, a realidade sócio-econômico-político e o contexto histórico exercem sobre o fator religioso, na expressão da religiosidade do seu povo.

A Paróquia N. Sra. do Rosário teve sua origem marcada por fatores políticos (militares), e essa influência perpassou todo o desenvolvimento e instalação da paróquia em termos de cultos, devoções, prioridades pastorais e até mesmo linhas de ação da Igreja. E a consequência dessa influência direta é a mentalidade percebida ainda hoje no povo riopardense de que a Igreja, os padres e as paróquias eram sustentadas pelo governo.

Por outro lado é expressiva a a transparência da cultura luso-açoriana do povo da paróquia nas expressões da sua religiosidade, pelos seus costumes, tradições e práticas devocionais.

Nesse sentido, foi muito proveitoso esse meu trabalho, no sentido de me fazer compreender o espírito dessa tradição religiosa e por abrir um vasto horizonte e oferecer inúmeras pistas de ação de ordem pastoral. Realmente torna-se muito mais fácil e menos "pecaminoso" trabalhar a partir de uma realidade estudada e conhecida, pois somente mediante esta compreensão será possível entender os passos que o povo vai dando em vista da construção do Reino.

OBS: Proibida reprodução. Exclusivamente para uso interno.
Muito bem!
José Renato Back

C O N C L U S Ã O

Diante do objetivo proposto, visava esse trabalho ser, não tanto um relato, um resgatar histórico, mas muito mais um estudo, uma pesquisa sobre aspectos da história religiosa do povo riopardense. E esse objetivo, embora que parcialmente, creio ter sido alcançado.

O presente trabalho possibilitou-me uma compreensão mais clara sobre a profunda influência que a cultura, a origem, a mentalidade, a realidade sócio-econômico-político e o contexto histórico exercem sobre o fator religioso, na expressão da religiosidade do seu povo.

A Paróquia N. Sra. do Rosário teve sua origem marcada por fatores políticos (militares), e essa influência perpassou todo o desenvolvimento e instalação da paróquia em termos de cultos, devoções, prioridades pastorais e até mesmo linhas de ação da Igreja. E a consequência dessa influência direta é a mentalidade percebida ainda hoje no povo riopardense de que a Igreja, os padres e as paróquias eram sustentadas pelo governo.

Por outro lado é expressiva a a transparência da cultura luso-açoriana do povo da paróquia nas expressões da sua religiosidade, pelos seus costumes, tradições e práticas devocionais.

Nesse sentido, foi muito proveitoso esse meu trabalho, no sentido de me fazer compreender o espírito dessa tradição religiosa e por abrir um vasto horizonte e oferecer inúmeras pistas de ação de ordem pastoral. Realmente torna-se muito mais fácil e menos "pecaminoso" trabalhar a partir de uma realidade estudada e conhecida, pois somente mediante esta compreensão será possível entender os passos que o povo vai dando em vista da construção do Reino.

OBS: Proibida reprodução. Exclusivamente para uso interno.
Muito bem!
José Renato Back

B I B L I O G R A F I A

1. FORTES, João Borges Gen. . Os Casais Açorianos - Presença lusa na formação Sul-Rio-Grandense; Martins Livreiro Editor; Porto Alegre, 1978.
2. REZENDE, Marina de Quadros. Rio Pardo - História, Recordações, Lendas. Editor-Fundação para o desenvolvimento de Recursos Humanos; Rio Pardo, 1986.
3. LAYTANO, Dante De. Guia Histórico de Rio Pardo. Edição da Prefeitura Municipal de Rio Pardo - 2ª Edição; PoA, 1979.
4. MACEDO, Francisco Riopardense de. O Solar do Almirante. Co-edição URGs/IEL; Porto Alegre, 1980.
5. SANTOS, Francisco de Assis dos, Rio Pardo - Berço de filhos ilustres. Rio Pardo; 1973.
6. MACEDO, Francisco de Assis dos. Rio Pardo - A arquitetura feita da história. Ed. Sulina; Porto Alegre, 1972.
7. FAGUNDES, Morivalde Calvet. História da Revolução Farroupilha. EDUCS - EST - MARTINS ; 1984.
8. ----- Enciclopédia Riograndense. Vol I; Ed. Regional Ltda; 1956.
9. Xerox das "Nótulas sobre a história Eclesiástica no Rio Grande do Sul"(1737 a 1891). Da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.
10. BARBOSA, Pe. Manoel de Aquino. A Igreja no Brasil. Rio de Janeiro, 1945.
11. RUBERT, Arlindo. A Igreja no Brasil. Origem e desenvolvimento (séc. XVI) Vol I; Livraria Ed. Pallotti; Santa Maria, 1981.

Proc: 0641-11.00/06-7



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Telefone (051) 3731-1317 – Caixa Postal nº 72
Travessa Padre Broggi nº 66
RIO PARDO - RS

Fl:
26

R

PROJETO DE RESTAURAÇÃO

**IGREJA NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO**

RIO PARDO/RS



PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
Telefone (051) 3731-1317 – Caixa Postal nº 72
Travessa Padre Broggi nº 66
RIO PARDO - RS

FL: 147 R

Sr. Deputado
Osmar Severo

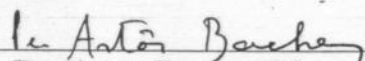
Vimos solicitar ajuda no sentido de conseguir recursos financeiros para restaurar a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo.

O projeto de restauração desta Igreja é importante porque ela traz a lembrança de parte da história do Rio Grande do Sul e faz parte da história do Município de Rio Pardo.

Além do mais, por seu estilo de construção, e demais construções de Rio Pardo, vão incrementar o Turismo religioso.

Na certeza de encontrar um parceiro que se preocupa com a história e tradições do Rio Grande do Sul, renovamos nossa estima e consideração.

Atenciosamente,


Pe. Astor Backes-Pároco

Rio Pardo, 21 de março de 2003.

I b- ANTECEDENTES HISTÓRICOS

FL: 149 P

A cidade de Rio Pardo é fruto de necessidades militares, que em meados do séc XVIII levaram os portugueses à instalação de um forte junto a embocadura do rio Pardo com o rio Jacuí.

Construído entre 1754 e 1755, sob a direção do brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, este forte ou "tranqueira", que levou o nome de Jesus Maria José, seria importante apoio nas tentativas de demarcação dos limites estabelecidos pelo tratado de Madrid, assinado em 1750.

O Continente de São Pedro, como é chamada a região na época, enfrenta, até princípios do séc XIX, constantes lutas. A praça de Rio Pardo surge em importância militar e é transformada em centro de resistência às invasões espanholas. Dela partem destacamentos que contribuem significativamente para o recuo do domínio espanhol, trazendo para a posse e domínio português o território das missões orientais.

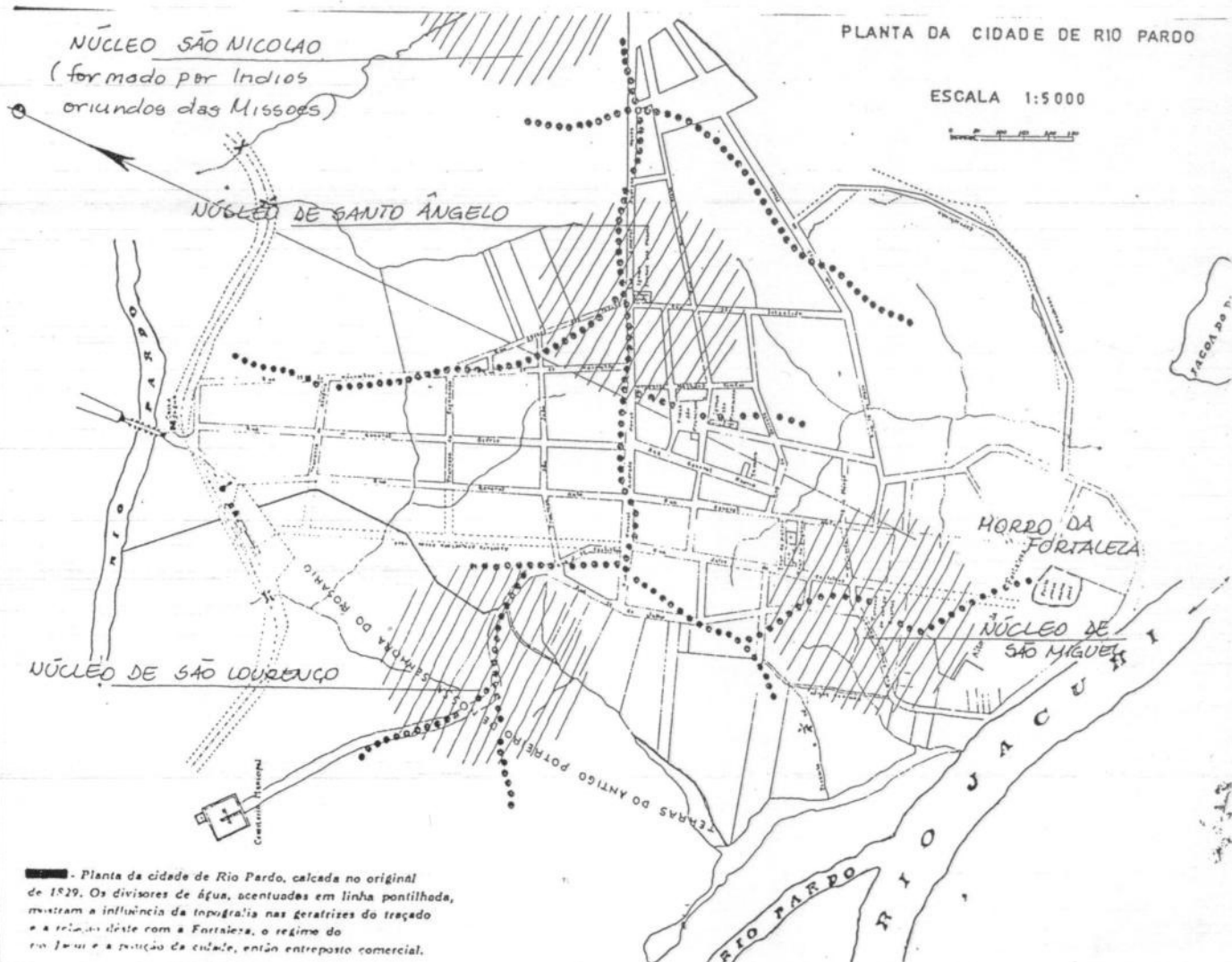
ao lado das ações militares crescem as ações civis. Rio Pardo torna-se entreposto comercial, sede de governo e centro de propagação da cultura portuguesa. Militares de variadas origens e casais açorianos são o principal componente da população.

É em meio a um clima quase permanentemente de guerra que surgem, ao lado dos armazéns e

fortificações militares, os primeiros edifícios religiosos da cidade.

Consta das "Notulas sobre a história Eclesiástica no Rio Grande do Sul (1737 a 1891) - atribuídas ao Arcebispo Vicente Zeferino Dias Lopes, que já em 1753 havia uma capelinha coberta de palha, com a invocação de Jesus, Maria, José, junto ao local do forte do mesmo nome.

Com o arrauiamento de famílias brancas e de indígenas estraviados das Missões, quatro núcleos se formam nas imediações do morro da fortaleza.



MAPA BASE IN: MACEDO Francisco Riopardense - "Rio Pardo - a arquitetura fala de história" - Sulina - 1972

arg. Vera Maria Becker

Na concentração de Santo Ângelo, no es-
pigão onde hoje é a rua Andrade Neves, em 1759 foi eri-
gida uma capela cujo orago era Santo Ângelo. Em 1760 pas-
sa a ser Capela Curada e "em 15 de dezembro de 1762",
por portaria de Dom Fr. Antônio do Desterro é elevada a
categoria de Paróquia, constituída Matriz a capela de
Santo Ângelo." (Nótulas - Vicente Zeferino Dias Lopes).

Em documento de 1769 são encontradas
noticias sobre a mudança do orago:

Antônio da Matha Vigário da Vara e Igreja
de Nossa Senhora da Conceição de Viomom. etc.

Porque há de guentem do Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r D. Fr. Ant.
do Desterro Bispo do Rio de Janeiro para Rubricar
todos os livros das Igrejas da minha Comarca, nas ma-
is que se comprehendem no Continente do Rio Gran-
de, Viomom, e Rio Pardo, rumerei, e Rubriquei...
Com a minha Rubrica breve Matha, o qual hade servir
para se lançarem nelle os assentos dos Casamentos q.
houverem na Freguezia de Nossa Senhora do Rosário
do Rio Pardo que algum dia se intitulo Santo An-
gelo, cuja mudança se fez por despacho, que vi. do
Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r D. Fr. Ant. do Desterro, em 8 de Mayo de 1769
Rio Pardo: Viomom 8 de Mayo de 1769

Antônio da Matha

José Antônio da Matha Vigário da Vara e Igreja
de Nossa Senhora da Conceição de Viomom-1

Por faculdade que tenho do Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r D. Fr. Ant.
do Desterro Bispo do Rio de Janeiro para Rubricar
todos os livros das Igrejas da minha Comarca, nas ma-
is que se comprehendem no Continente do Rio Gran-
de, Viomom, e Rio Pardo, rumerei, e rubriquei (...)
com minha rubrica breve Matha, o qual hade servir
para se lançarem nelle os assentos dos casamentos q.
houverem na Freguezia de Nossa Senhora do Rosário
do Rio Pardo que algum dia se intitulou Santo An-
gelo, cuja mudança se fez por despacho, que vi. do
(...) Ex.^{mo} e R.^{mo} S.^r a instancia dos moradores da dita
Rio Pardo. Viomom 8 de Mayo de 1769
(ass) José Antonio da Matha

original na caixa do dia 25 de Janeiro

Nas mesmas nótulas referidas estão notícias
sobre a transferência da Matriz para o local onde hoje é a Igre-
ja Matriz, na rua da Ladreira (hoje Julio de Castilhos) *1

"Não tendo esta Igreja capacidade, embora reconstruida
e aumentada, erigiram os moradores outra, em diferen-
te lugar, de conformidade com uma planta for-
necida pelo arquiteto João Rodri-

* VER NOTA 1

guas Baía, e a 29 de junho de 1778 foi lançada a pedra fundamental, como consta na seguinte ata:

fl. 25 do Livro 1º do Tombo: " Ano - do nascimento de N.S. Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e oito, aos vinte e nove dias do mês de junho do dito ano, imperando a Serenissima Senhora D. Maria primeira, Duquesa de Bragança deste reino de Portugal e suas conquistas, sendo Bispo deste Bispado do Rio de Janeiro o Senhor D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas --- Castello Branco, sendo Vice-Rei do Estado o Senhor Marques do Lavradio; Governador das Armas desta Provincia o Senhor José Marcellino de Figueiredo, Comandante desta Fronteira o Senhor Brigadeiro - José Casimiro Roncalli; neste lugar de Rio Pardo, Freguezia de N.S. do Rosário, e sendo aí no Consistório da Irmandade do SS. Sacramento, onde se acharam presente o Reverendo Vigário da Vara desta Comarca e Freguezia José Antonio de Mesquita, o Brigadeiro José Casimiro Roncalli; como Provedor da dita Irmandade, Escrivão Capitão - Fernando Pereira Vieira, Tesoureiro Francisco José Martins, Procurador Alferes Luiz Severino José de Carvalho com os mais irmãos de Mesa, juizes e Officiais da Irmandade de N.S. do Rosário, São Miguel e Almas, N.S. das Dores e N.S. do Rosário dos pretos e mais - povo que acompanhava o presente ato. E logo pelo Reverendo Vigário da Vara e Brigadeiro José Casimiro Roncalli foi exposto a todos com bem entendidas quanto convinha ao serviço de Deus e bem das almas a criação de um novo Templo, que servisse de Igreja Matriz de N.S. do Rosário desta Freguesia, aqui já haviam dado principio; mas para se continuar era preciso abrirem-se os seus fundamentos e lançar-se a primeira pedra fundamental da obra com quella benção e solenidade que manda o Ritual Romano, pelo qual Deus Nosso Senhor fosse servido continuar o fim daquela obra para o seu divino louvor, e que por tão justa ação o mesmo -- Senhor aumentaria à todos as felicidades espirituais e temporais - os officios auxilios da sua divina graça; que outrossim para memória do tempo futuro se fizesse uma descrição que fica fechada na pedra fundamental. E sendo por todas ouvida esta fala, foi respondido que muito lhe aprazia aquella justa determinação para o que - uniformemente sujeitaram suas vontades como fieis cristãos, e que tambem lhes parecia ficaria na pedra fundamental a descrição deste ato ad perpetuam memoriam.

Preparados os Reverendos Sacerdotes Vigário da Vara e Igreja à José Antonio de Mesquita e Fr. Valério do Sacramento Pároco da Igreja de São Nicolau que tambem se achava presente, em formaprocissional, formadas as irmandades em seus lugares competentes, tomando em um andor a Imagem Purissima Virgem -- Maria Nossa Senhora do Rosário Padroeira desta Freguezia, com todo o mais povo que acompanhava, seguiram diretamente da Matriz -- que existe ao lugar determinado para a nova, e aí solenemente benzeu a primeira pedra fundamental, e todos os mais fundamentos da obra com todas as cerimoniaes, que marca a Santa Madre Igreja; e

FL: 152 f

CÓPIA CEDIDA PELO RE. NEISS - CÚRIA DE PORTO ALEGRE -

para memória do futuro, se mandou fechar na mesma pedra fundamen-
tal esta descrição onde fica, e onde também por memórias se lança-
ram algumas moeda comum no tempo presente, de ouro, prata e cobre.

E por verdade e firmeza de tudo ou Fernando Pereira Vieira-
escrivão da Irmandade do SS. Sacramento escrevi este; e assino --
com todos os abaixo assinados em o dito dia era súpra declarada.

E não se continha mais no dito término de ereção, que bem e -
fidelmente foi trasladado aos vinte e nove de junho de mil setocen-
tos e setenta e oito anos. Sòmente por mim assinado em dito dia -
súpra.

(as : o vigário José Antônio de Messquita)

Quando foi dada por edificada a nova igreja,
fiz-se a transferência das imagens da antiga Matriz de Santo Ân-
gelo, em cerimônia que contou com a presença do governador
José Marcelino de Figueiredo, em 3 de outubro de 1779.

Destas imagens sabe-se que uma era de San-
to Ângelo e outra, menor, de N. Sra do Rosário. A imagem
de Santo Ângelo foi roubada em 1983, do nicho onde se encon-
trava, junto ao altar mor da Matriz. A imagem de N. Sra do
Rosário está assim referida nas "notulas" já citadas: "A anti-
ga imagem de N. S. do Rosário (que existia na Matriz de Sto Ân-
gelo) que se conservava num velho (...) da Matriz foi em 1884 coloca-
da pelo vig. Vicente Zeferino Dias Lopes num nicho (...) na sacristia,
por não haver lugar em nenhum dos altares". Mais recuimen-
te a imagem foi doada à Capela de N. Sra do Rosário do Pas-
so do Sobrado, em Rio Pardo, onde foi localizada em 1980 pelo
Pe Walter Giehl. A imagem encontra-se atualmente na se-
de do bispado, na cidade de Sta Cruz do Sul.

* Na mesma ocasião foram roubadas outras imagens e ador-
nos: Menino Jesus de madeira; coroa de prata de N. S. das Dores; Cru-
cifixo de madeira; imagem de N. S. do Rosário, além da de Sto Ângelo.

Em 4 de outubro de 1779 foi inaugurada a Matriz, com a festa de N. S. do Rosário.

A Matriz naquela data inaugurada era uma construção bastante rústica, de taipa de barro, que deveria servir a toda a população, como de fato durante muitos anos ainda serviria, apesar do estado de ruínas bem cedo constatado pelos fiéis que começavam a se organizar em irmandades.

Fl. 154 f

(in: Maeddo, F.R. - A arquitetura fala de história)

Na verdade muito cedo começam as referências sobre o arruinamento da Igreja. Por volta de 1790 decide-se por nova edificação.

Antônio Borges Coelho oferece um terreno (onde hoje é a capela de São Francisco) em lugar mais alto e próprio para a Matriz, segundo os conceitos da época. Mas a troca de local não foi aceita pelo comandante militar da vila, Ten. Gen. - Patrício Corrêa da Câmara e outros próceres do lugar, os quais queriam conservar a Matriz perto de suas casas ou do forte.

Não se tem notícia precisa do início da construção ou reconstrução da Matriz. Com base em um antigo livro de receita e despesa, onde constam despesas feitas entre 1791 e 1792 com materiais e pagamento de obreiros se supõe 1791 como o ano de início das obras.

É atribuída a Francisco João Roxio a elaboração da planta, a qual teria sido alterada na execução, diminuindo-se-lhe dez palmos no comprimento e na largura.

I c - CRONOLOGIA

Fl. 155

f

Mesmo sem ter documento comprobatório da autoria da planta da Matriz é verossímil o nome de Francisco João Roscio.

Roscio aparece na história do Rio Grande do Sul por ocasião do tratado de Sto Ildefonso (1777), quando em 1784 integra a equipe portuguesa de demarcação luso-espanhola. Ao longo da história do Brasil, vários engenheiros militares vieram para cá, sendo sempre grande o trabalho que os esperava.

Em 1776, o Vice-rei, Conde de Lavradio revelava que no Rio Grande de São Pedro somente um engenheiro estava disponível, o capitão Alexandre José Montanhas "que, ainda que tem trabalhado como um mouro, não basta para acudir só ao que allí há que fazer" (Souza Viterbo - Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal - Lisboa, 1904 in Robert Smith, Fau USP, 1962) "Mesmo no Rio de Janeiro o vice rei só achou um engenheiro competente: Francisco João Roscio" (obra citada - Viterbo)

Nas colônias onde se achavam os poucos engenheiros militares eram estes solicitados para trabalhos de arquitetura civil e religiosa.

José Fernandes Pinto Alpoim, que executou o

forte de Jesus Maria José em Rio Pardo, fez melhoramen-
tos na cidade de Mariana, em Minas Gerais e em-
preendeu importantes construções civis na Vila Rica
de Ouro Preto.

As obras da Igreja da Candelária são retomadas em 1811 com planos de Francisco João Rocio.

O tempo compreendido entre a expulsão dos espanhóis (1776) e a tomada das Missões em 1801 são anos de relativa paz. A província prospera nesta época.

Em Rio Pardo o arrefecimento das atividades militares cria espaços para maior preocupação com a cidade. A reconstrução da Matriz se inicia exatamente neste período (cerca de 1791), motivada pelo arruinamento da anterior, edificada em tempos mais belicosos.

Nos fins do séc XVIII diversas irmandades coalitam na Matriz, entre as quais os Confrades do Senhor dos Passos e de N. S. das Dores; a Irmandade da Ordem 3ª de São Francisco e a Irmandade do SS. Sacramento e N. S. do Rosário.

Mesmo em obras a Matriz continua abrigando as imagens e as cerimônias religiosas, talvez por ser, na ocasião, a única igreja da povoação. Em 31 de maio de 1797 foi colocada no alto do trono uma grandiosa imagem de N. S. do Ro

arg. V.ª Maria Becker

FL: 157

sário, mandada vir da Bahia por Antônio Martins e por intermédio de Custódio José Teixeira, no valor de 65 \$000, a expensas da Irm. do S. Sacramento.

O uso e as obras da Matriz estão referidas no ofício de 1797 da Confraria do Sr dos Passos, que nesta época se transferiu da Matriz:

Ex^{mo} e R^{mo} Senhor

Para a factura de hum prédio urbano a q se propoz os //
supp., não necessitão de licença noesa. E se mudar p elle a I-
magem de q se trata, depois de concluida a Cnza e se poder conhe-
cer a decencia e comodo q houver nella p o fim decajado, nos-in-
formará o R. Pa.º com o seo parecer, e sobre o estado em q se a-
chava a obra da Matriz, eo lugar destinado ne sta p arseato da Cn-
pella da Imagem dos Passos. R.º 4 de Novembro de 1797

Dizem os Irmãos Confrades do Snr dos passos da Freguezia
a de NS. do Rozario do Rio Pardo, que elles alcançarão de V. Ex.^a
R.^{ma} em vista das premissas constantes do requerimento junto facul-
d.^e para mudarem a Imagem do mesmo Divino Snr para huma caza que he
damezma Confraria durante a Obra da sua Matriz, onde o d.^o Snr es-
tava collocada porque a caza mencionada presentemente se acha in-
decente para na d.^e sercolher a S.^{ma} Imagem, sepropozirão os Ir-
mãos Confrades de NS. das dores, que são os mesmos Confrades do /
S. dos Passos; por ser huma, e outra Confraria inseparaveis, e /
anexas entre si: pois quem se alista por Confrade daquelle Divino
Senhor ohé tambem da mesma S.^{ma} Senhora, apedirem hum terreno na
rua chamada de S.^{to} Angelo por se achar em t.^{os} annos devoluto, ser-
vindo de pasto aos Animas onde na premittiva daquelle Povo tinha
sido aprim.^r Matriz ao Ex.^{to} Senhor Governador, o qual com effeito
lhes concedeu, como se mostra do Docum.^{to} que offerecem, e como os
Sup.^{es} querem ahi construir elevantar huma Caza para na mesma re-
colherem o d.^o Divino Snr, e duvidão fazella sem nova licença de
V. Ex.^a com razão deser primeira facultada a respeito de outro lu-
gar, este motivo p.^r que //
seja servido conceder-lhes a grnça já facultado vistas as circuns-
tancias que vem de dizer, ep.^r esta esmolla rogarão ao mesmo Snr.
e a sua May a Snr.^a das Dores p.^{la} concervação da precioza Vida e
Saude de V. Ex.^a //

(TRANSCRITO DO ORIGINAL SOB GUARDA DA FAMILIA DE BIASIO TABAJUINO) - RIO PARDO -

arg. Vera Maria Becker

Logo a seguir tambem a ordem 39 de São Francisco providencia na sua transferência para a pela própria.

1801 é ano considerado por muitos au-
tores como de conclusão, se não da Matriz toda, pe-
lo menos de uma etapa. A data firmada na pe-
dra de fecho do arco da porta principal leva talvez
a esta conclusão. É certo porém que neste ano a igre-
ja não estava com a feição que hoje apresenta e nem
mesmo em condições confortáveis de uso.

Em 1805, por officio da confraria do Senhor
dos Passos, sabe-se que o estado da Matriz é ainda precá-
rio:

R.º Snr Vizitador

Dis o Cap.º Manoel da S.ª Paranhos e mais devotos
do Senhor dos Passos desta Freg.ª do R.º pardo que tendo obe-
tido de S. Ex.ª R.ª facultade para edificar humas Cazas, e re-
colher nellas a Imagem do Senhor dos Passos, e qual estara
depozitada formão aver outro Comodo, embaixo da torre da Ma-
triz, etendo elles sup.ºs levantado as ditas Cazas ornando
da necessaria decencia presentem.ºe querem fazer celebrar
nellas o S.º Sacrificio da Missa, porque Chegendo a quatro
mil Almas o numero dos parocianos, enão avendo outro tem-
plo senão a Matriz, e esta mesma tendo sido demolida para
ser novam.ºe Reidificada, padecemos Sup.ºs Com Suas familias
gráves encomodos nos dias de aperto na rigoro-
za estação do Inverno Com Suas dioturnas agoas, e insuporta-
vel, regelo familias inteiras não podem hir a Matriz, por
cuja Cauza p.ª librar a si e suas familias pessoas enfermas,
empocibilitadas e pobres de ficar sem missa nos dias Santos
e Domingos do Ano como acontece deordinario pellas rezoens
asima ponderadas dezejam que haja missa nas ditas Cazas de
Snr dos Passos, para sua Consolação espiritual a exzemplo
da Missa Concedida em varias Cazas particulares como filhos
da Igreja ellas de todos os fieis, nos quais não ne-

TRANSCRITO DO ORIGINAL DOS A GUARDA DA FAMILIA DE BRÁGGIO TARARUTINO
(-RIO PARDO-)

ga o abrigo, facilita os meios da salvação, recorrendo a V.
 M.^a como Ministro da^m Igreja para que attenda ao bem espi-
 ritual dos Sup.^{es} e ao resp.^{te}, e veneração devida a Imagem
 Do Sr dos Passos, portanto P.F.P.^r f.p.^o de hum / anno dentro
 do qual recorra a S.Ex.^a R.^m
 R.^o Pardo, 31 de janr de 1805

#159 P

O ano de 1801 não parece ser, na verdade, uma referência significativa no andamento das obras da Matriz. Mas é sem dúvida alguma um importante marco na história da Província de São Pedro, e consequentemente de Rio Pardo.

Fimado um período de calmaria, surgem novos rumores de guerra entre portugueses e castelhanos. É em 1801 que Borges do Couto, (gaudério, natural de Rio Pardo), graças a estratégia do Comandante dos Dragões, Ten. Cor. Patrício José Corêa da Câmara, conquista o território das Missões Orientais. Em novembro do mesmo ano, com a morte do gov. Veiga Cabral da Câmara assume interinamente Francisco João Roxio. Neste cargo, Roxio rechaça contra ofensiva espanhola e sustenta política e militarmente a conquista das Missões, que passaram a integrar definitivamente o território brasileiro.

A partir de então a Tranqueira de Rio Pardo, invicta nas contendas travadas pela defesa do território luso do Rio Grande de São Pedro, não mais será posto militar de fronteira. Aos poucos irá assumindo seu papel de cidade interiorana.

PROC: 0641-11.00/06-7

arg. Vera Maria Becker

lentamente Rio Pardo perderá seu papel de entreposto comercial e de base militar significativa.

FL: 160 P

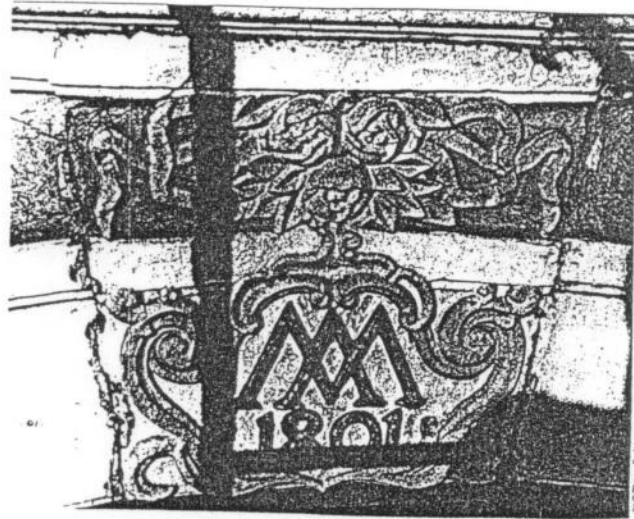


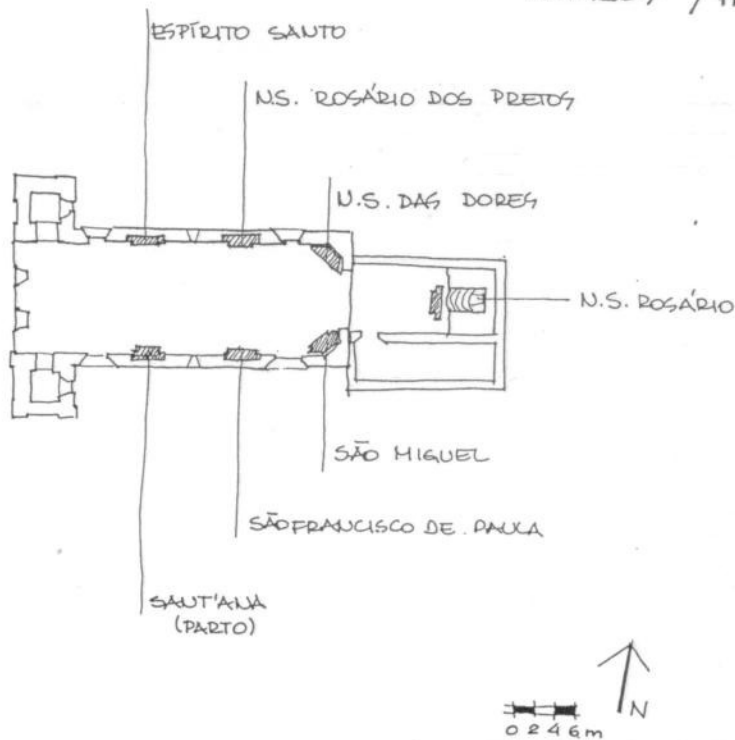
FOTO 241

Em 1815 o bispo capelão-mor do Rio de Janeiro,* em visita a Rio Pardo, elaborou um relato de viagem, onde se lê:

"O corpo da Igreja (Matriz) é magnífico, mas não tem as tones acabadas; a capela mor é acachapada e fica mais baixa porque é ainda a mesma da Igreja velha."

Das várias provisões e editais que anima por ocasião da visita, se depreende o orago de vários altares existentes na Matriz.

MATRIZ RIO PARDO
 ALTARES / INÍCIO SEC. XIX



Não havia púlpito, tendo o bispo pregado sob o arco cruzi-

ho.

* Trata-se provavelmente de D. José Caetano da Silva Coutinho

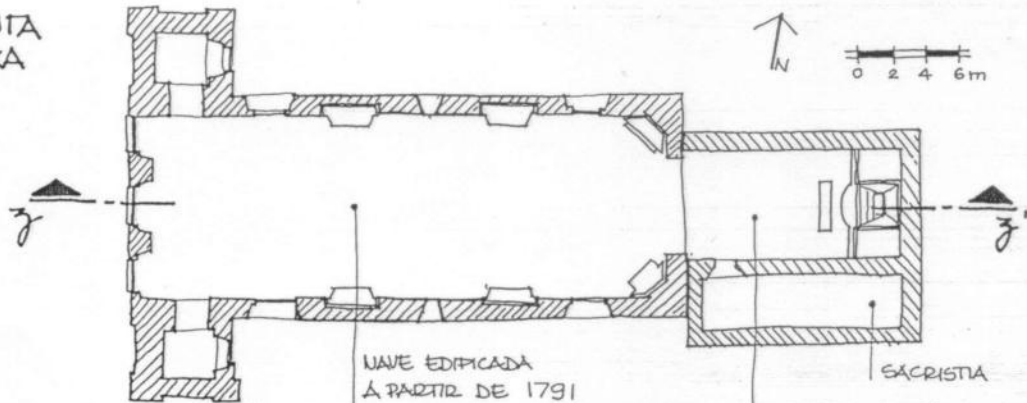
Os dados históricos, associados as evidências de caráter técnico construtivo verificadas na edificação permitem concluir que, em princípios do séc XIX a Matriz apresentava a seguinte feição:

HIPÓTESE/
MATRIZ RIO PARDO
INÍCIO SÉC XIX

ELEVAÇÃO
OESTE



PLANTA
BAIXA



NAVE EDIFICADA
A PARTIR DE 1791

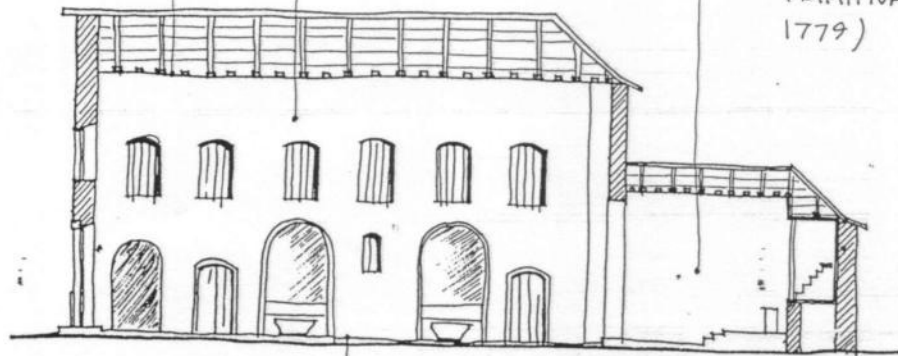
SACRISTIA

ALVÊLIA DE
FORRO

CADELA - MOR

(REMANESCENTES DA
PRIMITIVA MATRIZ DE
1779)

CORTE
3-3'



PISO LAJEADO OU CHÃO

Elevada a Vila em 1809 e transformada em cidade em 31 de março de 1846, Rio Pardo ao longo do século passado vai sedimentando sua tradição histórica e, até certo ponto, estagnando no tempo.

Em 1858 Robert Axi-Lallement viaja pela província do Rio Grande do Sul e faz o seguinte relato:

Esses baixios e cachoeiras muito dificultam a navegação. Pois, por mais belos que sejam, os afluentes, as inestimáveis veias de vida do Guaíba, formam eles às vezes, nos meses mais pobres de águas, verdadeiros óbices à navegação. Assim o nosso bom Diel, não podendo levar o seu navio além, teve de deixar-nos na margem, meia milha antes de Rio Pardo. Andamos no mato para um lado e para o outro e só ao crepúsculo chegamos ao nosso destino, depois de 30 léguas pelo rio (22 milhas geográficas), inclusive a perda de tempo no nevoeiro noturno e os momentos perdidos em cachoeiras, em grandes desvios — pequenos inconvenientes e aventuras que dão encanto peculiar à navegação fluvial e muito bom humor aos viajantes.

Mal fizera eu chegar aos respectivos endereços algumas cartas, em Rio Pardo, quando, na mesma noite, a amabilidade de um digníssimo suíço, o senhor Luchzinger, me arrancou à força de minha pequena taberna alemã para a liberal hospitalidade germano-heivética de uma casa modesta e bem acomodada, e lá me conservou, embora com o mesmo fim se me tivessem oferecido três outras casas brasileiras.

A 12 de março tivemos uma perfeita manhã de outono do norte. Fazia frio como em setembro no Báltico; tudo brilhava no orvalho, em volta de mim, porém em pleno esplendor verde, e cintilava particularmente o Jacuí em seu leito na floresta.

Rio Pardo fica numa elevação sobre o rio, a poucos minutos da margem, com ruas largas e limpas, cujo traçado evidentemente previu o futuro desenvolvimento da cidade. É talvez a cidade mais velha da Província e já em tempos anteriores se desenvolveu com felicidade. Rio Pardo tornou-se e foi o ponto central do alto Jacuí, sendo o caminho para Porto Alegre muito difícil às suas atividades, negociantes e artífices estabeleceram-se em grande número no terreno circunvizinho, surgindo, assim, muitas e importantes casas comerciais.

O desenvolvimento da navegação, mormente a vapor, trouxe grande prejuízo a esse comércio de intermediários. Os proprietários de terras e os habitantes de lugarejos, que antes quase não podiam pensar em visitar a capital da Província, podiam agora descer o rio com facilidade e rapidez. Deixavam de lado

Rio Pardo e iam a Porto Alegre, para fazerem lá as suas compras; seguiram-nos os negociantes, que estabeleceram o seu comércio em Porto Alegre, concorrendo para o desenvolvimento da cidade, enquanto Rio Pardo era abandonada.

Vêem-se em toda parte vestígios desse abandono. Enquanto uma ou outra das ruas principais apresenta quarteirões inteiros de casas e até magníficas residências, várias travessas são formadas de fileiras muito interrompidas de edifícios de muitas janelas e bastante compridos, e vazios. Não mais funcionam as casas comerciais do andar térreo, a parte superior está desabitada; com as casas em ruínas, perde-se um bom capital.

Por isso, apesar de seus 3.500 habitantes, o lugar é muito silencioso. Raro se vê, aqui e ali, uma carreta, um pesado carro de carga arrastado por quatro ou seis juntas de bois, uma tropa passando pelas ruas. Entretanto, na sua bonita situação, a cidade tem aparência muito agradável e os rio-pardenses são alegres, abastados a todos os respeito, e muitos deles ao começarem seus empreendimentos pareciam destinados a enriquecer.

Tem algum movimento uma grande fábrica de mate. O engenho põe em movimento 46 pilões de ferro para a pulverização das folhas e pequenos ramos, o que é feito com muita velocidade, de modo que já de longe se ouve o ruído. A crava, a divina *yerba mate* dos espanhóis, a centelha divina de Prometeu, pois é chupada, quente, de uma cuta por meio de uma bomba, vem em couros de boi ou em cestas de bambu dos ervaes e depois é encaçada em meios couros de boi bem recortados e costurados, para cuja feitura é preciso especial habilidade. Preparam-se por dia mais de 100 arrobas, prontamente vendidas em Buenos Aires. Mais tarde teremos oportunidade de falar mais pormenorizadamente sobre o mate e seus divinos mistérios.

Há em Rio Pardo duas igrejas, sendo a maior bastante majestosa, um hospital novo, muito bonito, e, que, quando estiver inteiramente concluído, certamente prestará bons serviços. Conta também com um asseado quartel. Entretanto, em tudo isso nada é propriamente imponente.

Por outro lado, é muito característica a aldeia de índios de São Nicolau, perto de Rio Pardo.

(in: Axi-Lallement, Robert - Viagem a Província do Rio Grande do Sul - Ed. Itatiaia / Ed. Universidade de São Paulo - (1980)

A construção da Matriz se avista por todo o século XIX.

De 1829 temos uma planta da Vila de Rio Pardo, onde entre outros prédios, figura a Matriz:

Ainda sem consistorio e com um avanço para o sul, junto a capela mor, o que parece ser uma sacristia.

Planta Cadastral - Vila de N. S. do Rosário de Rio Pardo
João Martinho Buff - 1829



ESC. APROX.
1: 12.500

50
0 100 200 300

N

local da primitiva
capela de Santo An-
gelo, construída em 1755

CAPELA DOS PASSOS

CAPELA DE SÃO FRANCISCO

MATRIZ DO ROSARIO
9EM CONGISTORIO
SACRISTIA AO SUL
CEMITERIO ATRAZ

antiga casa de
Patricio J.C. Câmara

antigo quartel Dragão
QUARTEL DO 52 RESIM.
DE CAVALARIA LIGETRA

local do antigo
forte Jesus Maria e José
HORRO DA FORTALEZA

Planta extraída da "Enciclopédia Riograndense" - vol. 1
Ed. Regional, Ltda - 1956

Johann Martin Buff, alemão, veio como capitão para o Brasil, em 1824. Dando baixa, dedicou-se no RS à agrimensura e à engenharia. Casou em Rio Pardo, no ano de 1830. Foi nomeado, em 1850, diretor da Colônia de Sta Cruz. Faleceu em 1880, com oitenta anos.

arg. Vera Maria Barros

João Martinho Buff ou Johann Martin Buff, em 1833 integra uma comissão que apresenta à Câmara Municipal um relatório sobre várias obras necessárias. É época do Império, e atribuição do governo a construção de Igrejas, bem como sua manutenção, considerando a oficialidade da religião.

Reparo da Igreja Matriz

Evidente he o estado de imperfeitabilidade da Matriz deste Municipio, cuja forma extrinseca indica ser alli a sede, não do Altissimo, mas, sim de huma qualquer pessoa, que compellida pela má fortuna lança mão do dozo, que o acaso lhe offerece. He triste na verdade o aspecto da nossa Parochia. Sem torres, e frontispicio em cujo cimo estava / collocado o signal da nossa Redempção mui pouco vislumbra e apresenta de hum templo que deve ser dos mais zagestozos onde se celebrão tão altissimos misterios. Longe de nós comparar o nosso templo com os templos dos Protestantas: que / decencia que ornato e asseio! e ainda que não seja permittido por nossas Leis o terem emblema exterior indicativo da / mera cerimonia que dentro se pratica, com tudo ha ornato, / que ao primeiro intuito annuncia serem hum domo diverso. He inquestionavel, que os monoments, sendo hum das aquisições dos nossos conhecimentos, e de que os Corografos se servem para corroborar os factos exarados em suas historias, dão / ao leitor curiozo idea do augmento, ou atrazo dos paizes, e g, o Pará possui huma magnifica Cathedral; entre outras a / Villa de São Joze em Minas tem a mais excellente Matriz da Provincia: satisfazemo-nos pois com estes exemplos a fim de não sermos mais extenços com outros identicos neste mesmo / Imperio, e no velho mundo de centares que attestão a civili / zação, religião, e grandeza dos Povos; pois em toda a parte forão os da oração os em que mais se esmerarão os Cidadãos com profusão e grandeza quasi sem limites, Deo-se principi / o neste Municipio a hum bem regular, e atémesmo magestoz / Matriz; mas que por falta de socorros em pouco de menos fi / xou, e algumas de suas partes ameação prôpinqua ruina, tal he por exemplo a Capella Mor. Esta mesmo he mui pequena, e por isso não chega todo o recinto da Igreja pra acommodar o os fieis que alli concorrem nos dias festivos, sahindo mui / tos, e pelo apêrto e confuzão, praticando-se até mesmo desca / atos. Verdade he que segundo a Lei do orçamento Cap.19 §. 8 estacionou Sua Excellencia 120\$000 reis para reparos, que já estão destinados para satisfação do taboado com que se deve preparar as tribunas, não ficando ate com que se pagar a mão d'obra e mais despesas inherentes. Eis o deploravel estado da nossa Matriz por cuja razão requer este Municipio não qualquer contingente que possa indifferentemente perten / cer-lhe para aquelle objecto, mas sem a graça de ser aqui / nhoadado com maior quota em razão a outras para concluir a / dita Matriz, cuja despeza total tem por

Orçamento..... 40,000\$000

Rio Pardo, 24. setembro. 1833

Relatório à
Câmara Municipal
pela seguinte comissão:

Vig. Sebastião Pinto do Rigo
Casimiro de Vasconcelos Carne
Vasco Pereira Macido
Zefyrino José Roriz Ferreira
João Martinho Buff
Thomás Ignácio da Silveira

TRANSCRITO DO ORIGINAL SOB A GUARDA DA FAMILIA DE BIAGGIO TIRAPUITO - RIO PARDO -

Fl: 167

de regios. anas, expende. in. as necessitas.
 de. interior, e exterior, de templo, mercio.
 de. as. aquisições com a quantia de 1200.
 de. que junta a outra de meu boão sempre.
 que em taboais para as dilações: mas co.
 mo poder de. há conseguir o seu remede, não
 havendo meios para, d'ello, fazer a mais d'is.
 tra das mesmas? Obsta. causa, e por con.
 vicção de, q. as primicias Chirurgicals das
 Província assist. amor. a Religião, e de.
 aq. de. va. fusturas e obis. natal, si que cre.
 rido, supplicio a V. Ca. a continuação de
 contemplar esta Esqija. com a icota, com que
 as mesas de fogão utilizar o dispendio fei.
 to pela Thesouraria na compra de regios. ta.
 bacois?

D. D. de guarda a V. Ca. por de.
 Contados annos. V. de. P. de. p. d' Ou.
 de. de 1824.

St.

Thomaz de. S.
 Th. e Ca. Ann. 2.

Antonio Rodrigues Fernandes Braga,
 Procurador desta Província, em Conselho.

Sebastião de. S.
 Vig. de. S.

arg. Vera Maria Berkes

O mesmo vigário Pinto Rego, em relatório para fins estatísticos, assim se refere à Matriz:

Fl: 168

sua construção progredia com passos agigantad^{os}, e grande fervor; todavia o genio do máil appareção entre a cé ara do Senhor, e influindo nos corações dos operarios do Domo do Altissimo fêz paralizallo, ficando sor.^{to} o côrpo le vantado, lugar.^o para tribunas, sem torres, front'espicio, em cujo cimo esteja collocado o Signal da Redempção, e indique ser allí o Sanctuario do Autor do dia: existe até ho je am.^{ma} Capella môr, que havia do 1.^o Templo; ella acha-se quasi toda arroinada, e he mui pequena em proporção do côr po, que parece acéphalo. Foi este o estado, em que achei o Templo, quando d'elle tomei pôsse; e ainda q.^{ue} hoje já // tenha portas novas, pulpitos, couro, Sacrario magnifico, // assoalho reparamto, todas as Imagens incarnadas de nôvo, e envidraçadas, e outros arranjos; com tudo não se poderá // conseguir o seu ultimatim; doue está mui longe; e por ha verem muitas difficuldades a superar: por exemplo, alçando eu do Ex Presid.^o Galvão r.^{es} cento, evinte mil p.^{os} as obras / da Igreja, empreguei com quasi igual quant.^a do meu bolço / em taboado p.^{os} as tribun.^{as}; porem não havendo mais din.^{ro}, // nem quem offerêça, como conseguir-se-há sua ultimação, não havendo meio de pagar-a mão d'ôbra das m.^{as}. Todavia, se eu alcançar algum adjutorio pecuniario da Presid.^a da Prov.^a; e os devotos concorrerem com suas eszôlas, e concluir-se o douram.^{to} dos altares do Espirito Sancto, Parto e Dores, este Templo, cujas prim.^{as} linhas forão traçadas pelo erudi to G.^o Rossi,^o occupará o 1.^o lugar entre os milhor.^{os} da // Prov.^a. Hia ouvildando-me do milhor, e he q.^{ue} só a poderôza mão do Governo facultará o dezejado fim, q.^{ue} o Templo exige : Alem dos 3. altar.^{es} referid.^{os} tem mais a Matriz o Môr; o / de N. Senhora do Rosario dos Prâtos; o de S. Miguel; eo de S. Francisco de Paula, que são dourad.^{os}, e mui decentes. // Na Matriz, enos dous Templos hão algumas alfayas precióras , e os compet.^{es} ornamentos."

TRANSCRITO DO ORIGINAL SOB A GUARDA DA FAMÍLIA DE DIAGGIO TABATUJO - RIO PARDO -

in:

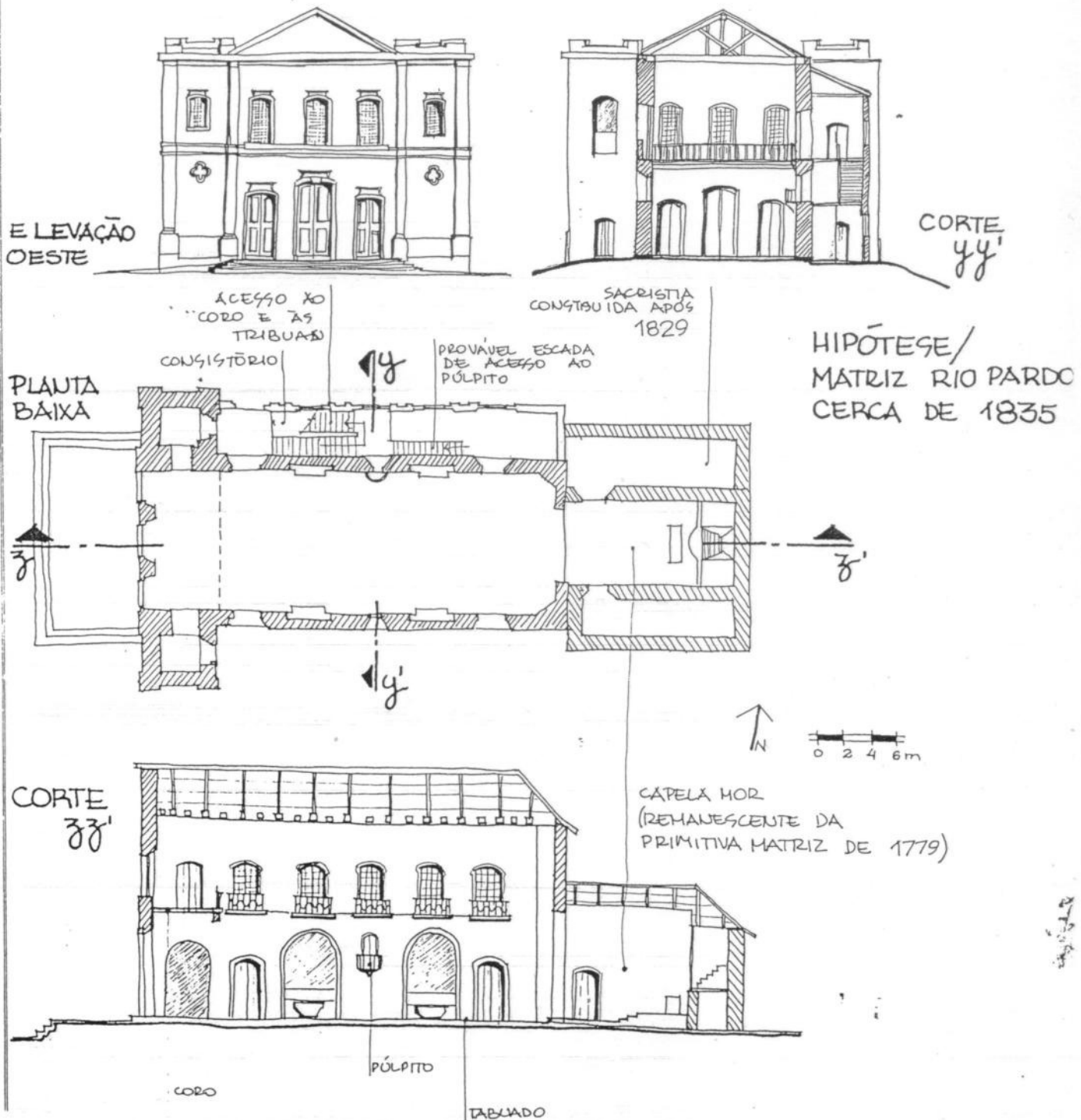
Relatório do vigário
Sebastião Pinto do Rego
ao Dr José Marcelino
da Rocha Caleral
Encarregado da Statís-
tica da Provincia.

Villa do Rio Pardo
22 de janeiro de 1835

As solicitações de verba para a Matriz são atendidas, pois um officio de 7 de março de 1835 acusa o recebimento de 600\$000, "os quais serão empregados nas tribunas" (Arg. Hist. do RGS - lata 357). Nesta data o vigário já havia mudado, sendo então, interino, José Alexandre de Borba.



Analisados os documentos e concluída já a provável feição da Matriz no início do século XIX, podemos observar que muito pouco avançaram as obras, tendo a revolução Farroupilha iniciado quando a Matriz tinha a proximadamente a seguinte feição:



Os anos da revolução Farroupilha foram, no dizer do monsenhor João Maria Balim, de grandes estragos, não só espirituais como materiais, "com a ruína da maior parte dos templos que ficaram abandonados à mercê das intempéries". (in - a igreja católica no RGS até 1912, Enciclopédia Rio-grandense, vol 2 - 1956)

Não se detecta nenhum avanço na construção da Matriz nos dez anos de luta. Sua feição não se altera, a não ser pelos estragos e quase arruinamento que parece ter atingido.

Continua sem tones. A falta de tones, deve ser dito, não implicava na falta de sinos. Estes existiam e estão referidos, bem como um campanário, em alguns documentos que se encontram no Arquivo Histórico do RGS. Em 18 de julho de 1824, uma correspondência da Irmandade do SS. Sacramento e N.S. do Rosário, ao presidente da província, esclarece que "dos 8 sinos solicitados, 4 estão para a Matriz, 2 para os Passos e 2 para a Ordem 3ª de São Francisco" (A.H.RGS-Asuntos religiosos - Lata 350)

Em 9 de maio de 1842, em outra correspondência da mesma Irmandade, é explicada a necessidade urgente de reparos no Campanário, sob pena inclusive de ser necessário sua "custosa reedificação".

Em torno de 1850 a Matriz esteve com o uso suspenso, sendo o officio religioso realizado na capella de São Francisco. (Arq. Hist. do R.G.S. - Assuntos Religiosos, lata 350). Finda a construção da torre norte, Vicente Zeferino Dias Lopes, refere em suas "notulas", ao relógio, trazido do Rio de Janeiro por Francisco José Gomes Braga, ao custo de 684 \$ 764 e instalado na torre.

Em 1854 havia uma torre pronta.

Ilmo. Sr. e Sr.
Ilmo. Sr. e Sr.

O Procurador emais Officiaes, e Mesarios das Freguesias unidas de S. S. do Rio de Janeiro e do Rio de Janeiro desta Cidade, tem a honra de levar as mãos de V. Ex. a documento incluzo, com o qual prova a despeza q. se fez com a compra dos dois Sinos grandes que se acham collocados na Torre desta Igreja Matriz e 2 \$ 000 para o que recebeu se dos Cofres Provinciais em:

20 de Janeiro de 1850, a quantia de hum conto e setenta e quatro mil reis, com os euzenta reis.

At. a Real Administracão da dita Freguesia julga que esta conta já foi remetida, mas que houve extravio na conduçãõ, e por isso teve de enviar o conto incluzo por segunda via, sendo que o mesmo de volta devora no departamento de da Ordem de V. Ex. em Officio de 22 de Abril pp.º

D. O. S. J. a V. Ex.
Rio Grande 18 de Abril 1854

Ilmo. Sr. e Sr. João Lins Visconde de Albuquerque
Chefe do Departamento Provincial desta Província

O Procurador José L. Soares
O Chefe do Departamento Provincial desta Província
O Chefe do Departamento Provincial desta Província
O Chefe do Departamento Provincial desta Província

(e mais 5 assinaturas no verso)

ORIGINAL: ARQ. HIST. RGS - ASS. RELIGIOSOS, LATA 350

ay. Vera. Maria Becker

Pacificado o Rio Grande do Sul, nova - mente são ativas as obras da Matriz. As primeiras notícias são de reparos gerais e transferência do cemitério que existia nos fundos da Igreja.

Em 1848 são iniciadas as torres, com forme "fachada" mandada de Porto Alegre.

Almo. Exmo. Sr. Genl.

(4)

O Traxador e m. Amáveis Heerarios das E. mandadas conjunctas do S. Sacramento e N. do Rozario desta Cidade recubra o officio de V. Ex. acompanhado da Taxada da Igreja que he a propria que Vigencia e muito agradece a V. Ex.

Deos. Ex. a V. Ex. Rio grande 8 de Outubro 1848


Almo. Exmo. Sr. Genl. e President da Par. Francisco José de Souza Torres. Andreia

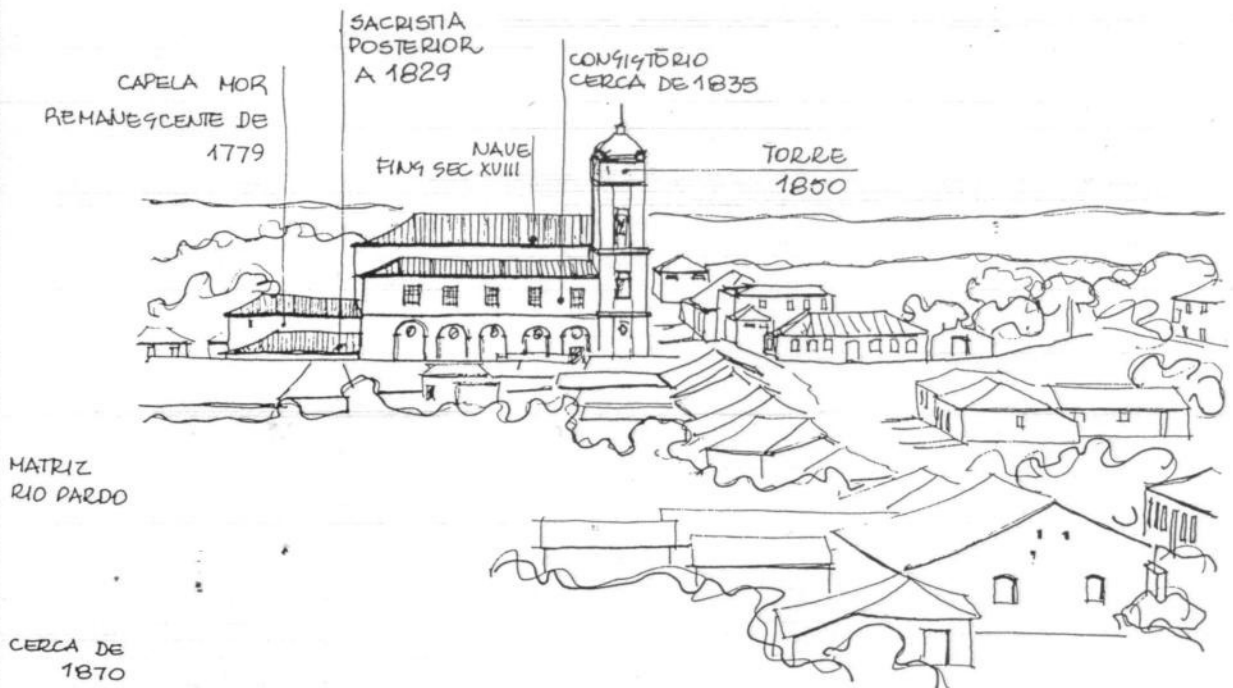
O. Maria Apolinaria de Souza Torres

ORIGINAL : ARQ. HIST. RGS - ASSUNTOS RELIGIOSOS, LATA 350

PROC: 0641-M.00/06-7

arg. Vera Maria Becker

Fl: 175 

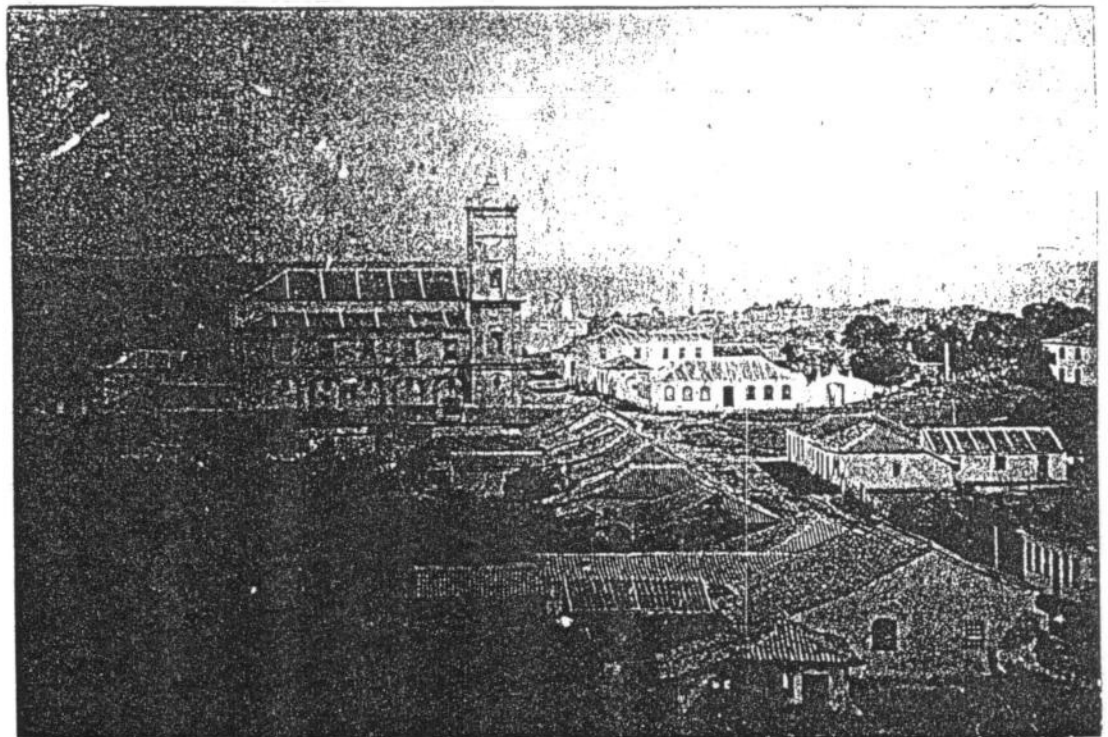


Do início dos anos 50 até os primeiros anos 80, do sec XIX a Matriz apresentava a seguinte feição aproximada:

Fl: 176



MATRIZ RIO PARDO
CERCA DE 1870



VISTA NORTE

FOTO CEDIDA (RAI)

Vários fatores concorrem para que a partir do fim da revolução Farroupilha a Matriz seja alvo de atenção e obras. O Rio Grande do Sul era necessário, militarmente, ao Brasil, especialmente no intermitente conflito com os países do Prata, ao longo do sc. XIX.

A "paz honrosa" proposta por Caxias, sob alguns aspectos é uma valorização à Província*¹. Em 1848 é criado o 1º bispado no Rio Grande do Sul e aos poucos é iniciada a reconstrução necessária do pós guerra.

Um sistema de loterias financia obras públicas, entre estas, Igrejas.

A província alcança alguma prosperidade, o que se reflete nas doações de particulares ou das Irmandades.

As melhorias e complementações na arquitetura da Matriz são acompanhadas pela obtenção de imagens, lustre, relógio e outros elementos.

As intervenções feitas no consistório, reorganizando seus espaços não estão precisas no tempo, embora perfeitamente identificáveis através de testemunhos até hoje constatáveis no local.

A reforma da torre norte, construção da torre sul e decoração da fachada são, segundo placa existente na face sul da edificação, obra do arquiteto Corso Seraphim

*¹ 1846 - Rio Pardo é elevada a cidade.

Esta Capelinha foi reformada e ornada por várias Senhoras que generosamente se prestaram ao pedido do Arcediago Vicente Zeferino-Dias Lopes que exercia o officio paroquial.

Em baixo da Torre a direita esta a Pia Batismal, e a esquerda o belo túmulo onde repousam os restos mortais do mais bravo dos --- bravos = Barão do Triunfo = mandado construir por sua filha.

No centro da Capela Mór pende uma grande e linda lampada de - prata do --- pertencente a irmandade de N.S. das -- Dores deixada em verba testamentaria por José Antonio Rodrigues Cardoso; e no centro do corpo da Igreja havia um grande lustre de Cris- tal para 48 luzes, o qual depois de 13 anos caiu no dia 14 de março de 1887 por se ter partido a corda que o sustinha.

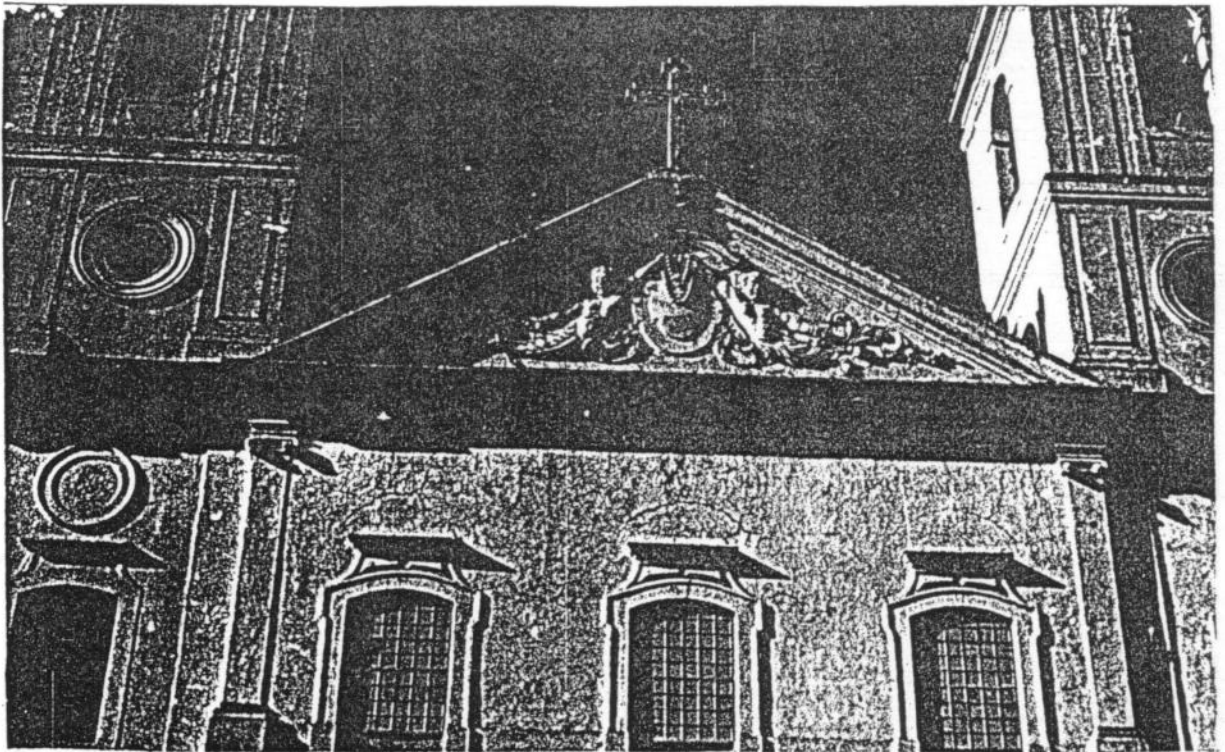
Este lustre fora obtido do Teatro de Pôrto Alegre pelo Prove- dor da irmandade do SS. Sacramento Coronel João Luiz Gomes, a cuja - administração é tambem devida uma bonita Pia de marmore branco, o - guarda respeito, e outros muitos objetos.

Falecido em 1868, na guerra do Paraguai. Transladado para a Matriz em 1875

In: Nótulas sobre a histó-
ria eclesiastica do RS
Arquivo da Arquidiocese
- Porto Alegre -

Detalhe da fachada
Frontão, com decoração de 1885

FOTO CEDIDA (RAV)



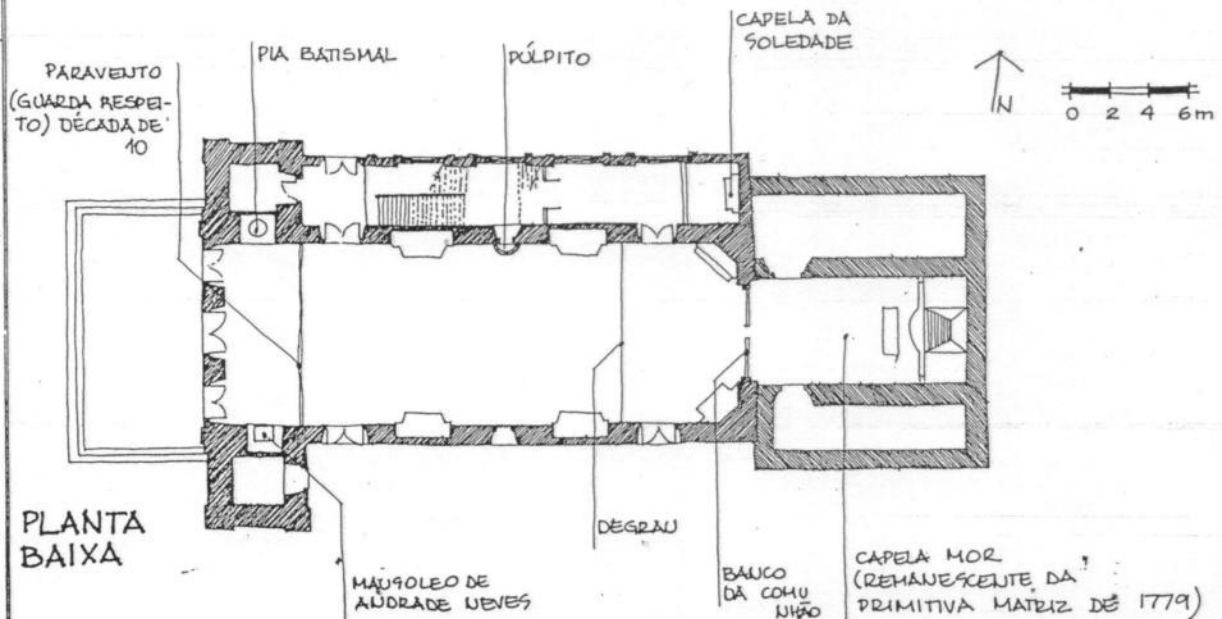
MATRIZ RIO PARDO, HEADOS SEC XX

No início do sec XX a matriz tem o aspecto externo que hoje apresenta.

Fl: 179



MATRIZ RIO PARDO
INÍCIO DO SEC. XX



Fl: 180 R

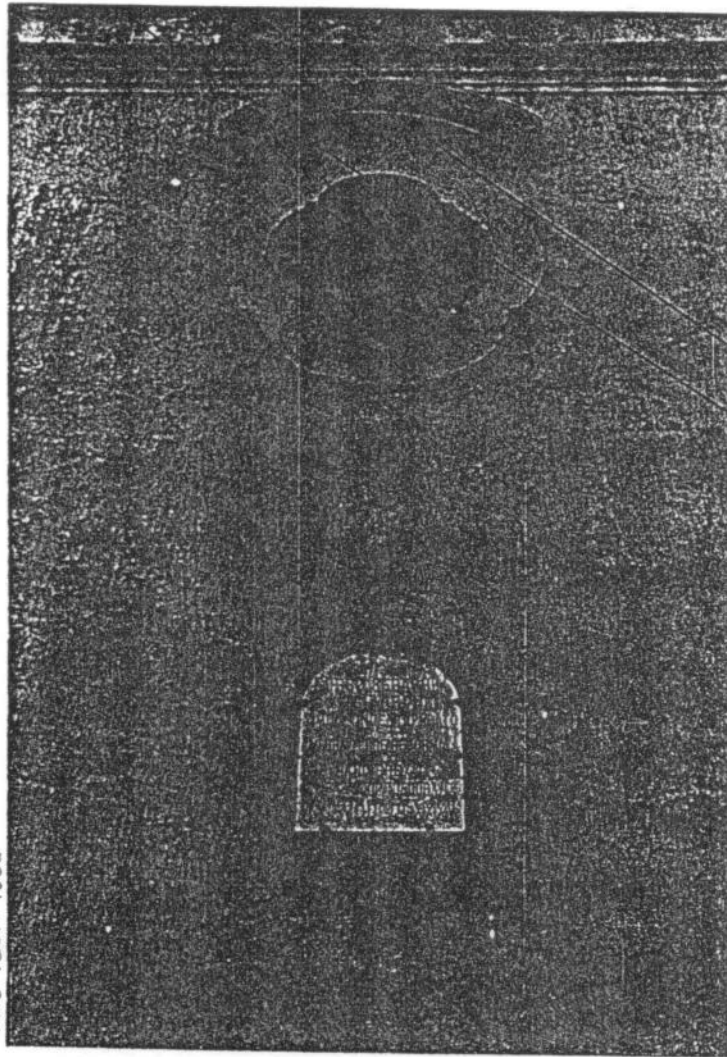


FOTO VERA . 1962

CORSO SERAPHIM
ITAL. ARCH.
SIMUL VICENTIO PRATO
ALTERA TORRE REFORMATA
HAUC EREXIT
ET FASTIGIUM DECORATO
ANE MDCCCLXXXV

Vicente Zeferino Dias Lopes apresenta um quadro descritivo da matriz em fins do sec XIX:

À esta bela Matriz falta a Capela Mór, sacristia, e Consistório ao lado da Epistola; servindo a antiga Capela Mór, cujo elegante e magustoso trono é ornado de vultas óbras do talha e dourados, e também a velha sacristia muito espaçosa.

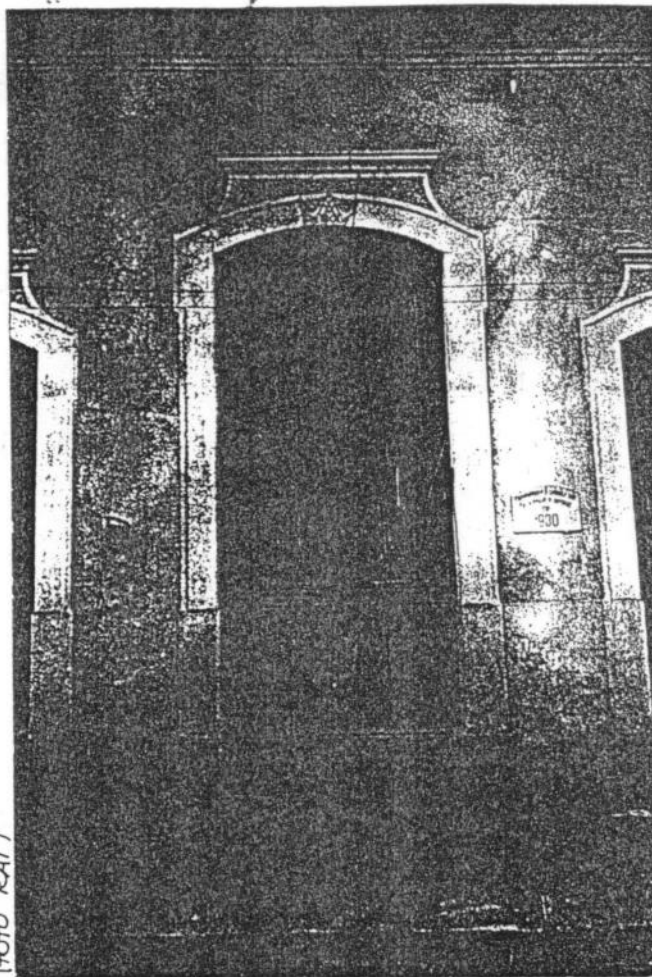
Do altar mór a porta principal tem esta Igreja 205 palmos de comprimento e 50 de largura. A Capela Mór tem de comprimento 51 palmos e 29 de largura; da porta ao arco tem o corpo 154 palmos.

Ha tres portas na frente e um espaçoso adro lageado; grande côro com três janelas; duas bonitas Torres de 164 palmos de altura; dez tribunas com suas grados de ferro; seis altares laterais com primorosos ornatos, dourados, e belas imagens; um vasto consistório ao lado do Evangelho; e neste mesmo lado uma linda e bem ornada Capelinha dedicada a N.S. da Soledade, debaixo de cujo altar se venera uma grande e perfeitissima imagem do Senhor morto, mandado vir da Bahia por Antonio José Coelho Leal no valor de 115\$000 a expensas da irmandade de N.S. das Dores, e no centro pende uma lampada de prata pertencente a irmandade do SS. Sacramento.

Rua eng. Renato Costa Leite, 100 - telefone: 48-3083 - Ipanema - Porto Alegre - RS

Rio Pardo do início do séc. XX é uma cidade pequena, com raras ruas calçadas. Em 1911 começa a instalação de energia elétrica. Muito lentamente seus espaços urbanos vão sendo transformados. A praça existente a frente da igreja Matriz acompanha as mudanças.

A república, desvinculando a Igreja Católica do Estado, faz cessar as verbas oficiais para obras e melhorias em edifícios religiosos. As irmandades estão em decadência. Mesmo assim, em 1927 é iniciada uma significativa intervenção na Matriz, finda a qual, em 1930, é inaugurada placa alusiva junto a porta principal.



(Foto RAI)

RECONSTRUIDA A CAPELA MOR
DECORADA A MATRIZ
EM
1930

a capela mor e sacristia, remanescentes do sec XVIII são demolidas e nova capela mor é edificada, com dimensões semelhantes a antiga. A sacristia é reconstruída somente no lado sul.

Internamente é alterada a pintura, que de lisa passa a ter decorações abstratas. Pintada a cruz acima do arco cruzeiro e decorado o forro.

É retirado o púlpito de parede, substituído o banco da comunhão, em madeira, por outro em mármore. É trocado o tabuado de piso da nave e substituído o tabuado por ladrilho hidráulico no guarda-respito. O telhado é substituído, mudando-se as telhas.

Em 1948 é inaugurada a casa canônica, que envolve a capela mor pelo lado sul e leste. Desde então sucessivas e pequenas alterações tem sido feitas, como a ligação da sacristia com a casa canônica, a retirada do banco da comunhão, alteração nos degraus da nave e capela mor, troca de púlpito e posterior supressão do mesmo, alteração nas portas da sacristia.

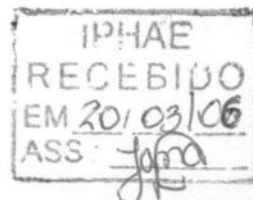
a área externa da Matriz poucas alterações sofreu. No lado sul, junto a gruta de pedra lá existente foi construído nos anos 60 um espelho d'água com a área de estar criando ambiência para colocar os restos mortais do Pe. Thomaz Braggi, por muitos anos vigário da paróquia. A caixa, contendo os restos do vigário não permaneceu no local previsto, sendo colocada em nicho pen-

PROC: 0641-11.00/06-7

arg. Vera Maria Becker

to a pia batismal, embaixo da torre norte. Fl: 183

A organização dos acessos, do lado sul, à igreja e à casa canônica é recente; (cerca de 1970), quando foi retirado muro e alterado o acesso a sacristia.





INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

fl 184

Ofício IPHAE 101/06

Porto Alegre, 27 de março de 2006.

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo, acusamos o recebimento da documentação e da solicitação de tombamento do prédio da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, em Rio Pardo.

A documentação enviada deu origem ao processo n.º 641-11.00/06-7 e encontra-se em andamento neste Instituto para análise e parecer técnico. Com a finalidade de instrução de tal processo, vimos solicitar o levantamento métrico-arquitetônico (cadastro) completo do bem realizado pelas arquitetas Vera Becker e Vera Schultze.

Esta documentação complementarará o apresentado de forma a que possamos estabelecer uma perfeita compreensão física do imóvel.

Atenciosamente,

Debora Magalhães da Costa
Diretora do IPHAE

Ilmo. Sr.
Rui Mendes
Coordenador da Paróquia N.Sra. do Rosário



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO



fl 285

Rio Pardo, 12 de maio de 2010.

Prezada Senhora

Para fins de complementação de documentação relativa ao **Processo 641-1100/06-7**, que trata do **Tombamento Estadual da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário**, a Prefeitura Municipal de Rio Pardo, através do DPHARP – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico de Rio Pardo, encaminha o presente material gráfico referente ao **Cadastro Arquetônico** do imóvel, juntamente com o seu **Cadastro Fotográfico atualizado**.

Informa-se também, que a áreas construídas do templo, são as seguintes:

Igreja.....	1.559,82 m ²
Casa Paroquial.....	196,41 m ²
Área Total.....	1.756,23 m ²

Grato pela atenção,
Despeço-me, atenciosamente.

João Arthur do Nascimento
Secr. Mun. do Desenvolvimento, Indústria e Comercio
Prefeitura Municipal de Rio Pardo

SEC. ADJUNTO

Ilma. Senhora
Maria Beatriz Medeiros Kother
M.D. Diretora do IPHAE
Porto alegre RS



PROC: 0641-11.00/06-7

Ofício de Registro de Imóveis
Rio Pardo



1186

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

Município de Rio Pardo/Pantano Grande

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Oficial Bel. Carlos A. Tworkowski
Substituta Michele P. Friedrich

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal da parte interessada que, revendo no Ofício a meu cargo, encontrei o registro do teor seguinte:



OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE RIO PARDO
LIVRO Nº 2 — REGISTRO GERAL

FLS. 1	MATRÍCULA 15.966
-----------	---------------------

RIO PARDO, 01 de setembro de 1995

UM TERRENO, situado na rua Dr. Julio de Castilhos, frente para a praça Marechal Floriano (matriz) com as seguintes confrontações e dimensões: rua Dr. Julio de Castilhos com 24,50 metros; fundos com propriedade de Ruy Lima com 22,30 metros; lado direito travessa da Matriz com 80,80 metros e, lado esquerdo com travessa do Rosário com 80,60 metros, terreno sobre o qual está construída a Igreja da Matriz desta cidade.

PROPRIETARIO— MITRA DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE.

TÍTULO ANTERIOR— 24.007 fls. 29 do Lv. 3-AL, datado de 14.09.1966.

Substituto *Carlos A. Tworkowski* Oficial *Zeno Tworkowski* Emol. R\$ 3,80

=====
Av.1/15.966

Protocolo nº 56.423 fls. 263v Lv. 1-C, datado de 28.08.95. Proceder-se esta averbação nos termos do requerimento dirigido a este ofício, datado de 17.08.95, assinado por Dom Aloísio Sinésio Bohn, brasileiro, solteiro, religioso, residente e domiciliado na cidade de Santa Cruz do Sul, na rua Thomas Flores 675, CPF 167 297 900-59, com firma reconhecida, para constar a alteração da denominação do proprietário do imóvel desta matrícula de MITRA DA ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE, para MITRA DIOCESANA DE SANTA CRUZ DO SUL, com sede na rua Ramiro Barcelos, 717 em Santa Cruz do Sul, inscrita no CGC/MF 95.433.264/0001-45; Requerimento instruído com declaração assinada pelo Arcebispo de Porto Alegre Dom Cláudio Colling; Certidão assinada por Dom Alberto Etges, Bispo Diocesano de Santa Cruz do Sul; Pública Forma do decreto 119-A de 07.01.1890 do Governo Provisório da República e Bula Papal criando a Diocese de Santa Cruz no Brasil. Do que dou fé. Rio Pardo, 01 de setembro de 1995.

Substituto *Carlos A. Tworkowski* Oficial *Zeno Tworkowski* Emol. R\$ 7,50

=====
Av.2/15.966 - TOMBAMENTO - Protocolo nº 85.419 a fls.028 do Lv.1-F, datado de 05.05.08 -

Procede a esta averbação para constar que o imóvel da presente matrícula conhecido como "Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário", foi Tombado através do Termo de Tombamento nº 01 datado de 07 de outubro de 1980, da Diretoria Municipal de Educação desta cidade, e da Lei Municipal nº 09 de 26 de maio de 1980. A averbação é feita à vista do requerimento datado de 05 de maio de 2008, assinado por Sérgio F. Ghirardello, sacerdote e pároco da Paróquia Nossa Senhora do Rosário, instruído com cópias autenticadas do Termo de Tombamento e Lei Municipal supra referidos. Dou fé. Rio Pardo/RS, 06 de maio de 2008.

Emol. R\$ 17,50 - Selo nº 0493.03.0700008.01639 (R\$ 0,40)

Emol. Processamento Eletrônico R\$ 2,30 - Selo nº 0493.01.0800005.00804 (R\$ 0,20)

Registradora Substª *Michele Peixoto Friedrich* Oficial *Carlos A. Tworkowski*

=====
Michele Peixoto Friedrich

Bel. Carlos A. Tworkowski

MATRÍCULA Nº 15.966

Proc: 0641-11.00 / 06-7

#187

NADA MAIS CONSTAVA.

O referido é verdade e dou fé.

Rio Pardo/RS, 22 de abril de 2010.

CERTIDÃO - EMOL. R\$ 4,90

SELO nº 0493.01.1000002.01804 (R\$ 0,20).

BUSCA - EMOL. R\$ 5,10

SELO nº 0493.01.1000002.01803 (R\$ 0,20)

REGISTRO DE IMÓVEIS

RIO PARDO RS

Rua Senhor dos Passos, 80

Fone: (51)3731.1833

CEP 96640-000

Bel. Carlos A Tworkowski

Oficial

Michele Peixoto Friedrich

Registradora Subst.

Vinicius Tworkowski

Escrevente Autorizado

[Handwritten signature]



TABELIONATO DE NOTAS PELLEGRINI
RUA ANDRADE NEVES, 787 - RIO PARDO - RS - FONE/FAX: (51) 3731.1303
DÉCIO SERGIO PELLEGRINI - TABELIÃO

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICO o verso e anverso da presente cópia reprográfica extraída nestas notas, a qual confere com o original, do que dou fé.
0495.01.0900002 13490 a 13491

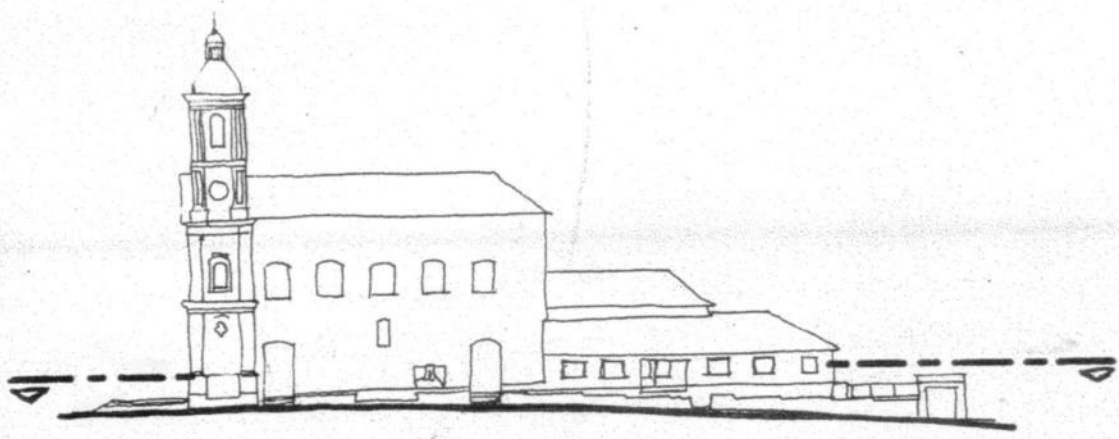
Rio Pardo, 22 de abril de 2010

Andra Cardoso Martins - Escrevente Autorizada

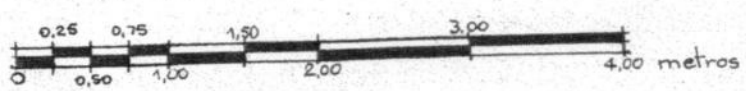
Emol: R\$ 5,20 + Selo digital: R\$ 0,40

[Handwritten signature]
Andra Cardoso Martins
Escrevente Autorizada

fl 188



ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
 TRAV. PADRE BROGGI - RIO PARDO/RS

**CADASTRO ARQUITETÔNICO
 DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO**

Planta Baixa - Térrea

NÚMERO:
01

ESCALA:
1:50

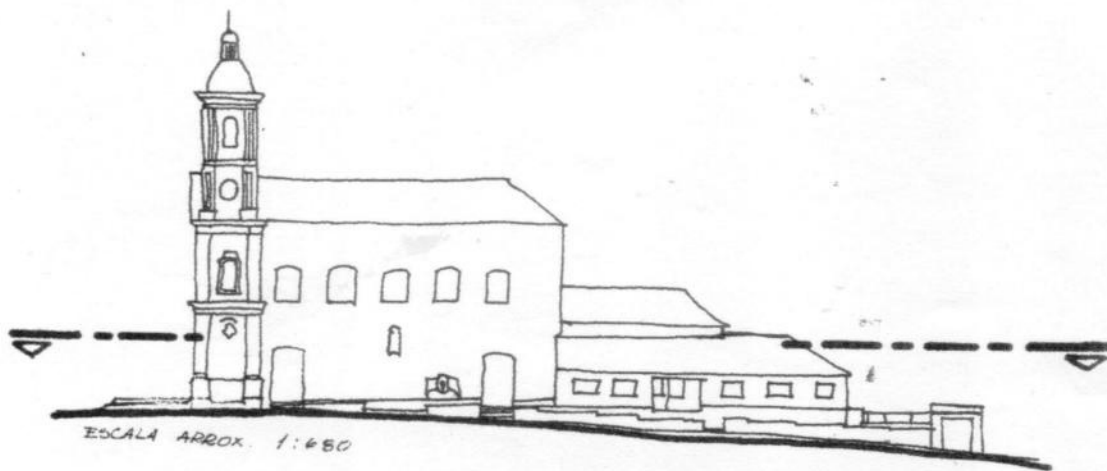
*Cotas, Níveis, Aberturas
 Estado de conservação*

DATA:
OUT/82

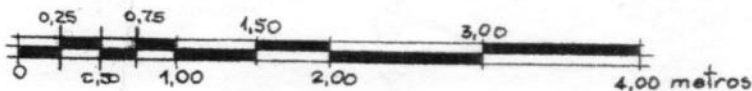
MEDIÇÃO E DESENHO
 VERA LÚCIA SCHULTZE
 RAIMUNDO PANATIERI
 ARQ. VERA MARIA BECKER

RESPONSÁVEL:
 ARQ. VERA MARIA BECKER - CREA 9187 / D
 RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - IPANEHA - POA

189



ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA: DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

**CADASTRO ARQUITETÔNICO
DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO**

Planta Baixa - Intermediária

NÚMERO:

02

ESCALA:

1:50

Cotas, Níveis, Aberturas
Estado de conservação

DATA:

OUT/82

MEDICÃO E DESENHO

VERA LÚCIA SCHULTZE
RAIMUNDO PANATIERI
ARQ. VERA MARIA BECKER

Vera Maria Becker

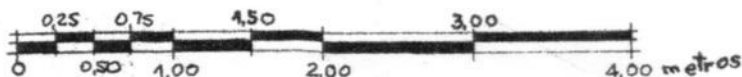
RESPONSÁVEL:

ARQ. VERA MARIA BECKER — CREA 9187 / D
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 — IPANEMA — POA

PP190



ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI - RIO PARDO/RS

CADASTRO ARQUITETÔNICO DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Planta Baixa - Superior

NÚMERO

03

ESCALA:

1:50

Cotas, Níveis, Aberturas
Estado de conservação

DATA:

OUT/82

MEDICÃO E DESENHO:

VERA LÚCIA SCHULTZE
RAIMUNDO PANATIERI
ARQ. VERA MARIA BECKER

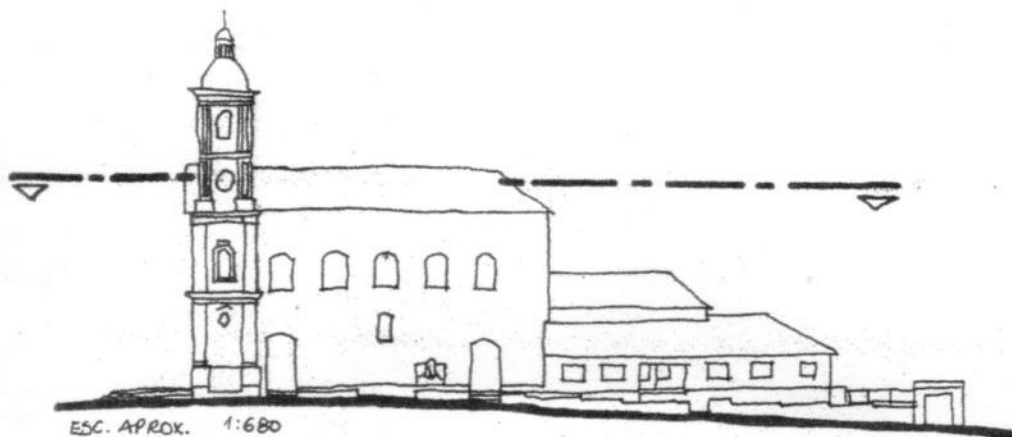
Vera Maria Becker

RESPONSÁVEL:

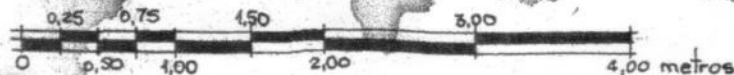
ARQ. VERA MARIA BECKER - CREA 9187/D
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - IPANEMA - POA

PREC: 0644-11.00 / 06-7

1981



ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI - RIO PARDO/RS

CADASTRO ARQUITETÔNICO DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

NÚMERO:

Planta Baixa - Cobertura

04

ESCALA:

1:50

Cotas, Níveis, Aberturas
Estado de conservação

DATA:

OUT/82

MEDICÃO E DESENHO:

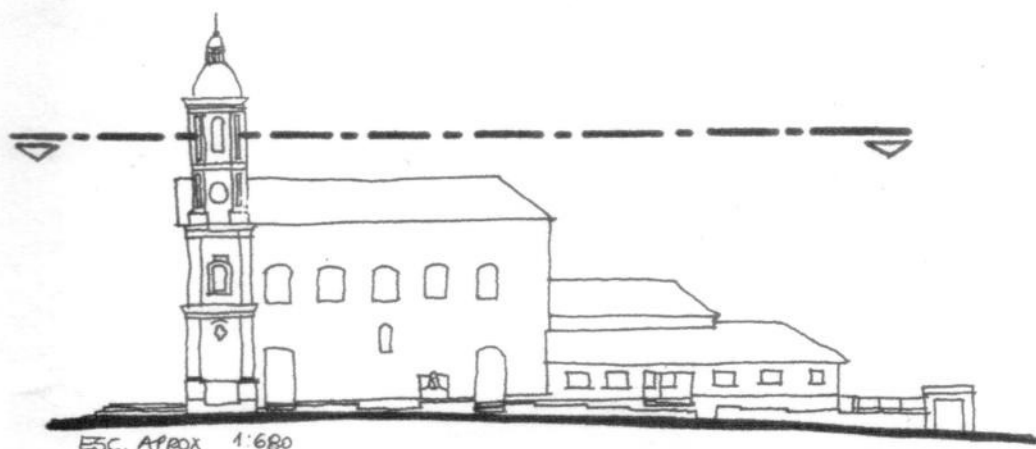
VERA LÚCIA SCHULTZE
RAIMUNDO PANATIERI
ARQ. VERA MARIA BECKER

Vera Maria Becker

RESPONSÁVEL:

ARQ. VERA MARIA BECKER - CREA 9187 / D
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - IPANEMA - POA

FP 192



ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI - RIO PARDO/RS

CADASTRO ARQUITETÔNICO DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Planta Baixa - Torres

NÚMERO:

05

ESCALA:

1:50

Cotas, Níveis, Aberturas
Estado de Conservação

DATA:

OUT/82

MEDICÃO E DESENHO:

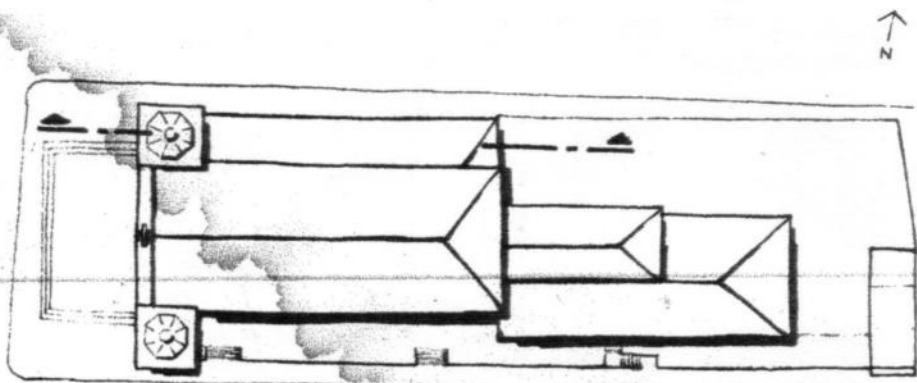
VERA LÚCIA SCHULTZE
RAIMUNDO PANATIERI
ARQ. VERA MARIA BECKER

Vera Maria Becker

RESPONSÁVEL:

ARQ. VERA MARIA BECKER - CREA 9187/D
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - IPANEMA - POA

1983



ESCALA APROXIMADA 1/600

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA DO ROSÁRIO
TRAV PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

**CADASTRO ARQUITETÔNICO
DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO**

Corte Longitudinal - AA'

NÚMERO

06

ESCALA

1:50

Cotas, Níveis

DATA

OUT/82

DESENHO E MEDIÇÃO

VERA LÚCIA SCHULTZE

RAIMUNDO T. PANATIERI

ARG. VERA MARIA BECKER

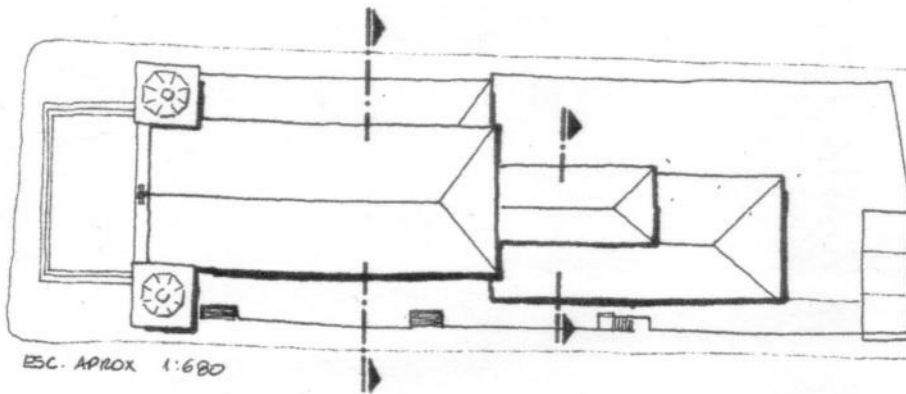
Verônica Becker

RESPONSÁVEL:

ARG. VERA MARIA BECKER — CREA 9187 / D
RUA ENG. PENATO COSTA LEITE, 100 — IRANEMA — POA

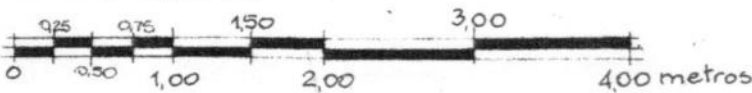
PROC: 0641-11.00/06-7

FF 194



ESC. APROX 1:680

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI - RIO PARDO/RS

CADASTRO ARQUITETÔNICO DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Cortes Transversais FF' e GG'

NUMERO

11

ESCALA:

1:50

DATA:

OUT/82

MEDICÃO E DESENHO:

VERA LÚCIA SCHULTE

RAIMUNDO PANATIERI

ARQ. VERA MARIA BECKER

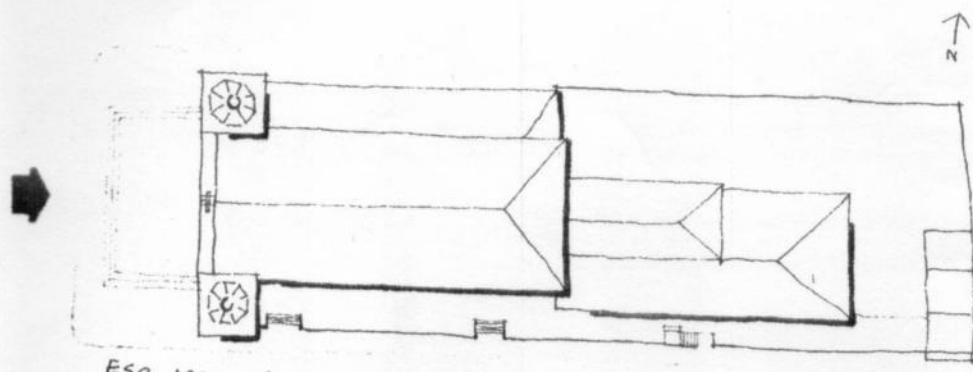
Vera Maria Becker

RESPONSÁVEL

ARQ. VERA MARIA BECKER - CREA 9187/D

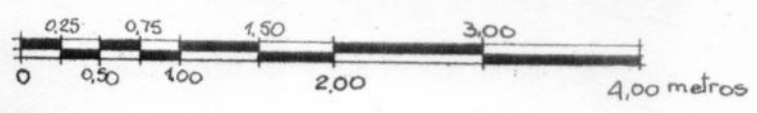
RUA ENG. RELATO COSTA LEITE, 100 - IPAUEMA - POA

11/195



ESC. Aprox. 1:680

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA DO ROSÁRIO
 TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

CADASTRO ARQUITETÔNICO DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Elevação Oeste

NÚMERO:
12

ESCALA:
1:50

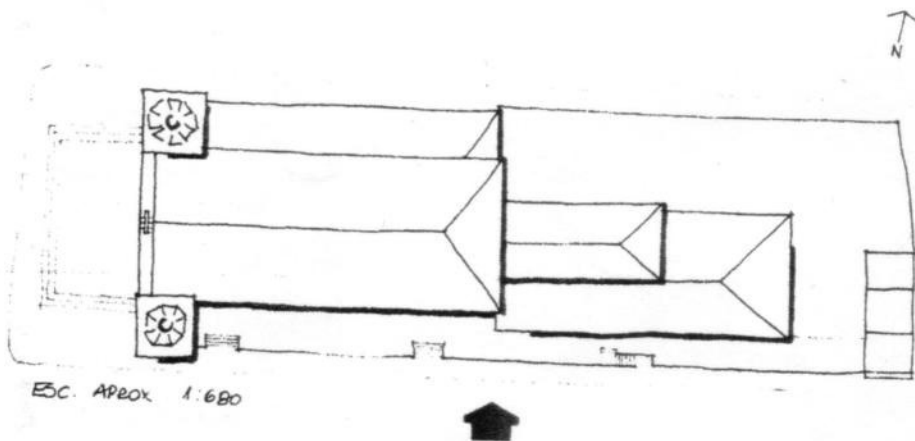
DATA:
OUT/82

DESENHO E MEDIÇÃO:
 VERA LUCIA SCHULTE
 RAIMUNDO PANATIERRI
 ARQ. VERA MARIA BECKER *Vera Maria Becker*

RESPONSÁVEL:
 ARQ. VERA MARIA BECKER — CREA 9187 / D
 RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - IPANEMA - POA

PROC: 0641-11.00/06-7.

pp/96



ESC. Aprox 1:680

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

CADASTRO ARQUITETÔNICO DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Elevação Sul

NÚMERO:

13

ESCALA:

1:50

DATA

OUT/82

DESENHO E MEDIÇÃO:

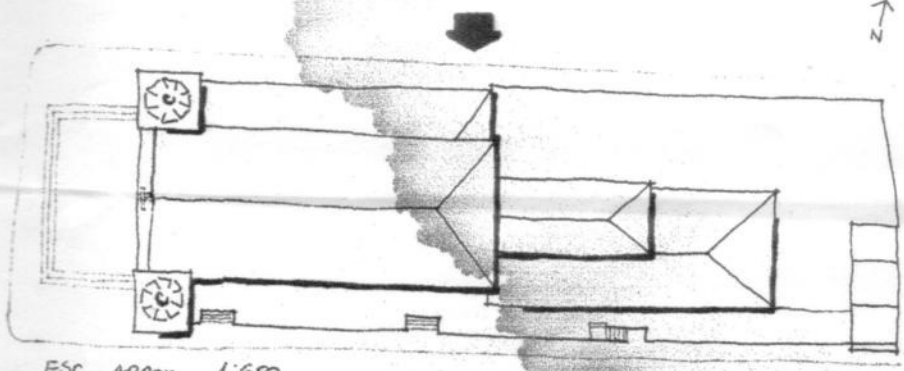
VERA LÚCIA SCHULTZE
RAIMUNDO PANATIERI
ARQ VERA MARIA BECKER

Vera Maria Becker

RESPONSÁVEL:

ARQ. VERA MARIA BECKER — CREA 9187 / D
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 - IPANEMA - POA

17/197



ESC. APROX 1:680

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA DO ROSÁRIO
TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

**CADASTRO ARQUITETÔNICO
DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO**

Elevação Norte

NUMERO
15

ESCALA
1:50

DATA
OUT/82


DESENHO E MEDIÇÃO
VERA LÚCIA SCHULTZE
RAIMUNDO T. PANATIERI
ARQ. VERA MARIA BECKER *Vera Maria Becker*

RESPONSÁVEL:
ARQ. VERA MARIA BECKER — CREA 9187 / 0
RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 — IPANEMA — POA

CONVENÇÕES :

EXECUTAR :

ALVENARIA  EXISTENTE 
 CONCRETO  DEMOLIR 
 MADEIRA 

MARCAS A CONSERVAR 

PROC: 0641-11.00/06-7

FL. 198

ESCALA GRÁFICA



PARÓQUIA NOSSA SRA. DO ROSÁRIO
 TRAV. PADRE BROGGI — RIO PARDO/RS

PROJETO DE RESTAURAÇÃO
 DA IGREJA MATRIZ DE RIO PARDO

Elevação Leste

NÚMERO

29

ESCALA

1:100

Diretriz geral da intervenção

DATA

PRIMAVERA/85

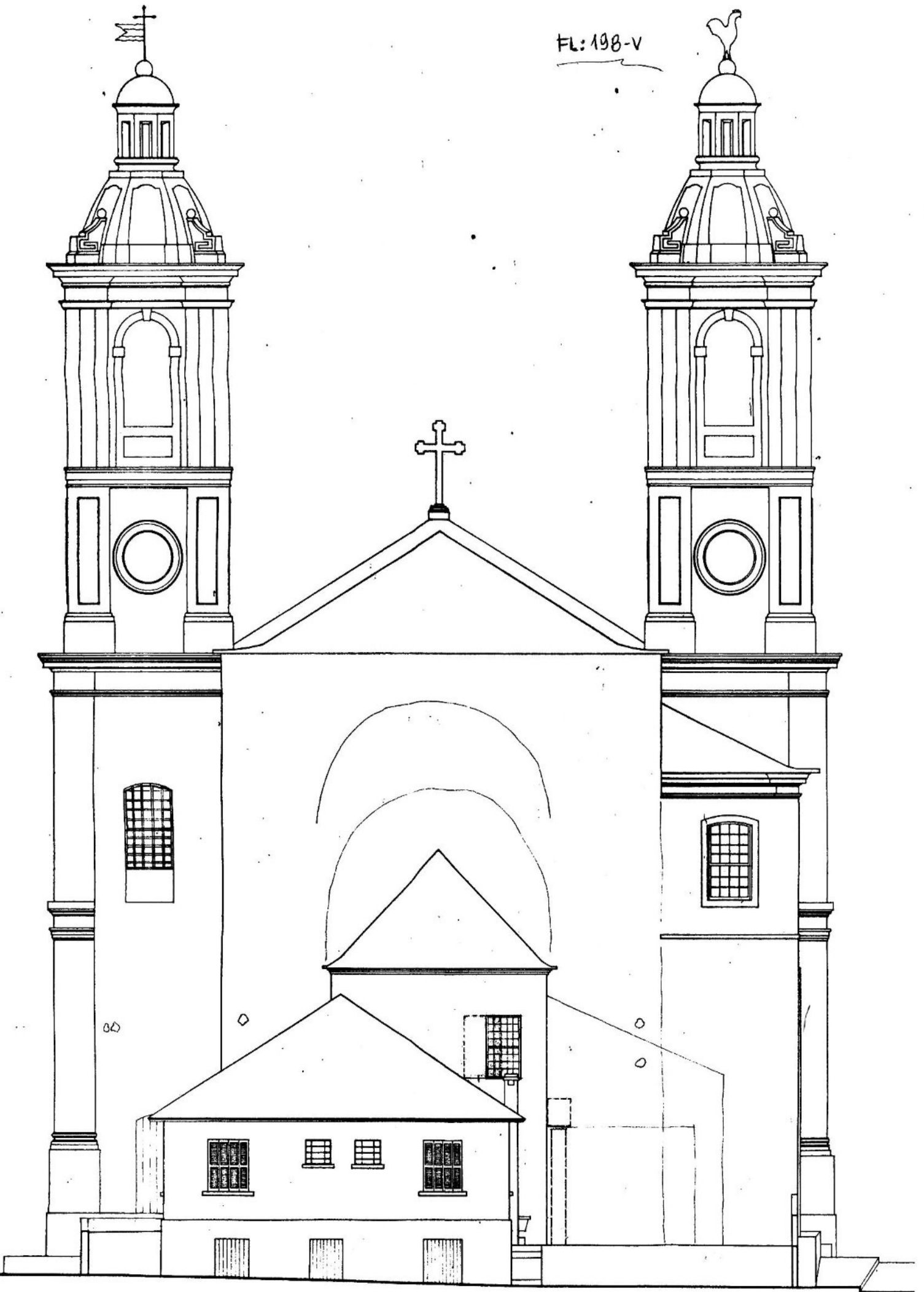
PROJETO E DESENHO

ARQ. VERA LÚCIA SCHULTZE
 ARQ. VERA MARIA BECKER

RESPONSÁVEL

ARQ. VERA MARIA BECKER — CREA/RS 9187/D
 RUA ENG. RENATO COSTA LEITE, 100 — P. ALEGRE

FL: 198-V



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

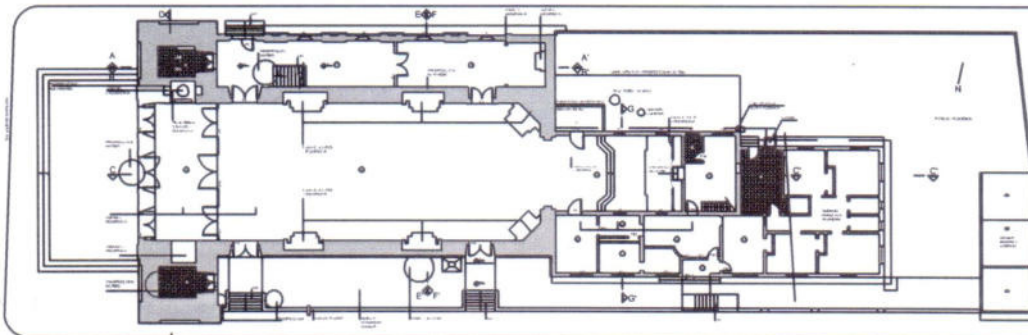
Local: Externo

Handwritten signature

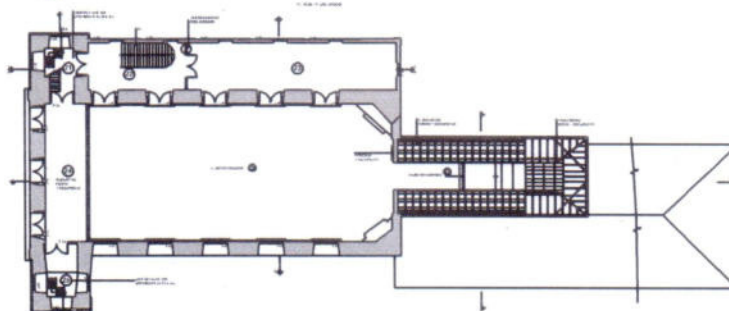
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala



Observações:

Fachada Oeste

Governo do Estado
do Rio Grande do Sul
Secretaria da Cultur

PROCESSO DE TOMBAMENTO DA IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
(processo número 000641-11.00/06-7)
RIO PARDO-RS



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

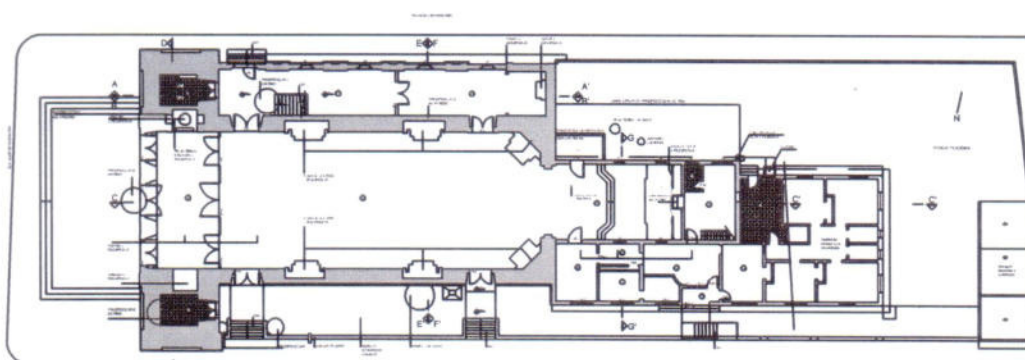
[Handwritten signature]

Local: Externo

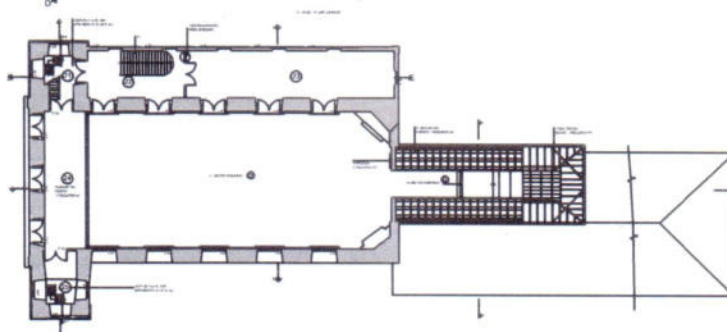
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior sem escala



Observações:

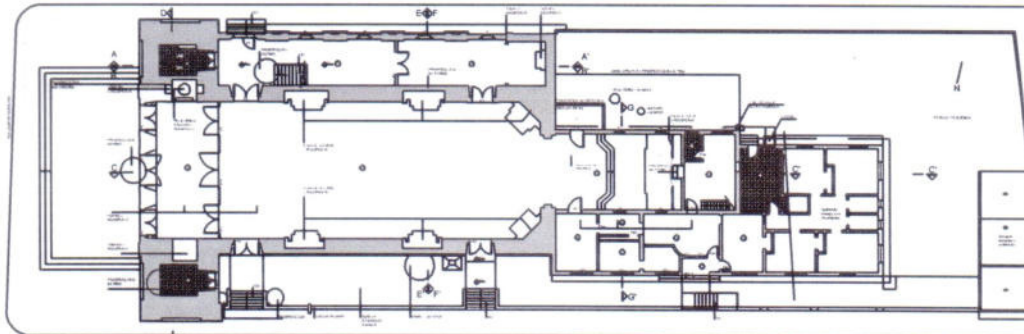
Fachada Sul

fl 201

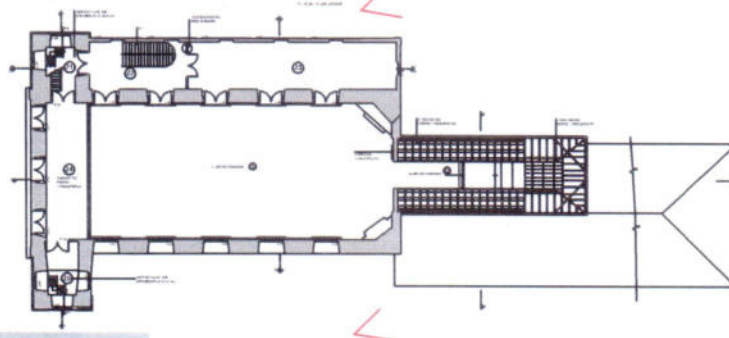
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala



Observações:

Lado Sul - Capela Mor e Casa Canônica



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

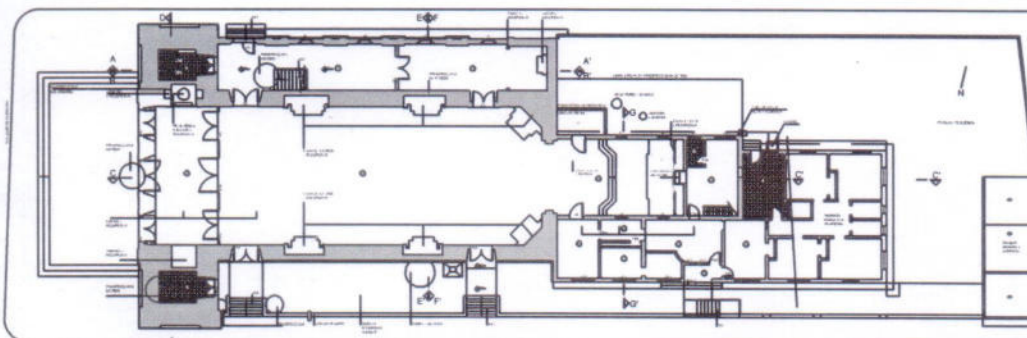
fl 202

Local: Externo

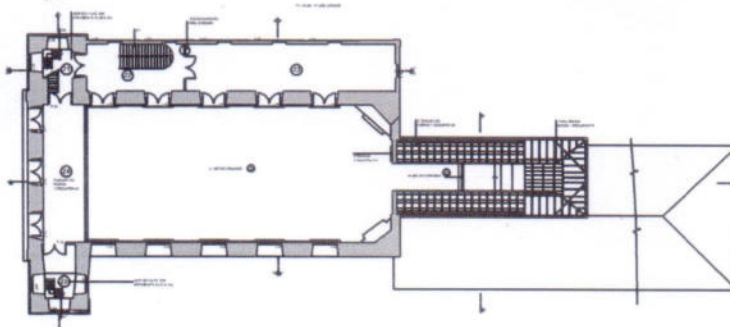
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala



Observações:

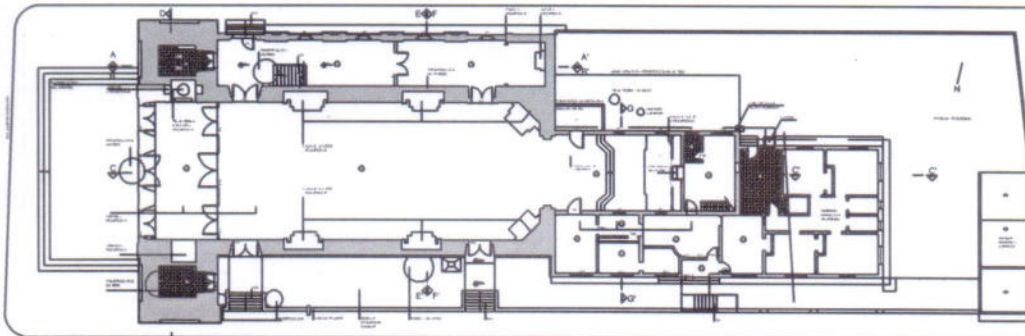
Fachada Norte - Leste e Capela Mor

AP203

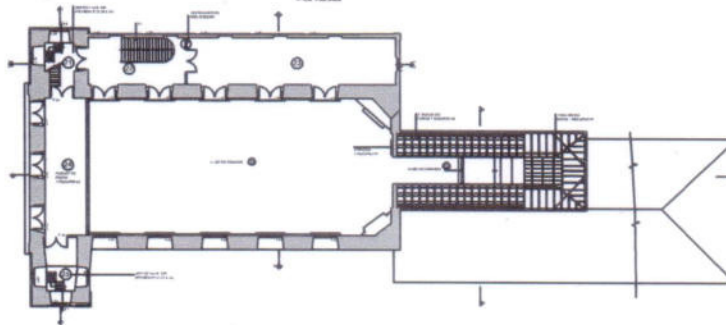
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala

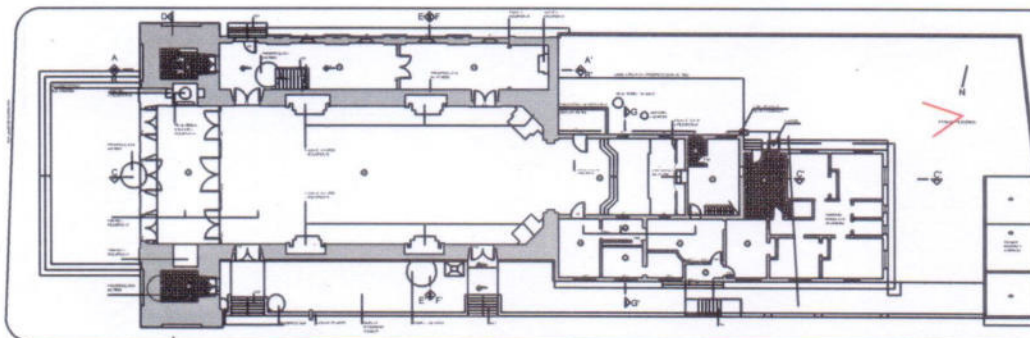


Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala

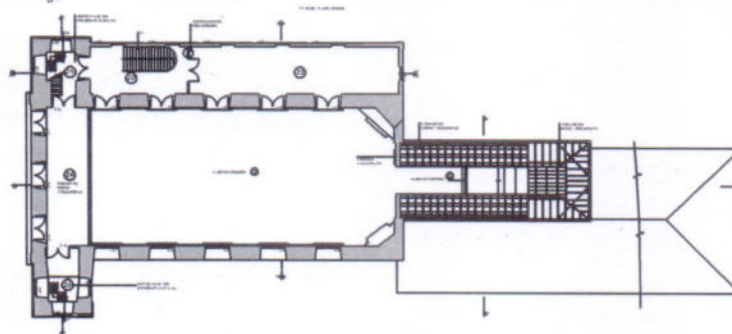


Observações:

Entorno Lado Leste



Planta Baixa Térreo
sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala



Observações:

Capela Mor - Lado Norte



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

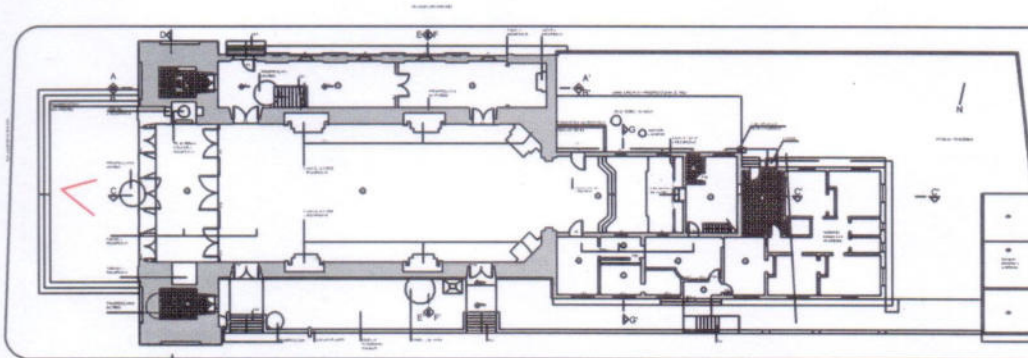
Local: Externo

Handwritten signature

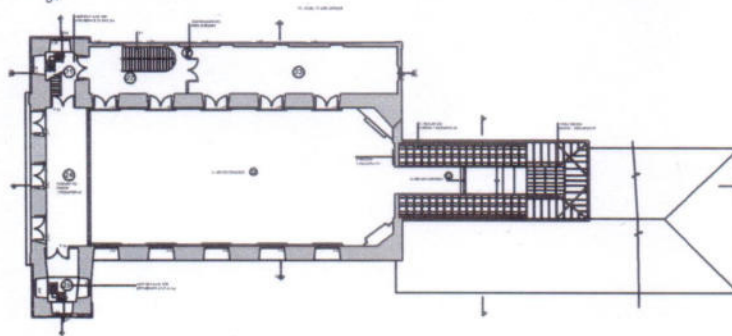
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala



Observações:

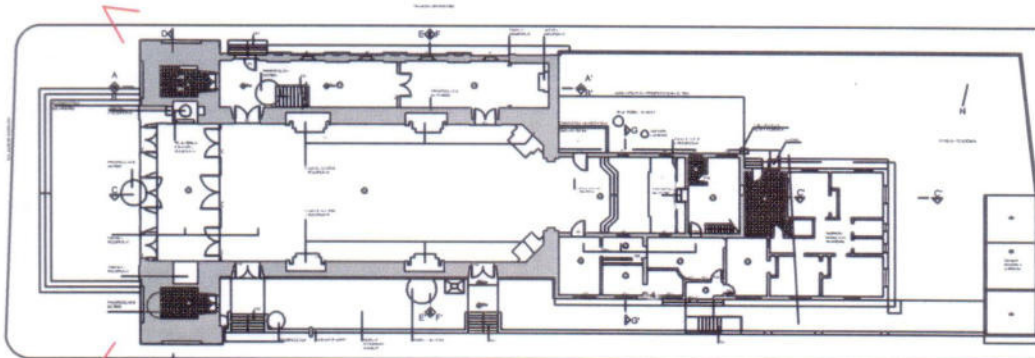
Pedra de Fecho - Datação de conclusão do prédio

Handwritten signature and date: 20/6

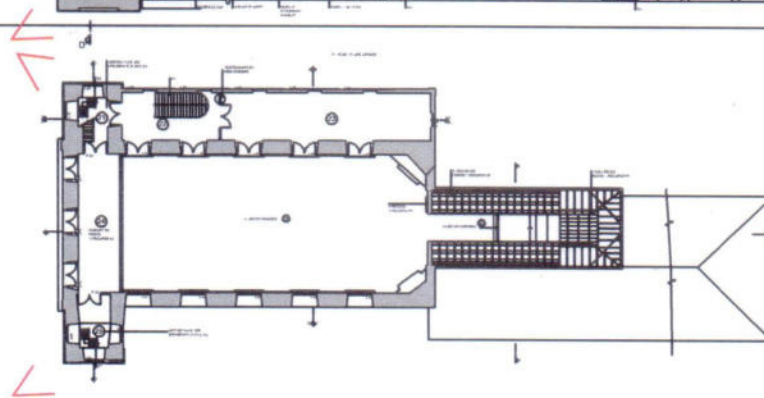
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

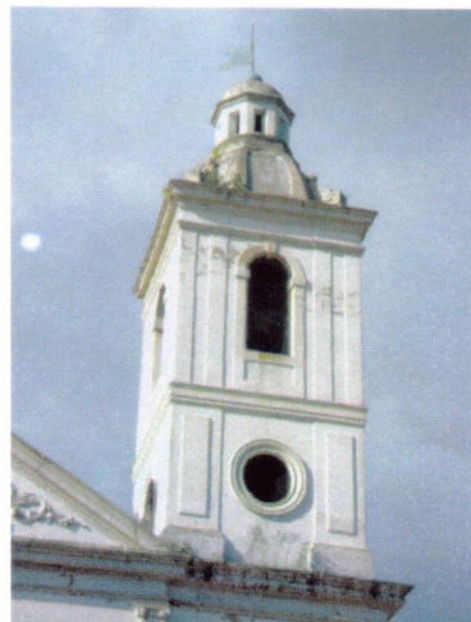
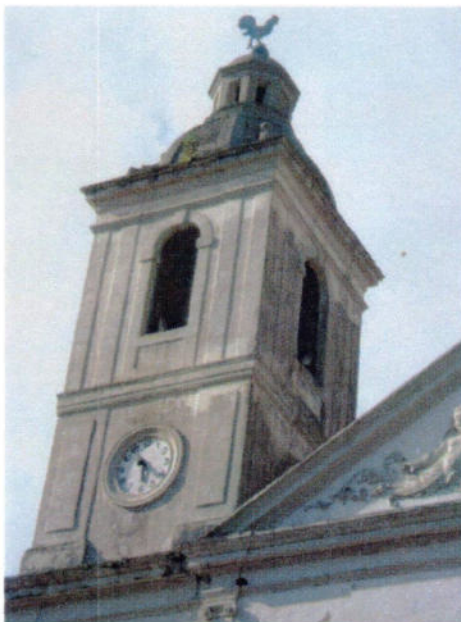
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Planta Baixa Pavimento Superior
sem escala



Observações:

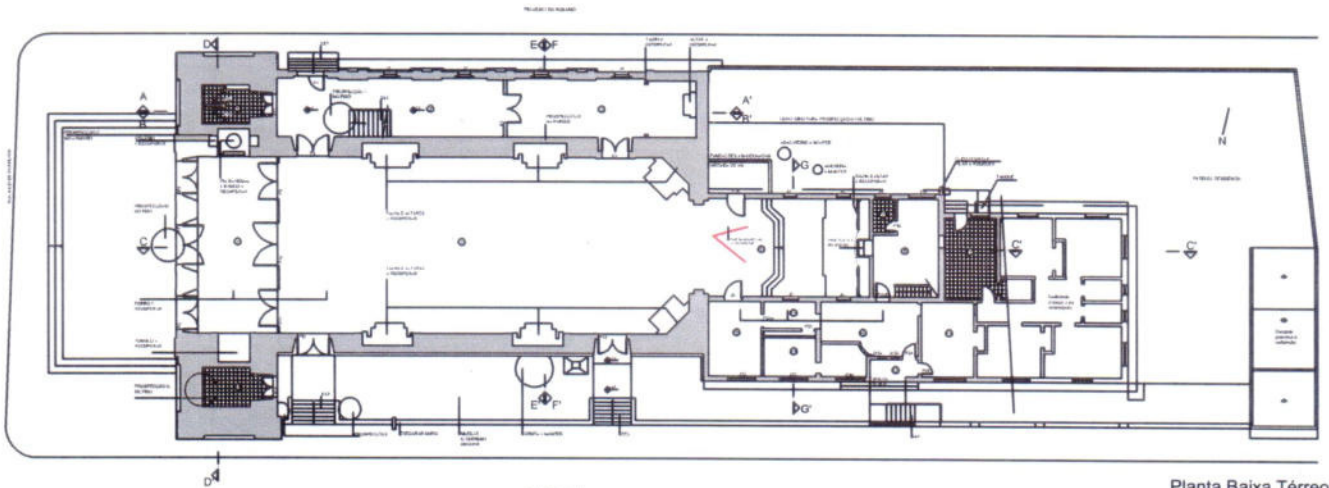
Torre Norte e Torre Sul

Handwritten signature and date: 20/7

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

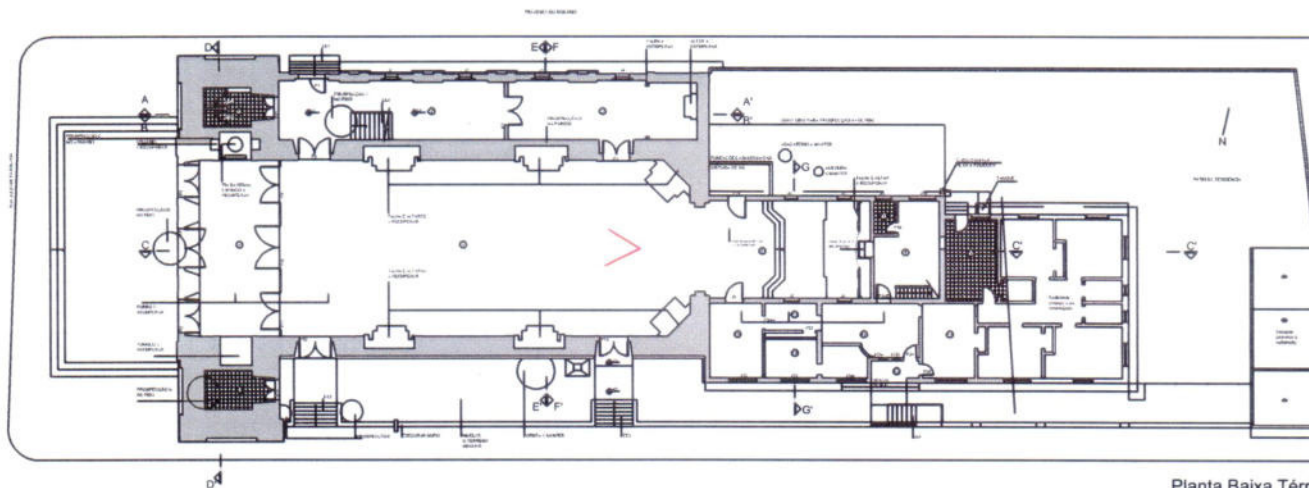
Altar Mor - Nossa Senhora do Rosário

Handwritten signature

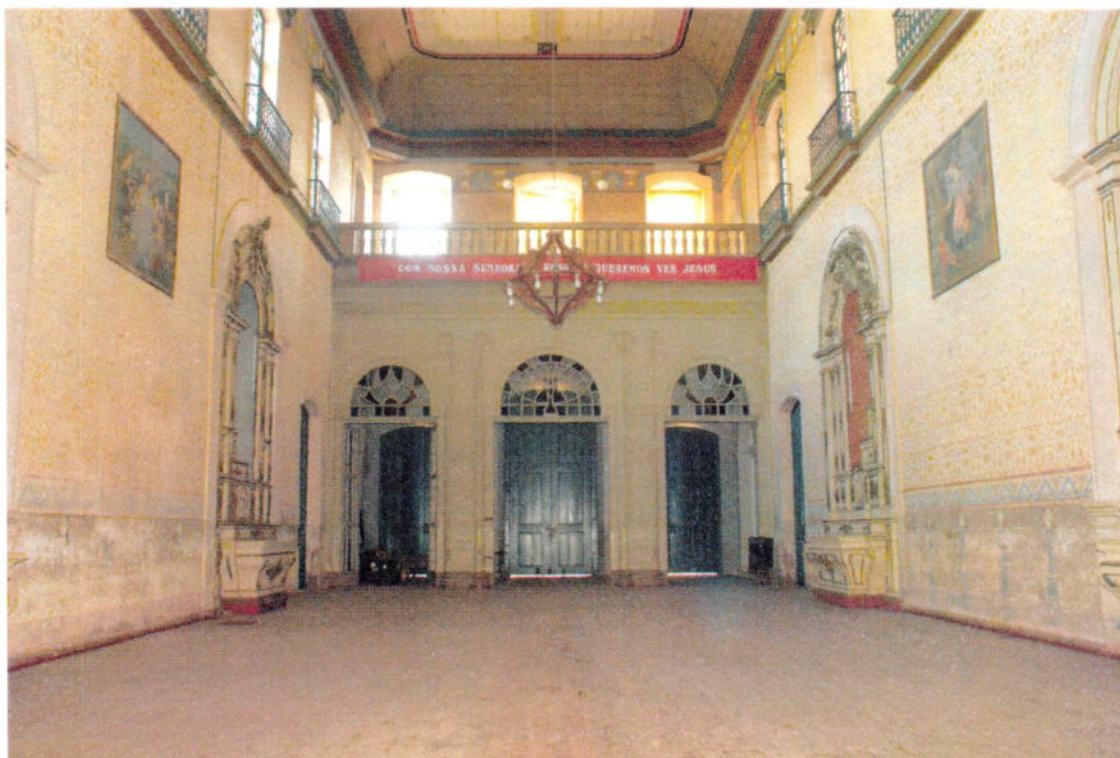
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

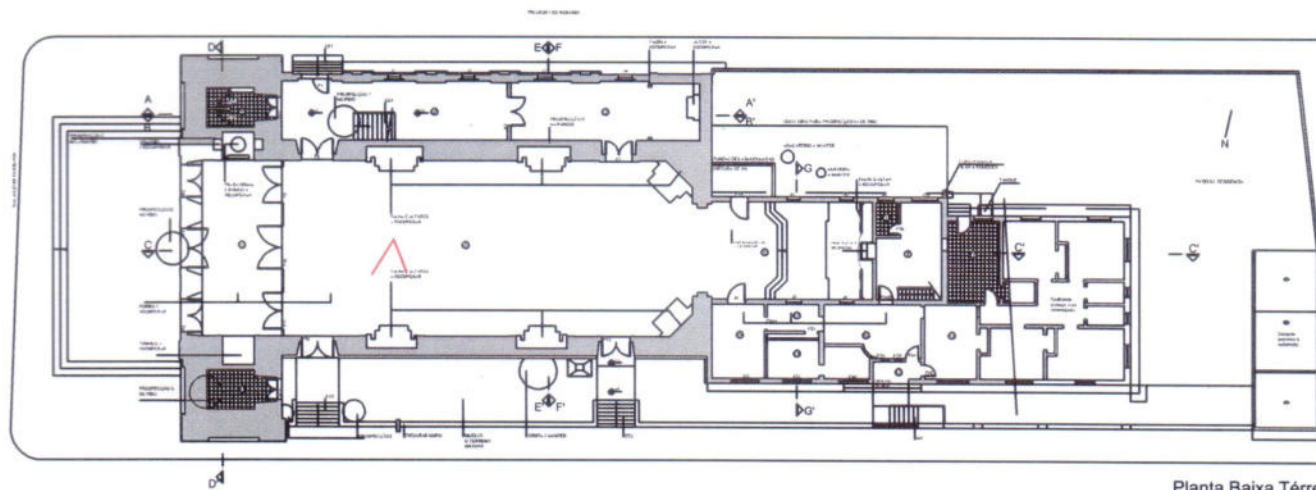
Nave Central - Vista para o Coro

Handwritten signature

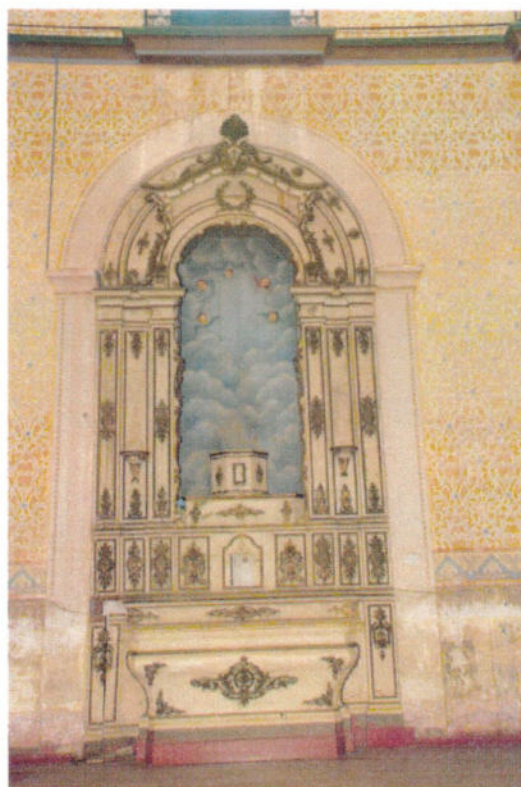
Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

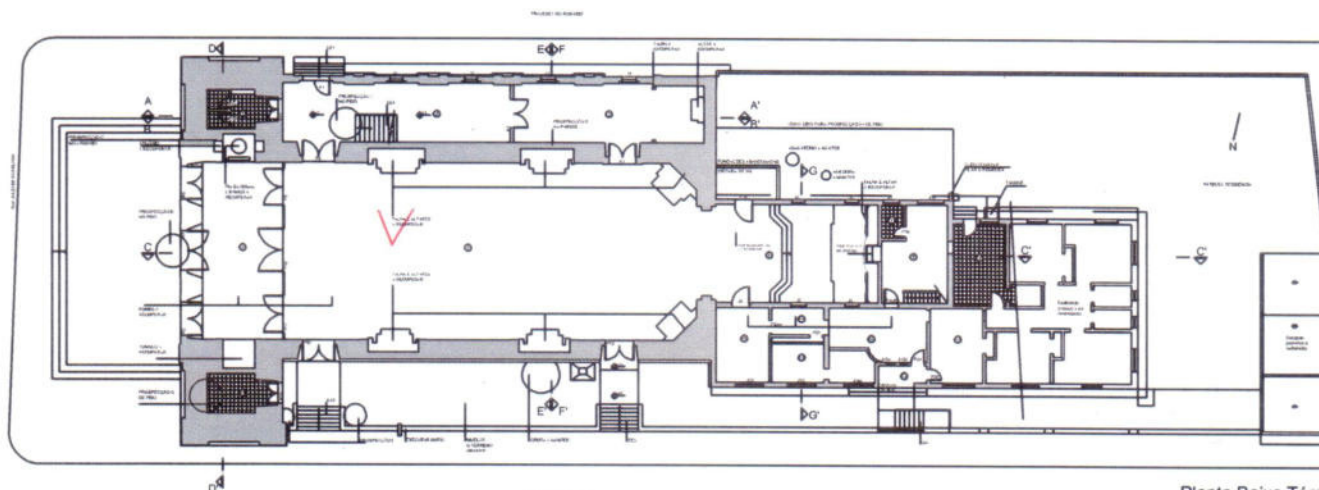
Altar Sant'Ana

Handwritten signature

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

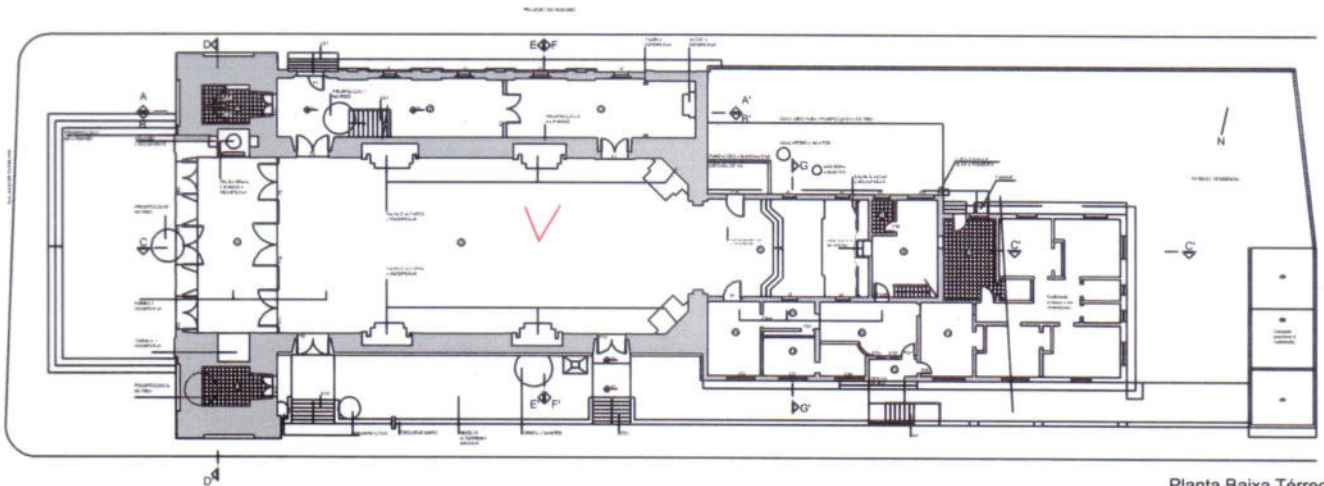
Altar Espírito Santo

fl 211

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

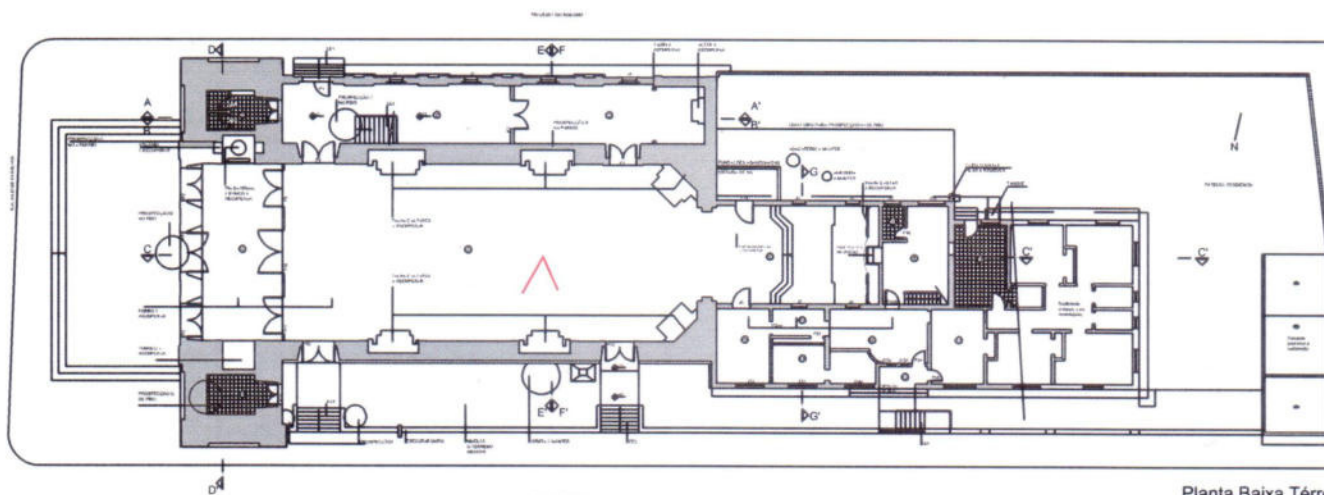
Altar Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Handwritten signature

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

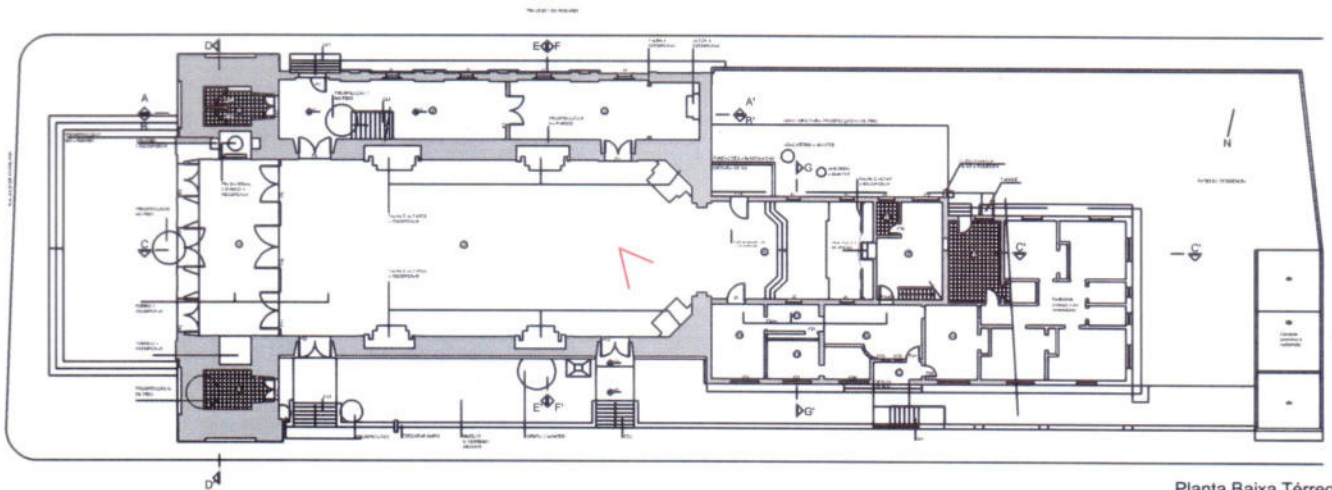
Altar São Francisco de Paula

ff 213

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

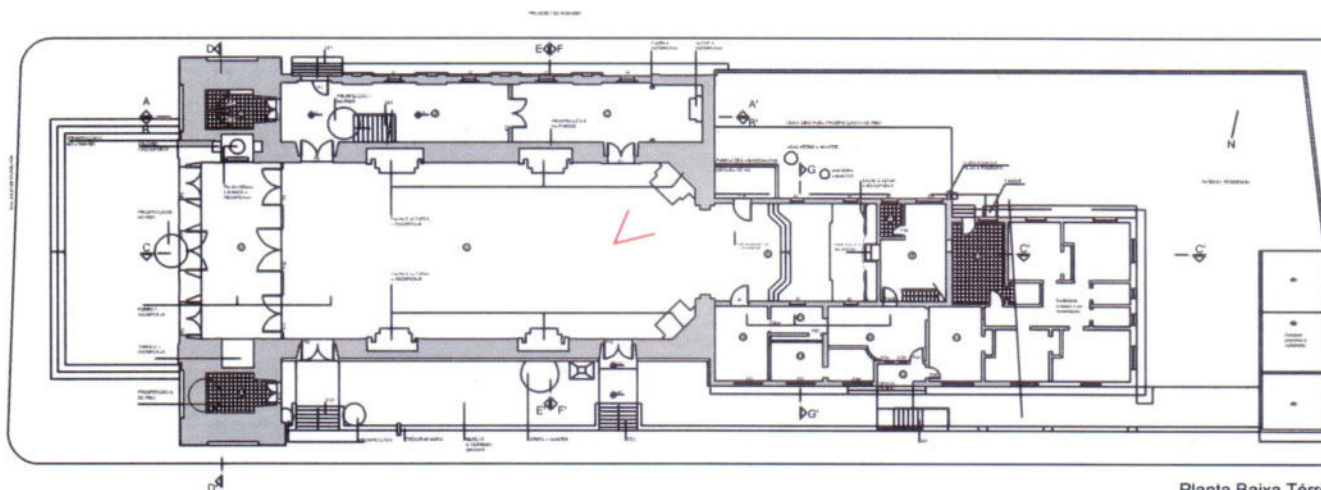
Altar São Miguel

pp 214

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

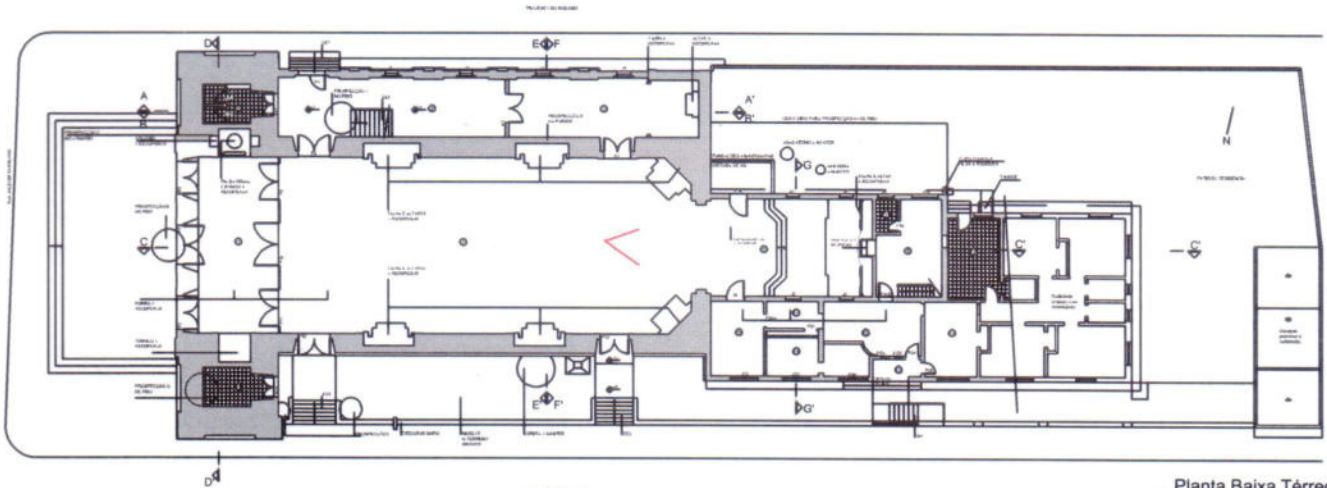
Altar Nossa Senhora das Dores

215

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

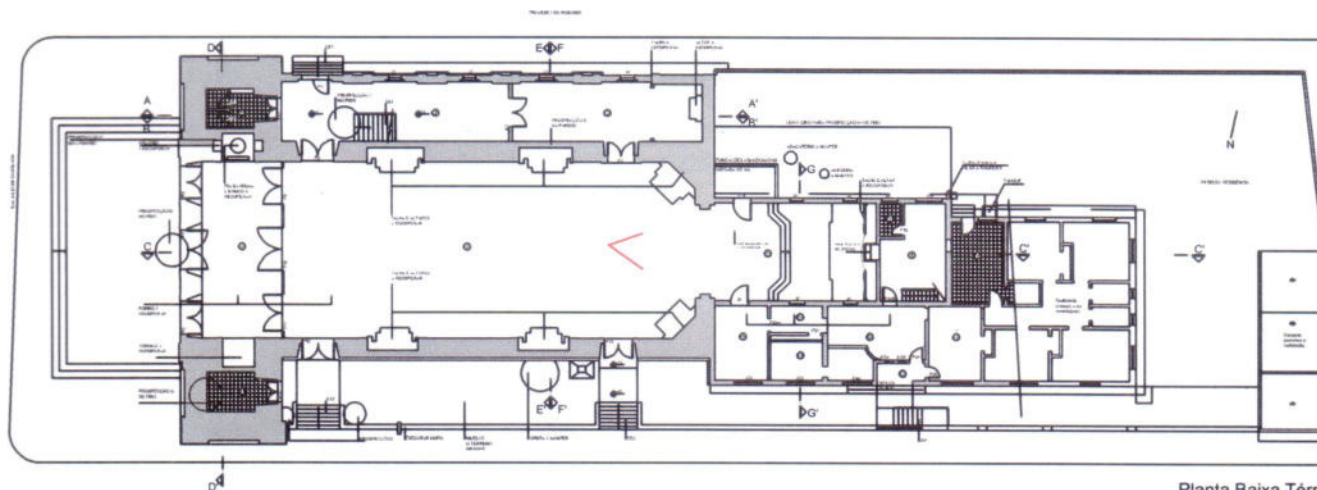
Nave Central - Vista para o Arco

Handwritten signature

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

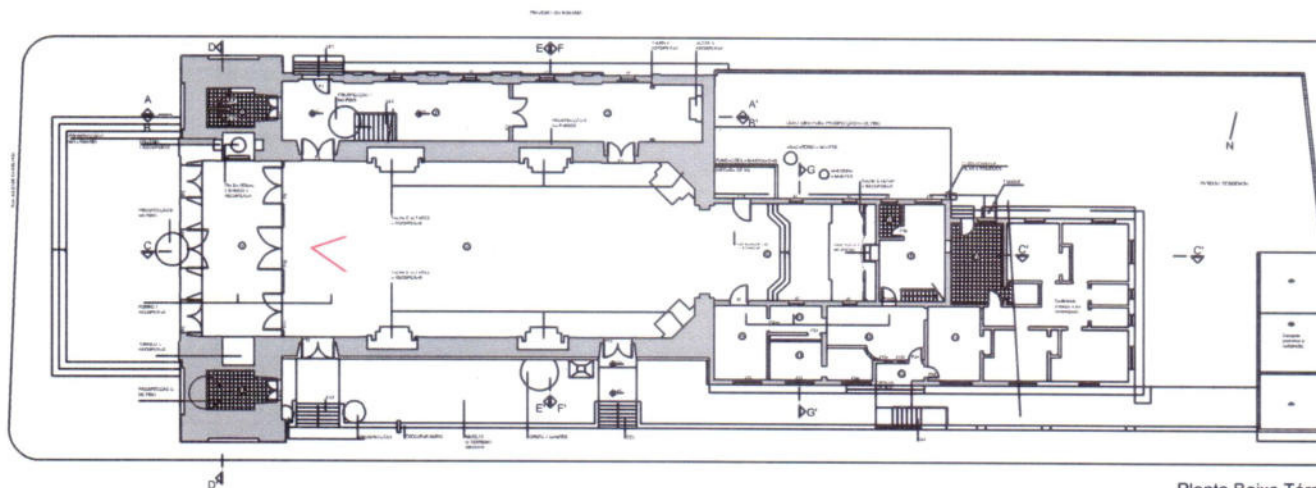
Arco Abatido sobre a Nave Central

1217

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

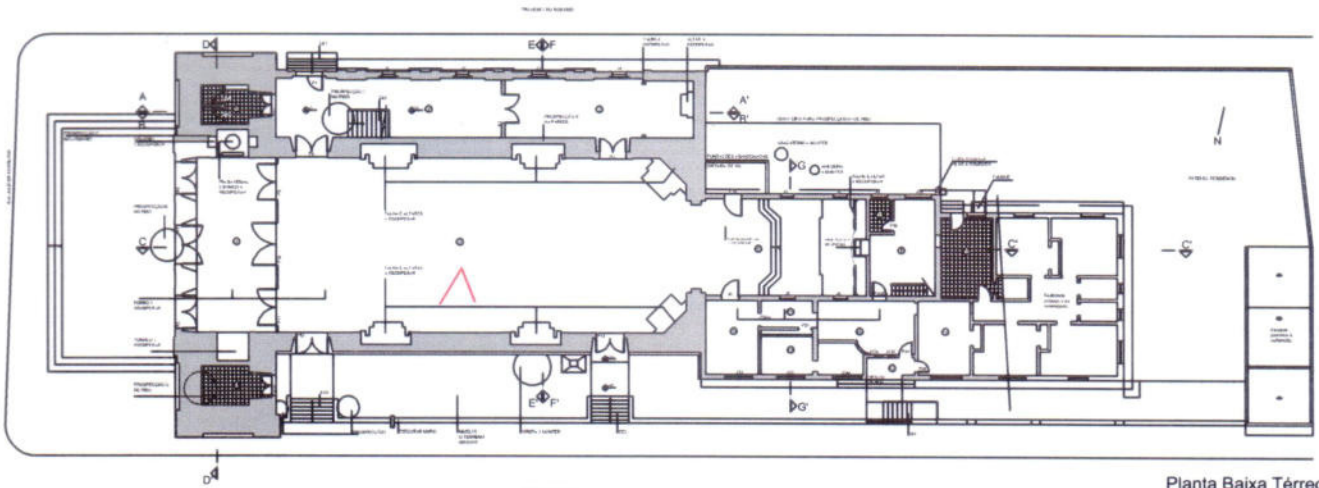
Altar Mor e Forro da Nave Central

218

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Planta Baixa Térreo
sem escala



Observações:

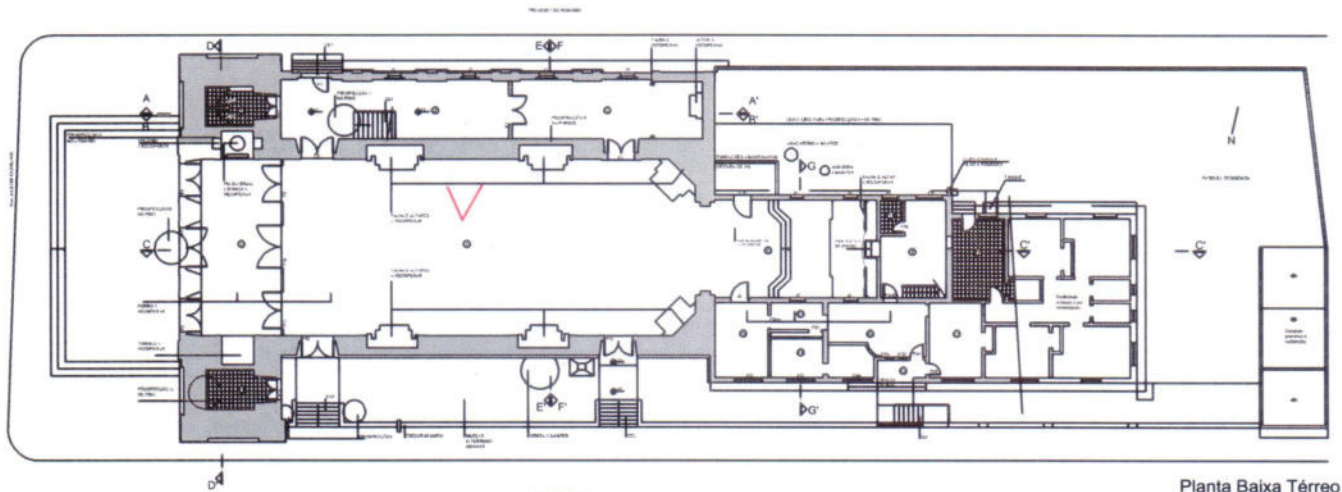
Pintura sobre aço zincado

1219

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal
de Rio Pardo



Observações:

Pintura sobre aço zincado



LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

Local: Área do entorno

fl 220

Data: Julho de 2010

Responsável: Angelo Braghirolli

Fonte: Google Earth



Implantação
sem escala

Observações:

Implantação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parecer IPHAE N.º 08/2010

Porto Alegre, 07 de junho de 2010.

Assunto: Tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário na cidade de Rio Pardo – proc. n.º 641-11.00/06-7

↗

Introdução:

Este parecer tem a finalidade de embasar o processo de tombamento da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, localizada à Rua Júlio de Castilhos, s/n.º área urbana do município.

Foram anexados ao processo documentos, plantas e o levantamento fotográfico de forma a caracterizar o tombamento, assim como, a relevância do bem em nível estadual.

O pedido de tombamento partiu da Paróquia Nossa Senhora do Rosário e a solicitação datada de 10 de novembro de 2005 está assinada pelo Sr. Rui Mendes, coordenador da paróquia Nossa Senhora do Rosário e do Pároco. Padre Astor Backes.

Este processo encontra-se assim documentado:

- Pedido de tombamento – fls. 02 a 05 – salienta o valor do bem, o tombamento municipal, a futura restauração da igreja, anexa a documentação e solicita o tombamento em nível estadual;

- Cópia da “História Cronológica de Rio Pardo”, documento sem autoria – fls. 06 a 09 – traça um perfil do município desde a sua fundação em 1633 até a abolição da escravatura em 1888.

- Cópias de croquis da edificação de autoria da Arq. Vera Maria Becker – fls. 10,11,12 – são apresentados esquemas de plantas, cortes e fachadas com hipóteses da evolução do edifício.

- Cópia das plantas térreo e 2.º pavimento- fls. 13 e 14 – digitalizados no IPHAE a partir do levantamento da Arq. Vera Becker.

- Cópia do Termo de Tombamento - fl. 15 – localiza e dá as dimensões do lote da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.

- Cópia do Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pardo – fl. 16 – certificando a sentença de usucapião dos terrenos da Igreja em favor da Mitra da Arquidiocese de Porto Alegre.

- Cópia do termo de abertura do Livro Tombo do Município – fl. 17.

- Cópia do Mandato de Notificação n.º 01 – fl. 18 – O Prefeito Municipal notifica a Diocese de Santa Cruz do Sul sobre o tombamento da Igreja Matriz.

- Cópia da lei n.º 09, de 26 de maio de 1980 – fls. 19 a 23 – dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do Município e dá outras providências.

- Cópia da listagem dos bens que constituem o patrimônio cultural do Município de Rio Pardo – fl. 24.

- Cópia das plantas do Município de Rio Pardo com dados populacionais – fls. 25 e 26.

- Cópia do jornal da UNISC de outubro/novembro de 2003 – fl. 27- relata o estado de conservação da igreja.

- Cópia da Gazeta do Sul de 26 e 27 de agosto de 2000 – fl. 28 –artigo : “ Rio Pardo tenta preservar a igreja-mãe”, onde é registrado o início da campanha comunitária para preservação da Igreja.

- Cópia do projeto de pesquisa: “diagnóstico de patologias na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo (RS)-UNISC – 2003” – fls. 29 a 97 – onde é realizado um cadastro da edificação identificando as patologias do bem com vistas ao projeto de restauro.

- Cópia da Monografia Igreja Matriz Paróquia N. Sra. do Rosário- Rio Pardo- Diocese de Santa Cruz do Sul, sem autor – fls. 98 a 145- possui dados históricos do município, sua evolução e aspectos relativos as atividades da Igreja Católica local.

- Cópia do Projeto de Restauro da Igreja Nossa Senhora do Rosário- Rio Pardo/RS de autoria da arq. Vera Becker – fls. 146 a 183- com dados históricos do Município e da edificação que embasam o projeto de restauro do bem.

-Cópia do Of. IPHAE n.º 101/06 de 27 de março de 2006 assinado pela Arq. Debora Magalhães da Costa, diretora da Instituição – fl. 184 – onde é



solicitada a complementação da documentação para instrução do processo de tombamento da Igreja Matriz.

- Ofício da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Indústria e Comércio de Rio Pardo datado de 12 de maio de 2010 e assinado pelo Secretário João Artur do Nascimento – fl. 185 – encaminhando as plantas do levantamento métrico-arquitetônico da Igreja Matriz e fotos internas e externas do bem.

- Cópia da Certidão do Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pardo – fls. 186 e 187- com a averbação do bem tombado em nível municipal.

- Cópia das plantas do levantamento métrico-arquitetônico da Igreja Matriz – fls. 188 a 198 – levantamento realizado em 1982 com responsabilidade técnica da arq. Vera Becker.

- Levantamento fotográfico – fls. 199 a 220 – fichas montadas no IPHAE com fotos do acervo da Prefeitura Municipal de Rio Pardo.

Antecedentes Históricos:

A história da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário esteve ligada, desde a sua criação, a fatores político-militares. Implantada em um dos municípios mais antigos do Estado, a sua criação está diretamente relacionada com a demarcação do território brasileiro.

A criação de Rio Pardo data de 1750 quando pelo tratado entre Portugal e Espanha são fixados os limites entre as terras das duas nações.

No ano de 1752 foi construído no local o Forte Jesus Maria José por ordem do Capitão General Gomes Freire de Andrade, que teve a função de demarcar o território e bloquear o avanço das tropas castelhanas.

Na estruturação inicial do novo núcleo urbano, em 1753, foi construída uma pequena capela com cobertura de palha. Com o crescimento da população, em 1759, é construída uma nova capela dedicada a Santo Angelo que em 1762 foi elevada a categoria de paróquia, dando origem a Matriz de Santo Angelo, que após pouco mais de uma década não mais oferecia condições de atender a população local.

Em 29 de julho de 1778 foi lançada a pedra fundamental da futura Matriz de Nossa Senhora do Rosário com planta fornecida pelo arquiteto João Rodrigues Bahia. Este templo inicial, por problemas estruturais foi demolido e no mesmo local edificada uma segunda Matriz Paroquial. A nova planta é atribuída ao

Brigadeiro Francisco João Roscio , engenheiro-militar português, nascido na Ilha da Madeira e com destacada atuação durante o período do Brasil Colonial. Sua chegada ao país durante a segunda metade do século XVIII com a patente de Capitão, tem por finalidade a elaboração de projetos de fortificações. São atribuídos a ele as plantas da cidade do Rio de Janeiro e o projeto da Igreja Candelária (1775), também no Rio.

No final do século, já como Tenente-Coronel é nomeado Chefe da Segunda Sub-Divisão da Comissão Demarcadora de Limites, encarregada do mapeamento da região sul da Colônia e da solução dos conflitos com os núcleos espanhóis. Promovido a Brigadeiro, governou interinamente a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1801 a 1803, vindo a falecer em Porto Alegre em 1805.

Os registros atribuem a data de 1791 como início das obras da Matriz e a conclusão em 1801, embora possam ser encontrados registros de que a conclusão foi parcial.

A Matriz de Nossa Senhora do Rosário portanto, demonstra a evolução urbana e social de um dos núcleos urbanos mais antigos e importantes para a história do Rio grande do Sul e seu processo de formação. É nosso parecer que a Igreja reúne valores que justificam o seu tombamento em nível estadual segundo os critérios de valoração utilizados para os bens de interesse cultural. São eles:

Instância Histórica:

O valor histórico do bem, está vinculado a própria história do Estado. Sua construção iniciada do séc. XVIII e finalizada no século seguinte, materializa a evolução do núcleo urbano e também o crescimento político, social e econômico da comunidade riograndense.

Instância Artística:

O conjunto formado pelo edifício, seus bens agregados e bens móveis é um rico exemplar de técnicas construtivas decorativas e artísticas aqui realizadas e também importadas do mundo lusitano. O bem é um exemplar eloquente deste período e reúne ricos valores estéticos que o qualificam como obra de arte.

Descrição do Bem:

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário está localizada na Rua Júlio de Castilhos s/n.º, área urbana da cidade de Rio Pardo. A área da igreja é de 1559,82 m² e a casa paroquial 196,41m², perfazendo uma área total de 1756, 23m².

O edifício foi implantado no quarteirão formado pelas Ruas Júlio de Castilhos, travessa Padre Broggi, travessa do Rosário e Rua Gen. Osório aos fundos.

A igreja ocupa quase que a totalidade do quarteirão e a fachada principal, na Rua Júlio de Castilhos, ocupa uma das testadas da Praça Protásio Alves, área do sítio histórico da cidade.

O edifício em alvenaria de pedra e tijolo rebocada é dividido em dois níveis: o térreo e o 2.º pavimento.

No térreo, o acesso principal é marcado pelo Adro em laje de grês contornado por três degraus e ligado ao passeio público. O acesso ao vestíbulo é feito por três portas de madeira almofadadas sendo a central mais alta, hierarquizando o acesso principal a nave. A direita do vestíbulo temos o túmulo de Andrade Neves e a esquerda a pia batismal inseridos nos dois volumes das torres norte e sul respectivamente. O piso é em ladrilho hidráulico e o forro do tipo gamela com pinturas decorativas.

O acesso a nave é feito pelo paravento em madeira e com três portas de duas folhas com bandeira fixa e caixilhos com vidro colorido, sendo a porta central mais alta também hierarquizando o acesso principal a nave.

A nave, com pé direito duplo, possui seis retábulos em madeira policromada, agregados as alvenarias. A direita então o de Santa Ana, São Francisco de Paula e São Miguel, este último de canto. A esquerda temos o do Espírito Santo, o de Nossa Senhora dos Pretos e do de Nossa Senhora das Dores, também de canto. Os dois retábulos de canto correspondem na nave, as laterais do altar-mor ao fundo. A nave possui dois acessos pela travessa Padre Broggi com portas de madeira almofadadas, e outras duas portas, na parede oposta que dão acesso a circulação e a Capela da Soledade. O piso da nave é em madeira com tabuado no sentido longitudinal.



As alvenarias tem pintura mural e o forro, do tipo gamela, possui pintura decorativa. Acima do arco cruzeiro existe uma cena representando a "Santa Ceia" e cobrindo os vãos dos antigos púlpitos, duas pinturas em aço zincado à direita e esquerda do altar-mor, respectivamente. Acima dos retábulos e em função do pé direito alto existem 10 esquadrias com guarda corpo interno em ferro decorado, cinco externas aumentando a iluminação da nave e cinco das tribunas com acesso pela escada do consistório.

Ligada a nave está a capela-mor com piso em tabuado de madeira colocado no sentido longitudinal. O acesso ao altar principal é feito por três degraus estando este portanto acima do nível da nave. As paredes são em pedra rebocada e com pintura mural e o forro em madeira em forma de abóboda com pintura decorativa. O retábulo do altar-mor é entalhado em madeira com policromia, possui o sacrário ao centro e local para a imagem de Nossa Senhora das Dores ao centro e na parte superior de um volume também em madeira e escalonado. O altar possui uma escada de acesso posterior para manutenção e limpeza. Nas alvenarias laterais da capela-mor existem quatro vitrais em vidro colorido e motivos sacros. A capela possui dois acessos. O primeiro, à esquerda e externo, e os segundo à direita e conectando a área com a sacristia.

A área administrativa possui acesso externo pela Travessa Padre Broggi. Esta composta pela sacristia, uma saleta de acesso, a secretaria e a casa canônica, caracterizando intervenções posteriores e consolidadas, com volumetria mais baixa do que o corpo da igreja.

Na parte anterior, na fachada principal, as bases das duas torres tem acesso pelo térreo. A torre sul (direita) pela parte posterior e externa e a torre norte (esquerda), atrás da pia batismal, com acesso interno pela circulação, que também, dá acesso a nave da igreja. A base das torres é em pedra e as alvenarias em tijolo, sendo apenas a torre norte (esquerda) rebocada internamente.

Acima da área do vestíbulo está o coro com piso de madeira e tabuado no sentido longitudinal com alvenarias decoradas e gradil em madeira torneada e pintada. O forro é do tipo gamela e é um prolongamento do forro da nave. O acesso ao coro é pela parte interna da torre norte havendo também um acesso pelo coro a torre sul, todos com portas de duas folhas e bandeira fixa em madeira. Pelo lado esquerdo da nave, junto a torre norte, está a escada de acesso às

tribunas acima da nave da igreja. As portas das tribunas são em duas folhas com bandeira fixa e caixilharia em vidro colorido tendo acima da verga um baldaquino.

A volumetria externa da matriz é um reflexo das diferentes intervenções ocorridas ao longo do terreno. O volume principal é formado pela nave, com as duas torres, um segundo pela área de acesso às tribunas, um terceiro pela capela-mor e depois a sacristia e a casa canônica, mais baixo que os anteriores. A cobertura é toda em telha de barro do tipo francesa e estrutura em madeira.

A fachada principal apresenta frisos horizontais marcando os dois pavimentos. O volume da nave é hierarquizado na fachada, tanto pelas esquadrias quanto pela existência de um frontão decorado com elementos de massa e arrematado por um cruxifixo de metal no vértice superior. A torre norte possui, no trecho acima da cimalha, um relógio colocado dentro de uma envasadura simétrica a janela circular da torre sul. As duas torres possuem na parte superior um zimbólio arrematado pela figura de um galo (norte) e uma flâmula (sul), ambos em metal pintado. Ao nível do térreo cada torre tem um óculo com esquadria de madeira e vidro. No nível intermediário uma esquadria com caixilho fixo e detalhe em massa acima da verga. Na parte superior, na altura dos zimbólios, os vãos em arco não possuem esquadrias.

Na fachada norte a torre mantém o mesmo tipo de esquadrias descritas na fachada principal. O acesso lateral a nave é feito pelo volume mais baixo do consistorio onde está o acesso as tribunas da nave, no 2.º nível. Na parte superior possui cinco esquadrias de madeira do tipo guilhotina e caixilho com vidro. As esquadrias são contornadas por cinco arcos em baixo relevo suportados por colunas decorativas. A cobertura é marcada por um friso, no mesmo padrão que os existentes nas torres sineiras. O volume da capela-mor, mais baixo que os anteriores, possui dois vitrais com a parte superior arredondado e uma porta de acesso externo em madeira e caixilho com vidro, arredondado na parte superior. Não possui detalhes de massa. O volume posterior é o da casa canônica com esquadrias do tipo basculante e janelas com venezianas de madeira caracterizando uma intervenção posterior.



A fachada leste mantém o mesmo detalhamento das torres sineiras descrito na fachada principal. O volume da capela-mor não possui detalhes construtivos, nem esquadrias e tem alvenarias revocadas. O volume posterior da sacristia e da casa canônica segue o detalhamento das demais fachadas com basculantes de ferro e janelas de madeira com venezianas e alvenarias revocadas.

A fachada sul tem a face das torres com os mesmos detalhes construtivos e esquadrias verificados na fachada principal. O volume da nave possui no térreo duas portas de acesso externo em madeira com duas folhas e almofadas. Na parte superior existem cinco esquadrias em madeira e caixilharia com vidro colorido e mesmo vão e guarda corpo em ferro, interno.

Tomba-se:

- A modenatura das fachadas e vãos e todos os elementos da edificação que pela sua importância histórica e qualidade construtiva agregam valor ao conjunto como testemunhos da construção e evolução do edifício;
- O altar-mor, os seis retábulos originais agregados a edificação;
- Toda a pintura mural interna;
- Todos os forros em madeira policromada.

OBS.: Deverá ser realizado, visando complementar o processo de tombamento, o inventariamento de todos os bens móveis da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, com vistas a um tombamento e assegurando a preservação do conjunto



Não serão tombados:

- Todos os elementos posteriores que eventualmente descaracterizam ou comprometem a leitura arquitetônica do bem tombado.



Arquiteto ANGELO BRAGHIRROLLI
CREA 29.221

Ciente:



Arquiteta MARIA BEATRIZ MEDEIROS KOTHER
Diretora do IPHAE



SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

PORTARIA DE TOMBAMENTO N.º 21/2010/SEDAC

O Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 90, inciso V, artigo 221, inciso V, alíneas "d" e "e" e artigo 222 e seus parágrafos, da Constituição do Estado, e fundamentando-se pela Lei 7.231, de 18 de dezembro de 1978, combinada com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e, considerando a importância de preservar a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, no Município de Rio Pardo, corroborado nos Autos do Processo Administrativo nº 00641-11.00/06-7

RESOLVE

Tombar a igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, situada a Rua Julio de Castilhos, s/n.º, em Rio Pardo inscrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pardo, matrícula nº 15.966, incluindo a modernização das fachadas e vãos e todos os elementos da edificação que pela sua importância histórica e qualidade construtiva agregam valor ao conjunto como testemunhos da construção e evolução do edifício tais como: o altar-mor e os seis retábulos originais agregados a edificação, toda a pintura mural interna e todos os forros em madeira policromada, tendo como base o parecer IPHAE n.º 08/210, passando a integrar o Patrimônio Cultural do Estado, ficando ainda resguardado o seu entorno.


Publique-se no Diário Oficial do Estado. Ratifique-se e registre-se no respectivo Livro Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Promova-se a averbação no Registro de Imóveis competente.

Porto Alegre, 22 de julho de 2010.


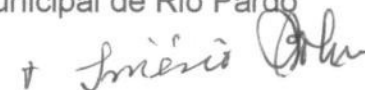


César Prestes,
Secretário de Estado da Cultura

Testemunha:



Joni Lisboa da Rocha,
Prefeito Municipal de Rio Pardo


COMUNICADOS

PAUTA DA REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR

DATA : 29 de julho de 2010
 HORÁRIO : 14 horas e 30 minutos
 LOCAL : Sala Romildo Bolzan - Av. Borges de Medeiros, 659 / 14º andar
 SESSÃO : 48/2010

- > MATÉRIAS:
- Análise do processo nº 079.067-16.35/99-8, que trata de homologação do contrato de concessão para exploração dos serviços da Estação Rodoviária de 4ª Categoria no município de Mata/RS
 Conselho-Relator: Juarez Monteiro Molinari
 Conselho-Revisor: Edmundo Fernandes da Silva
 - Assuntos Gerais

Gertrudes Pelissaro dos Santos,

Conselheira-Presidente

Código: 706166

Secretaria da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano

Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano

Secretário de Estado: FLAVIO MARCELO PINTO SOARES - Em exercício
 End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 14º Andar
 Porto Alegre/RS - 90119-900

SÚMULAS

SÚMULA DE
 TERMO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

de Cessão de Uso, celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano e a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Objeto: A cedência do bem móvel com as seguintes características: um automóvel, marca VW, modelo Quantum, placas IGY - 6261, chassi 9BWZZ331VP043866, ano 1997, cor branca. Processo Administrativo n.º 01958-32.00/10-0. Porto Alegre, 21 de julho de 2010.

Código: 705936

SÚMULA DE
 TERMO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO DE CONVÊNIO

Participes: Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano e o Município de Vicente Dutra.

Objeto: Prorrogação de ofício do prazo de vigência do convênio nº 142.2008 até 18 de novembro de 2010, em virtude do atraso na liberação dos recursos por parte do Estado do Rio Grande do Sul, com base na Instrução Normativa CAGE nº 01, de 21 de março de 2006, artigo 11, § 1º, alínea "a", combinado com artigo 10, inciso I, alínea "c". Processo Administrativo n.º 0166-32.00/08-1. Porto Alegre, 21 de julho de 2010.

Código: 705937

Ciel - Companhia de Indústrias Eletroquímicas

ATOS ADMINISTRATIVOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano
 Cia. Riograndense de Saneamento - CORSAN
 COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL
 AVISO DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL toma público que está promovendo o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 15/CIEL/2010, para a prestação de serviço de recuperação dos Tanques A e B, destinados ao armazenamento de água bruta e ácido sulfúrico respectivamente. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br, sendo as propostas recebidas até as 14:00 horas do dia 06/08/2010, com início da sessão de disputa de preços às 14:30 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (51) 3473-0311, ramal 222.

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA DE INDÚSTRIAS ELETROQUÍMICAS - CIEL toma público que está promovendo o PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/CIEL/2010, para aquisição de ferramentas e equipamentos para área Industrial da CIEL. O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.pregaoonlinebanrisul.com.br, sendo as propostas recebidas até as 10:00 horas do dia 06/08/2010, com início da sessão de disputa de preços às 10:30 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (51) 3473-0311, ramal 222.

Esteio, 22 de julho de 2010.

Elena Hahn Raupp,
 Diretora-Presidente

Código: 706037

Secretaria da Saúde

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS

Diretor-Presidente : Anibal Moacir da Silva
 End: Avenida Ipiranga, 5400
 Porto Alegre/RS - 90610-000

SÚMULAS

TERMO ADITIVO CONTRATO FORNECIMENTO SANGUE E HEMODERIVADOS

OBJETO: Fornecimento de sangue e hemocomponentes aos pacientes do Hospital de Pronto Socorro Deputado Nelson Marchesan do Município de Canoas, Contrato 138/2006 - de Canoas; PRAZO: O prazo de vigência é de 06(seis) meses a contar do dia 19/05/2010; PROCESSO Nº: 4384-2069/05-8; PARTES: Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde e o Hospital de Pronto Socorro Deputado Nelson Marchesan.

Porto Alegre, 15 de julho de 2010

Código: 706017

Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social

Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social

Secretário de Estado: FERNANDO LUÍS SCHÜLER
 End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 8º Andar
 Porto Alegre/RS - 90050-150

Gabinete do Secretário

RECURSOS HUMANOS

Assunto: Posse
 Expediente: 002098-2100/10-2
 Nome: Luiz Antônio Fontoura Cunha
 RG: 6023123571 UF: RS
 Cargo/Função: Chefe de Seção
 Lotação: DEPAD

DECLARA EMPOSSADO em 16/07/2010, o nomeado através do ato registrado no D.O.E. de 13/07/2010, Bol 073/10, pág 4.

Código: 706713

PORTARIAS

Portaria nº 26/2010-SJDS

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei nº 11.853/02, bem como o Decreto 42.33/03, DESIGNA em substituição ao titular Alexandre Dare representante da FECOMERCIO a Srª Marelane Beck Pinheiro, na Câmara Técnica do Programa de Apoio à inclusão e Promoção Social - PAIPS, para a gestão 2010-2012.
 Porto Alegre, 15 de julho de 2010.

Código: 706063

SÚMULAS

SÚMULA DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 02/2010
 Processo: 735 -2100/08-4
 Partes: Estado do Rio Grande do Sul, através da SJDS, e a GITEL Telecomunicações LTDA.
 Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº12/2008, de locação de 2 (duas) Centrais Telefônicas Digitais por mais 12 (doze) meses.
 Fundamentação: Lei 8.668/93.
 Porto Alegre, 21 de Julho de 2010.

Código: 706062

Secretaria de Estado da Cultura

Secretário de Estado da Cultura : CÉZAR PRESTES
 End: Av. Borges de Medeiros 1501 - 19º andar
 Porto Alegre/RS - 90110-150

Gabinete do-Secretário

PORTARIAS

Assunto: Portaria
 Expediente: 000641-1100/06-7

PORTARIA DE TOMBAMENTO N° 21/2010/SEDAC

O Secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 90, inciso V, artigo 221, inciso V, alíneas "d" e "e" e artigo 222 e seus parágrafos, da Constituição do Estado, e fundamentando-se pela Lei 7.231, de 18 de dezembro de 1978, combinada com o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e, considerando a importância de preservar a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, no Município de Rio Pardo, corroborado nos Autos do Processo Administrativo nº 00641-11.00/06-7

RESOLVE

Tombar a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, situada a Rua Julio de Castilhos, s/n.º, em Rio Pardo inscrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Pardo, matrícula nº 15.966, incluindo a modernatura das fachadas e vãos e todos os elementos da edificação que pela sua importância histórica e qualidade construtiva agregam valor ao conjunto como testemunhos da construção e evolução do edifício tais como: o altar-mor e os seis retábulos originais agregados a edificação, toda a pintura mural interna e todos os forros em madeira policromada, tendo como base o parecer IPHAE n.º 08/210, passando a integrar o Patrimônio Cultural do Estado, ficando ainda resguardado o seu entorno.

Publique-se no Diário Oficial do Estado. Ratifique-se e registre-se no respectivo Livro Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Promova-se a averbação no Registro de Imóveis competente.

Código: 706325

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - OSPA

Diretor Superintendente: Ubira Tadeu Leal
End: Rua Vinte e Quatro de Outubro, 805 - conj. 305
Porto Alegre/RS - 90510-000

BOLETINS

Boletim nº 35/10

O Presidente da FOSPA, de acordo c/ autorização da Excel. Gov. do Estado, **Empossa**, Proc. 90-1157/10-4, **Roberto André Schelp**, p/ exercer cargo em comissão de Ass. Superior, CC-10, Grat. de Repres. de 35%, a/c de 21.07.10.

Porto Alegre, 22 de julho de 2010.

Ivo A Nesralla,
Presidente.

Código: 706011

Secretaria de Infra-Estrutura e Logística**Companhia Estadual de Geração e Transm. de Energia Elétrica - CEEE GT**

Diretor Presidente: Sérgio Camps de Moraes
End: Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 - p. A.m. 1
Porto Alegre/RS - 91410-400

LICITAÇÕES

**AVISO DE RESULTADO JULGAMENTO - FASE DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS: CEEE-GT/AT/2010060095**
Empresa HABILITADA: MRS Estudos Ambientais Ltda.

Código: 705948

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

Diretor Geral: Vicente Brito Pereira
End: Avenida Borges de Medeiros, 1555
Porto Alegre/RS - 90110-150

PORTARIAS

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 13253-0435/10-6, PORTARIA nº 1862 de 08 de Julho de 2010.

DETERMINA:

a incorporação, a contar de 05.07.2010, aos vencimentos do servidor, **ALGEMIRO MACHADO SEVERO**, matrícula nº 105215-2, (Agente Auxiliar de Manutenção) lotado na SAO, da parcela correspondente a 80% (sessenta por cento), da Função Gratificada de Chefe de Portaria Central FG-02, com fundamento no artigo 102, da Lei Complementar nº 10.098/94, bem como com base no disposto na Lei Complementar nº 10.845/96.

(Estamos republicando a presente, por haver saído incorreta a nomenclatura da Função Gratificada no Bol. 131/10).

Jorge Alberto Xavier Hias,
Diretor de Adm. e Finanças.
DAER/RSDAER/RS

Código: 705768

ATOS ADMINISTRATIVOS

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 14379-0435/10-1, ATO nº 1097 de 14 de Julho de 2010.

RESOLVE:

conceder aposentadoria por tempo de contribuição ao servidor extranumerário **ASSUMPCÃO RODRIGUES DOS SANTOS**, na função de Auxiliar de Operações I, classificado como OM.3.1.I/A, matrícula nº 103140-6, de acordo com a seguinte legislação: artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, no regime de trabalho de 40 horas semanais, conforme Lei 8.112/85; devendo perceber na inatividade proventos mensais integrais acrescidos de 50% referentes ao 10º avanço, conforme art. 99, da LC 10098/94; 25% referentes a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, conforme art. 115 da LC 10098/94; 20% referentes à Gratificação Especial de Insalubridade, grau médio, conforme Lei 7357/80, alterada pela Lei 8005/85 e Resolução 2.384/80 do Conselho Rodoviário e Gratificação de Produtividade, conforme art. 5º da Lei 13.416 de 05.04.2010.

Jorge Alberto Xavier Hias,
Diretor de Adm e Finanças.
-DAER/RS-

Código: 705770

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 14750-0435/10-6, ATO nº 1098 de 14 de Julho de 2010.

RESOLVE:

conceder aposentadoria por tempo de contribuição ao servidor estatutário **DARIO DUARTE MARTINS**, na carreira de 405/Técnico Rodoviário, grau D, matrícula nº 7933-2, de acordo com a seguinte legislação: artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, no regime de trabalho de 40 horas semanais, conforme Lei 8.112/85; devendo perceber na inatividade proventos mensais integrais acrescidos de 100% de Função Gratificada FG 07 de Dirigente de Grupo, conforme art. 102 da LC 10098/94; 35% da CC 07, referentes à Gratificação de Representação, conforme Leis 10098/94, 10138/94, 10530/95, 10717/96 e Resolução 3311/96 do Conselho Rodoviário 60% referentes ao 12º avanço, conforme art. 99, da LC 10098/94; 25% referentes a Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, conforme art. 115 da LC 10098/94; 20% referentes à Gratificação de Permanência em Serviço, conforme art. 114 da LC

10098/94, alterado pela Lei 11942/03 e Gratificação de Produtividade conforme art. 5º da Lei 13416 de 05/04/2010.

Jorge Alberto Xavier Hias,
Diretor de Adm e Finanças.
DAER/RS

Código: 705771

APOSTILAS

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do expediente nº 27010-1835/07-1; APOSTILA 837/B de 15 de Julho de 2010.

RETIFICA

A APOSTILA nº 837/A, de 19/08/2009, publicada no DOE nº 121, de 29/08/2010, que retificou o Ato de Aposentadoria nº 837 do servidor **JOÃO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 105.231-4, para dizer que deve ser percebido na inatividade os proventos mensais integrais no valor de R\$635,82 (seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e não como constou. #####

Jorge Alberto Xavier Hias
Diretor de Administração

Código: 705777

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do expediente nº 11969-0435/08-5; APOSTILA 855/A de 13 de Julho de 2010.

RETIFICA

O ATO nº 855, de 23/07/2008, publicado no DOE nº 163, de 25/08/2008, que concedeu aposentadoria ao servidor **SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA**, matrícula nº 106.569-6 para dizer que deve ser percebido na inatividade os proventos mensais integrais no valor de R\$929,01 (novecentos e vinte e nove reais e um centavo) e não como constou. #####

Jorge Alberto Xavier Hias
Diretor de Administração

Código: 705830

AZAMBUJA ENGENHARIA E GEOTECNIA LTDA

EXTRATO DO CONTRATO Nº AJ/CD/068/10 - Contratante: DAER/RS, c/ sede na Av. Borges de Medeiros nº 1555, em Porto Alegre/RS, CNPJ 92.883.834/0001-00. Contratada: Azambuja Engenharia e Geotecnia Ltda, c/ sede na R. Sarmento Leite, nº 1069, em POA/RS, CNPJ nº 74.871.823/0001-29. Objeto: Elab. do Diagnóstico e proj. de Estabil. de Encostas, na Rod. ERS-446, no trecho KM 10+900 ao KM 11+250. Valor R\$ 313.920,88. Prazo: 180 dias. Condições de pagamento, forma e prazo: os pagtos serão efetuados mensalm. No prazo de até 30 dias após a protocoliz. da nota fiscal ou notafiscal fatura. A protocoliz. somente poderá ser feita após a concl. e Liber. da obra e/ou Serv. ou da etapa da obra e/ou Serv. Conf. Cronog. Físico-financeiro por parte do Órgão Fiscal. Competente. Fundamento do Contrato: Disp. Licit. Art 24, Inc. IV da Lei 8.666/93. Fundamento: Decisão nº 13.900, da direção executiva colegiada, no expediente nº 25649-04.35/09-0, que se encontram a disposição dos interessados no DAER/RS. Porto Alegre, 13 de julho de 2010. Adv.ª CINTHIA SALADA, PROCURADORA JUDICIAL DO DAER/RS.

Código: 706071

Secretaria da Ciência e Tecnologia**Secretaria da Ciência e Tecnologia**

Secretário de Estado: JULIO CESAR FERST - Em exercício
End: Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7ª Andar
Porto Alegre/RS - 90119-900

Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC

Presidente: Luiz Augusto Pereira
End: Rua Washington Luiz, 675
Porto Alegre/RS - 90010-460

PORTARIAS**PORTARIA Nº 023/PRESI, DE 13 DE JULHO DE 2010**

O Presidente da Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, no uso de sua competência e de suas atribuições,

concede licença para concorrer a cargo eletivo, a partir de 03 de julho de 2010, ao servidor **Valter Antunes da Rosa - Id. nº 3008770**, com fundamento no artigo 1º da Lei Complementar 64/90, garantindo o direito à percepção integral da remuneração.

Luiz Augusto Pereira,
Presidente.

Código: 706008

SÚMULAS

SUMULA
TERMO ADITIVO Nº. 01 AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 013/2010.

1) Partes: FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC e CARLOS CHAGAS MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA.; 2) Objeto: Exames periódicos de Ralo X de tórax, Audiometria ocupacional, Espirometria simples e Acuidade Visual; **3) Preço:** R\$3.690,00 (três mil, seiscentos e oitenta reais); **4) Demais cláusulas** permanecem inalteradas. Proc. Adm.: **000547-25.52/10-5**. Porto Alegre/RS, 21 de julho de 2010.

Luiz Augusto Pereira,
Presidente.

Código: 705953

MEMO. IPHAE n.º105/2010


DE: Maria Beatriz Medeiros Kother – Diretora IPHAE

PARA: Protocolo SEDAC

Em: 04/08/2010

Informamos que este processo n.º 641-11.00/06-7
tombamento da Igreja Matriz N. Sra. Rosário de Rio Pardo será arquivado
neste Instituto. ↙

Atenciosamente,


Maria Beatriz Medeiros Kother
Diretora IPHAE



REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

Município de Rio Pardo
Município de Pantano Grande

PROC: 0641-11.00/06-7

Ofício de Registro de Imóveis Rio Pardo



Fl. 234

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Oficial Bel. Carlos Alberto Tworkowski
Substituta Michele Peixoto Friedrich
Substituto Bel. Vinicius Tworkowski
Substituto Bel. Marcelo Tworkowski

NOTA EXPLICATIVA

Ofício 459/2014/GAB/AJU/SEDAC, datado de 02 de dezembro de 2014, assinado pelo Secretário de Estado e Cultura Sr. Assis Brasil, requerendo a averbação do Tombamento do imóvel da matrícula 15.966, protocolado sob nr. 106.037 do Lv. 1-H datado de 08.12.2014:

De conformidade com o artigo 198 da Lei 6.015/73 seu regulamento e alterações, comunico que o título mencionado acima não foi registrado ou averbado pelo(s) motivo(s) exposto(s) abaixo e que, de acordo com o artigo 205, da mesma Lei, a prioridade protocolar vigorará por 30 (trinta) dias, findo o prazo, dependerá de nova protocolização, com prioridade a partir desta data.

Deixamos de proceder a averbação do presente instrumento pelo seguinte motivo:

- Já se encontra averbado na matrícula 15.966 o Ato de Tombamento conforme Av.2/15.966.

Rio Pardo/RS, 16 de dezembro de 2014.

Oficial _____

Ciente em ___ / ___ / _____. _____

Nome:

IPHAE

RECEBIDO

29, 12, 14
Carmen

FL. 234-V



República Federativa do Brasil

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

COMARCA DE RIO PARDO

MUNICÍPIOS DE RIO PARDO E PANTANO GRANDE

Fone / Fax: (51) 3731-1833

Rua Senhor dos Passos, nº 80 - Centro

CEP 96640-000 - Rio Pardo - RS



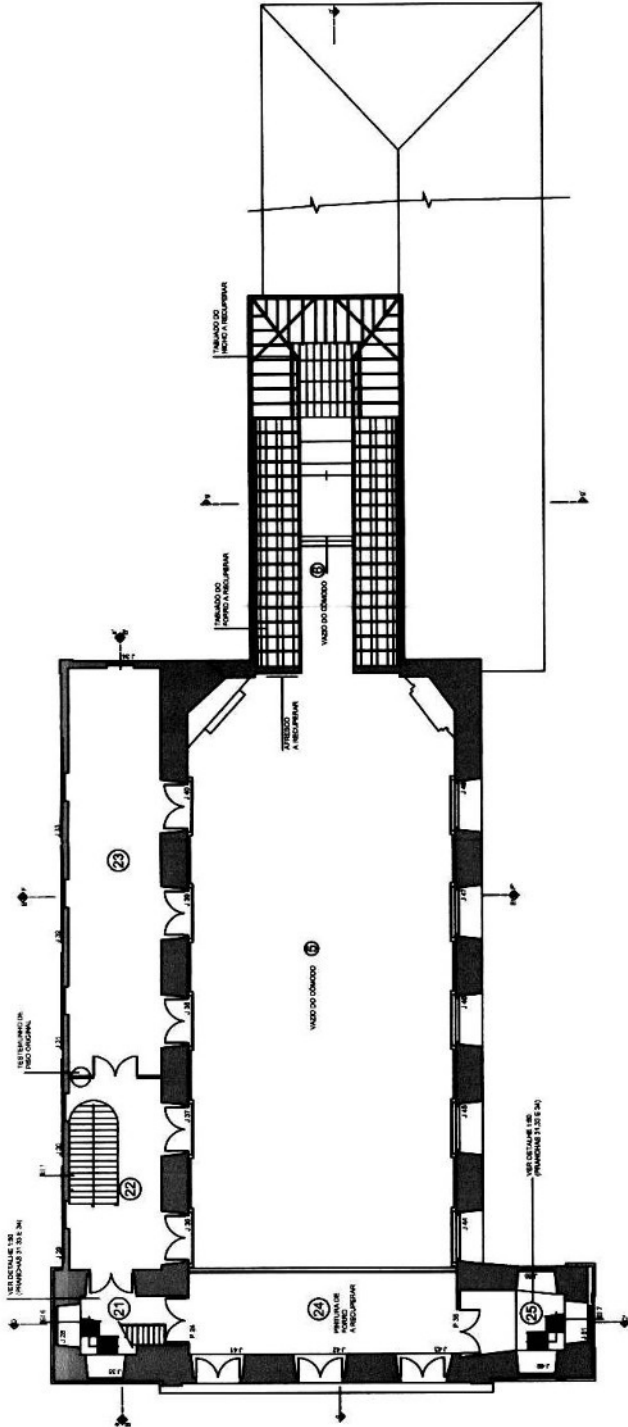
Estado do Rio Grande do Sul

Departamento de
Administração do CAFF
18 DEZ. 2014
CENTRAL DE
CORRESPONDÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
AVENIDA BORGES DE MEDEIROS Nº 1501
19º ANDAR
PRAIA DE BELAS
90119-900 PORTO ALEGRE-RS




Handwritten initials and marks at the top left of the page.



P- PORTA/VÃO DE PASSAGEM
 P 32 ATÉ P 36
 J- JANELA/VÃO DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO
 J 28 ATÉ J 51
 COMPARTIMENTOS 21 ATÉ 25

NOTAS:
 A RECUPERAR- TRABALHO COMPLEMENTAR DE BENS MÓVEIS. (TALHA, PINTURAS, ETC)
 PROSPECCÃO- TRABALHO PRELIMINAR À INTERVENÇÃO.
 TODOS OS COMPARTIMENTOS ESTÃO DEVIDAMENTE COTADOS NOS DESENHOS DE CADASTRO E NOS DETALHES DE PROPOSTA, EM ESCALA 1:50.

 GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SEMAC - SECRETARIA DA CULTURA IPHAE - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO	
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, RIO PARDO-RS	
PROCESSO DE Tombamento Nº 641-1100/06-7 PLANTA DIGITALIZADA NO IPHAE COM BASE NO Levantamento da Arquiteta Vera Maria Becker.	
OBRA: PLANTA-BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR	
ESCALA 1/200	DATA JUNHO 2010
DESENHO Jaqueline Scheidt/Mônica Pandolfo	

02/02